LUZ SAÚDE

20 ANOS DE LUZ

LUZ SAÚDE

RELATÓRIO E CONTAS 2020

LUZ SAÚDE, S.A.

Sede: Rua Carlos Alberto da Mota Pinto,
17, 9.º, 1070-313 Lisboa
Número de matrícula na Conservatória
do Registo Comercial de Lisboa
e de identificação de pessoa coletiva: 504 885 367
Capital social integralmente subscrito
e realizado: Euros 95.542.254

20 ANOS DE LUZ

RELATÓRIO E CONTAS
2020

LUZ SAÚDE

LUZ SAÚDE

HOSPITAL DA LUZ

A Rede que une os nossos hospitais e clínicas em Portugal

MY LUZ
SEMPRE ONLINE CONSIGO

hospitaldaluz.pt

LUZ 24
SEMPRE EM LINHA CONSIGO

Índice

6 01. MENSAGEM DA PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

12 2. A LUZ SAÚDE
- 2.1. Identidade e Estrutura
- 2.2. Posicionamento Estratégico
- 2.3. Dados-chave da Luz Saúde

24 3. RELATÓRIO DE GESTÃO
- 3.1. Enquadramento de 2020
- 3.2. Desempenho da Luz Saúde e dos Segmentos de Negócio
- 3.3. Principais Riscos e Incertezas para a Luz Saúde
- 3.4. Informação Ambiental
- 3.5. Eventos Subsequentes
- 3.6. Perspetivas para 2021
- 3.7. Proposta de Aplicação de Resultados
- 3.8. Autorizações Concedidas a Negócios entre a Sociedade e os seus Administradores
- 3.9. Outras informações

40 4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

126 5. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL E CORPORATIVA

158 6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

226 7. CONTACTOS DO GRUPO LUZ SAÚDE

1
MENSAGEM DA PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

20 ANOS DE LUZ

01 Mensagem da Presidente da Comissão Executiva

2020 foi um ano inesquecível. Para a Luz Saúde, e no contexto da pandemia de Covid-19, este foi um momento de compromisso absoluto com o país, com os portugueses e com o Sistema Nacional de Saúde. Estivemos ao lado dos nossos doentes, independentemente da sua patologia, garantindo em todo o momento a segurança dos cuidados e a humanização dos mesmos neste ano de exigência excecional para todos os profissionais de saúde.

Em fevereiro de 2020, o Grupo Luz Saúde iniciou a preparação das suas unidades de saúde privadas, bem como do Hospital Beatriz Ângelo, unidade do SNS sob nossa gestão em regime de parceria público privada, para a pandemia de Covid-19.

Fizemo-lo, como sempre, em equipa, com profissionalismo, competência e com aquele espírito de serviço que sempre nos distingue mesmo nas situações mais difíceis.

As minhas primeiras palavras são, pois, e inevitavelmente, para os colaboradores da Luz Saúde:

Em nome de toda a Comissão Executiva, nunca vos conseguiremos agradecer o suficiente por tudo o que fomos capazes de fazer e o enorme orgulho que sentimos por sermos parte de tudo isto que é a Luz Saúde.

O Grupo Luz Saúde e os seus profissionais, de Norte a Sul do país, de todos os setores e grupos profissionais, mobilizaram-se desde a primeira hora e durante semanas, quase 24h/dia. Foram discutidas, tomadas e implementadas de forma eficiente e eficaz centenas de decisões com impacto na nossa forma de funcionar, de circular nos espaços hospitalares, nas clínicas e nos serviços centrais, de como articular de forma harmoniosa todas as nossas unidades, de nos comportarmos e protegermos e, sobretudo, de assistir e cuidar dos nossos doentes independentemente da sua patologia.

Através da Rede Privada Hospital da Luz e Hospital do Mar, o Grupo Luz Saúde colocou à disposição do SNS cerca de 200 camas, tendo o Hospital da Luz Lisboa chegado a atingir 50 % de ocupação do internamento médico cirúrgico disponível e 80% da sua capacidade intensiva com doentes Covid-19.

Já em fevereiro e março de 2021, e a pedido do Ministério da Saúde, o Hospital da Luz Lisboa disponibilizou-se também para receber duas equipas de médicos militares alemães que vieram apoiar o SNS na fase mais aguda da pandemia de Covid-19 em Portugal, cedendo parte da sua capacidade em camas de cuidados intensivos e respetiva integração com os restantes serviços hospitalares, para o tratamento de doentes graves de Covid-19 provenientes de hospitais públicos da Região de Lisboa.

Cumpre também aqui realçar o esforço extraordinário e inexcedível do HBA, gerido em parceria público-privada pelo Grupo Luz Saúde, no combate a esta pandemia.

Desde o início desta crise pandémica, passaram mais de 2.000 doentes por este hospital. No pico da crise

pandémica, já durante o primeiro trimestre de 2021, o HBA chegou a registar mais de 85% da sua capacidade de internamento médico-cirúrgico ocupada com doentes com Covid-19.

Logo desde abril de 2020, o HBA foi o hospital da região de Lisboa e Vale do Tejo com maior pressão de doentes Covid-19 quando considerada a sua lotação total com taxas de esforço que chegaram a ser 20 pontos percentuais acima da média dos hospitais da região.

A atividade programada foi reduzida ao mínimo para que se pudessem continuar a salvar vidas. O Serviço de Urgência lidou diariamente com um número avassalador de novos doentes com e sem Covid-19. Os internamentos em enfermaria e intensivos sofreram uma pressão sem precedentes e todos os restantes serviços foram procurando responder aos doentes que deles precisavam. As equipas de Controlo de Infeção e de Engenharias trabalharam 24/7. Todos os recursos humanos do hospital trabalharam em todas frentes com quase total esbatimento da sua especialização. Todos juntos, todos solidários, todos HBA.

Nesta jornada, também é importante salientar, o HBA contou, num forte espírito de grupo, com o contributo dos recursos humanos e capacidade assistencial das outras unidades do Grupo Luz Saúde, sem as quais teria sido seguramente impossível conseguir atingir os níveis de desempenho e capacidade absolutamente excecionais que revelou no combate a esta pandemia.

Mas a história da Luz Saúde, neste ano único, não se resume ao combate à pandemia de Covid-19.

Num esforço de adaptabilidade, profissionalismo e resiliência notáveis em qualquer parte do mundo, 2020 foi também um ano em que o Grupo Luz Saúde prosseguiu de forma segura e determinada a implementação da sua estratégia, tendo sido capaz de concretizar vários projetos estruturantes para o seu futuro.

De destacar a finalização da expansão do Hospital da Luz Lisboa e a sua elevação ao estatuto de Hospital Universitário em parceria com a Universidade Católica Portuguesa, naquela que será a primeira escola de medicina privada em Portugal. Esta foi uma vitória especial num ano em que o Grupo cumpre 20 anos de uma existência sempre marcada pela inovação neste setor onde temos o privilégio de servir. Mas nenhuma marca será tão importante como termos conseguido ser o parceiro clínico e de investigação do novo curso de medicina e assumir a responsabilidade maior de contribuir para a formação das futuras gerações médicas do nosso país.

Paralelamente, o Grupo deu também passos robustos relativamente à sua estratégia de transformação digital, tendo 2020 sido um ano de consolidação das suas plataformas operacionais, clínicas e de serviço ao cliente com especial destaque para o Serviço LUZ 24, o Centro Clínico Digital nas suas várias vertentes, em particular o lançamento da consulta digital urgente, o desenvolvimento da versão 2.0 da Plataforma de serviço My Luz com várias novas funcionalidades, entre tantos outros desenvolvimentos estruturantes ao nível da documentação clínica e integração de dados.

Finalmente, o Grupo prosseguiu com a sua organização clínica assente em grupos multidisciplinares especializados por patologia, alinhando os profissionais clínicos e não clínicos numa jornada coerente e integrada dos nossos doentes, desde o diagnóstico ao tratamento / ou controlo da doença e medição dos seus resultados na perspetiva dos doentes.

2020 não foi um ano perdido. Foi um ano de superação pessoal e coletiva a todos os níveis e de onde saímos vencedores. Porque continuámos a inovar. Porque continuámos a tratar e a pôr o doente no centro das nossas atenções. Porque mesmo exaustos tivemos sempre força para continuar. Fomos rápidos a reagir, fomos rápidos a adaptarmo-nos e fomos rápidos a recuperar. A ver oportunidades onde só se podiam vislumbrar problemas. A fazer parte da construção de um admirável mundo novo.

Desempenho Económico

Nenhum setor da economia ficou imune ao impacto da crise sanitária, e subsequentemente económica,

provocada pela pandemia de Covid-19. Não tendo, naturalmente, o Grupo Luz Saúde sido uma exceção, é também verdade que tal não nos impediu de prosseguir com a estratégia definida e concretizar um nível de investimento de 67,9 milhões de euros, dos quais 43,9 milhões foram aplicados na expansão da rede privada Hospital da Luz.

Com a queda generalizada da atividade assistencial, fortemente impactada pelo adiamento da atividade eletiva principalmente durante os meses de março a maio de 2020, e apesar de um segundo semestre do ano já de recuperação face ao período homólogo, o desempenho consolidado global do ano foi negativo. O impacto do Hospital Beatriz Ângelo foi absolutamente determinante, tendo o resultado operacional do segmento público sido negativo em 29.9 milhões de euros. De destacar, ainda assim, o desempenho excecional da plataforma de logística do Grupo, que permitiu, apesar da quebra da atividade, o crescimento de 4% dos Rendimentos Operacionais consolidados do Grupo para 613,7 milhões de euros.

O esforço do Grupo Luz Saúde em assegurar o pleno funcionamento das suas unidades, suportando todos os custos da quebra de atividade, nomeadamente a utilização dos seus recursos humanos sem recorrer a qualquer lay-off, refletem-se na diminuição do EBITDA para 22 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 62,7 % face a 2019. A performance operacional originou um Resultado Líquido consolidado negativo de 16,3 milhões de euros, que compara com um resultado positivo de 16,7milhões de euros do exercício anterior.

Futuro

Uma certeza: nada vai voltar a ser como antes. O plano de vacinação a nível europeu e mundial constitui, sem dúvida, uma luz ao fundo do túnel. Nos hospitais, estamos hoje mais seguros, mais cientes e muito melhores do que estávamos quando não conhecíamos nada desta nova doença. Hoje, a Covid-19 passou a fazer parte da nossa realidade, os novos circuitos estão montados, as infraestruturas preparadas e a nossa segurança e a dos doentes já se encontra alicerçada em ciência. Novos desafios, como recuperar o que inevitavelmente ficou para trás, bem como as sequelas de uma doença que impactou praticamente 10 % da população portuguesa, serão novas etapas a superar para recuperar os níveis de saúde anteriores à pandemia.

O ano de 2021 será um ano de crescimento e de consolidação do Grupo Hospital da Luz como uma rede de apoio ao ensino universitário, em particular no Hospital da Luz em Lisboa onde reside um dos melhores centros de simulação médica da Europa que ajudará a moldar as futuras gerações de profissionais de saúde – médicos, enfermeiros, técnicos de saúde e, inclusive, profissionais operacionais e de gestão. E quando se moldam as gerações futuras, o legado do que formos capazes de construir ficará para sempre.

Esta é também uma mensagem para os nossos profissionais que servem no Hospital Beatriz Ângelo neste último ano de contrato com o SNS. A cultura de excelência, a cultura Luz Saúde está dentro de cada um de nós, está dentro de cada colaborador. Têm sido 10 anos fabulosos em que marcámos sempre e consistentemente a diferença. E isso é um legado muito forte, que fica. Por isso acredito que o Grupo Luz Saúde nunca morrerá no Hospital Beatriz Ângelo. E no Grupo também seremos sempre, orgulhosamente, HBA.

De resto... o futuro é para ser encarado com um otimismo baseado num setor pleno de novas oportunidades em que a inovação clínica e tecnológica faz parte do seu ADN. Resiliência, adaptabilidade e criatividade aliadas a uma sólida competência a todos os níveis da nossa organização, continuarão a fazer do Grupo Luz Saúde e dos seus colaboradores, protagonistas de primeira linha no desenho do setor da saúde no nosso país.

Desejo a todos um ano de 2021 de que todos nos possamos mais uma vez orgulhar.

Isabel Vaz
Presidente da Comissão Executiva da Luz Saúde

HOSPITAL DA LUZ

2
A LUZ SAÚDE

20 ANOS DE LUZ

2
A LUZ SAÚDE

2.1. Identidade e Estrutura

2.1.1. Identidade

A Luz Saúde, SA, lidera um dos maiores grupos de prestação de cuidados de saúde em termos de rendimentos no mercado português, o qual se encontra em expansão. O Grupo presta os seus serviços através de 28 unidades (onde se incluem 14 hospitais privados, um hospital do SNS explorado pela Luz Saúde em regime de Parceira Público-Privada (PPP), 11 clínicas privadas a operar em regime de ambulatório e duas residências sénior) e está presente nas regiões Norte, Centro, Centro Sul de Portugal e Madeira, sendo detentor, em certas regiões, do único hospital privado em exploração.

A estrutura do Grupo permite-lhe operar as suas unidades de saúde de forma complementar e integrada, através da referenciação de pacientes entre as várias unidades, da partilha de know-how (clínico e relacionado com a gestão de processos) e da facilidade de acesso às instalações de algumas das melhores unidades de prestação de cuidados hospitalares agudos do país. O Grupo diferencia-se no mercado português de prestação de serviços de saúde pela oferta de serviços especializados e complexos, sustentada pela utilização de equipamento tecnologicamente avançado em várias das suas unidades – que são, em alguns casos, os únicos equipamentos do seu tipo em Portugal.

2.1.2. História da Luz Saúde

2000
A Luz Saúde é criada com o nome Espírito Santo Saúde. Neste ano, adquire uma participação maioritária no capital social da Cliria - Hospital Privado de Aveiro e do Hospital da Arrábida, em Vila Nova de Gaia.

2002
A Luz Saúde (então Espírito Santo Saúde) inicia a gestão do Hospital da Misericórdia de Évora, em parceria com terceiros.

2003
Em dezembro, começa a construção do Complexo Integrado de Saúde da Luz, que inclui o Hospital da Luz e as Casas da Cidade - Residências Sénior.

2004
A Cliria - Centro Médico de Águeda inicia a sua atividade. O Clube de Repouso Casa dos Leões passa a estar totalmente integrado na Luz Saúde (então Espírito Santo Saúde);

Em julho, começa a construção do Hospital do Mar, no concelho de Loures.

2005
A construção do Hospital da Luz Clínica de Oeiras (anteriormente Clínica Parque dos Poetas) começa em maio.

2006
O Hospital do Mar entra em funcionamento e a Luz Saúde (então Espírito Santo Saúde) adquire a totalidade do capital social do IRIO - Instituto de Radioterapia;

Em março deste ano, a Luz Saúde passa a deter a totalidade do capital social da Hospor, com 2 unidades hospitalares, o Hospital de Santiago, em Setúbal, e a Clipóvoa - Hospital Privado, na Póvoa de Varzim, além de 3 clínicas ambulatórias — Clínica de Cerveira, Clínica de Amarante e Clínica do Porto.

2007
O Hospital da Luz Lisboa e o Hospital da Luz Clínica de Oeiras (então Clínica Parque dos Poetas) iniciam a sua atividade.

2008
O Hospital de Santiago renova um dos seus pisos de internamento.

2009
As Casas da Cidade - Residências Sénior e o Hospital da Luz - Centro Clínico da Amadora entram em funcionamento;

É adquirida a Cliria - Cínica de Oiã;
No final do ano, o contrato de gestão do Hospital Beatriz Ângelo, no concelho de Loures, é assinado, no âmbito do programa de parcerias público-privadas.

2010
Em janeiro é realizada a cerimónia de lançamento da primeira pedra do Hospital Beatriz Ângelo;

O Hospital da Arrábida, em Gaia, duplica a sua capacidade, com novas áreas de cirurgia ambulatória e de internamento diferenciado, nomeadamente uma nova maternidade;

A Cliria - Hospital Privado é também amplamente renovada e inicia a atividade do seu segundo polo, duplicando assim a oferta de cuidados ambulatórios.

2011
Há um forte enfoque na preparação do Hospital Beatriz Ângelo para a sua abertura, com o desenvolvimento de todas as obras de acabamento, com a estruturação de todos os processos hospitalares e recrutamento das equipas clínicas e não clínicas;

O Hospital da Luz comemora 5 anos de atividade e abre uma nova área de consultas de pediatria;

O Hospital de Santiago inicia a atividade de uma nova área dedicada à medicina dentária;

A Luz Saúde (então Espírito Santo Saúde) conquista o prémio de Excelência no Trabalho, atribuído pela Heidrick & Struggles.

2012

O Hospital Beatriz Ângelo inicia a sua atividade no dia 19 de janeiro, com a abertura das consultas de pediatria e de dermatologia. Entra, assim, em funcionamento a primeira unidade da Luz Saúde (então Espírito Santo Saúde) em regime de parceria público-privada. O processo de abertura deste hospital é concluído a 27 de fevereiro, com o início de atividade do Serviço de Urgência Geral;

Em março, o Hospital do Mar inicia obras de expansão para fazer face à elevada procura pelos seus serviços diferenciados. Em julho, a Cliria – Clínica de Oiã começa a sua remodelação. O Hospital de Santiago renova as áreas de consultas de ortopedia e oftalmologia;

O Hospital da Luz é galardoado com o Prémio Valmor 2007.

2013

As obras de expansão do Hospital do Mar e a remodelação da Cliria – Clínica de Oiã são concluídas. O Hospital de Santiago renova as áreas da entrada e receção principal;

A marca Clínica Parque dos Poetas é alterada para Hospital da Luz Clínica de Oeiras;

O Hospital da Luz recebe, pelo terceiro ano consecutivo, o prémio de Melhor Empresa no setor da Saúde. Este é atribuído pela revista "Exame" em parceria com a Informa D&B e a Deloitte;

O Hospital Beatriz Ângelo obtém a acreditação internacional de qualidade pela Joint Commission International (JCI).

2014

Neste ano, é aberta a nova área do Hospital do Mar, bem como toda a área renovada da Cliria – Clínica de Oiã;

Em fevereiro, a Luz Saúde (então Espírito Santo Saúde) concretiza a sua entrada no mercado de capitais, através de uma oferta pública inicial. Torna-se, assim, na primeira empresa privada do setor da saúde cotada na Euronext Lisboa;

Em outubro, após um processo altamente competitivo de ofertas públicas de aquisição, a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. adquire 96% das ações da Espírito Santo Saúde, passando assim a ser o seu novo acionista maioritário. Na ocasião é anunciado o novo nome da empresa: Luz Saúde, SA. Esta aquisição pretende garantir a continuidade do projeto, mantendo a sua identidade através de uma marca autónoma.

2015

Em março, o Hospital da Luz Lisboa abre ao público a expansão do parque de estacionamento. Representa uma duplicação do número de lugares disponíveis;

Em julho, a Luz Saúde passa a deter 100% do capital social da HME, sociedade responsável pela gestão do Hospital da Misericórdia de Évora;

Em novembro, iniciam-se os trabalhos de construção relativos à expansão do Hospital da Luz Clínica de Oeiras;

Em dezembro, a Hospor adquire um imóvel em Vila Real, com o objetivo de desenvolver uma nova unidade de saúde para reforçar a presença do Grupo no Norte do país.

2016

A Luz Saúde concentra as suas áreas de negócio em três marcas principais: Hospital da Luz (neste ano com 5 hospitais e 9 clínicas), Hospital do Mar Cuidados Especializados (Lisboa e Gaia) e Casas da Cidade Residências Sénior (Lisboa e Carnaxide);

Em janeiro, o Hospital Privado de Guimarães e o Clihotel de Gaia passam a ser explorados pela Hospital da Luz Guimarães, S.A., com as denominações de Hospital da Luz Guimarães e Hospital do Mar Cuidados Especializados de Gaia, respetivamente;

As obras de expansão do Hospital da Luz Lisboa começam este ano, prevendo um aumento de capacidade de 80%;

No Hospital da Luz Clínica de Oeiras, continuam os trabalhos de construção para uma duplicação da unidade, para uma duplicação da capacidade instalada e aumento do leque de valências clínicas, com abertura prevista para 2017;

O Hospital da Luz Arrábida conclui as obras de adaptação de uma nova área ambulatória de expansão da unidade, com abertura em janeiro de 2017;
O Grupo Luz Saúde abre uma unidade ambulatória em Vila Real. Também adquire uma clínica em Odivelas para desenvolvimento de uma unidade ambulatória nessa região.

2017

A Luz Saúde adquire a Clínica de Santa Catarina e a Policlínica do Caniço, na ilha da Madeira, e o British Hospital, em Lisboa;

São realizadas as obras da nova clínica ambulatória em Odivelas - Hospital da Luz Clínica de Odivelas, com abertura prevista em janeiro de 2018;

Terminam as obras de ampliação do Hospital da Luz Oeiras e é aberta ao público a nova área. É iniciada a renovação e reorganização de serviços no edifício original, nomeadamente da zona que passará a ser ocupada pelo internamento.

2018

A 12 de janeiro, a nova clínica ambulatória em Odivelas inicia atividade;

Em março, a Luz Saúde adquire o Grupo Idealmed que detém a Idealmed UHC – Unidade Hospitalar de Coimbra e 4 clínicas vocacionadas para cuidados em regime de ambulatório no centro de Coimbra, Figueira da Foz, Pombal e Cantanhede;

O Hospital da Luz Vila Real muda para as novas instalações no centro da cidade, e passa a disponibilizar um maior leque de serviços, nomeadamente Internamento, Cirurgia e Atendimento Urgente;

Na região de Oeiras, o Hospital da Luz Clínica Lagoas Park inicia atividade.

2019

O Hospital da Luz Funchal realiza uma remodelação completa das instalações do seu bloco operatório;

O Hospital da Luz Lisboa procede à abertura da área de expansão construída durante 2018 e 2019 e inicia os trabalhos de remodelação do edifício existente, que irão permitir um aumento significativo da capacidade instalada, bem como dos serviços prestados aos clientes, sempre norteado por uma medicina de excelência e baseada no valor para o doente;

O Hospital da Luz Cínica de Odivelas desenvolve a construção das instalações de um bloco operatório (abertura no início de 2020).

2020

20 ANOS DE LUZ

O Hospital da Luz Lisboa conclui o processo de abertura da área de expansão, mantendo ao longo do ano os trabalhos de remodelação do edifício existente;

O Hospital da Luz Clínica de Odivelas abre ao público o bloco operatório tal como previsto;

A Luz Saúde alienou o Hospital da Luz Cuidados Especializados de Gaia, numa estratégia de enfoque, na região Norte, nos cuidados de saúde em meio hospitalar e clínicas de ambulatório;

O Hospital Beatriz Ângelo iniciou o processo interno de transmissão do hospital para a esfera pública, prevista para 18 de janeiro de 2022.

Em setembro de 2020, foi aprovado pela A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, a autoridade que regula o ensino superior, o primeiro curso de medicina privado em Portugal, sendo o Hospital da Luz Lisboa o parceiro clínico do curso, tornando-se desta forma um Hospital Universitário, com a possibilidade de contribuir para o prestígio da Medicina e da ciência portuguesa.

2.1.3. Estrutura da Luz Saúde e Segmentos de Negócio

A Luz Saúde desenvolve um modelo de negócio diversificado, organizado em três segmentos operacionais principais: (i) o segmento de cuidados de saúde privados, onde se incluem as principais unidades hospitalares de prestação de cuidados agudos e a rede de clínicas em regime de ambulatório do Grupo; (ii) segmento de cuidados de saúde públicos, que corresponde à gestão do Hospital Beatriz Ângelo, ao abrigo do Contrato de Parceria Público-Privada (PPP) e (iii) Outras Atividades, onde se incluem as duas residências seniores concebidas para oferecer uma solução residencial integrada para cidadãos sénior independentes ou que necessitem de assistência no desempenho das suas atividades quotidianas, bem como a GLSMED Trade, uma empresa especializada em logistica e gestão da cadeia de abastecimento e a GLS Learning Health, uma empresa de formação e treino avançado de profissionais. Adicionalmente, o Centro Corporativo concentra-se na prestação de serviços centralizados às diversas unidades do Grupo.

Segmento de cuidados de saúde privados

HOSPITAIS
- Hospital da Luz Guimarães
- Hospital da Luz Vila Real
- Hospital da Luz Póvoa de Varzim
- Hospital da Luz Arrábida
- Hospital da Luz Aveiro
- Hospital da Luz de Oiã
- Hospital da Luz Coimbra
- Hospital do Mar Cuidados Especializados Lisboa
- Hospital da Luz Lisboa
- Hospital da Luz Torres de Lisboa
- Hospital da Luz Oeiras
- Hospital da Luz Setúbal
- Hospital da Misericórdia de Évora
- Hospital da Luz Funchal

CLÍNICAS AMBULATÓRIAS
- Hospital da Luz Clínica de Cerveira
- Hospital da Luz Clínica de Amarante
- Hospital da Luz Clínica do Porto
- Hospital da Luz Clínica de Águeda
- Hospital da Luz Clínica de Coimbra
- Hospital da Luz Clínica de Cantanhede
- Hospital da Luz Clínica de Pombal
- Hospital da Luz Clínica da Figueira da Foz
- Hospital da Luz Clínica da Amadora
- Hospital da Luz Clínica de Odivelas
- Hospital da Luz Clínica do Caniço

MY LUZ SEMPRE ONLINE CONSIGO

LUZ 24 SEMPRE EM LINHA CONSIGO

Segmento de cuidados de saúde públicos

HOSPITAL
- Hospital Beatriz Ângelo (PPP)

Outras atividades

RESIDÊNCIAS SÉNIOR
- Casas da Cidade Residências Sénior de Lisboa
- Casas da Cidade Residências Sénior de Carnaxide

OUTRAS ÁREAS
- GLSMED Trade
- GLSMED Learning Health

Participações financeiras

- Genomed
- HL - Sociedade Gestora do Edifício

2.1.4. Estrutura de Gestão e Órgãos Sociais

No topo da estrutura de gestão da Luz Saúde, SA, encontra-se o Conselho de Administração, composto pelo seu Presidente e oito Administradores. Deste conjunto de Administradores, quatro formam a Comissão Executiva da Sociedade, responsável pela estratégia e gestão corrente dos negócios do Grupo.

Jorge Manuel Batista Magalhães Correia | Presidente do Conselho de Administração
Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz | Vice Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva
Chen Qiyu | Vice Presidente do Conselho de Administração
Fang Yao | Vogal
Lingjiang Xu | Vogal
Ivo Joaquim Antão | Vogal da Comissão Executiva
João Paulo Da Cunha Leite De Abreu Novais | Vogal da Comissão Executiva
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques | Vogal
Tomás Leitão Branquinho Da Fonseca | Vogal da Comissão Executiva

Ivo Antão, Isabel Vaz, Tomás Branquinho da Fonseca e João Abreu Novais

Da estrutura da holding do Grupo, combinada com a estrutura da Luz Saúde - Serviços, ACE, fazem parte as Direções Centrais, que prestam apoio ao Conselho de Administração, bem como serviços às diversas unidades operacionais do Grupo, obtendo assim economias de escala, de conhecimento e de talento e garantindo homogeneidade a nível da estratégia e padrões das várias unidades. As Direções Centrais estão organizadas em áreas específicas: Acreditação e Certificação de Qualidade; Central de Diagnóstico por Imagem; Central de Farmácia e Medicamento; Central de Negociação; Centro Clínico Digital; Comercial; Desenho e Controlo Operacional Clínico; Estratégia e Analítica de Negócio; Formação, Investigação e Inovação; Financeira e Auditoria; Gestão de Risco; Gestão de Valor em Saúde; Infraestruturas, Manutenção e Equipamentos; International Patient Services; Jurídica e de Compliance; Logística e Suporte Operacional; Marketing e Comunicação; Novos Negócios; Organização e Processos; Programas Transversais de Enfermagem; Recursos Humanos; Serviço ao Cliente; Serviços Administrativos e Financeiros; e Sistemas e Tecnologias de Informação.

2.2. Posicionamento Estratégico

As vantagens competitivas da Luz Saúde permitem-lhe beneficiar das tendências que, ao nível local e regional, impulsionam a procura no mercado português da prestação de cuidados de saúde e expandir-se, aproveitando as novas oportunidades, a nível nacional e internacional. As vantagens competitivas do Grupo são, entre outras:

- uma posição de destaque no setor da saúde em Portugal;
- uma rede de unidades de prestação de cuidados de saúde diversificada e geograficamente abrangente;
- investimento em património hospitalar moderno;
- relações de longo prazo com todas as principais entidades pagadoras que operam no setor da saúde em Portugal;
- um modelo assente nos melhores serviços e infraestruturas do setor;
- corpo clínico qualificado, experiente e motivado;
- integração no programa de PPP do setor da saúde; e
- uma equipa de gestão experiente com um historial de gestão do crescimento com base na excelência clínica.

2.2.1. Visão

Ser um operador de referência na prestação de cuidados de saúde, pela prática de uma medicina de excelência e inovação em cuidados de elevada especialização e complexidade.

O compromisso da Luz Saúde é total e absoluto: garantir o melhor diagnóstico e tratamento médico que o talento, a inovação e a dedicação podem proporcionar. A Luz Saúde disponibiliza uma oferta global que assegura a continuidade de cuidados e que responde à evolução das necessidades de saúde ao longo da vida das pessoas.

2.2.2. Missão

Alcançar os melhores resultados de saúde na perspetiva dos doentes através de um diagnóstico e tratamento rápido e eficaz, com absoluto respeito pela sua individualidade e criar uma organização capaz de atrair, desenvolver e reter pessoas excecionais.
Para cumprir a sua Missão, a Luz Saúde, através dos seus colaboradores, assume o compromisso de:

EXCELÊNCIA EM CUIDADOS DE SAÚDE

- Colocar os interesses dos doentes acima dos interesses pessoais e da organização;
- Adotar os mais elevados padrões éticos e profissionais, valorizando a medicina de equipa e a colaboração multidisciplinar para alcançar os melhores resultados em saúde na perspetiva dos doentes;
- Honrar as necessidades e preferências dos doentes, respeitando os seus valores e envolvendo-os e à família nas decisões de cuidados;
- Desenvolver relações de longo prazo com os clientes - doentes e institucionais - baseadas na eficácia, integridade e confiança, contribuindo de forma exemplar para a sustentabilidade económica do sistema de saúde.

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Prestar os melhores cuidados de saúde, na medida em que os avanços científicos e tecnológicos o permitam;
- Praticar uma medicina personalizada baseada, antes de tudo, na relação de confiança inviolável do médico com o seu doente, potenciada pelos avanços da genética clínica e do diagnóstico molecular a par da adoção de tecnologias de medicina computacional e ciência de dados;
- Investir em tecnologia de vanguarda, para realizar tratamentos inovadores com valor clínico cientificamente comprovado;
- Promover investigação científica que contribua de forma relevante para o avanço do conhecimento e focada em alcançar os melhores resultados para os doentes.

TALENTO E FORMAÇÃO

- Trabalhar com os melhores profissionais e promover o seu desenvolvimento contínuo através do investimento na sua formação e da implementação de uma cultura de elevada exigência e superação pessoal baseada na meritocracia;
- Gerir uma estrutura de saúde de elevada qualidade e eficiência, formada por uma equipa de colaboradores de elevado nível, dinâmica e fortemente comprometida com a organização, a sua missão e os seus valores;
- Colaborar com instituições líderes no ensino e na investigação para formar as novas gerações de profissionais de saúde e investigadores.

2.2.3. Valores

Oito valores fundamentais estão na base da cultura da Luz Saúde:

PROCURA INCANSÁVEL DE RESULTADOS

Estamos determinados a atingir resultados ambiciosos e mensuráveis na concretização da nossa missão. Assim, continuamos a perseguir com empenhamento os nossos objetivos finais, mesmo que encontremos dificuldades e constrangimentos ao longo do percurso.

RIGOR INTELECTUAL

Obrigamo-nos a ser críticos em relação a tudo o que fazemos, abordando cada assunto e decisão com rigor e de forma racional, procurando sempre a melhor ideia ou solução.

APRENDIZAGEM CONSTANTE

Refletimos e aprendemos com a nossa experiência, por forma a melhorarmos o nosso desempenho futuro.

RESPONSABILIDADE PESSOAL

Damos o melhor de nós próprios e assumimos a responsabilidade por atingir os melhores resultados possíveis na nossa área de atuação.

RESPEITO E HUMILDADE

Respeitamos os outros e as suas ideias e contamos com o seu contributo. Assumimos as limitações da nossa experiência e valorizamos outras perspetivas.

ATITUDE POSITIVA

Somos ambiciosos nos objetivos. Acolhemos novas ideias com entusiasmo e temos orgulho nos resultados.

INTEGRIDADE

Somos honestos, leais e sérios em tudo o que fazemos. Temos sempre presente os valores e expetativas dos nossos acionistas e, acima de tudo, dos nossos clientes.

ESPÍRITO DE EQUIPA

Acreditamos que o esforço coletivo é a melhor forma de alcançar os nossos objetivos e potenciar o impacto da nossa ação na comunidade.

2.3. Dados-chave da Luz Saúde

2018
545

2019
590

2020
614

2018
55
10,1%

2019
59
10,0%

2020
22
3,6%

2018
1 933

2019
2 146

2020
1 855

2018
611

2019
628

2020
402

2018
67

2019
79

2020
68

2018
1 094

2019
1 123

2020
1 026

3
RELATÓRIO DE GESTÃO

20 ANOS DE LUZ

3
RELATÓRIO DE GESTÃO

3.1. Enquadramento de 2020

Em 2020, a atividade económica em Portugal e no resto do mundo foi profundamente afetada pela propagação da pandemia SARS-CoV-2, pelas medidas de contenção e pelo impacto sobre o comportamento dos agentes económicos. As perdas económicas foram diferenciadas entre países e setores de atividade. As respostas governamentais – monetária, orçamental e prudencial – não têm precedentes em magnitude, celeridade e coordenação, de forma a mitigar os efeitos desta crise na economia mundial.

Neste enquadramento, o PIB Português registou um decréscimo de 7,6% em 2020, projetando o Banco de Portugal um crescimento de 3,9% em 2021, 5,2% em 2022 e 2,4% em 2023. A atividade deverá retomar o nível pré-pandemia apenas no final de 2022, com a melhoria no mercado de trabalho, perspetivando-se um aumento do emprego e uma redução da taxa de desemprego a partir de meados do próximo ano.

As perspetivas económicas permanecem rodeadas de elevada incerteza, estando muito dependentes da evolução da doença e da rapidez da vacinação em larga escala. Embora se projete uma retoma da atividade económica em 2021, o seu ritmo será condicionado pelo impacto da crise sobre a capacidade produtiva e pela necessária reafectação de recursos entre empresas e entre setores.

O cenário macroeconómico descrito, impactou fortemente a atividade do Grupo. Contudo, desde o início desta pandemia que as prioridades se mantiveram inalteradas, nomeadamente: segurança das nossas equipas e dos utentes que frequentam os nossos serviços de saúde, estabilidade da cadeia de abastecimento (com especial atenção aos fornecedores mais frágeis e enfoque nos equipamentos de proteção individual) e manutenção da continuidade dos serviços a operar de acordo com os elevados padrões de qualidade que almejamos e que nos são reconhecidos.

O período de março a maio, foi especialmente difícil pois implicou uma redução drástica da atividade de cuidados de saúde. O Grupo aproveitou este período temporal para reorganizar os circuitos de funcionamento dos diferentes serviços e das suas equipas, o que permitiu em junho voltar a uma normalidade nas operações de acordo com os novos desafios que se colocavam.

Para além do impacto em termos de atividade, importa também salientar a pressão que se faz sentir em termos de mercado de trabalho dos profissionais especializados de saúde, seja de forma direta para combater a pandemia (pois em muitas situações foi necessário ter circuitos separados dentro dos serviços para tratar pacientes COVID e não COVID, o que implica um aumento do número de recursos), seja de forma indireta pela pressão criada pelo aumento de procura por parte do SNS (seja para responder à redução da carga horária ou para combater os efeitos da pandemia), ou do aumento do absentismo por razões relacionadas com apoio à família e por períodos de ausências mais longos por razões de ordem profilática e de doença.

O ano 2020 comportou desafios impensáveis e limitações à atividade prevista, sempre em suspenso e na expectativa da evolução da pandemia, com o equilíbrio possível entre a participação na luta contra a COVID-19 e a necessidade de garantir a assistência aos doentes não COVID.

3.2. Desempenho da Luz Saúde e dos Segmentos de Negócio

Demonstração de Resultados Consolidados

(Unidade: Milhões de Euros)

	2019	2020	Var.
Rendimentos operacionais	**589,9**	**613,7**	**4,0%**
Custos operacionais, sem depreciações e amortizações	(530,9)	(591,7)	11,5%
EBITDA	**59,0**	**22,0**	**-62,7%**
Margem EBITDA	10,0%	3,6%	-6,4 p,p,
Depreciação e Amortizações	(34,5)	(37,9)	9,9%
EBIT	**24,5**	**(15,9)**	**ss**
Margem EBIT	4,2%	(2,6%)	ss
Resultados financeiros	(9,8)	(11,9)	21,4%
EBT	**14,7**	**(27,8)**	**ss**
Impostos	2,1	11,2	ss
Resultado líquido	**16,8**	**(16,6)**	**ss**
Resultado líquido atribuível aos interesses que não controlam	(0,1)	0,3	ss
Resultado líquido atribuível aos acionistas da Luz Saúde	**16,7**	**(16,3)**	**ss**
EPS (euros)	0,176	(0,170)	ss

Em 2020, a Luz Saúde aumentou os seus rendimentos operacionais consolidados em 4,0% face ao período homólogo, atingindo os €613,7 milhões. O impacto negativo que a pandemia provocou nas diferentes unidades do Grupo, em ambos os segmentos privado e público, foi compensado pelo forte crescimento do negócio de logística do Grupo, desenvolvido pela GLSMED Trade.

O EBITDA atingiu o valor de €22 milhões em 2020, representando um decréscimo de 62,7% face a 2019 e a margem EBITDA baixou também para 3,6%, resultado do impacto negativo que a pandemia SARS-CoV-2 teve na atividade, em especial no primeiro semestre do ano, em que se verificou uma diminuição drástica da atividade de prestação de cuidados de saúde com um aumento considerável dos custos, em especial de proteção de colaboradores e clientes.

Esta evolução refletiu-se no resultado líquido negativo atribuível aos acionistas de €16,3 milhões.

RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Rendimentos operacionais por segmento

(Unidade: Milhões de Euros)

	2019	2020	Var.
Rendimentos operacionais consolidados	**589,9**	**613,7**	**4,0%**
Cuidados de saúde privados	477,5	440,9	(7,7%)
Cuidados de saúde públicos	107,4	89,8	(16,4%)
Outras atividades	19,0	101,5	ss
Centro corporativo	25,8	31,0	20,2%
Eliminações	(39,8)	(49,5)	-

Os rendimentos operacionais do segmento de cuidados de saúde privados totalizaram €440,9 milhões, 7,7% abaixo do período homólogo. Este decrécimo foi causado principalmente pelos efeitos da pandemia de SARS-CoV-2, em particular no primeiro semestre.

Os rendimentos operacionais do segmento de cuidados de saúde públicos diminuíram 16,4% face ao período homólogo para €89,8 milhões, fruto do já referido efeito da pandemia de COVID-19. De referir que ao longo do ano, foram emitidos vários despachos e orientações, por parte do Ministério da Saúde, para cancelamento de toda a atividade programada, com um impacto direto nos rendimentos operacionais deste segmento de negócio. O Hospital Beatriz Ângelo, desde o inicio da pandemia. Foi uma das unidades de saúde do país mais afetadas pela pandemia, não só pelo decréscimo de atividade provocado, mas também pelo elevado numero de pacientes COVID-19 tratados.

O segmento de outras atividades obteve € 101,5 milhões de rendimentos operacionais, um aumento impulsionado pelo crescimento significativo das operações da GLSMED Trade, que teve um papel fundamental, em especial na parte inicial da pandemia, para assegurar a disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual e testes de diagnóstico PCR para SARS-CoV-2, não só para todas as Unidades do Grupo, mas também para o Ministério da Saúde e empresas privadas com particular foco no mercado ibérico.

RESULTADOS

EBITDA e margem EBITDA consolidados

(Unidade: Milhões de Euros)

	2019		2020		
	€ milhões	Margem	€ milhões	Margem	Var.
EBITDA consolidado	**59,0**	**10,0%**	**22,0**	**3,6%**	**(62,7)%**
Cuidados de saúde privados	63,0	13,2%	36,1	8,2%	(42,7)%
Cuidados de saúde públicos	(2,9)	(2,7%)	(28,9)	(32,2%)	ss
Outras atividades	0,1	0,6%	10,7	10,5%	ss
Centro corporativo	(0,1)	N.A.	4,2	13,7%	ss

O EBITDA consolidado da Luz Saúde foi de €22 milhões e a margem EBITDA desceu para 3,6% em 2020.
No segmento privado, o EBITDA caiu para os €36,1 milhões, com a margem EBITDA a decrescer de 13,2% em 2019 para 8,2% em 2020. Parte substancial deste decréscimo deveu-se por um lado ao efeito de diminuição da atividade (em especial durante o período de confinamento geral ocorrido de março a maio) devido

à pandemia, e por outro lado ao efeito do acréscimo de custos operacionais, em especial relacionado com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), a par da enorme pressão que se fez sentir em termos de mercado de trabalho dos profissionais especializados de saúde. Adicionalmente, manteve-se a pressão generalizada para redução de preços por parte de algumas entidades pagadoras relevantes, nem sempre reconhecendo a elevada diferenciação da prestação de cuidados de saúde praticada nas unidades do Grupo.

No segmento público, a margem EBITDA caiu para -32,2%, devido também ao efeito acumulado de diminuição de atividade causada pela pandemia, com o aumento de custos com EPI e de outros custos não recorrentes (limpeza, segurança ou transportes, por exemplo) e pelo facto de a maior parte da estrutura de custos ser fixa, nomeadamente custos com pessoal.

Em contraciclo, o segmento de Outras atividades, em específico a subsidiária GLSMED Trade com o apoio da estrutura central da Luz Saúde, como referido acima, reagiram ao efeito negativo que a pandemia teve nas cadeias de abastecimento mundiais para colocarem em campo o seu know-how, tendo implementado num período de tempo recorde uma ponte aérea entre a China e Portugal, tendo este esforço resultado na geração direta de um EBITDA para o Grupo na ordem dos €10,7 milhões.

POSIÇÃO FINANCEIRA

Informação selecionada

(Unidade: Milhões de Euros)

	2019	2020
Ativo fixo	581,3	607,0
Fundo de maneio	36,2	34,5
Dívida líquida	348,0	392,4
Dívida líquida / EBITDA	5,9	17,8

Em 2020, o investimento consolidado da Luz Saúde foi de €67,9 milhões, dos quais €43,9 milhões representam investimento de expansão da rede privada. Os restantes €24,0 milhões corresponderam a investimentos de reposição e atualização tecnológica.

Com este investimento, o total de ativos fixos atingiu €607 milhões no final do período em análise, explicado pela estratégia da empresa de detenção da maioria dos seus ativos, com um património imobiliário significativo, que integra quer as unidades de cuidados de saúde que opera, quer os terrenos onde as referidas unidades se localizam.

Apesar das dificuldades sentidas nos segmentos de prestação de cuidados de saúde (privado e público), a dívida líquida consolidada registou um aumento de €44,4 milhões, valor inferior ao do total do investimento, fruto dos esforços realizados para otimizar o fluxo de caixa gerado pelo negócio. O rácio dívida líquida / EBITDA atingiu 17,8 vezes, face a 5,9 no final de 2019, explicado essencialmente pelo impacto da pandemia na rentabilidade da operação de 2020.

3.3. Principais Riscos e Incertezas para a Luz Saúde

O Grupo encontra-se exposto a um conjunto de riscos como resultado das suas operações.

A Luz Saúde, SA, enquanto entidade mãe do Grupo Luz Saúde e que tem como principal atividade o desenvolvimento e participação em negócios na área da Saúde, encontra-se largamente dependente da atividade e performance das restantes entidades que integram o Grupo Luz Saúde.

RISCOS FINANCEIROS

A Empresa depende fortemente da estrutura financeira das suas participadas e da capacidade de estas gerarem cash flow suficiente para realizarem distribuição de dividendos, pagamento de juros, reembolso de empréstimos realizados pela sociedade e liquidação dos serviços prestados pela Empresa.

Nesta qualidade, a Empresa encontra-se exposta aos riscos do Grupo de uma forma global. Na tabela apresentada a seguir sumarizam-se os riscos financeiros mais significativos a que o Grupo se encontra exposto, assim como a sua monitorização e gestão.

Risco	Exposição	Monitorização	Gestão
Risco de crédito	• Caixa e seus equivalentes • Clientes e outras contas a receber	• Análise da exposição e concentração de risco da carteira de crédito • Monitorização da idade de saldo da carteira de crédito	• Concentração dos depósitos bancários junto das entidades financiadoras do Grupo • Definição de procedimentos de aceitação de clientes e limites de crédito
Risco de liquidez	• Passivos remunerados • Outras contas a pagar	• Fluxos de caixa históricos e previsionais • Cumprimento de rácios financeiros	• Contratação de linhas de crédito para financiar as necessidades da Empresa e do Grupo
Risco de mercado – taxa de juro	• Passivos remunerados	• Análises de sensibilidade	• Contratação de instrumentos financeiros de cobertura de risco

Estes fatores de risco, assim como o seu impacto nas operações do Grupo e gestão por parte do Grupo podem ser detalhados da seguinte forma:

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento de um devedor relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua atividade.

A exposição do Grupo ao risco de crédito prende-se essencialmente com os saldos a receber decorrentes da atividade operacional e dos fundos monetários geridos no âmbito da atividade de tesouraria do Grupo.

A monitorização do risco de crédito decorrente da atividade operacional, é efetuada através de um acompanhamento permanente das carteiras de devedores e dos seus saldos em aberto. Esta abordagem é complementada por procedimentos orientadores para efeitos de avaliação de risco na fase de aceitação de clientes, na sua classificação e na definição de limites de crédito associados, assim como ao nível dos procedimentos e circuitos de cobrança.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efetuado regularmente pelas áreas de Operacionais e Financeira de cada uma das unidades, cabendo à Direção Financeira e Auditoria a monitorização ao nível do Grupo.

No que respeita à gestão de fundos monetários, o Grupo mantém como princípio orientador alinhar a contraparte onde deposita as suas disponibilidades, as entidades

financeiras onde dispõe de linhas de financiamento utilizadas, de forma a criar uma cobertura natural para um potencial evento de crédito que possa ocorrer ao nível da entidade onde os fundos se encontram depositados.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos do Grupo, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento.

A monitorização e gestão da liquidez ao nível do Grupo encontram-se centralizadas na Direção Financeira e Auditoria. Esta gestão tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades e linhas de crédito disponíveis, para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem identificar as ruturas pontuais de tesouraria e acionar os mecanismos tendentes à sua cobertura.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços dos mercados, como sejam câmbios de moedas estrangeiras, taxas de juro ou a evolução das bolsas de valores possam afetar os resultados do Grupo e a sua posição financeira. Dado que o Grupo não se encontra exposto a riscos cambiais relevantes ou de mercados de valores mobiliários, o objetivo definido em termos de gestão de riscos de mercado centra-se essencialmente na monitorização da evolução das taxas de juro que influenciam os passivos financeiros remunerados, contratados com base em taxas de juro indexadas à evolução dos mercados.

Parte substancial das linhas de financiamento contratadas pela empresa é remunerada com base em taxas variáveis dadas pelo índice de referência acrescido de um spread.

Em exercícios anteriores e de forma a equilibrar a exposição à variação das taxas de juro o Grupo contratou instrumentos de cobertura de risco de fluxo de caixa, com o objetivo fixar as taxas de juro de algumas das linha de financiamento de que dispõe, e assim mitigar a exposição ao risco de variação da taxa de juro.

Os instrumentos contratados atendendo ao nível de dívida financeira de que o Grupo dispõe em 31 de dezembro de 2020, e considerando o nível de eficácia que se prevê que estes tenham (atendendo à expectável evolução futura positiva das taxas de juro na União Europeia), permitem dizer que o Grupo passará a ter cerca de 46%, da sua dívida financeira em 31 de dezembro de 2020 exposta a taxa de juro fixa (2019: 45%).

RISCOS ECONÓMICOS

ENVOLVENTE ECONÓMICA

Os rendimentos da Luz Saúde têm origem em atividades localizadas em Portugal. Consequentemente, os resultados operacionais são, e é expectável que continuem a ser, significativamente afetados pelos desenvolvimentos financeiros, económicos e políticos em Portugal, ou que afetem, direta ou indiretamente Portugal, e com particular relevo e exposição nesta altura ao efeito que a pandemia tem na sociedade portuguesa e europeia.

A nível social, Portugal segue as tendências da Europa, com um aumento da esperança média de vida devido a uma melhoria das condições de vida e acesso a avanços da medicina, o que se traduz numa população envelhecida, detentora de novos problemas de saúde e com novas doenças crónicas.

Estamos perante um cenário de longevidade associado a um maior nível de compra. A procura de cuidados de saúde tenderá a aumentar e a Luz Saúde tem de ter capacidade de se adaptar e responder à evolução que as alterações socioeconómicas têm na procura. Perante este contexto socioeconómico, a Luz Saúde tem adotado uma estratégia de expansão e inovação tecnológica.

CONCORRÊNCIA

O setor da saúde em Portugal é competitivo e a concorrência entre hospitais e outros prestadores de cuidados de saúde intensificou-se nos últimos anos, especialmente devido ao crescimento do setor dos cuidados de saúde privados. Os hospitais competem em fatores como reputação, excelência clínica, tecnologia, satisfação dos clientes e preço. A Luz Saúde enfrenta também concorrência de outros prestadores de serviços de saúde, tais como hospitais públicos, clínicas em regime de ambulatório e centros de diagnóstico e terapêutica,

podendo enfrentar ainda a concorrência de prestadores de cuidados de saúde internacionais, que podem começar a prestar no futuro serviços de saúde em Portugal.

Para além disso, nos últimos anos, o setor da saúde em Portugal tem assistido a um movimento de consolidação à medida que os prestadores de cuidados de saúde procuram maior eficiência operacional em resultado da contração da economia e dos comportamentos adversos dos mercados financeiros, o que é expectável que se continue a verificar, registando-se ainda um crescente incremento da oferta de prestação de saúde com recursos a meios telemáticos e digitais, o que representa a entrada de novas entidades no mercado atuando de forma massiva, com fácil capacidade de penetração, situação que até há pouco tempo não era relevante.

Se no futuro a concorrência aumentar, e/ou se passar a prestar serviços que a Luz Saúde não consegue prestar, a concorrência poderá atrair clientes que, de outra forma, recorreriam às unidades de saúde da Luz Saúde, podendo afetar negativamente o volume de pacientes, os preços, a quota global de mercado e as margens da Luz Saúde. Caso estas condições se verifiquem, a posição financeira, resultados operacionais ou as perspetivas futuras da Luz Saúde podem ser afetados de forma adversa.

RISCOS OPERACIONAIS

RISCO CLÍNICO

A atividade da Luz Saúde envolve o tratamento de pacientes com uma variedade de doenças infecciosas. Uma pessoa que seja saudável, ou não esteja infetada, pode contrair doenças transmissíveis graves em resultado da sua permanência ou visita a um hospital, incluindo os da Luz Saúde. Isso poderá dar origem a pedidos de indemnização significativos iniciados contra a Luz Saúde e a danos reputacionais, em consequência das notícias resultantes. Além disso, esses agentes infecciosos podem também infetar os profissionais e, assim, reduzir significativamente a capacidade de tratamento e atendimento nas unidades médicas da Luz Saúde no curto, médio e longo prazo. Além de pedidos de indemnização, qualquer um desses eventos pode provocar diretamente limitações às atividades dos hospitais da Luz Saúde em resultado de quarentenas, encerramento de partes dos hospitais para esterilização, restrições regulatórias sobre licenças e autorizações, ou a retirada das mesmas, e pode resultar indiretamente, por força de danos reputacionais, numa redução da procura das unidades de saúde da Luz Saúde. Qualquer um desses fatores ou eventos pode ter um efeito materialmente adverso sobre os negócios, posição financeira, resultados operacionais ou perspetivas futuras da Luz Saúde.

A Luz Saúde através da Direção de Gestão de Risco procura divulgar, partilhar e implementar as melhoras práticas de monitorização e gestão de riscos de ordem clínica com o objetivo de preventivamente gerir e mitigar a ocorrência dos riscos descritos.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Os sistemas de informação da Luz Saúde são essenciais para uma série de áreas críticas do funcionamento do Grupo, incluindo o sistema de informação de saúde, faturação a clientes, sistemas de gestão de documentos eletrónicos, gestão de materiais clínicos e não-clínicos, contabilidade e auditoria, gestão logística, gestão de recursos humanos, entre outros. Qualquer falha de sistema, falha no abastecimento elétrico ou outra perturbação que cause uma interrupção no serviço ou na disponibilidade dos seus sistemas de informação, ou infraestruturas relacionadas, poderá afetar adversamente o negócio, condição financeira, resultados operacionais ou perspetivas futuras da Luz Saúde.

Além disso, os servidores da Luz Saúde estão potencialmente vulneráveis a vírus informáticos, às condições meteorológicas ou a desastres naturais, invasões e perturbações similares provocadas pelo acesso não autorizado. A ocorrência de qualquer um destes eventos poderá resultar em interrupções, atrasos, perda ou corrupção de dados ou indisponibilidade de sistemas e pode expor a Luz Saúde a responsabilidade em resultado de qualquer furto ou utilização indevida de dados pessoais armazenados nos seus sistemas.

A introdução de inovações tecnológicas associadas às plataformas de serviços, assim como o reforço das medidas técnicas de segurança em redes e sistemas são

aspetos críticos que o Grupo segue de forma constante para monitorizar e mitigar os riscos descritos.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A Luz Saúde é pioneira na promoção da inovação tecnológica e de conhecimento, procurando satisfazer a procura com melhores diagnósticos e melhores tratamentos. O acompanhamento da inovação determina a evolução e o consequente sucesso da organização.

O investimento em investigação e desenvolvimento constitui uma aposta estratégica da Luz Saúde e uma forma de mitigação do risco de diminuição da procura. Neste sentido, em 2020, a Luz Saúde, em associação com outros parceiros, viu ser aprovado o primeiro curso de medicina privado em Portugal, tornando o Hospital da Luz Lisboa um hospital universitário e mantendo assim a sua posição de liderança e inovação em medicina, no nosso país e na Europa.

O Grupo Luz Saúde através da GLSMed Learning Health (GLSLH), empresa direcionada para a formação, investigação e inovação nos domínios da prestação e gestão de cuidados de saúde, desenvolveu parcerias com as universidades numa ótica de retenção de talentos e obtenção de novas colaborações. A GLSLH apoia também startups na área da saúde promovendo o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores.

Os avanços tecnológicos na medicina continuam a suceder rapidamente. De forma a competir por médicos e pacientes com outros prestadores de serviços de saúde, a Luz Saúde tem que avaliar constantemente as suas necessidades em termos de equipamentos médicos e atualizar o equipamento em linha com os avanços tecnológicos verificados e as necessidades dos clientes. O custo de tais equipamentos representa uma despesa de investimento significativa. Se a Luz Saúde não tiver capacidade de adquirir nova tecnologia, de tal modo que os profissionais médicos não consigam prestar os serviços necessários ou acabem por abandonar os hospitais da Luz Saúde, isso poderá ter um efeito materialmente adverso nos negócios, condição financeira, resultados operacionais e nas perspetivas futuras da Luz Saúde.

DEPENDÊNCIA DE PARCEIROS

Os rendimentos da Luz Saúde resultam, sobretudo, de seguros de saúde privados suportados pelos pacientes ou empresas, subsistemas de saúde públicos (planos de saúde para funcionários públicos, atuais e reformados e seus dependentes) e desde a abertura do HBA (parceria público-privada) do Ministério da Saúde português.

O sucesso futuro da Luz Saúde depende, em parte, da sua capacidade de manter boas relações com as Entidades Pagadoras. Se a relação da Luz Saúde com as Entidades Pagadoras se deteriorar, pode ser incapaz de negociar acordos de preços favoráveis e/ou o seu negócio pode ser adversamente afetado.

A Luz Saúde está ainda exposta ao risco das Entidades Pagadoras poderem rejeitar, alterar, atrasar ou incumprir os pedidos de pagamento submetidos no decurso da prestação de serviços a pacientes cobertos por planos de saúde relevantes. Este risco pode ter origem em erro humano ou informático, falhas de compatibilidade de sistemas e processos entre a Luz Saúde e as Entidades Pagadoras, ou em dificuldades financeiras, tais como constrangimentos de liquidez e problemas de insolvência por parte das Entidades Pagadoras.

GESTÃO DE TALENTO

O desempenho da Luz Saúde depende da capacidade para atrair e reter médicos e outros profissionais de saúde, como enfermeiros e técnicos de saúde experientes e de elevada qualidade. O recrutamento e retenção de médicos e outros profissionais de saúde qualificados competem com outros prestadores de cuidados de saúde, públicos e privados, incluindo os localizados noutros países da UE.

A reputação, qualificação, especialidades e capacidade dos profissionais de saúde nas várias unidades são fundamentais para a sua capacidade de atrair e reter clientes. Assim sendo, o sucesso da atividade da Luz Saúde depende do número e qualidade dos médicos e restantes profissionais de saúde e da manutenção de boas relações profissionais com os mesmos.

Pacote remuneratório, reputação do hospital, dimensão e composição da base de clientes, gestão e estratégia do hospital, qualidade dos equipamentos e instalações, qualidade e número de médicos e pessoal de apoio e posição de liderança no mercado são fatores consi-

derados importantes pelas pessoas para a tomada de decisão sobre a escolha do seu empregador.

Aspetos como a definição de planos de carreira, definição e desenvolvimento de perfis de competências, crescimento profissional através de *on the job training* ou através da participação em programas de formação (em formato e-learning ou em formato presencial), participação em eventos setoriais relevantes para os profissionais da Luz Saúde, ou a dinamização de ações internas que visam promover a inclusão e participação de todos os colaboradores na estratégia do Grupo, fazem parte da política de gestão de talento promovida pelo Grupo, através da Direção de Recursos Humanos.

EVOLUÇÃO DA PANDEMIA DE SARS-CoV-2

Em 2020 surgiu um novo risco com um enorme impacto na atividade das unidades do Grupo: o risco de pandemia, em particular o de SARS-CoV-2.

A resposta à pandemia foi realizada de uma forma transversal em todo o grupo, desde logo com a garantia de proteção para todos os colaboradores e doentes. Para esse efeito em muito contribuiu a GLSMED Trade (empresa de logística do Grupo Luz Saúde), que desde o início da pandemia procurou respostas efetivas para assegurar que em todas as unidades não haveria falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), num ambiente de grande escassez e de flutuações de preços no mercado mundial.

A título de exemplo, a GLSMED Trade garantiu em 2020 a aquisição de mais de 100 milhões de EPI, com 13 voos fretados, em especial da China, permitindo o abastecimento não só às unidades do Grupo, mas também a inúmeras empresas portuguesas (incluindo empresas e hospitais públicos), espanholas, francesas e inglesas. A manutenção desta estratégia, e de assegurar um stock mínino, é uma das formas de mitigar o risco de escassez dos EPI.

A nível operacional, a organização das unidades do Grupo passaram por uma alteração profunda, ao longo do ano, com a implementação de modelos de contingência para diagnosticar e prestar cuidados a doentes infetados pelo SARS-CoV-2, bem como pela redução da atividade eletiva, para minimizar o risco de contágio. Estas alterações traduziram-se num impacto financeiro negativo bastante significativo em todas as unidades, sendo que os seus efeitos ainda se sentem no momento presente.

O impacto financeiro e operacional, apesar de transversal a todas as unidades do Grupo, foi especialmente relevante no Hospital da Luz Lisboa, que esteve na linha da frente do combate à COVID19, inclusive com doentes originários do SNS, não permitindo a rentabilização da abertura da nova área de expansão, e no Hospital Beatriz Ângelo, afetando de forma exponencial a sua atividade, tendo inclusive atingido uma taxa de ocupação de doentes COVID19 positivos superior a 80% das suas camas médico-cirúrgicas, com um impacto muito relevante no seu desempenho financeiro.

Foi desde a primeira hora efetuada uma divisão das diferentes unidades do grupo, entre as que garantiam a possibilidade de manter circuitos de doentes respiratórios e não respiratórios separados e em segurança, e as que não reuniam essas condições, de forma a garantir a confiança dos clientes e dos profissionais.

O papel do Grupo Coordenador de Controlo de Infeção, em conjunto com os Grupos de cada uma das unidades, foi também fundamental para, com o apoio do Conselho de Administração, permitir a elaboração de normas técnicas, processos e procedimentos na abordagem aos doentes com COVID positivo, na utilização de EPI, na limpeza e desinfeção de espaços e superfícies, entre outros.

Não estando ainda mitigado o risco de exposição ao SARS-CoV-2, 2021 será ainda um ano de incerteza, com a evolução da pandemia, por um lado, e as estratégias nacionais de combate, por outro (como por exemplo a campanha de vacinação), a serem determinantes na evolução da atividade das diferentes unidades.

RISCO CONTRATUAL HOSPITAL BEATRIZ ÂNGELO

A 17 de janeiro de 2020 a Entidade Pública Contratante – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo – informou, a subsidiária SGHL, que o Contrato de Gestão não seria renovado por um período adicional de 10 anos. De forma a preparar a transmissão do Hospital, foram organizados 10 grupos de trabalho, distribuídos pelas diferentes áreas, para estruturar a informação e

questões a serem discutidas com a Entidade Pública Contratante.

De realçar que o benefício económico para o Estado Português da parceria público-privada do Hospital Beatriz Ângelo resulta claro da análise comparativa dos custos operacionais por doente-padrão desta unidade a nível nacional e, em particular, no contexto da ARS Lisboa e Vale do Tejo onde opera.
Em termos das principais questões com impacto financeiro relevante, destacam-se os Tribunais Arbitrais que decorrem atualmente, assim como o pedido de reequilíbrio financeiro já solicitado devido aos efeitos que a pandemia teve na atividade do HBA.
Relativamente ao reconhecimento do direito do Hospital Beatriz Ângelo ao financiamento das prestações de saúde adicionais realizadas no âmbito dos cuidados em regime de ambulatório aos doentes VIH/SIDA, durante o ano 2020 iniciou-se o Tribunal Arbitral relacionado com este tema, o mecanismo de resolução de litígios previsto no Contrato de Gestão para a resolução desta questão. De assinalar que também a pandemia provocou atrasos no andamento deste Tribunal, prevendo-se a decisão final no decorrer do primeiro semestre de 2021.

Iniciar-se-á ainda em 2021 o Tribunal Arbitral para resolver litígios relacionados com o que a SGHL entende ser um incumprimento contratual por parte do Estado Português das obrigações que assumiu para com a Empresa no Contrato de Gestão, relativo, por um lado, aos critérios aplicáveis na determinação da remuneração a atribuir à SGHL pelas diferentes prestações de saúde efetuadas e, por outro, à metodologia seguida, e respetivas consequências, na avaliação de desempenho da SGHL no âmbito do Contrato de Gestão.

Relacionado com o impacto na operação do HBA em 2020, em termos de diminuição de atividade e de aumento de custos, foi também enviado à Entidade Pública Contratante, de acordo com as regras do Contrato de Gestão, um pedido fundamentado de reequilibrio financeiro, aguardando-se ainda resposta.

3.4. Informação Ambiental

A preocupação com o desenvolvimento sustentável na área ambiental, com vista a não comprometer a capacidade das gerações vindouras em suprir as próprias necessidades, conduz as organizações a olhar com especial atenção ao tema das economias dos recursos e da eficiência energética. Neste âmbito, tem-se procurado divulgar nas unidades da Luz Saúde informação no âmbito da proteção ambiental: eficiência energética; economia de recursos visando minimizar impactos ambientais em energia, gás e água; redução de emissões de gases e líquidos; triagem adequada dos resíduos, entre outros.

As atividades exercidas por algumas empresas participadas pela Luz Saúde estão sujeitas a legislação específica relativa ao tratamento dos resíduos gerados, tendo sido cumpridas todas as normas e diretivas aplicáveis, em cada local e para cada atividade específica. Adicionalmente, realizou-se um conjunto de sessões de formação sobre processos de separação e tratamento dos vários tipos de resíduos hospitalares, destinado a colaboradores de várias unidades do Grupo Luz Saúde.

Nos casos relevantes, as participadas subcontrataram a empresas especializadas a destruição de todo o lixo clínico e tóxico produzido, estando assim em conformidade com a lei.

No ano de 2020, no âmbito do desenvolvimento das suas atividades, o Grupo não incorreu em encargos significativos de caráter ambiental, não se encontrando registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de caráter ambiental, nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

3.5. Eventos Subsequentes

Desde 31 de dezembro de 2020 e a data de aprovação deste relatório não se verificaram eventos relevantes significativos que não se encontrem refletidos nestas demonstrações financeiras.

3.6. Perspetivas para 2021

A evolução da pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 será claramente determinante para a atividade das diferentes unidades do Grupo Luz Saúde. A terceira vaga do vírus, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2021, não permitiu o arranque como esperado da atividade das unidades, com os esforços das maiores unidades do Grupo (Hospital da Luz Lisboa e Hospital Beatriz Ângelo) dedicados em grande medida ao atendimento (urgência e internamento) de doentes COVID positivo.

Com a evolução do plano nacional de vacinação contra a COVID e a abertura gradual da atividade económica do país, perspetiva-se a possibilidade, na ausência de uma nova vaga de infeções, de as unidades poderem por um lado retomar a atividade ao nível do passado e, por outro lado, acompanhar o esforço nacional de recuperação do tratamento dos doentes não COVID.

Em simultâneo, ao longo de 2021, a Luz Saúde concentrar-se-á no crescimento das unidades que foram alvo de processos de expansão e renovação, a fim de potenciar o crescimento e melhorar a rentabilidade, com uma forte aposta na digitalização de processos e otimização de estruturas operacionais. Por fim, a Luz Saúde continuará ativa na concretização de oportunidades de consolidação no mercado nacional.

Adicionalmente, manter-se-á a intensificação na aposta nos meios digitais, com a rentabilização dos investimentos já efetuados nas plataformas My Luz e Luz 24, potenciada com a pandemia, possibilitando o crescimento da realização nomeadamente de videoconsultas, programadas e urgentes, assim como a implementação de programas clínicos estruturados, assentes em primeira instância em meios digitais, nas áreas da oncologia, pós-COVID, bem-estar e Medicina Geral e Familiar

No segmento de cuidados de saúde públicos, o Grupo estará focado na manutenção dos elevados padrões de qualidade e eficácia clínica dos serviços prestados aos seus utentes a par da continuação da implementação de iniciativas de aumento de eficiência.

No início de 2020 o Estado português comunicou à SGHL que não pretende renovar o Contrato de Gestão, com término a 18 de janeiro de 2022. A partir de junho de 2020 foi criada e iniciou os seus trabalhos uma estrutura de 10 grupos de trabalho dotados de uma coordenação única, para desenvolver as atividades de preparação da transmissão do estabelecimento hospitalar no final do Contrato de Gestão, cujos trabalhos decorrerão ao longo do presente ano, aguardando-se ainda a nomeação dos representados por parte da Entidade Pública Contratante.

Relativamente à expansão internacional da Luz Saúde, o Grupo mantém a análise ativa de oportunidades de expansão para outras geografias, no contexto do acionista Fidelidade/Fosun.

3.7. Proposta de Aplicação de Resultados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apurou-se um resultado líquido consolidado negativo de €16 289 795 e um resultado líquido nas contas individuais de €5 244,75.

O valor do resultado líquido individual resulta do facto da sociedade ter, de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis, reconhecido, nas contas do exercício, um valor de €387 767 euros como montante afeto a distribuição de lucros por colaboradores e Administradores Executivos da sociedade. No caso dos Administradores executivos a determinação deste valor está dependente da decisão da Comissão de Remunerações da sociedade.

Neste enquadramento e nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 2020, no montante global de €5 244,75, apurado com base nas demonstrações financeiras individuais, tenha a seguinte aplicação:

(i) Reserva Legal: €263,00
(ii) Reservas Livres: €4 981,75

3.8. Autorizações Concedidas a Negócios entre a Sociedade e os seus Administradores

Não existe qualquer autorização concedida a negócios entre a sociedade e os seus administradores nos termos do art. 397º do Código das Sociedades Comerciais.

3.9. Outras informações

Informação sobre a participação dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização no capital da empresa a 31 de dezembro de 2020

De acordo com o disposto no nº 5 do artigo 447º do Código de Sociedades Comerciais, a Luz Saúde, S.A. comunica que nenhum dos membros de órgãos de administração e de fiscalização possui qualquer participação no capital da empresa a 31 de dezembro de 2020.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas, Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., não detinha quaisquer ações, em 31 de dezembro de 2020, não tendo realizado transações com quaisquer títulos da Luz Saúde, SA.

INFORMAÇÃO SOBRE AÇÕES PRÓPRIAS

Durante o período entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 não foram realizadas operações com ações da Luz Saúde.

Em 31 de dezembro de 2020, não existiam ações próprias detidas pela Luz Saúde, SA.

Lisboa, 30 de abril de 2021

(Jorge Manuel Batista Magalhães Correia)

(Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz)

(Chen Qiyu)

(Lingjiang Xu)

(Fang Yao)

(Ivo Joaquim Antão)

(João Paulo da Cunha Leite de Abreu Novais)

(Rogério Miguel Antunes Campos Henriques)

(Tomás Leitão Branquinho da Fonseca)

AMP
NÃO RESPIRATÓRIOS
AMP
NÃO RESPIRATÓ
AMP

4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

20 ANOS DE LUZ

4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração consolidada do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Montantes expressos em euros

	Notas	31-dez-20	31-dez-19
Rendimentos e ganhos			
Prestação de serviços	4.2	529 583 545	587 041 598
Vendas	4.2	78 809 123	-
Outros rendimentos e ganhos operacionais	5	5 344 281	2 821 768
Outros rendimentos e ganhos financeiros	10	386 310	439 913
Total de rendimentos e ganhos		**614 123 259**	**590 303 279**
Gastos e perdas			
Inventários consumidos e vendidos	6	(156 045 109)	(92 227 051)
Materiais e serviços consumidos	7	(252 080 106)	(262 709 278)
Gastos com o pessoal	8	(174 806 659)	(169 742 282)
Gastos de depreciação e amortização	13	(37 878 518)	(34 505 621)
Outros gastos e perdas operacionais	9	(8 233 359)	(5 220 972)
Provisões, líquidas	15.1	2 269 922	299 332
Imparidade de dívidas a receber, líquida	12.1.4	(2 783 207)	(1 257 117)
Juros e outros gastos e perdas financeiras	10	(12 330 788)	(10 263 861)
Total de gastos e perdas		**(641 887 824)**	**(575 626 850)**
Resultado antes de imposto		**(27 764 565)**	**14 676 429**
Imposto sobre o rendimento	11.1	11 155 843	2 071 497
Resultado líquido do exercício		**(16 608 722)**	**16 747 926**
Outro rendimento integral			
Itens que poderão ser reclassificados para resultados:			
Justo valor dos instrumentos de cobertura dos fluxos de caixa, líquido de imposto	18	588 457	(329 071)
Outro rendimento integral do exercício		**588 457**	**(329 071)**
Rendimento integral do exercício		**(16 020 265)**	**16 418 855**
Resultado líquido atribuível a:			
Acionistas da Empresa		(16 289 795)	16 692 533
Interesses que não controlam	14.4	(318 927)	55 393
Rendimento integral atribuível a:			
Acionistas da Empresa		(15 701 338)	16 363 462
Interesses que não controlam	14.4	(318 927)	55 393
Resultado por ação - básico	**14.3**	**(0,170)**	**0,176**
Resultado por ação - diluído	**14.3**	**(0,170)**	**0,176**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020

Montantes expressos em euros

	Notas	31-dez-20	31-dez-19
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	13.1	348 356 031	343 037 913
Ativos sob direito de uso	13.2	95 641 832	78 647 142
Ativos intangíveis	13.3	154 444 472	154 462 558
Investimentos em associadas	13.4	856 637	875 718
Outros ativos financeiros	13.5	7 671 048	4 315 319
Outros ativos não correntes	12.4	1 474 243	1 653 176
Ativos por impostos diferidos	11.4	18 890 571	8 359 953
Total do ativo não corrente		**627 334 834**	**591 351 779**
Ativo corrente			
Inventários	12.2	20 142 619	13 177 955
Outros ativos correntes	12.4	7 651 576	3 992 822
Clientes e outras contas a receber	12.1	127 546 818	153 410 073
Impostos sobre o rendimento a receber	11.3	3 308 575	1 590 477
Caixa e seus equivalentes	14.5	17 164 116	67 371 794
Total do ativo corrente		**175 813 704**	**239 543 121**
Total do ativo		**803 148 538**	**830 894 900**
Capital próprio			
Capital e reservas			
Capital		95 542 254	95 542 254
Prémio de emissão		61 795 793	61 795 793
Reservas e resultados acumulados		90 300 473	105 980 986
Total do capital próprio atribuível aos acionistas	**14.2**	**247 638 520**	**263 319 033**
Interesses que não controlam	14.4	1 503 218	2 004 475
Total do capital próprio		**249 141 738**	**265 323 508**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15.1	9 154 871	11 510 842
Empréstimos	14.6	256 328 833	213 666 623
Instrumentos financeiros derivados	18	3 305 152	3 771 157
Passivos por locação	14.6	75 410 909	64 381 203
Total do passivo não corrente		**344 199 765**	**293 329 825**
Passivo corrente			
Fornecedores	12.3	41 027 803	45 396 282
Outras contas a pagar	12.3	79 524 053	80 661 798
Empréstimos e descobertos bancários	14.6	59 729 214	120 795 212
Passivos por locação	14.6	18 045 907	16 501 218
Proveitos diferidos e outros passivos correntes	15.2	11 480 058	8 887 057
Total do passivo corrente		**209 807 035**	**272 241 567**
Total do passivo		**554 006 800**	**565 571 392**
Total do capital próprio e do passivo		**803 148 538**	**830 894 900**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Montantes expressos em euros

	Notas	31-dez-20	31-dez-19
Atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		643 188 773	585 972 566
Pagamentos a fornecedores		(433 266 459)	(353 393 876)
Pagamentos ao pessoal		(101 387 041)	(96 101 915)
Caixa geradas pelas operações		**108 535 273**	**136 476 775**
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento	11	(625 199)	604 548
Outros recebimentos/(pagamentos) operacionais		(82 478 648)	(75 472 222)
Fluxo das atividades operacionais		**25 431 426**	**61 609 101**
Atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Venda do negócio e ativos da unidade de Gaia	5	7 700 000	-
Ativos fixos tangíveis		187 994	74 063
Subsídios ao investimento		420 653	573 344
Juros e rendimentos similares		2 560	11 428
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(34 656 321)	(55 008 557)
Ativos intangíveis		(3 080 856)	(2 973 774)
Aquisição de interesses que não controlam		(153 000)	(59 500)
Aquisição de outros ativos financeiros		(3 200 000)	(3 040 310)
Fluxo das atividades de investimento		**(32 778 970)**	**(60 423 306)**
Atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		976 823 678	753 500 438
Outras operações de financiamento		6 706	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(998 459 862)	(721 475 093)
Locações	13.2	(19 104 525)	(15 411 216)
Juros e gastos similares	10	(9 490 817)	(10 323 202)
Fluxo das atividades de financiamento		**(50 224 820)**	**6 290 927**
Variação de caixa e seus equivalentes		**(57 572 364)**	**7 476 722**
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	**14.5**	**67 371 794**	**59 895 072**
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	**14.5**	**9 799 430**	**67 371 794**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Montantes expressos em euros

	Capital	Prémios de emissão	Reservas e resultados acumulados	Total do capital próprio atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
Em 1 de janeiro de 2019	**95 542 254**	**61 795 793**	**89 604 463**	**246 942 510**	**2 032 690**	**248 975 200**
Transações com detentores de capital próprio						
Aquisição de interesses que não controlam	-	-	13 061	**13 061**	(83 608)	**(70 547)**
Total de transações com detentores de capital próprio	-	-	13 061	**13 061**	(83 608)	**(70 547)**
Resultado líquido do exercício	-	-	16 692 533	**16 692 533**	55 393	**16 747 926**
Outro rendimento integral do exercício	-	-	(329 071)	**(329 071)**	-	**(329 071)**
Em 31 de dezembro de 2019	**95 542 254**	**61 795 793**	**105 980 986**	**263 319 033**	**2 004 475**	**265 323 508**
Em 1 de janeiro de 2020	**95 542 254**	**61 795 793**	**105 980 986**	**263 319 033**	**2 004 475**	**265 323 508**
Transações com detentores de capital próprio						
Aquisição de interesses que não controlam	-	-	20 825	**20 825**	(182 330)	**(161 505)**
Total de transações com detentores de capital próprio	-	-	20 825	**20 825**	(182 330)	**(161 505)**
Resultado líquido do exercício	-	-	(16 289 795)	**(16 289 795)**	(318 927)	**(16 608 722)**
Outro rendimento integral do exercício	-	-	588 457	**588 457**	-	**588 457**
Em 31 de dezembro de 2020	**95 542 254**	**61 795 793**	**90 300 473**	**247 638 520**	**1 503 218**	**249 141 738**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

(Montantes expressos em euros)

A. Entidade, eventos relevantes e alterações no exercício

1. Entidade de reporte

A Luz Saúde, SA (a seguir designada "Luz Saúde" ou "Empresa" e conjuntamente com as suas subsidiárias, designada por "Grupo") é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, na rua Carlos Alberto da Mota Pinto 17 – 9º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 504 885 367, empresa-mãe do Grupo Luz Saúde, grupo composto por empresas que atuam na área da prestação de cuidados de saúde, incluindo a gestão de hospitais de agudos, clínicas de ambulatório, hospitais residenciais, um hospital do Sistema Nacional de Saúde (SNS) em regime de parceria público-privada (PPP) e residências sénior com serviços.

A Luz Saúde é controlada pela Fosun International Holdings, Ltd (Fosun) através da Fidelidade – Companhia de Seguros, SA (Fidelidade).

1.1. Eventos relevantes de 2020

A normal atividade do Grupo ao longo do exercício de 2020, a sua posição financeira e a performance económica foram impactadas pelos seguintes eventos:

- Decréscimo significativo da atividade de prestação de serviços de saúde privada do Grupo, durante o período de estado de emergência e confinamento decretado pelas Autoridades Portuguesas devido à pandemia COVID-19, ocorrido entre os meses de março e junho de 2020;
- Atividade da parceria público-privada, fortemente influenciada pelo impacto da pandemia COVID-19 desde o início da mesma até dezembro de 2020, não tendo sido atingidos os valores mínimos de produção subjacentes ao contrato de gestão, o que originou um acentuado desequilíbrio económico e financeiro na atividade daquela unidade de saúde;
- Acréscimo de atividade da subsidiária GLSMED Trade, aproveitando o seu conhecimento da cadeia de abastecimento de dispositivos e consumíveis clínicos, para alavancar o seu nível de atividade de forma muito significativa;
- Conclusão dos trabalhos de remodelação da unidade de saúde do Hospital da Luz Lisboa, nomeadamente na realização de obras de remodelação no edifício original para transformar estas instalações de acordo com o novo modelo organizacional do hospital;
- Conclusão do processo de alienação da unidade de saúde do Hospital do Mar em Gaia (nota B5);
- Decisão favorável ao Grupo por parte do Supremo Tribunal Administrativo na disputa com a Autoridade Tributária (AT) relativamente à dedutibilidade de encargos financeiros suportados pelo Grupo em exercícios anteriores (nota E19.1.3).

1.2. Pandemia SARS-COV-2

O exercício de 2020 fica marcado pelo contexto de grande incerteza, causada direta e indiretamente pela pandemia SARS-COV-2, usualmente denominada COVID-19.

Desde fevereiro de 2020 a gestão do Grupo tem vindo a acompanhar de perto todos os desenvolvimentos relacionados com esta pandemia, tendo implementado

as medidas consideradas adequadas em função das recomendações emanadas das autoridades nacionais e internacionais relevantes, nomeadamente a Organização Mundial de Saúde, o Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças e em especial a Direção Geral de Saúde.

Foram implementadas as medidas operacionais necessárias para reforçar a segurança dos colaboradores, utentes e demais *stakeholders*, introduzindo-se os necessários ajustes nas diferentes áreas de atividade do Grupo, nas fases de confinamento e desconfinamento.

A pandemia teve um reflexo muito acentuado nas operações do Grupo, nomeadamente em termos da atividade dos diferentes segmentos, assim:

(i) no caso do segmento privado, a pandemia teve forte incidência no período de março a maio, consequência do desconhecimento sobre os efeitos da pandemia e das regras de confinamento e limitação de mobilidade a que população esteve sujeita. Assim no período de tempo supra referido, o segmento de negócio operou abaixo do nível de *break even*, isto apesar da grande capacidade do modelo de negócio em ajustar a sua estrutura de custos de forma rápida a uma quebra do nível de atividade;

(ii) no caso do segmento público o efeito foi mais prolongado no tempo, ie desde o inicio da pandemia até à data de aprovação deste relatório, e se por um lado a pandemia de *per si* impactou as operações pelos mesmos fatores que apontámos na alínea anterior, a este fator acresce as limitações impostas pela entidade contratante, no que respeita ao desenvolvimento de nova atividade, situação que contribuiu para uma redução de atividade muito significativa, e que tal como no caso segmento privado levou a que este segmento tenha operado abaixo do nível de *break even* operacional (de março a dezembro);

(iii) de forma alternativa a subsidiária GLST aproveitou as dificuldades sentidos pelas cadeias de abastecimento a nível mundial, para conseguir realizar um conjunto de operações muito relevantes que originaram receitas adicionais para o Grupo na ordem dos €78,8 milhões, através dos esforços encetados para conseguir importar equipamento de proteção individual para os profissionais de saúde do Grupo, do SNS e algumas empresas privadas do mercado ibérico.

Se a quantificação da perda de receitas nos segmentos de prestação de cuidados de saúde se mostra um exercício de difícil realização, em termos de gastos no conjunto de todas as unidades que integram o Grupo, estima-se que o total de gastos adicionais incorridos pelo Grupo possa ascender a cerca de €10 milhões em resultado direto das medidas, procedimentos e contribuições relacionadas com a pandemia.

Consequência destes efeitos, o Grupo no corrente exercício apresentou um prejuízo na ordem dos €16,6 milhões, o que leva a que os capitais próprios tenham atingido um valor na ordem dos €249,1 milhões com um nível de autonomia financeira de 31%.

Em termos de gestão da liquidez o Grupo aproveitou o ano de 2020, para renegociar uma parte significativa das suas linhas de financiamento, procurando atingir dois objetivos, conseguir assegurar níveis de liquidez adequados às suas operações e alargar a maturidade das suas linhas de financiamento. Os esforços desenvolvidos em 2020, permitiram em ambos os casos atingir os objetivos definidos, e como tal o Grupo no final do ano dispunha de linhas de financiamento disponíveis na ordem dos €54,7 milhões de euros, o que adicionado à 2ª tranche do empréstimo obrigacionista, no montante de €15 milhões, realizada em 31 de março de 2021, permitem assegurar as necessidades de financiamento do Grupo até final do exercício de 2021.

Tendo em conta os factos ocorridos até ao momento, e ainda que os próximos meses continuem envoltos em incerteza quanto à situação epidemiológica e às medidas implementadas, o Conselho de Administração atendendo ao histórico recente das operações e aos níveis de financiamento contratualizados não estima que os impactos da pandemia possam colocar em causa a continuidade das operações da Empresa e das suas subsidiárias, e como tal estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

1.3. Composição do grupo e alterações

1.3.1. Composição do Grupo em 31 de dezembro de 2020

Em 31 de dezembro de 2020 as empresas que compõem o Grupo são as seguintes:

	Sede	Percentagem do capital detido[1]		Segmento
		31-dez-20	31-dez-19	
Empresa mãe:				
Luz Saúde, SA	Lisboa	-	-	Centro corporativo
Subsidiárias:				
Capital Criativo Health Care Investments II, SA ("CCHCI II") [2]	Lisboa	80,00%	80,00%	Privado
Casas da Cidade - Residências Sénior de Carnaxide, SA ("CASAS CARNAXIDE")	Oeiras	100,00%	100,00%	Outras atividades
Casas da Cidade - Residências Sénior, SA ("CASAS")	Lisboa	100,00%	100,00%	Outras atividades
CRB - Clube Residencial da Boavista, SA ("CRB")	Porto	100,00%	100,00%	Privado
GLSMED Learning Health, SA ("GLSLH")	Lisboa	100,00%	100,00%	Outras atividades
GLSMED Trade, SA ("GLST")	Lisboa	100,00%	100,00%	Outras atividades
HME - Gestão Hospitalar, SA ("HME")	Évora	100,00%	100,00%	Privado
Hospital da Luz Arrábida, SA ("HAG")	V. N. Gaia	100,00%	100,00%	Privado
Hospital da Luz Aveiro, SA ("HLA")	Aveiro	95,33%	93,98%	Privado
Hospital da Luz - Centro Clínico da Amadora, SA ("HL-CCA")	Amadora	100,00%	100,00%	Privado
Hospital da Luz Coimbra, SA ("HLC")[2]	Coimbra	80,00%	80,00%	Privado
Hospital da Luz Guimarães, SA ("HLG")	Guimarães	100,00%	100,00%	Privado
Hospital da Luz Oeiras, SA ("HLO")	Oeiras	100,00%	100,00%	Privado
Hospital da Luz, SA ("HLL")	Lisboa	100,00%	100,00%	Privado
Hospital Residencial do Mar, SA ("HRM")	Loures	75,00%	75,00%	Privado
HOSPOR - Hospitais Portugueses, SA ("HOSPOR")	Póvoa de Varzim	100,00%	100,00%	Privado
Luz Saúde - Serviços, ACE ("ACE") [3]	Lisboa	100,00%	100,00%	Centro corporativo
Luz Saúde - Unidades de Saúde e de Apoio à Terceira Idade, SA ("USATI") [4]	Lisboa	100,00%	100,00%	Mix
RML - Residência Medicalizada de Loures, SGPS, SA ("RML")	Lisboa	75,00%	75,00%	Privado
Hospital da Luz Funchal, SA ("HLF")	Funchal	81,35%	81,35%	Privado
SGHL - Sociedade Gestora do Hospital de Loures, SA ("SGHL")	Lisboa	99,99%	99,99%	Público
Surgicare - Unidades de Saúde, SA ("SURGICARE")	Lisboa	100,00%	100,00%	Privado
Vila Lusitano - Unidades de Saúde, SA ("VLUSITANO")	Lisboa	75,00%	75,00%	Privado

(1) a percentagem de capital detido inclui a percentagem detida direta e indiretamente pela Luz Saúde, SA em cada uma das subsidiárias.
(2) a Luz Saúde, SA detém uma opção de compra dos restantes 20% das ações da sociedade, como tal, para efeitos de consolidação considerou-se que o interesse do Grupo nestas sociedades é de 100%. Em março de 2021 a Luz Saúde, SA exerceu a referida opção de compra
(3) a Luz Saúde – Serviços, ACE, constituída sem capital social, agrupa treze sociedades participadas do Grupo. A percentagem indicada é referente aos votos detidos.
(4) a Luz Saúde – Unidades de Saúde e de Apoio à Terceira idade, SA pertence em simultâneo aos segmentos Privado e Outras atividades

Em 31 de dezembro de 2020 as empresas associadas são as seguintes:

	Sede	Percentagem do capital detido	
Empresas associadas		**31-dez-20**	**31-dez-19**
GENOMED - Diagnósticos de Medicina Molecular, SA ("GENOMED")	Lisboa	37,50%	37,50%
HL - Sociedade Gestora do Edifício, SA	Oeiras	10,00%	10,00%

1.3.2. Alterações no perímetro do Grupo

Tal como em 2019, em 2020, não ocorreram operações relevantes que alterassem a composição do Grupo face à estrutura societária em 31 de dezembro de 2019.

Ainda que não afetando a estrutura societária do Grupo, importa salientar a conclusão em outubro de 2020 do processo de alienação da unidade de saúde do Hospital do Mar em Gaia (nota B5).

1.4. Eventos subsequentes

Desde a data de encerramento a que as presentes demonstrações financeiras consolidadas se referem até à data de aprovação das mesmas, não se verificaram quaisquer eventos significativos que não se encontrem refletidos nestas demonstrações financeiras consolidadas.

2. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração de 30 de abril de 2021, estando estas ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

3. Bases de preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (nota A1.3.1) e tomando por base o custo histórico, de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adotadas pela União Europeia a 31 de dezembro 2020, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados e ativos financeiros reconhecidos ao justo valor por resultados.

Fazem parte daquelas normas, quer as IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). O conjunto daquelas normas e interpretações é designado genericamente por "IFRS".

As demonstrações financeiras estão expressas em euros, que é a moeda funcional e de apresentação.

3.1. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, capitais próprios, resultados e fluxos de caixa da Luz Saúde e das suas subsidiárias, e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente a todos os períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

3.1.1. Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo está exposto a, ou tem direitos sobre retornos variáveis do seu envolvimento com a subsidiária e tem a capacidade de influenciar esses retornos através do seu poder sobre a entidade, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As empresas subsidiárias são consolidadas desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento em que esse controlo cessa.

De acordo com o método de consolidação integral são consolidados os ativos, os passivos, rendimentos, gastos e fluxos de caixa das empresas do Grupo, sendo as transações internas, saldos, ganhos não realizados em transações e dividendos distribuídos entre empresas do Grupo eliminados no processo de consolidação. As perdas não realizadas são, também, eliminadas exceto se a transação revelar evidência de imparidade do ativo transacionado.

O capital próprio e o resultado líquido das empresas incluídas na consolidação correspondentes à participação de terceiros são divulgados, respetivamente, no balanço consolidado em linha separada no capital próprio, e na demonstração consolidada do rendimento integral, na rubrica interesses que não controlam.

O Grupo utiliza o método da compra na contabilização das aquisições de negócios. O valor de aquisição de uma subsidiária é dado pelo justo valor dos ativos entregues, passivos assumidos para com os anteriores detentores do negócio e dos capitais próprios emitidos pelo Grupo. O valor de aquisição inclui o justo valor de qualquer ativo e passivo que resulte de quaisquer acordos contingentes. Os ativos e passivos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos na aquisição de um negócio são mensurados ao justo valor na data de aquisição.

Em operações de aquisição de interesses adicionais em empresas associadas das quais resulte a tomada de controlo, a associada passa a ser consolidada, e o justo valor do interesse anteriormente detido, é considerado como parte do preço de compra. A diferença entre o valor contabilístico do interesse na associada e o seu justo valor, é registada em resultados na data da aquisição de controlo. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é remensurada para o valor de mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Os gastos diretamente imputáveis a uma operação de aquisição de negócio são reconhecidos em resultados quando incorridos.

3.1.2. Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, e nas quais não detenha controlo ou controlo conjunto. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são consolidados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. De acordo com este método, as participações financeiras em empresas associadas são reconhecidas inicialmente no balanço consolidado ao custo e são ajustadas subsequentemente de forma periódica pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das mesmas, por contrapartida de ganhos e perdas contabilizados diretamente na demonstração consolidada do rendimento integral. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas de imparidade.

Os dividendos atribuídos pelas entidades associadas são registados como uma diminuição do respetivo valor dos investimentos financeiros, no momento em que são atribuídos.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, exceto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

3.1.3. *Goodwill*

O *goodwill* resultante de aquisições ocorridas até 1 de janeiro de 2005 encontra-se registado no ativo intangível no balanço consolidado, pelo valor determinado na data de transição para os IFRS de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adotada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

Após 1 de janeiro de 2005 o Grupo passou a registar as aquisições de empresas subsidiárias e associadas pelo método da compra.

O *goodwill* representa a diferença entre o valor de aquisição e o justo valor da parcela do Grupo dos ativos e passivos identificáveis adquiridos. Caso o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida (*goodwill* negativo), a diferença apurada é reconhecida como ganho na demonstração consolidada do rendimento integral.

O *goodwill* é registado no ativo pelo seu valor de custo e não é amortizado. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respetivo valor no balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial.

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo é revisto anualmente no último trimestre de cada exercício, independentemente da existência de sinais de imparidade. As perdas de imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração consolidada do rendimento integral e não são posteriormente revertidas.

As perdas de imparidade são apuradas comparando o valor do *goodwill* com o valor recuperável, que é o valor mais elevado entre o valor de uso e o justo valor, liquido dos custos de venda.

Na análise da imparidade do *goodwill*, o mesmo é adicionado à unidade ou unidades geradoras de caixa a que respeita. O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados da unidade geradora de caixa. O valor recuperável das unidades geradoras de caixa às quais o *goodwill* é afeto, é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o custo médio ponderado do capital (*"WACC - Weighted Average Cost of Capital"*) antes de impostos do Grupo para o segmento de negócio a que a unidade geradora de caixa pertence.

O ganho ou perda na alienação de um negócio inclui o valor contabilístico do *goodwill*, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado continue a gerar benefícios para o Grupo.

3.1.4. Interesses que não controlam

Os interesses de acionistas que não controlam são divulgados pela respetiva proporção do valor contabilístico dos

ativos e passivos identificados. As perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Transações com interesses que não controlam que não resultem na perda do controle são contabilizadas como transações de capital, ou seja como transações com os proprietários na sua qualidade de proprietários. A diferença entre o justo valor de qualquer montante pago e a parcela relevante adquirida do valor contabilístico dos ativos líquidos da subsidiária é registada nos capitais próprios. Os ganhos ou perdas nas alienações para interesses que não controlam são registados nos capitais próprios.

3.1.5. Saldos e transações eliminados na consolidação

Os saldos, transações e fluxos de caixa entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transações, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transações com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

3.2. Alterações das políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2020 foram aprovadas e publicadas no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) normas contabilísticas e interpretações, com aplicação em exercícios posteriores, embora seja permitido a sua adoção antecipada. De seguida, apresentamos, resumidamente, as normas ou alterações adotadas pelo Grupo na elaboração das suas demonstrações financeiras, bem como as normas não adotadas antecipadamente.

3.2.1. Novas normas, alterações ou interpretações aplicáveis a exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020

Resultante do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram entre outras as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias das normas e interpretações, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2020 que, quando aplicáveis, foram adotadas pela Grupo:

Emissão (IASB)	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
março 2018	Emendas às referências à estrutura conceptual das normas IFRS	1 janeiro 2020
outubro 2018	IAS 1 e IAS 8: Definição de materialidade (alterações)	1 janeiro 2020
outubro 2018	IFRS 3: Concentrações de atividades empresariais (alterações)	1 janeiro 2020
setembro 2019	IFRS 9, IAS 39, IFRS 7: Reforma do *benchmark* relativo à taxa de juro	1 janeiro 2020
maio 2020	IFRS 16 Locações - Concessões relacionadas com rendas decorrentes do COVID-19 (alterações)	1 junho 2020

A adoção destas normas, interpretações e alterações às normas, não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

3.2.2. Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB, endossadas pela União Europeia (UE), com aplicação para exercícios com início após 1 de janeiro de 2020

Em 31 de dezembro de 2020 a seguinte alteração das normas e interpretações, emitidas pelo IASB, já se encontravam endossadas pela UE, contudo a sua aplicação só é obrigatória para os exercícios que se iniciem após 1 de janeiro de 2020.

Emissão (IASB)	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
junho 2020	IFRS 4 Contrato de seguro – diferimento do IFRS 9 (alterações)	1 janeiro 2021

O Grupo não realizou a adoção antecipada da alteração mencionada, e não se anteveem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas decorrentes da adoção da mesma.

3.2.3. Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB, que não foram endossadas pela União Europeia (UE) até 31 de dezembro de 2020

Em 31 de dezembro de 2020 as seguintes normas, revisões, alterações e melhorias das normas e interpretações, emitidas pelo IASB, ainda se encontravam em processo de aprovação pela UE:

Emissão (IASB)	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
maio 2017	IFRS 17 Contrato de seguro (novo)	1 janeiro 2023
janeiro e julho 2020	IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras: Classificação de passivos como correntes ou não correntes e Classificação de passivos como correntes ou não correntes – Diferimento da data efetiva (alterações)	1 janeiro 2023
maio 2020	Alterações a: • IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais; • IAS 16 Ativo fixo tangível; • IAS 37 Provisões, Passivos contingentes e ativos contingentes; • Melhoramentos anuais das normas IFRS 2018-2020.	1 janeiro 2022
agosto 2020	IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 Reforma do benchmark relativo à taxa de juro – Fase 2 (alterações)	1 janeiro 2021

O impacto da adoção destas normas ou alterações está a ser analisado pelo Grupo, contudo não se anteveem impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas decorrentes da adoção das mesmas.

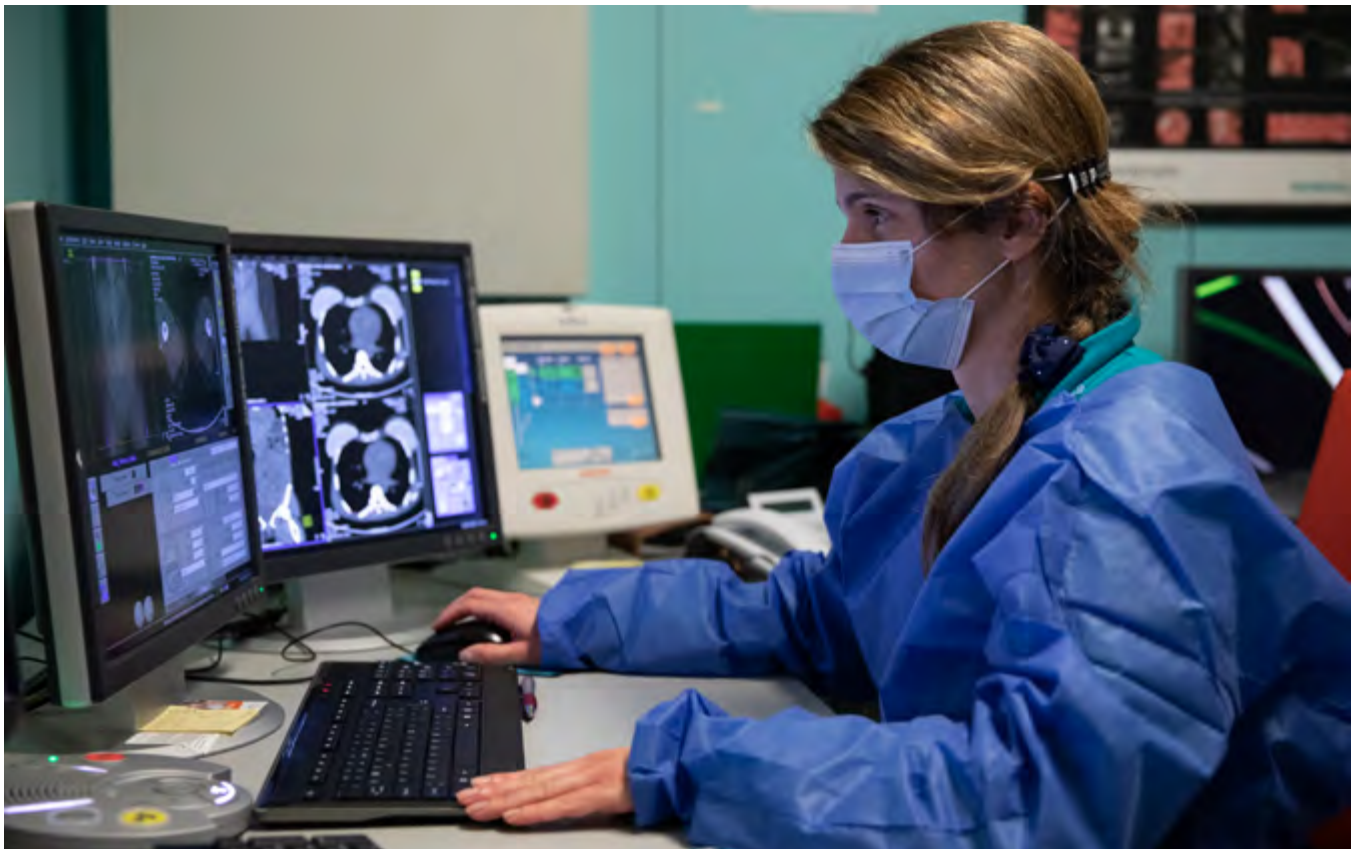
3.3. Estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos, estimativas e decida qual o tratamento contabilístico mais adequado para as operações do Grupo, assim ao longo das notas descritivas das rubricas das demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas as principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, a posição financeira e os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo, os resultados e os fluxos de caixa das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

3.4. Comparabilidade

As demonstrações financeiras consolidadas são comparáveis em todos os aspetos relevantes com os comparativos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.



B. Performance no exercício de 2020
4. Rédito e relato por segmentos

POLÍTICA

Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente do Grupo: (i) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e (iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

A Comissão Executiva e o Conselho de Administração da Luz Saúde realizam uma monitorização das operações do Grupo com base nos segmentos de negócio apresentados nesta nota, utilizando como principais medidas de acompanhamento o total de receitas e o resultado operacional por segmento de negócio. Os resultados financeiros e imposto sobre o rendimento não são analisados em termos de segmento de negócio, em virtude de estarem dependentes das decisões tomadas ao nível do Grupo.

Rédito

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para o Grupo e que estes possam ser estimados com fiabilidade, sendo mensurados pelo justo valor das contraprestações recebidas ou a receber, líquidas de descontos concedidos e de impostos. O rédito associado com a transação é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato.

Prestação de cuidados de saúde

No âmbito da prestação de cuidados de saúde no segmento privado, o rédito é reconhecido com base na atividade produzida no período, pois entende-se que na maior parte das atividades o cumprimento das condições de desempenho fica substancialmente concluída no momento da realização do ato médico, valorizada pelas tabelas de preços definidas para cada ato da prestação, independentemente da sua efetiva faturação.

No caso da atividade exercida na prestação de cuidados de saúde no segmento público (em regime de PPP) a maior parte do rédito é reconhecido pela valorização da atividade produzida, mensurado com base em tabela contratada com a Entidade Pública Contratante e outra parte é reconhecida com base na passagem do tempo, quando se refere à remuneração da disponibilidade de serviço. De acordo com o contrato, a faturação é feita mensalmente por um montante equivalente a 1/12 de 90% do valor de produção acordado para cada ano, havendo lugar à faturação do acerto para o valor da produção efetiva, no período de seis meses seguinte ao final de cada ano. A diferença entre os montantes faturados e a produção efetiva é registada em outras contas a pagar ou outras contas a receber de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

Venda de bens

Na venda de bens efetuada pelo Grupo, existe apenas uma obrigação de desempenho, como tal o rédito é reconhecido quando os bens são transferidos para a posse do cliente.

Os critérios de reconhecimento das restantes atividades são apresentados na nota E22.1.7.

ESTIMATIVA

Valorização do rédito

A valorização dos atos de cuidados de saúde praticados é estimada com base nas tabelas de preços acordadas com os clientes, sendo o valor final da contraprestação faturado apenas após aceitação por parte do cliente, situação que para uma parte do rédito só é conhecida no exercício seguinte. O valor de rédito por faturar em 31 de dezembro de 2020 ascende a €26,8 milhões (2019: €47,1 milhões), encontrando-se registado como um

acréscimo de proveitos na rubrica de clientes e outras contas a receber.

Rédito da PPP

O contrato de gestão do Hospital de Loures, dispõe que a faturação dos atos médicos prestados é realizada mensalmente por um montante equivalente a 1/12 de 90% do valor anual acordado, sendo o remanescente faturado no exercício seguinte após conclusão, entre as partes, do processo de validação dos mesmos. Em cada data de relato, parte dos serviços prestados por esta unidade de negócio ainda não se encontram faturados, estando pendentes de conclusão do processo de validação dos mesmos com a entidade contratante.

Em 31 de dezembro de 2020, e apesar dos pagamentos dispostos no contrato terem sido realizados, existem ainda valores relativos a serviços prestados nos exercícios de 2012 a 2019, que ainda se encontram em fase de validação pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo ("ARS-LVT").

Apesar da incerteza que este facto representa, o Conselho de Administração assumiu a melhor estimativa para os valores registados em termos contabilísticos, e entende que o impacto dos fechos de contas com a ARS-LVT, relativamente aos exercícios de 2012 a 2019 e a conclusão do processo de monitorização relativo ao exercício de 2020, não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas. Do total de valores registados como acréscimo de rendimento no ativo do Grupo em 31 de dezembro de 2020, cerca de €11,3 milhões (2019: €8,6 milhões) referem-se a valores de exercícios anteriores que ainda se encontram em fase de ratificação por parte da ARS-LVT.

4.1. Relato por segmentos

As principais atividades desenvolvidas pelo Grupo estão agrupadas nos seguintes segmentos de negócio:

- Cuidados de saúde privados;
- Cuidados de saúde públicos;
- Outras atividades;
- Centro corporativo.

Em 31 de dezembro de 2020 o segmento de cuidados de saúde privados incluía as seguintes unidades de negócio:

- Treze hospitais vocacionados para cuidados diferenciados agudos, nomeadamente cirurgia, tratamentos em regime de internamento e diagnósticos especializados, os quais se complementam com uma forte capacidade ao nível da prestação de cuidados primários não agudos em regime de ambulatório. De destacar ainda a atividade desenvolvida ao nível da promoção e proteção da saúde, através da realização de exames de *check-up* e outras atuações de prevenção;

- Onze unidades ambulatórias vocacionadas para cuidados primários não agudos, incluindo consultas externas num vasto leque de especialidades médicas e cirúrgicas, meios complementares de diagnóstico e terapêutica (nomeadamente na área da imagiologia e de análises clínicas), e atendimento médico permanente;

- Um hospital residencial, especializados na prestação de cuidados de saúde que envolvem reabilitação, convalescença médica ou pós-cirúrgica, neuro-estimulação e apoio geral nas demências (em particular no caso da doença de Alzheimer), cuidados continuados, cuidados paliativos e cuidados geriátricos, em regime de centro de dia ou de internamento.

O segmento de cuidados de saúde públicos inclui o Hospital Beatriz Ângelo ("HBA") em Loures, gerido pela subsidiária SGHL em regime de parceria com o Estado, e fazendo parte do Sistema Nacional de Saúde. O contrato de parceria tem um período de duração de 10 anos, com início na data de entrada em funcionamento do hospital (janeiro de 2012). Esta unidade serve a população dos concelhos de Loures, Odivelas, Mafra e Sobral de Monte Agraço.

O segmento de outras atividades é onde se incluem as restantes áreas de negócio onde a Luz Saúde desenvolve

a sua atividade. Neste segmento, o Grupo conta com duas unidades de residências sénior vocacionadas para pessoas com idade a partir dos 65 anos que procurem uma solução completa de serviços a nível de alojamento, alimentação, lazer e de saúde, as quais funcionam numa lógica de integração e complementaridade com os hospitais residenciais e de agudos. Este segmento de negócio inclui ainda os negócios de logística, formação e investigação.

O segmento de centro corporativo, inclui os recursos partilhados que prestam, entre outros, serviços de gestão nas seguintes áreas: consultoria estratégica e operacional, recursos humanos, serviços financeiros, certificação de qualidade, apoio jurídico, sistemas de informação, manutenção de infraestruturas, formação, gestão de call centers, negociação e aprovisionamento, marketing e comunicação às unidades dos diferentes segmentos de negócio.

A informação financeira relativa à performance nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 para os diversos segmentos de negócio é a seguinte:

Dezembro de 2020

	Cuidados de saúde privados	Cuidados de saúde públicos	Outras atividades	Centro corporativo	Eliminações e ajustamentos	Consolidado
Rendimentos operacionais						
Clientes externos	435 054 958	89 034 185	84 303 525	-	-	608 392 668
Intersegmentais	1 787 016	-	16 705 372	30 705 203	(49 197 591)	-
Outros proveitos operacionais	4 095 873	739 713	473 508	335 338	(300 151)	5 344 281
Total de rendimentos operacionais	**440 937 847**	**89 773 898**	**101 482 405**	**31 040 541**	**(49 497 742)**	**613 736 949**
Gastos operacionais	(437 875 796)	(119 638 114)	(91 400 188)	(30 140 680)	49 497 742	(629 557 036)
Resultado operacional por segmento	**3 062 051**	**(29 864 216)**	**10 082 217**	**899 861**	**-**	**(15 820 087)**
Juros e outros gastos e perdas financeiros						(12 330 788)
Outros rendimentos e ganhos financeiros						386 310
Resultados financeiros						**(11 944 478)**
Resultado antes de imposto						**(27 764 565)**
Imposto sobre o rendimento						11 155 843
Resultado atribuível aos interesses que não controlam	(303 058)	(15 869)	-	-	-	(318 927)
Resultado atribuível aos acionistas da Empresa						**(16 289 795)**

Dezembro de 2019

	Cuidados de saúde privados	Cuidados de saúde públicos	Outras atividades	Centro corporativo	Eliminações e ajustamentos	Consolidado
Rendimentos operacionais						
Clientes externos	473 683 462	106 754 240	6 603 896	-	-	587 041 598
Intersegmentais	1 861 287	-	12 146 114	25 520 351	(39 527 752)	-
Outros proveitos operacionais	1 932 212	654 054	203 317	295 855	(263 670)	2 821 768
Total de rendimentos operacionais	**477 476 961**	**107 408 294**	**18 953 327**	**25 816 206**	**(39 791 422)**	**589 863 366**
Gastos operacionais	(443 994 410)	(112 160 805)	(19 316 008)	(29 628 531)	39 736 765	(565 362 989)
Resultado operacional por segmento	**33 482 551**	**(4 752 511)**	**(362 681)**	**(3 812 325)**	**(54 657)**	**24 500 377**
Juros e outros gastos e perdas financeiros						(10 263 861)
Outros rendimentos e ganhos financeiros						439 913
Resultados financeiros						**(9 823 948)**
Resultado antes de imposto						**14 676 429**
Imposto sobre o rendimento						2 071 497
Resultado atribuível aos interesses que não controlam	57 091	(1 698)	-	-	-	55 393
Resultado atribuível aos acionistas da Empresa						**16 692 533**

No que diz respeito à dimensão dos principais clientes do Grupo em termos de prestação de cuidados de saúde, apenas dois representam uma percentagem superior a 25% dos rendimentos operacionais do respetivo segmento. No segmento de cuidados de saúde privados, os subsistemas de saúde públicos representam cerca de 27,5% dos rendimentos operacionais do segmento, incluindo este valor a parte correspondente aos copagamentos efetuados diretamente pelos clientes; e no segmento de cuidados de saúde públicos, a Entidade Pública Contratante (ARS-LVT) representa 99% dos rendimentos operacionais do segmento. No caso do segmento de outras atividades, apesar de existirem clientes que ultrapassam um valor a 25% da faturação do segmento, importa referir que neste caso os valores não assumem um nível de recorrência similar ao referenciado anteriormente para os segmentos de prestação de cuidados de saúde.

As transações inter-segmento são realizadas a preços de mercado, numa base similar às transações com terceiros.

Outras informações

Dezembro de 2020

	Cuidados de saúde privados	Cuidados de saúde públicos	Outras atividades	Centro corporativo	Eliminações e ajustamentos	Consolidado
Gastos de depreciação e amortização	45 305 668	926 951	607 780	3 349 675	(12 311 556)	37 878 518
Investimento em ativos fixos tangíveis	30 070 587	605 832	145 703	1 256 431	-	32 078 553
Investimento em ativos intangíveis	219 438	958	11 924	2 395 452	-	2 627 772

Dezembro de 2019

	Cuidados de saúde privados	Cuidados de saúde públicos	Outras atividades	Centro corporativo	Eliminações e ajustamentos	Consolidado
Gastos de depreciação e amortização	43 020 838	1 811 347	467 395	2 668 336	(13 462 295)	34 505 621
Investimento em ativos fixos tangíveis	44 183 482	754 732	2 226 339	1 193 657	-	48 358 210
Investimento em ativos intangíveis	474 687	7 173	-	2 361 787	-	2 843 647

Os ativos e passivos por segmento de negócio e a respetiva reconciliação com o total consolidado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser apresentados como segue:

Dezembro de 2020

	Cuidados de saúde privados	Cuidados de saúde públicos	Outras atividades	Centro corporativo	Eliminações e ajustamentos	Consolidado
Ativo						
Ativos fixos tangíveis	334 815 100	1 725 464	9 100 442	2 715 025	-	348 356 031
Ativos sob direito de uso	214 950 180	112 298	90 692	4 458 886	(123 970 224)	95 641 832
Ativos intangíveis	119 888 675	3 993	11 593	34 540 211	-	154 444 472
Inventários, contas a receber e outros ativos correntes	117 211 336	25 788 873	19 186 107	22 132 189	(28 977 492)	155 341 013
Outros ativos	32 694 003	11 387 082	2 956 221	645 394 043	(643 922 796)	48 508 553
Investimento em associadas	-	-	-	856 637	-	856 637
Total do ativo consolidado						**803 148 538**
Passivo						
Fornecedores e outras contas a pagar	111 170 116	23 307 186	12 022 814	15 172 779	(41 121 039)	120 551 856
Outros passivos	290 535 912	38 873 334	4 398 644	312 354 253	(212 707 199)	433 454 944
Total do passivo consolidado						**554 006 800**

Dezembro de 2019	Cuidados de saúde privados	Cuidados de saúde públicos	Outras atividades	Centro corporativo	Eliminações e ajustamentos	Consolidado
Ativo						
Ativos fixos tangíveis	329 367 852	1 914 381	9 520 135	2 235 545	-	343 037 913
Ativos sob direito de uso	106 206 278	268 269	92 263	3 013 776	(30 933 444)	78 647 142
Ativos intangíveis	149 268 454	10 328	435	5 183 341	-	154 462 558
Inventário, contas a receber e outros ativos correntes	128 107 267	45 932 818	3 785 008	25 239 037	(32 483 280)	170 580 850
Outros ativos	43 665 430	12 928 580	2 202 358	595 355 975	(570 861 624)	83 290 719
Investimento em associadas				875 718		875 718
Total do ativo consolidado						**830 894 900**
Passivo						
Fornecedores e outras contas a pagar	116 366 811	22 055 788	3 271 069	11 371 655	(27 007 243)	126 058 080
Outros passivos	352 961 134	39 494 912	8 421 257	326 664 240	(288 028 231)	439 513 312
Total do passivo consolidado						**565 571 392**

Os ativos e passivos por segmento de negócio são alocados a cada segmento com base na sua contribuição para a atividade de cada segmento.

4.2. Rédito por atividade e por padrão de reconhecimento

	31-dez-20	31-dez-19
Prestação de serviços		
Hospitais e clínicas ambulatórias	424 226 557	461 758 542
Hospital SNS	89 034 185	106 754 240
Hospitais residenciais	9 848 212	10 808 575
Residências sénior com serviços	5 321 143	5 735 766
Outros serviços	1 153 448	1 984 475
	529 583 545	**587 041 598**
Venda de mercadorias	78 809 123	-
	608 392 668	**587 041 598**
Rédito com base no momento de prestação do serviço		
Num momento específico do tempo	533 095 515	490 078 540
Ao longo do tempo	75 297 153	96 963 058
	608 392 668	**587 041 598**

O decréscimo do rédito de hospitais e clínicas ambulatórias e hospital SNS deve-se essencialmente ao impacto que a pandemia COVID-19 teve na atividade do Grupo.

O rédito relativo à venda de mercadorias, prende-se essencialmente com a atividade desenvolvida pelo Grupo na importação de consumíveis clínicos de combate à pandemia COVID-19.

A rubrica de outros serviços inclui, essencialmente os valores relativos à exploração dos parques de estacionamento e espaços comerciais existentes nas unidades hospitalares do Grupo, assim como o rédito associado à prestação de serviços de formação.

4.3. Ativos e responsabilidades de contrato

Os ativos e responsabilidades de contrato, podem ser apresentados como segue:

	31-dez-20	31-dez-19
Ativos de contrato (nota C12.1.2)	8 275 572	24 402 548
Responsabilidades de contrato (nota C15.2)	11 480 058	8 887 057
	19 755 630	**33 289 605**

5. Outros rendimentos e ganhos operacionais

	31-dez-20	31-dez-19
Ganho na alienação de negócio	1 344 000	-
Juros de clientes	1 219 946	-
Subsídios à exploração	552 854	281 199
Ensaios clínicos	538 563	530 059
Descontos de pronto pagamento obtidos	311 520	476 670
Ganhos em investimentos não financeiros	37 413	221 650
Outros rendimentos e ganhos operacionais	1 339 985	1 312 190
	5 344 281	**2 821 768**

A rubrica ganho na alienação de negócio, diz respeito ao ganho gerado na operação de alienação da unidade de Gaia. Com esta operação o Grupo alienou o negócio e os ativos inerentes ao seu funcionamento por um valor de €7,7 milhões, tendo realizado um ganho com a operação de €1,3 milhões. A conclusão da operação ocorreu em outubro de 2020, pelo que a partir do mês de novembro o Grupo deixou de reconhecer qualquer gasto ou rendimento com o negócio alienado. Em 2019, o valor dos rendimentos e resultado líquido gerado pelo negócio alienado ascenderam, a €300 milhares e €92 milhares negativos, respetivamente.

A rubrica de juros de clientes, refere-se a juros faturados a clientes por atraso na liquidação de faturação emitida.

6. Inventários consumidos e vendidos

	31-dez-20	31-dez-19
Inventários em 1 de janeiro	13 177 955	12 375 818
Compras	163 334 119	93 387 313
Regularizações de existências	(324 346)	(358 125)
Inventários em 31 de dezembro	(20 142 619)	(13 177 955)
Inventários consumidos e vendidos no exercício	**156 045 109**	**92 227 051**

O aumento dos inventários consumidos e vendidos no exercício é explicada pelo incremento da rubrica de vendas de mercadorias, relativamente à atividade desenvolvida pelo Grupo na importação de consumíveis clínicos de combate à pandemia COVID-19.

7. Materiais e serviços consumidos

ESTIMATIVA

O Grupo reconhece mensalmente uma estimativa para honorários a liquidar aos seus colaboradores sem vínculo contratual permanente. Esta estimativa é registada com base no histórico mensal pago, nos acordos estabelecidos com cada prestador de serviço, nos tempos de trabalho realizados e na natureza dos serviços prestados. A conferência e apuramento destes valores de forma definitiva apenas ocorre em período posterior à aprovação das demonstrações financeiras consolidadas e como tal poderão existir diferenças entre os valores estimados e os valores finais pagos. A estimativa para honorários a pagar em 31 de dezembro de 2020 ascende a €31,4 milhões (2019: €32,0 milhões), sendo registada na demonstração dos resultados nas rubricas de subcontratos e honorários.

	31-dez-20	31-dez-19
Subcontratos	120 912 048	124 431 567
Honorários	72 142 985	79 384 474
Trabalhos especializados	20 363 722	20 171 741
Conservação e reparação	12 459 151	11 689 938
Eletricidade	7 729 295	7 089 988
Vigilância e segurança	3 782 314	3 142 013
Deslocações e estadas	2 083 092	2 050 145
Publicidade	1 995 519	2 476 280
Seguros	1 757 751	1 527 680
Combustíveis e outros fluidos	1 632 045	1 766 462
Comunicação	1 561 045	1 811 410
Materiais	1 340 776	1 296 360
Água	1 062 833	1 110 175
Direitos de utilização de software	730 554	1 090 819
Limpeza, higiene e conforto	375 141	554 398
Outros materiais e serviços consumidos	2 151 835	3 115 828
	252 080 106	**262 709 278**

A diminuição da rubrica de materiais e serviços consumidos deve-se essencialmente ao decréscimo de atividade do segmento de negócio de prestação de cuidados de saúde privado.

As rubricas de honorários e subcontratos registam, essencialmente, os montantes pagos a profissionais de saúde das diversas unidades do Grupo, que operam numa base de vínculo independente. Em termos globais a diminuição destas rubricas, está relacionada com o abrandamento da atividade do segmento de prestação de cuidados de saúde privado.

Os trabalhos especializados dizem respeito essencialmente à contratação de consultores externos sendo grande parte relativa a custos com sistemas informáticos. Os custos com conservação e reparação dizem respeito aos principais contratos de manutenção das infraestruturas operadas pelo Grupo.

8. Gastos com o pessoal

POLÍTICA

Os colaboradores do Grupo têm direito a um mês de férias e um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento, adicionalmente pelo sistema de avaliação de desempenho em funcionamento, os colaboradores e elementos executivos do Conselho de Administração podem vir a receber uma gratificação no caso de cumprirem determinados objetivos, direito esse usualmente adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são reconhecidas em resultados no período em que os colaboradores e órgãos sociais adquirem o referido direito, independentemente da data do seu pagamento. A responsabilidade assumida é reconhecida no passivo na rubrica de outras contas a pagar.

ESTIMATIVA

O Grupo reconhece mensalmente uma estimativa para prémios e outras remunerações variáveis que tem em consideração os objetivos acordados com os colaboradores e órgãos sociais, o atingimento desses objetivos e a situação geral dos negócios do Grupo. A remuneração variável dos elementos do Conselho de Administração da Luz Saúde é determinada pela Comissão de Vencimentos com base na avaliação efetuada à performance do ano anterior, entre outros fatores. A estimativa do custo corrente do exercício registado na rubrica de outras contas a pagar, é preparada com base na melhor estimativa da Gestão face ao desempenho do exercício em curso, sendo o valor final apenas conhecido no exercício seguinte. O valor registado pelo Grupo em 31 de dezembro de 2020 para fazer face a esta responsabilidade ascende a €4,2 milhões (2019: €6,7 milhões).

	31-dez-20	31-dez-19
Remunerações dos órgãos sociais	3 190 012	4 518 614
Remunerações do pessoal	135 993 442	132 186 578
Encargos sobre remunerações	29 773 624	28 451 373
Outros gastos com o pessoal	5 849 581	4 585 717
	174 806 659	**169 742 282**

O número e distribuição de colaboradores do Grupo pelos diferentes segmentos pode ser apresentada da seguinte forma:

	Número médio			Número em 31 de dezembro		
	2020	**2019**	**Variação**	**2020**	**2019**	**Variação**
Privado	4 875	4 738	137	4 940	4 785	155
Público	1 804	1 729	75	1 850	1 778	72
Outros	134	126	8	142	132	10
Centro corporativo	754	663	91	756	765	(9)
	7 567	**7 256**	**311**	**7 688**	**7 460**	**228**

Os gastos com remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais das várias empresas que compõem o Grupo foram os seguintes:

	31-dez-20	**31-dez-19**
Mesa da Assembleia Geral	25 500	25 500
Conselho Fiscal	51 000	51 000
Conselho de Administração	3 113 512	4 442 114
	3 190 012	**4 518 614**

Os honorários do Revisor Oficial de Contas (registados na demonstração de resultados, na rubrica de materiais e serviços consumidos) contratados relativamente ao exercício de 2020, podem ser apresentados da seguinte forma:

	31-dez-20	**31-dez-19**
Auditoria anual e revisão semestral	360 335	351 185
Outros serviços de fiabilidade	40 500	40 500
Serviços de auditoria que não revisão de contas	-	3 750
	400 835	**395 435**

9. Outros gastos e perdas operacionais

	31-dez-20	31-dez-19
Impostos	6 837 693	4 241 993
Descontos de pronto pagamento concedidos	367 805	29 316
Quotizações	248 680	239 607
Perdas em ativos fixos tangíveis	84 376	36 150
Donativos	38 266	55 959
Perdas em inventários	16 230	28 796
Outros gastos operacionais	640 309	589 151
	8 233 359	**5 220 972**

A rubrica de impostos inclui os gastos com Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) suportado, Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e com taxas e licenças inerentes à atividade do Grupo. O incremento ocorrido no exercício de 2020, deve-se essencialmente às taxas aduaneiras suportadas pelo Grupo na importação de consumíveis clínicos de combate à pandemia COVID-19.

10. Custo financeiro, líquido

POLÍTICA

As perdas financeiras incluem os juros suportados e outros gastos bancários relativos ao financiamento das operações do Grupo, sendo reconhecidos em resultados de acordo com o regime do acréscimo no período a que dizem respeito.

Os ganhos financeiros incluem os juros e os descontos financeiros obtidos de terceiros, sendo reconhecidos no período a que dizem respeito. São também reconhecidos os dividendos a partir do momento em que se constitui, na empresa declarante, a obrigação de proceder à distribuição de dividendos.

	31-dez-20	31-dez-19
Juros e outros ganhos financeiros		
Juros suportados	9 191 615	7 780 024
Encargos com instrumentos financeiros derivados (nota 18)	1 693 505	1 448 845
Outros gastos e perdas financeiras	1 445 668	1 034 992
	12 330 788	**10 263 861**
Outros rendimentos e ganhos financeiros		
Outros rendimentos e ganhos financeiros	(386 310)	(439 913)
	(386 310)	**(439 913)**
Custo financeiro, líquido	**11 944 478**	**9 823 948**

O detalhe da rubrica de juros suportados pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-dez-20	31-dez-19
Programas de papel comercial	4 791 938	4 725 015
Passivos por locação	2 960 897	2 862 160
Empréstimos bancários	1 070 615	1 980 652
Outros juros	368 165	-
	9 191 615	**9 567 827**
Juros capitalizados	-	(1 787 803)
Total de juros suportados	**9 191 615**	**7 780 024**

A rubrica de outros gastos e perdas financeiras inclui essencialmente os gastos com comissões e despesas relacionadas com a montagem das linhas de financiamento contratadas pelo Grupo, reconhecidas em resultados através do método da taxa de juro efetiva.

11. Imposto sobre o rendimento

POLÍTICA

O imposto sobre o rendimento é composto pelo imposto corrente e pelo imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada. Os impostos diferidos são calculados de acordo com o método da responsabilidade do balanço na data de relato, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de relato e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis, no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A Luz Saúde encontra-se abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades (RETGS), o qual abrange todas as entidades em que a sociedade mãe do grupo fiscal participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital social e, desde que cumpram os requisitos estipulados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC). As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação do Grupo, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto vigentes.

O pagamento do imposto sobre rendimento é efetuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspeções e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante o período de quatro anos contados a partir do exercício a que respeitam. Os prejuízos fiscais de um determinado exercício, sujeitos também a inspeção e ajustamento por um período de dez anos, podem ser deduzidos aos lucros fiscais nos 12 anos seguintes, para os prejuízos gerados em 2020. O período de tributação de 2020 não releva para efeitos da contagem do prazo de reporte dos prejuízos fiscais vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020. A partir de 2014 a dedução de prejuízos fiscais passou a estar limitada a 70% do lucro tributável apu-

rado no exercício em que seja realizada a dedução. O referido limite foi aumentado para 80% relativamente aos prejuízos fiscais apurados no período de tributação de 2020. A partir de 2017 foram revogadas as regras de utilização de prejuízos fiscais que preveem a dedução, em primeiro lugar, daqueles que foram gerados também em primeiro lugar (critério FIFO). Sendo assim, passa a ser permitida a dedução em primeiro lugar daqueles prejuízos cujo período de reporte se esgota primeiro.

O Grupo procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) o Grupo tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e sobre a mesma entidade tributável ou sobre diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, nos períodos futuros em que se espera que os impostos diferidos sejam liquidados ou recuperados.

ESTIMATIVA

A determinação dos montantes de imposto sobre o rendimento e imposto diferido requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período, das quais destacamos:

- o reconhecimento de impostos diferidos ativos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis, no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis. Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo dispõe de prejuízos fiscais no montante aproximado de €8,4 milhões (2019: €8,9 milhões) para os quais não foi reconhecido qualquer imposto diferido ativo.

- o reconhecimento de ativo por imposto corrente e diferido relativamente aos créditos fiscais decorrentes de investimentos efetuados em projetos de investigação e desenvolvimento ao abrigo do SIFIDE. Atendendo a que o valor do crédito fiscal de cada exercício só é conhecido no exercício seguinte, o Grupo estima os valores de crédito fiscal com base nos esforços desenvolvidos no ano e nas taxas de aprovação históricas. Em 31 de dezembro de 2020 o valor registado com base numa estimativa de valor ascende a cerca de €2,5 milhões (2019: €4,3 milhões).

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Grupo durante um período de quatro a dez anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis (cinco anos para a Segurança Social). Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras consolidadas.

11.1. Imposto sobre o rendimento na demonstração dos resultados

A decomposição do encargo com imposto sobre o rendimento, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 pode ser analisada da seguinte forma:

	31-dez-20	31-dez-19
Imposto corrente	(262 343)	(1 574 034)
Imposto de exercícios anteriores	411 847	1 274 655
Imposto diferido	11 006 339	2 370 876
Total do imposto reconhecido em resultados	**11 155 843**	**2 071 497**

A rubrica de imposto de exercícios anteriores, resulta essencialmente do desfecho a favor do Grupo de um conjunto de disputas que o grupo mantinha com a Autoridade Tributária (AT).

11.2. Reconciliação da taxa efetiva de imposto sobre o rendimento

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	31-dez-20	31-dez-19
Resultado líquido do exercício	(16 608 722)	16 747 926
Imposto sobre o rendimento	11 155 843	2 071 497
Resultado antes de imposto	**(27 764 565)**	**14 676 429**
Taxa de imposto de grupo	21,00%	21,00%
	5 830 559	**(3 082 050)**
Derrama municipal e estadual	(950 858)	(1 329 794)
Imposto não reconhecido para prejuízos fiscais gerados no exercício	(41 683)	(356 178)
Tributações autónomas	(262 343)	(367 016)
Provisões não aceites	320 596	(107 873)
Incentivos fiscais (SIFIDE)	4 680 536	4 962 067
Benefícios fiscais	732 385	739 108
Imposto de exercícios anteriores	411 847	1 274 655
Outros efeitos	434 804	338 578
	11 155 843	**2 071 497**

11.3. Reconciliação do imposto corrente na demonstração dos resultados com o imposto no balanço

	31-dez-20	31-dez-19
Imposto corrente na demonstração dos resultados	(262 343)	(1 574 034)
Pagamentos por conta	2 223 362	3 164 511
Imposto exercício anterior	1 347 556	-
Imposto sobre o rendimento a receber	**3 308 575**	**1 590 477**

11.4. Detalhe de ativos e passivos por imposto diferido

Os ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser analisados como segue:

	31-dez-19	Efeito em resultados	Outros	31-dez-20
Ativos por impostos diferidos				
Valorização de ativos fixos tangíveis	996 761	(186 401)	-	810 360
Provisões e ajustamentos	4 834 370	41 887	-	4 876 257
Prejuízos fiscais reportáveis	1 338 305	8 386 015	-	9 724 320
Derivados (nota 18)	732 940	-	(156 426)	576 514
Outros ativos	5 966 313	2 534 612	(319 295)	8 181 630
	13 868 689	**10 776 113**	**(475 721)**	**24 169 081**
Passivos por impostos diferidos				
Valorização de ativos fixos tangíveis	(4 835 683)	348 897	-	(4 486 786)
Goodwill	(673 053)	(118 671)	-	(791 724)
	(5 508 736)	**230 226**	**-**	**(5 278 510)**
Imposto diferido líquido	**8 359 953**	**11 006 339**	**(475 721)**	**18 890 571**

	31-dez-18	Efeito em resultados	Outros	31-dez-19
Ativos por impostos diferidos				
Valorização de ativos fixos tangíveis	1 321 472	(324 711)	-	996 761
Provisões e ajustamentos	4 296 247	538 123	-	4 834 370
Prejuízos fiscais reportáveis	1 711 537	(373 232)	-	1 338 305
Derivados (nota 18)	645 465	-	87 475	732 940
Outros	3 358 370	2 607 943	-	5 966 313
	11 333 091	**2 448 123**	**87 475**	**13 868 689**
Passivos por impostos diferidos				
Valorização de ativos fixos tangíveis	(4 916 269)	80 586	-	(4 835 683)
Goodwill	(515 220)	(157 833)	-	(673 053)
	(5 431 489)	**(77 247)**	**-**	**(5 508 736)**
Imposto diferido líquido	**5 901 602**	**2 370 876**	**87 475**	**8 359 953**

A rubrica de outros ativos por impostos diferidos inclui essencialmente os efeitos decorrentes dos incentivos fiscais à investigação e desenvolvimento no âmbito do SIFIDE e o benefício fiscal decorrente da remuneração convencional do capital social.

11.5. Prejuízos fiscais

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo dispõe de prejuízos fiscais reportáveis no montante de €54,7 milhões (2019: €16,0 milhões).

C. A posição financeira

12. Fundo maneio

12.1. Clientes e outras contas a receber

POLÍTICA

As rubricas de clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao seu justo valor e são classificadas como ativo corrente pois não têm implícito juro, e são subsequentemente mensuradas pelo método do custo amortizado, que se estima ser idêntico ao valor nominal, deduzidas das perdas por imparidade que lhes estejam associadas, calculadas com base em dois pressupostos: na antiguidade do saldo a receber e no perfil de crédito do devedor. Se é expectável que a cobrança ocorra dentro de um ano ou menos após a data de relato, é classificado como ativo corrente. Caso contrário é classificado como ativo não corrente.

Um ativo de contrato é um direito a um valor em troca de bens ou serviços transferidos para o cliente, que se encontra condicional do cumprimento de outras obrigações.

ESTIMATIVA

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação do Grupo da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber (nota D16.1) e nos resultados do modelo de provisionamento de perdas de crédito esperadas aplicada aos créditos de natureza operacional. Tanto o processo de avaliação como o modelo de provisionamento de perdas de crédito esperadas variam em função do tempo de incumprimento, do histórico de crédito do devedor, da natureza da sua atividade e da deterioração da situação creditícia dos devedores. Em 31 de dezembro de 2020 o Grupo tinha um nível de provisão para imparidade de créditos resultantes das suas operações comerciais no montante de 12,7% (2019: 9,6%). Caso as condições financeiras dos devedores se deteriorem, as perdas de imparidade poderão ser superiores ao esperado.

	31-dez-20	31-dez-19
Clientes		
Clientes (nota 12.1.1)	83 874 170	90 475 614
Acréscimos de rendimentos por serviços prestados (nota 12.1.2)	26 823 808	47 051 337
Clientes - entidades relacionadas (nota 21)	9 963 024	6 962 211
Clientes - cobrança duvidosa	17 340 881	15 542 417
Imparidade para saldos a receber (nota 12.1.4)	(17 459 417)	(15 330 991)
	120 542 466	**144 700 588**
Outras contas a receber - Corrente		
Outros acréscimos de rendimentos (nota 12.1.2)	1 501 083	6 594 387
Estado e outros entes públicos (nota 12.1.3)	6 907 749	2 816 829
Outros devedores	1 194 922	1 146 563
Imparidade para outras contas a receber (nota 12.1.4)	(2 599 402)	(1 848 294)
	7 004 352	**8 709 485**
Total de clientes e contas a receber	**127 546 818**	**153 410 073**

Atendendo à maturidade associada aos saldos a receber apresentados acima, considera-se que o seu valor contabilístico não tem diferença relevante para o seu justo valor.

12.1.1. Clientes

POLÍTICA

Os ativos financeiros por contas a receber são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa futuros, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente, dos riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

O Grupo recorre a operações de factoring sem recurso para antecipar o fluxo financeiro associado a alguns dos saldos a receber de clientes. As operações de factoring sem recurso, na medida que substancialmente transferem para terceiros os direitos e riscos sobre os ativos financeiros (nomeadamente o risco de crédito e o risco de mora a partir do prazo contratado), permitem que o Grupo proceda ao desreconhecimento destes ativos. Em 31 de dezembro de 2020 os valores desreconhecidos no âmbito de acordos de factoring sem recurso ascendem a aproximadamente de €28,2 milhões (2019: € 34,8 milhões).

12.1.2. Acréscimos de rendimentos

	31-dez-20	31-dez-19
Serviços clínicos a faturar	18 548 236	22 648 789
Rendimentos no âmbito do contrato de gestão do HBA	8 275 572	24 402 548
Total de acréscimos de rendimentos por serviços prestados	**26 823 808**	**47 051 337**
Outros acréscimos de rendimentos	1 501 083	6 594 387
	28 324 891	**53 645 724**

Serviços clínicos a faturar referem-se a serviços prestados (isto é, a obrigação de desempenho já foi cumprida) que serão faturados em períodos futuros.

A rubrica de ativo resultante do contrato de gestão do HBA diz respeito ao diferencial entre o valor da produção efetiva anual e os montantes faturados mensalmente (1/12 de 90% do valor anual acordado), no corrente exercício, e aos valores em discussão com a Entidade Pública Contratante sobre os pagamentos de reconciliação de anos anteriores. Durante o presente exercício o valor da produção foi significativamente afetado pelos efeitos da pandemia o que explica a redução desta rubrica.

12.1.3. Estado e outros entes públicos

	31-dez-20	31-dez-19
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5 857 310	1 766 390
Imposto sobre o Rendimento (IRC) - (RERD)	1 050 439	1 050 439
	6 907 749	**2 816 829**

Os valores a receber do estado e outros entes públicos relativos a IRC referem-se a pagamentos realizados ao abrigo do Regime Excecional de Regularização de Dívidas (RERD). Em 31 de dezembro de 2019 estes valores encontravam-se integralmente provisionados na rubrica de imparidades para outras contas a receber, em virtude de se encontrar em curso nessa data uma disputa com a Autoridade Tributária (AT) relativamente à situação que esteve na génese deste saldo (nota E19.1.3). Em 2020, esta disputa chegou ao seu término, com desfecho favorável ao Grupo e como tal a imparidade registada foi anulada, aguardando-se a liquidação deste valor por parte da AT.

12.1.4. Imparidade de dívidas a receber

Os movimentos nas rubricas de perdas por imparidade em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser apresentados da seguinte forma:

	31-dez-20		
	Clientes	Outras contas a receber	31-dez-19
Imparidade de clientes e outras contas a receber a 1 de janeiro	**15 330 991**	**1 848 294**	**20 016 967**
Efeito em resultados			
Reforço	2 942 910	1 818 650	1 296 017
Reversão	(910 811)	(1 067 542)	(38 900)
	2 032 099	**751 108**	**1 257 117**
Outros movimentos			
Outros	96 327	-	(4 094 799)
Imparidade de clientes e outras contas a receber a 31 de dezembro	**17 459 417**	**2 599 402**	**17 179 285**

12.2. Inventários

POLÍTICA

Os inventários compreendem matérias subsidiárias e de consumo a serem utilizadas pelas unidades de saúde que compreendem os segmentos de prestação de serviços de saúde privado e público e mercadorias para venda a terceiros no âmbito da atividade da subsidiária GLST. Em ambos os casos encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição compreende as despesas incorridas até ao armazenamento dos inventários, sendo utilizado o custo médio ponderado como método de custeio.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de venda.

	31-dez-20	31-dez-19
Fármacos	5 871 162	5 267 274
Consumíveis clínicos	13 765 985	7 448 819
Outros	505 472	461 862
	20 142 619	**13 177 955**

O acréscimo da rubrica de consumíveis clínicos está relacionado com a atividade da GLST.

12.3. Fornecedores e outras contas a pagar

POLÍTICA

As rubricas de fornecedores e outras contas a pagar evidenciam as responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços, pelo Grupo no decurso normal das suas atividades. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos após a data de relato são classificadas como passivo corrente. Caso contrário são classificadas como passivo não corrente.

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar, considerados como passivo corrente, são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor deduzido de custos de transação incorridos e são posteriormente mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa efetiva, que se estima ser idêntico ao seu valor nominal, i.e., ao custo.

	31-dez-20	31-dez-19
Fornecedores conta corrente		
Fornecedores	34 881 701	39 098 939
Fornecedores partes relacionadas (nota 21)	498 285	7 066
Fornecedores de imobilizado	5 647 817	6 290 277
Total de fornecedores	**41 027 803**	**45 396 282**
Outras contas a pagar		
Acréscimo de gastos (nota 12.3.1)		
Honorários clínicos a liquidar	31 361 933	31 989 059
Remunerações ao pessoal	28 417 181	29 708 744
Responsabilidades com DUV's	952 101	1 278 287
Outros acréscimos de gastos com fornecedores	9 088 144	8 280 108
	69 819 359	**71 256 198**
Outros passivos		
Estado e outros entes públicos (nota 12.3.2)	5 708 435	5 630 331
Outros credores	3 996 259	3 775 269
	9 704 694	**9 405 600**
Total de outras contas a pagar	**79 524 053**	**80 661 798**
Total de fornecedores e outras contas a pagar	**120 551 856**	**126 058 080**

Atendendo à maturidade associada aos saldos a pagar apresentados acima, considera-se que o seu valor contabilístico não tem diferença relevante para o justo valor.

12.3.1. Acréscimo de gastos

A rubrica de honorários clínicos a liquidar refere-se à estimativa de valores a liquidar aos colaboradores sem vínculo contratual permanente. Esta estimativa é registada com base no histórico mensal pago, nos acordos estabelecidos com cada prestador de serviço e nos tempos de trabalho e atos médicos realizados.

A rubrica de remunerações ao pessoal inclui, para além da responsabilidade com os direitos dos colaboradores a férias e subsídio de férias, a estimativa para remuneração variável.

A responsabilidade com DUVs (direitos de utilização vitalícia) resultam do reconhecimento da responsabilidade associada a contratos de utilização vitalícia das residências sénior operadas pelo Grupo.

12.3.2. Estado e outros entes públicos

	31-dez-20	31-dez-19
Contribuições para a segurança social	3 388 161	3 273 505
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares	2 260 018	2 256 850
Imposto sobre o valor acrescentado	60 256	99 976
	5 708 435	**5 630 331**

12.4. Outros ativos correntes e não correntes

	31-dez-20	31-dez-19
Gastos diferidos	2 668 702	4 964 314
Adiantamentos a fornecedores	6 457 117	681 684
	9 125 819	**5 645 998**
Dos quais:		
Correntes	7 651 576	3 992 822
Não correntes	1 474 243	1 653 176

13. Investimentos

O investimento bruto do Grupo (inclui ativos fixos tangíveis, intangíveis e direitos de uso) ao longo do exercício de 2020 atingiu cerca de €67,9 milhões (2019: €77,5 milhões), dos quais cerca de €43,9 milhões se referem a investimento de expansão, em que se destaca €43 milhões na ampliação, remodelação e equipamento do Hospital da Luz em Lisboa. O valor de investimento remanescente foi investido essencialmente na aquisição de equipamento básico para as várias unidades do Grupo. Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo tem compromissos de investimento assumidos no montante de €12,3 milhões (2019: €16,3 milhões).

13.1. Ativos fixos tangíveis

POLÍTICA

Reconhecimento e valorização: Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo de aquisição/construção inclui o preço de fatura, despesas de transporte e montagem, encargos financeiros e diferenças de câmbio em empréstimos bancários, suportados durante o período de construção, e os custos indiretos que lhe sejam atribuíveis durante o período de construção.

Os ganhos ou perdas decorrentes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de venda deduzido dos custos de transação e a quantia escriturada do ativo, sendo contabilizados em resultados na rubrica outros rendimentos e ganhos operacionais ou outros gastos e perdas operacionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de instalação ou construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

Depreciação: Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos restantes ativos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, a partir do mês em que os bens se encontram disponíveis para utilização. As taxas de depreciação utilizadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios	4 – 40
Equipamento básico	2 – 20
Equipamento de transporte	3 - 8
Equipamento administrativo	2 – 20
Outras ativos fixos tangíveis	3 – 20

ESTIMATIVA

As depreciações/amortizações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha reta, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação/amortização praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

13.1.1. Movimento na rubrica de ativos fixos tangíveis

	Terrenos e edifícios	Equipamento básico e de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Em curso	Total
Custo de aquisição						
Em 1 de janeiro de 2019	365 878 937	207 708 493	11 603 616	5 973 432	90 320 501	681 484 979
Adições	1 405 238	5 395 731	1 078 636	71 213	40 407 392	48 358 210
Alienações, abates e regularizações	(257 552)	(2 072 187)	(164 169)	(518 646)	(169 883)	(3 182 437)
Transferências	2 172 572	1 342 276	(174 848)	(305 270)	(3 034 730)	-
Adoção IFRS16	(21 402 401)	(42 832 548)	(138 029)	-	(3 360 935)	(67 733 913)
Em 31 de dezembro de 2019	**347 796 794**	**169 541 765**	**12 205 206**	**5 220 729**	**124 162 345**	**658 926 839**
Em 1 de janeiro de 2020	347 796 794	169 541 765	12 205 206	5 220 729	124 162 345	658 926 839
Adições	1 538 899	4 824 928	448 898	309 029	24 956 799	32 078 553
Alienações, abates e regularizações	(5 919 854)	(2 942 758)	(238 201)	(72 357)	(105 055)	(9 278 225)
Transferências	138 720 053	6 979 065	4 710	(404 028)	(145 299 800)	-
Em 31 de dezembro de 2020	**482 135 892**	**178 403 000**	**12 420 613**	**5 053 373**	**3 714 289**	**681 727 167**
Depreciação acumulada						
Em 1 de janeiro de 2019	131 124 496	163 225 381	10 198 134	4 780 378	-	309 328 389
Depreciação do exercício	12 981 610	6 506 739	644 835	292 701	-	20 425 885
Alienações, abates e regularizações	(180 717)	(1 683 378)	(164 169)	(518 646)	-	(2 546 910)
Transferências	962 289	(515 277)	320 390	(767 402)	-	-
Adoção IFRS16	(1 779 383)	(15 372 493)	(13 108)	-	-	(17 164 984)
Em 31 de dezembro de 2019	**143 108 295**	**152 160 972**	**10 986 082**	**3 787 031**	**-**	**310 042 380**
Em 1 de janeiro de 2020	143 108 295	152 160 972	10 986 082	3 787 031	-	310 042 380
Depreciação do exercício	14 269 585	6 579 057	578 824	235 389	-	21 662 855
Alienações, abates e regularizações	(1 923 216)	(1 959 586)	(224 972)	(72 871)	-	(4 180 645)
Em 31 de dezembro de 2020	**155 454 664**	**156 780 443**	**11 339 934**	**3 949 549**	**-**	**327 524 590**
Imparidade acumulada						
Em 1 de janeiro de 2019	5 927 546	-	-	-	-	5 927 546
Utilização	(81 000)	-	-	-	-	(81 000)
Em 31 de dezembro de 2019	**5 846 546**	**-**	**-**	**-**	**-**	**5 846 546**
Em 1 de janeiro de 2020	5 846 546	-	-	-	-	5 846 546
Em 31 de dezembro de 2020	**5 846 546**	**-**	**-**	**-**	**-**	**5 846 546**
Valor líquido						
Em 31 de dezembro de 2019	**198 841 953**	**17 380 793**	**1 219 124**	**1 433 698**	**124 162 345**	**343 037 913**
Em 31 de dezembro de 2020	**320 834 682**	**21 622 557**	**1 080 679**	**1 103 824**	**3 714 289**	**348 356 031**

Em 31 de dezembro de 2019 os ativos fixos tangíveis em curso incluem essencialmente o investimento efetuado na expansão da unidade Hospital da Luz em Lisboa e nas obras de remodelação das unidades do Funchal e Torres de Lisboa.

13.1.2. Ativos fixo tangíveis dados como garantia

Alguns dos imóveis do Grupo, com um valor líquido aproximado em 31 de dezembro de 2020 de €283,3 milhões (2019: €271,5 milhões), estão dados como garantia a instituições financeiras para garantir as linhas de financiamento do Grupo (nota 14.6).

13.1.3. Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis

As perdas por imparidade podem ser apresentadas da seguinte forma:

	31-dez-20	31-dez-19
Antigo Hotel Tivoli no Porto	2 904 259	2 904 259
Lote de terreno nº 28 na Av. Marechal Teixeira Rebelo em Lisboa	2 068 839	2 068 839
Clínica Santa Catarina no Funchal	873 448	873 448
	5 846 546	**5 846 546**

13.2. Ativos sob direitos de uso

POLÍTICA

Cada contrato de locação celebrado pelo Grupo é avaliado para determinar se o mesmo confere o direito de controlar a utilização de um ativo identificável por um período de tempo determinado em troca de uma remuneração, sempre que isso aconteça (e com inicio em 1 de janeiro de 2019) o Grupo reconhece no seu ativo não corrente um ativo sob direito de uso e no passivo a correspondente responsabilidade como um passivo por locação, a partir do momento que o ativo passa a estar disponível para utilização.

O Grupo recorre a contratos de locação para usar ativos na sua atividade operacional como sejam edifícios, equipamentos médicos, equipamentos administrativos e veículos. Tipicamente os contratos de locação são feitos por períodos de 4 a 10 anos, exceto no caso dos edifícios em que são considerados períodos mais longos podendo a duração dos contratos ser superior a 20 anos, caso as opções previstas contratualmente sejam exercidas pelo Grupo. Quando aplicável, o Grupo aloca os pagamentos de locação do contrato aos componentes de locação e outros que não sejam locações, com base no valor de cada componente, exceto nas locações de veículos, em que se optou por não separar os componentes de locação e não locação, registando as duas componentes em conjunto como se de uma única componente de locação se tratasse.

Os ativos sob direito de uso são mensurados pelo custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de locação, quaisquer pagamentos de locação feitos na data ou antes da data de início da locação, deduzidos dos incentivos à locação recebidos, quaisquer custos diretos iniciais (que inclui todos os gastos necessários à utilização do ativo locado) e custos de desmantelamento e reposição.

Ativos sob direito de uso são depreciados da mesma forma que os ativos fixos tangíveis, pelo menor, entre o tempo de vida útil do ativo e o período de duração da locação, exceto quando o Grupo disponha de uma opção de compra sobre o ativo subjacente e seja razoavelmente certo que essa opção será exercida, situação em que o ativo será depreciado pelo seu tempo de vida útil.

13.2.1. Direitos de uso por categoria do ativo

	31-dez-20			31-dez-19		
	Valor de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
Edifícios	57 872 668	(11 501 270)	46 371 398	52 017 774	(6 744 309)	45 273 465
Equipamento básico	78 606 246	(31 494 112)	47 112 134	53 314 769	(22 192 693)	31 122 076
Equipamento administrativo	164 370	(88 200)	76 170	138 029	(44 437)	93 592
Equipamento de transporte	3 874 830	(1 998 822)	1 876 008	3 082 662	(1 046 837)	2 035 825
Outros ativos	244 742	(38 620)	206 122	140 028	(17 844)	122 184
	140 762 856	**(45 121 024)**	**95 641 832**	**108 693 262**	**(30 046 120)**	**78 647 142**

No corrente exercício o Grupo registou adições de novos ativos sob direito de uso no montante de €33,2 milhões (2019: €26,7 milhões).

O Grupo tem opções de compra sobre os ativos inerentes aos contratos supra, com um valor contabilístico líquido no total de €50,1 milhões (2019: €33,7 milhões). Estas opções de compra têm um valor de exercício muito baixo, e como tal é muito provável que o Grupo exerça as referidas opções quando as mesmas cheguem ao final do período do contrato de locação.

13.2.2. Efeito na demonstração dos resultados

	31-dez-20	31-dez-19
Depreciações relacionadas com os ativos detidos por direitos de uso		
Edifícios	4 432 115	4 412 152
Equipamento básico	9 445 126	7 421 917
Equipamento de transporte	989 867	1 001 306
Equipamento administrativo	43 763	31 330
Outros ativos	20 776	14 430
	14 931 647	**12 881 135**
Gastos financeiros		
Encargos financeiros com contratos de locação	2 960 897	2 862 160
	2 960 897	**2 862 160**
Rendas e alugueres		
Gastos com contratos de curto-prazo	181 212	157 508
Gastos com contratos de valor reduzido	165 994	94 415
Gastos com contratos de renda variável	480 346	430 368
Gastos com contratos de locação de ativos intangíveis	730 554	1 090 819
	1 558 106	**1 773 110**

No exercício de 2020, os pagamentos realizados relativamente a contratos de locação ascenderam a €19,1 milhões (2019: €15,4 milhões).

As responsabilidades com passivos por locação são apresentadas na nota 14.6.4).

13.3. Ativos intangíveis

POLÍTICA

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método da linha reta, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização. As taxas de amortização utilizadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Programas de computador	3 – 5
Direito de propriedade	3 – 10

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (*goodwill*) não são objeto de amortização, sendo sujeitos a testes de imparidade no último trimestre de cada exercício económico ou desde que haja uma indicação de que possam estar em imparidade.

ESTIMATIVA

O Grupo testa anualmente a imparidade do *goodwill* reconhecido como um ativo intangível. Para esse efeito, o Grupo estima o valor recuperável de unidades geradoras de caixa às quais o *goodwill* se encontra alocado. O valor recuperável é determinado com base no valor de uso, o qual decorre da atualização dos fluxos de caixa futuros estimados, utilizando uma taxa de desconto que reflete o risco associado ao ativo avaliado. Caso os fluxos de caixa futuros considerados sejam inferiores aos estimados pelo Conselho de Administração da Luz Saúde, poderá haver necessidade de reconhecer perdas por imparidade de montante significativo.

13.3.1. Movimento na rubrica de ativos intangíveis

	Goodwill	Programas de computador	Direitos de propriedade	Em curso	Total
Custo de aquisição					
Em 1 de janeiro de 2019	148 573 534	12 402 334	86 549	2 081 392	163 143 809
Adições	-	533 868	347	1 846 248	2 380 463
Regularizações	-	(36 187)	-	-	(36 187)
Transferências	-	1 866 212	-	(1 866 212)	-
Aquisição de negócio	463 184	-	-	-	463 184
Em 31 de dezembro de 2019	**149 036 718**	**14 766 227**	**86 896**	**2 061 428**	**165 951 269**
Em 1 de janeiro de 2020	149 036 718	14 766 227	86 896	2 061 428	165 951 269
Adições	-	153 274	-	2 473 999	2 627 273
Alienação	(1 360 000)	-	-	-	(1 360 000)
Regularizações/Abates	-	(61 323)	-	-	(61 323)
Transferências	-	3 131 691	-	(3 131 691)	-
Em 31 de dezembro de 2020	**147 676 718**	**17 989 869**	**86 896**	**1 403 736**	**167 157 219**
Amortização acumulada					
Em 1 de janeiro de 2019	-	10 246 048	80 250	-	10 326 298
Amortização do exercício	-	1 198 601	-	-	1 198 601
Regularizações	-	(36 188)	-	-	(36 188)
Em 31 de dezembro de 2019	**-**	**11 408 461**	**80 250**	**-**	**11 488 711**
Em 1 de janeiro de 2020	-	11 408 461	80 250	-	11 488 711
Amortização do exercício	-	1 284 016	-	-	1 284 016
Regularizações/Abates	-	(59 980)	-	-	(59 980)
Em 31 de dezembro de 2020	**-**	**12 632 497**	**80 250**	**-**	**12 712 747**
Valor líquido					
Em 31 de dezembro de 2019	**149 036 718**	**3 357 766**	**6 646**	**2 061 428**	**154 462 558**
Em 31 de dezembro de 2020	**147 676 718**	**5 357 372**	**6 646**	**1 403 736**	**154 444 472**

A rubrica de *goodwill* resulta de operações de concentração de atividades, nomeadamente da aquisição de negócios na área da saúde.

O movimento em 2020 na rubrica de *goodwill* respeita ao *goodwill* associado à alienação da unidade de saúde do Hospital do Mar Gaia (nota B5).

O movimento em 2019 na rubrica de *goodwill* deve-se ao ajustamento do *goodwill* preliminar apurado em 2018 na operação de aquisição de negócio de um conjunto de unidades de saúde que operam na região centro de Portugal (Coimbra, Figueira da Foz, Pombal e Cantanhede) denominadas Grupo Idealmed.

13.3.2. Detalhe do *goodwill*

O detalhe do *goodwill* no balanço consolidado apresenta-se de seguida:

	Goodwill	
	31-dez-20	**31-dez-19**
Aquisição de 100% da HOSPOR	89 944 136	89 944 136
Aquisição de 100% da Hospital da Luz Coimbra	26 683 550	26 683 550
Aquisição de 100% da Hospital da Luz Guimarães	14 665 075	16 025 075
Aquisição de 100% do Hospital da Luz Torres de Lisboa	8 720 684	8 720 684
Aquisição do Hospital da Luz Aveiro	3 611 318	3 611 318
Aquisição de 81,53% da Hospital da Luz Funchal	3 126 025	3 126 025
Outras aquisições de controlo	940 033	940 033
Perda por imparidade	(14 103)	(14 103)
Total de *goodwill* líquido	**147 676 718**	**149 036 718**

13.3.3. Imparidade do *goodwill*

O valor recuperável do *goodwill* é avaliado anualmente no último trimestre de cada exercício económico, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. Conforme referido, o valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados (DCF), considerando o desempenho histórico do negócio, as condições de mercado, as expectativas futuras de desenvolvimento de cada negócio, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para efeitos dos testes, realizados no último trimestre de 2020 e 2019, o Grupo definiu um conjunto de pressupostos de forma a determinar o valor recuperável dos investimentos efetuados, dos quais se destacam:

Ano	Base de determinação	Período de projeções	Taxa de desconto antes de imposto	Crescimento na perpetuidade
2020	DCF	5 anos	4,68%	1,8%
2019	DCF	5 anos	3,70%	1,8%

Deve ser referido que:

- As projeções dos fluxos de caixa têm como base os exercícios de orçamentação realizados pelas empresas, aprovados pelos seus respetivos Conselhos de Administração, os quais se constituem como o primeiro ano do período de fluxos de caixa em análise;
- A médio e longo prazo as projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nos planos de negócio, sendo prolongadas por uma perpetuidade;
- Os pressupostos utilizados nas projeções dos fluxos de caixa para cada uma das unidades geradoras de caixa, são aqueles relativamente aos quais a quantia recuperável da unidade é mais sensível;
- Os pressupostos chave utilizados são reflexo da experiência passada e de fontes externas de informação; e
- A taxa de crescimento utilizada está de acordo com a taxa média de crescimento a longo prazo para o mercado no qual a unidade opera.

O teste de imparidade incluiu a realização de análises de sensibilidade a alguns dos pressupostos chave utilizados, nomeadamente relativamente às seguintes variáveis: (i) taxa de crescimento na perpetuidade (-1,00 p.p.) e

(ii) taxa de desconto (+0,50 p.p.). Os resultados das análises de sensibilidade não determinaram a existência de indícios de imparidade.

Na sequência dos testes de imparidade realizados o Grupo concluiu que em 31 de dezembro de 2020 não se verificaram perdas por imparidade por registar ao nível do *goodwill*.

13.4. Investimentos em associadas

POLÍTICA

Associadas são empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Os investimentos em associadas são consolidados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. De acordo com este método, as participações financeiras em empresas associadas são reconhecidas no balanço consolidado ao custo e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das mesmas, por contrapartida de ganhos e perdas contabilizados diretamente na demonstração consolidada do rendimento integral.

Os dividendos atribuídos pelas entidades associadas são registados como uma diminuição do respetivo valor dos investimentos financeiros, quando são atribuídos.

13.4.1. Movimentos em investimentos em associadas

	31-dez-20	31-dez-19
Investimentos financeiros		
Em 1 de janeiro	**875 718**	**952 090**
Efeito em resultados		
Efeito da equivalência patrimonial	(19 081)	(76 372)
	(19 081)	**(76 372)**
Em 31 de dezembro	**856 637**	**875 718**

13.4.2. Composição da rubrica de investimentos em associadas

			31-dez- 20			
	Sede	% de participação no capital	Ações	Prestações acessórias	Total	31-dez- 19
GENOMED	Lisboa	37,5%	244 840	-	244 840	263 921
HL-SGE	Oeiras	10,0%	14 400	597 397	611 797	611 797
			259 240	**597 397**	**856 637**	**875 718**

13.5. Outros ativos financeiros

POLíTICA

A rubrica de outros ativos financeiros inclui os instrumentos de capital próprio detidos pelo Grupo relativos a entidades sobre as quais não exerce controlo ou influência significativa. Os investimentos financeiros são mensurados ao justo valor através dos resultados quando o Grupo os detém como parte da sua estratégia de longo prazo.

	31-dez-20	31-dez-19
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
FCR CAPITAL CRIATIVO IV	1 939 238	2 000 000
IBERIS BLUETECH FUND II, FCR	1 500 000	-
FCT - Fundo de Compensação do Trabalho	1 455 009	1 155 275
EXPLORER GROWTH FUND III, FCR	1 000 000	-
IBERIS BLUETECH FUND, FCR, EuVECA	938 817	999 810
FCR C2 R&D GROWTH V	500 000	-
UpHill SA	300 000	100 000
Outros ativos financeiros	37 984	60 234
	7 671 048	**4 315 319**

À semelhança do investimento já realizado em 2019, no final de 2020, no âmbito da sua área de negócio de inovação e desenvolvimento, o Grupo realizou um investimento em três Fundos de Capital de Risco (FCR) que têm como objetivo desenvolver uma carteira de investimentos em entidades com um cariz inovador relevante.

O valor de pagamentos considerados como fluxos de investimento na demonstração consolidada dos fluxos de caixa não incluem o investimento no FCT, pois considera-se que os fluxos associados ao FCT têm um carater operacional, sendo classificados como tal para efeitos de preparação da demonstração dos fluxos de caixa.

14. Financiamento das operações

14.1. Gestão do capital

O Grupo procura manter um nível de capitais próprios adequado que lhe permita não só assegurar a continuidade e desenvolvimento da sua atividade, como também proporcionar uma adequada remuneração para os seus acionistas e a otimização do custo de capital.

A estrutura de capital é monitorizada com base no rácio de alavancagem financeira (*Gearing*), calculado de acordo com os rácios: dívida líquida / capital investido, e pelo rácio dívida líquida / EBITDA.

Considera-se adequado um nível de *gearing* inferior a 100%, consistente com uma notação de rating de investimento (*investment grade*) e um rácio dívida líquida / EBITDA entre 3 e 4.

Os referidos rácios, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, conforme são monitorizados pelo Grupo, são os seguintes:

	31-dez-20	31-dez-19
Dívida líquida (nota 14.6)	392 350 747	347 972 462
Fundos de acionistas	249 141 738	265 323 508
Capital investido	641 492 485	613 295 970
Gearing (Dívida líquida / Capital investido)	**61,2%**	**56,7%**
EBITDA	22 058 431	59 005 998
Dívida líquida / EBITDA	**17,79**	**5,90**

O rácio divida liquida / EBITDA apresentado pelo Grupo, está acima dos valores que seriam normais para uma empresa com notação de rating de investimento (*investment grade*), fruto essencialmente do impacto da pandemia COVID 19 nas operações do Grupo e do facto de se ter concluído no final de 2020 um importante ciclo de investimentos que ainda se não se encontram na fase de performance esperada.

14.2. Capital

POLíTICA

Capital refere-se ao valor nominal das ações ordinárias emitidas. Os prémios de emissão são reconhecidos quando o valor de emissão de ações excede o seu valor nominal. Os custos com emissão de novas ações são reconhecidos diretamente nesta rubrica, líquidos do respetivo imposto.

As ações próprias adquiridas são valorizadas pelo seu preço de aquisição e registadas como uma redução ao capital próprio. Quando essas ações são alienadas, o montante recebido, deduzido de eventuais custos diretos de transação e respetivo imposto, é reconhecido diretamente em capital próprio.

O Capital Social da Luz Saúde é composto por 95 542 254 ações ordinárias escriturais com valor nominal de um euro (31 dezembro 2019: 95 542 254 ações).

14.2.1. Reservas e resultados acumulados

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o saldo das reservas e resultados acumulados (incluindo o rendimento integral do exercício) pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-dez-20	31-dez-19
Reserva legal	5 520 044	4 244 034
Outras reservas	103 107 910	78 863 720
Resultados acumulados	(2 626 143)	6 509 770
Rendimento integral do exercício atribuível aos acionistas da Empresa	(15 701 338)	16 363 462
	90 300 473	**105 980 986**

14.2.1.1. Reservas não distribuíveis

As reservas não distribuíveis, incluem essencialmente a reserva legal constituída pela aplicação dos resultados da empresa-mãe até ao exercício de 2019.

14.2.1.2. Outras reservas e resultados acumulados

As outras reservas, são relativas a reservas livres constituídas pela aplicação dos resultados da empresa-mãe de exercícios anteriores.

A rubrica de resultados acumulados inclui os resultados do Grupo de exercícios anteriores, e não estão disponíveis para distribuição imediata aos acionistas.

Reservas distribuíveis

Atendendo a que a distribuição de resultados aos acionistas deverá ser realizada de acordo com demonstrações financeiras individuais da Luz Saúde, SA, parte dos resultados gerados pelo Grupo poderão ter limitações em termos de distribuição aos Acionistas, pelo que se recomenda a leitura destas demonstrações financeiras em conjunto com as demonstrações financeiras individuais da Luz Saúde, para uma melhor compreensão da situação.

Aplicação de resultados

Conforme proposta apresentada e aprovada em Assembleia Geral realizada em 25 de maio de 2020, os resultados da Luz Saúde, relativos ao exercício de 2019, tiveram a seguinte aplicação:

	Exercício 2019	Exercício 2018
Reforço da reserva legal	1 276 010	1 131 625
Reservas livres	24 244 190	21 500 880
Total do resultado individual aplicado	**25 520 200**	**22 632 505**

14.3. Resultado por ação

POLíTICA

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos acionistas da Empresa pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número médio de ações próprias detidas.

Para o cálculo do resultado por ação diluído, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível ou de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução no resultado por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

	31-dez-20	31-dez-19
Resultado líquido atribuível a acionistas da Empresa	(16 289 795)	16 692 533
Número médio de ações	95 542 254	95 542 254
Resultado por ação - básico	**(0,170)**	**0,176**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo não tem/tinha instrumentos financeiros, com efeito diluidor, pelo que o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

14.4. Interesses que não controlam

14.4.1. Movimentos no exercício

	31-dez-20	31-dez-19
Em 1 de janeiro	2 004 475	2 032 690
Efeito em resultados	(318 927)	55 393
Aquisição de interesses que não controlam	(182 330)	(83 608)
Em 31 de dezembro	**1 503 218**	**2 004 475**

Em 2020 e 2019 a aquisição de interesses que não controlam refere-se à aquisição de interesses na subsidiária HLA.

14.4.2. Composição

	31-dez-20	31-dez-19
HLA	594 783	800 525
RML	1 185 070	1 253 257
SGHL	(41 818)	(25 949)
HLF	(234 817)	(23 358)
	1 503 218	**2 004 475**

14.4.3. Informação financeira das subsidiárias com interesses que não controlam

A informação financeira resumida das empresas com interesses minoritários pode ser apresentada da seguinte forma:

	HLA	SGHL	RML	HLF
Balanço resumido				
Ativos correntes	8 157 292	31 087 155	216 075	1 717 397
Passivos correntes	(5 766 982)	(28 509 438)	(57 571)	2 139 202
Ativo/(passivo) líquido corrente	**2 390 310**	**2 577 717**	**158 504**	**3 856 599**
Ativos não correntes	11 745 609	12 587 882	8 615 083	7 853 404
Empréstimos de acionistas	-	(29 900 000)	-	(6 713 899)
Passivos não correntes	1 666 725	(6 619 353)	(3 000 000)	(1 654 254)
Ativo/(passivo) líquido	**15 802 644**	**(21 353 754)**	**5 773 587**	**3 341 850**
Resultados resumidos				
Volume de negócios	18 767 458	89 773 898	175 267	5 305 488
Resultado antes de imposto	(792 606)	(27 796 501)	71 773	(1 431 448)
Imposto sobre o rendimento	237 041	6 924 600	(30 993)	231 643
Resultado líquido	**(555 565)**	**(20 871 901)**	**40 780**	**(1 199 805)**
Fluxos de caixa resumidos				
Fluxo de caixa operacional	(176 241)	(4 947 613)	114 267	(1 323 899)
Fluxo de caixa de investimento	(887 449)	(696 527)	175 267	(423 996)
Fluxo de caixa de financiamento	705 652	(1 244 269)	(350 045)	1 620 378
Variação de caixa e seus equivalentes	**(358 038)**	**(6 888 409)**	**(60 511)**	**(127 517)**

14.5. Caixa e seus equivalentes

POLíTICA

Os montantes incluídos na rubrica caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outros, vencíveis em ou a menos de três meses e com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço consolidado com maturidade inferior a três meses a contar da data da sua contratação/aquisição, onde se incluem a caixa, as disponibilidades em instituições de crédito e os descobertos bancários.

	31-dez-20	31-dez-19
Caixa	1 069 914	792 038
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	15 698 697	66 579 756
Outros meios monetários	395 505	-
	17 164 116	**67 371 794**

Atendendo à maturidade associada aos saldos apresentados acima, considera-se que o valor contabilístico não tem diferença relevante para o justo valor.

Para efeitos de preparação da demonstração de fluxos de caixa, o caixa e seus equivalentes decompõe-se da seguinte forma:

	31-dez-20	31-dez-19
Caixa e seus equivalentes conforme apresentado acima	17 164 116	67 371 794
Descobertos bancários	(7 364 686)	-
Saldo final na demonstração de fluxos de caixa	**9 799 430**	**67 371 794**

14.6. Dívida líquida

POLíTICA

Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, ou ao justo valor, sempre que o Grupo decide, aquando do reconhecimento inicial, designar esse passivo financeiro ao justo valor através de resultados, ao abrigo da opção de justo valor.

São expressos no passivo corrente ou não corrente consoante o prazo de vencimento. Ou seja, se o vencimento da dívida ocorrer a menos de um ano após a data de relato teremos um passivo corrente, caso seja a mais de um ano após a data de relato e a renovação do mesmo esteja assegurada contratualmente por mais de 12 meses após a data de relato, teremos um passivo não corrente. O seu desreconhecimento ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, nomeadamente no momento da liquidação.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e, contabilizados em resultados, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

	31-dez-20			31-dez-19		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Com garantias reais						
Papel comercial	27 575 407	137 329 704	164 905 111	31 486 237	165 388 626	196 874 863
Empréstimos bancários	4 169 638	11 123 470	15 293 108	5 235 711	10 875 001	16 110 712
Locações	18 045 907	75 410 909	93 456 816	16 501 218	64 381 203	80 882 421
Factoring	666 159	-	666 159	3 506 715	-	3 506 715
Outros empréstimos	-	-	-	500 000	-	500 000
Total de passivos com garantias	**50 457 111**	**223 864 083**	**274 321 194**	**57 229 881**	**240 644 830**	**297 874 711**
Sem garantias reais						
Papel comercial	11 999 534	58 462 009	70 461 543	68 495 643	5 005 343	73 500 986
Empréstimos bancários	6 059 647	34 413 650	40 473 297	10 427 856	32 397 653	42 825 509
Empréstimo obrigacionista	-	15 000 000	15 000 000	-	-	-
Outros empréstimos	9 258 829	-	9 258 829	1 143 050	-	1 143 050
Total de passivos sem garantias	**27 318 010**	**107 875 659**	**135 193 669**	**80 066 549**	**37 402 996**	**117 469 545**
Passivos remunerados	**77 775 121**	**331 739 742**	**409 514 863**	**137 296 430**	**278 047 826**	**415 344 256**
Caixa e seus equivalentes			**(17 164 116)**			**(67 371 794)**
Dívida líquida remunerada			**392 350 747**			**347 972 462**

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais obtidas pelo Grupo para instrumentos com características similares.

As linhas de crédito contratadas pelo Grupo, estão sujeitas a taxas de mercado (Euribor), com atualização periódica das taxas a ocorrer entre 1 e 6 meses após a data de relato, consequentemente não existem diferenças relevantes entre o valor contabilístico e o justo valor das linhas em utilização na data de relato.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020 o Grupo dispõe de linhas de crédito não utilizadas num montante de €54,7 milhões das quais €26,1 milhões na modalidade de descoberto bancário.

14.6.1. Papel comercial

Os programas de papel comercial disponíveis são os seguintes:

Data de início	Data de fim	Tomada garantida	Montante do programa	Valor utilizado em 31-dez-20	Valor utilizado em 31-dez-19
14/10/2015	22/12/2027	Sim	23 000 000	23 000 000	18 000 000
04/08/2017	11/09/2027	Sim	25 000 000	5 000 000	20 850 000
05/06/2019	05/06/2025	Sim	30 000 000	30 000 000	30 000 000
05/05/2020	05/05/2025	Sim	15 000 000	10 000 000	-
10/02/2011	26/04/2025	Sim	107 200 000	107 200 000	128 600 000
18/05/2016	31/03/2023	Sim	45 000 000	45 000 000	35 000 000
17/03/2017	17/03/2022	Não	20 000 000	5 000 000	17 950 000
10/08/2018	10/02/2022	Sim	10 500 000	10 500 000	10 500 000
10/03/2016	10/03/2021	Sim	10 000 000	-	5 000 000
22/12/2017	23/12/2020	Sim	5 000 000	-	5 000 000
				235 700 000	**270 900 000**
			Juros e outros encargos, líquidos	(333 346)	(524 151)
				235 366 654	**270 375 849**

14.6.2. Empréstimos bancários

As principais linhas de empréstimos bancários que o Grupo dispõe são as seguintes:

Data de início	Data de fim	Valor utilizado em 31-dez-20	Valor utilizado em 31-dez-19
20/01/2016	19/01/2031	1 768 711	1 897 540
31/10/2017	31/10/2026	8 331 739	8 331 739
06/08/2020	06/08/2026	800 000	-
21/11/2019	21/11/2025	10 000 000	10 000 000
23/11/2018	23/11/2024	8 919 725	8 919 725
22/04/2019	22/10/2023	10 000 000	10 000 000
06/09/2005	09/09/2023	3 000 000	1 750 000
30/06/2020	30/06/2023	2 000 000	-
11/05/2020	11/05/2023	1 000 000	-
09/10/2017	09/04/2023	5 661 748	6 761 936
04/06/2009	04/12/2022	4 000 000	6 000 000
29/12/2009	30/12/2021	-	2 500 000
		55 481 923	**56 160 940**
Juros e outras linhas de menor valor		284 482	2 775 281
		55 766 405	**58 936 221**

14.6.3. Empréstimos obrigacionistas

Data de início	Data de fim	Valor utilizado em 31-dez-20	Valor utilizado em 31-dez-19
18/12/2020	18/12/2027	15 000 000	-
		15 000 000	**-**

Em 15 de dezembro de 2020, o Grupo contratou um empréstimo obrigacionista no valor de €30 milhões, representado por 300 obrigações escriturais nominativas de valor unitário de €100 milhares, denominado "Luz Saúde 2020-2027", a repartir em duas séries de €15 milhões cada. A 1ª série foi subscrita em 18 de dezembro de 2020 e a 2º série foi subscrita em 31 março de 2021.

14.6.4. Passivos por locação

POLÍTICA

Até 31 de dezembro de 2018 o Grupo classificou as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. Eram classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação eram classificadas como locações operacionais.

A partir de 1 de janeiro de 2019, os contratos de locação, anteriormente classificados como locações operacionais, passaram a ser reconhecidas no ativo (com a designação de ativo sob direito de uso) e no passivo desde a data em que o ativo subjacente passou a estar disponível para uso do Grupo. Os ativos e passivos decorrentes de um contrato de locação são mensurados inicialmente pelo seu valor presente.

Os passivos de locação incluem o valor atual dos seguintes pagamentos de locação:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância), deduzidos de incentivos à locação;
- pagamentos variáveis, com base num índice ou taxa, mensurado inicialmente com base num índice ou taxa na data de início;
- pagamentos esperados relativamente a garantias de valor residual;
- valor de exercício de uma opção de compra, quando o Grupo tiver razoável certeza de exercício dessa opção;
- pagamentos de penalidades da rescisão de contratos, sempre e quando seja o Grupo a exercer essa opção; e
- pagamentos a serem efetuados ao abrigo de opções de prorrogação do contrato quando o Grupo tiver razoável certeza de exercício dessa opção.

Os pagamentos de locação são descontados utilizando a taxa de juro implícita na locação. Se essa taxa não puder ser facilmente determinada, como é o caso das locações entre empresas do grupo, é usada a taxa incremental de financiamento do Grupo, sendo esta, a taxa que o locatário teria que pagar pela obtenção dos fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante ao ativo sob direito de uso por um prazo semelhante, num ambiente económico semelhante, e com garantias semelhantes.

Para determinar a taxa incremental de financiamento, o Grupo:

- sempre que possível, utiliza as condições de financiamento recentes obtidas junto de terceiros, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento foi obtido, para os contratos com duração até 7 anos;
- para os contratos com duração superior a 7 anos, tipicamente contratos de locação de edifícios, a taxa incremental foi composta a partir da agregação da taxa de juro observável no mercado imobiliário, ajustada pelo diferencial de taxa de financiamento do Grupo para o mercado e para a taxa das OTs Portuguesas para prazos similares.

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de locação variáveis com base num índice ou taxa, e que não são incluídos no valor do passivo de locação até que entrem em vigor. Os ajustamentos aos pagamentos de locação com base num índice ou taxa, implicam uma reavaliação do passivo de locação por contrapartida do incremento do ativo sob direitos de uso.

Os pagamentos de locação são separados liquidação do valor de aquisição e a sua componente financeira, em que o custo financeiro é registado na demonstração dos resultados durante o período da locação, de modo a produzir uma taxa de juros efetiva.

ESTIMATIVA

Para determinar o prazo da locação, o Grupo considera todos os factos e circunstâncias que contribuem para o exercício ou não da opção de prorrogação do período de locação.

Assim opções de prorrogação somente são consideradas para efeitos de determinação do prazo da locação de um ativo sob direito de uso se for razoavelmente certo que a locação será prorrogada (ou não rescindida).

No caso de locações de edifícios e equipamentos, para aferir a prorrogação de um contrato de locação, fatores como os que se referem a seguir, são usualmente os mais relevantes em termos de tomada de decisão:

- existência de penalidades significativas decorrentes da não rescisão (ou não prorrogação) do contrato;
- se as melhorias realizadas no ativo sob locação tiverem na data da potencial rescisão (ou não prorrogação) um valor significativo; e
- capacidade do Grupo encontrar um ativo similar que lhe permita substituir o ativo subjacente ao contrato de locação.

Os prazos de locação utilizados refletem a melhor estimativa sobre a vida de cada contrato de locação.

A reavaliação do prazo de cada locação com opção de prorrogação é realizada quando a opção é realmente exercida (ou não exercida) ou o Grupo fica obrigada a exercer a opção (ou não exercer), ou caso ocorra um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias, que afetem a avaliação inicialmente realizada pela Administração. Durante o exercício de 2020, não foi registado qualquer impacto financeiro decorrente da reavaliação do exercício de uma opção de prorrogação de um contrato de locação.

O Grupo celebra contratos de locação, como instrumento de financiamento preferencial dos investimentos realizados em equipamento clínico cirúrgico. Os contratos têm usualmente um período de duração entre 4 e 8 anos, e o Grupo dispõe de opções de compra sob os contratos por valores num intervalo de 0 a 10% do valor de aquisição.

A maturidade dos contratos de locação estabelecidos pelo Grupo pode ser apresentada como segue:

	31-dez-20	31-dez-19
Menos de 12 meses	18 045 907	16 501 218
12 a 24 meses	14 610 485	14 978 884
24 a 36 meses	12 109 631	11 676 826
36 a 48 meses	7 673 866	10 324 792
48 a 60 meses	6 173 354	4 701 035
Mais de 60 meses	34 843 573	22 699 666
	93 456 816	**80 882 421**

14.6.5. *Factoring*

Inclui os adiantamentos recebidos relativos a saldos cedidos no âmbito de contratos de *factoring* com recurso, assim como os valores relativos a saldos de clientes cedidos ao *factoring* na forma sem recurso e que em 31 de dezembro de 2020 de acordo com as estimativas de Grupo não cumpriam os critérios para serem desreconhecidos do balanço consolidado.

14.6.6. Garantias

A maioria das linhas de financiamento supra mencionadas contém as restrições não financeiras, sendo as mais frequentes:

- disposições de *negative pledge*, relativamente às linhas de maior valor e maturidade;
- restrições à utilização dos recursos de capital, aquisições e disposição dos ativos;
- obrigações de *pari passu*;
- situações de incumprimento de responsabilidades, que incluem cláusulas de incumprimento cruzado relativamente às sociedades que estão sob controlo ou numa relação de grupo com a respetiva mutuária;
- condições de mudança de controlo societário (*change of control provisions*) que obrigam a que o acionista controlador (Grupo Fosun) mantenha uma posição de controlo, direto ou indireto, na Sociedade.

As linhas com garantias reais, encontram-se garantidas com os seguintes colaterais:

- *Factoring*: este saldo tem como colateral o valor das faturas cedidas ao abrigo dos contratos;
- Papel comercial e empréstimos bancários: as linhas de papel comercial e os empréstimos bancários apresentadas encontram-se garantidas por hipotecas sobre alguns dos imóveis do Grupo. Os valores das garantias são superiores aos montantes das linhas contratadas;
- Locação: os contratos de locação encontram-se garantidos, em virtude da posse do ativo locado pertencer ao locatário.

14.6.7. *Covenants* financeiros

Em termos de *covenants* financeiros o Grupo está obrigado a cumprir rácios financeiros dispostos nos contratos de financiamento em vigor nesta data, nomeadamente assumem especial relevo:

- Divida remunerada líquida / EBITDA
- Autonomia financeira

15. Outros

15.1. Provisões

POLíTICA

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) fruto de acontecimentos passados, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. Quando um destes requisitos não é preenchido, o Grupo procede à divulgação dos eventos como passivo contingente, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como gasto financeiro na rubrica de juros e outros gastos e perdas financeiras.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando as perdas em empresas associadas excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada, caso em que é registada uma provisão para imparidade em ativos financeiros.

É registada uma provisão para processos judiciais em curso quando exista uma estimativa fiável de custos a incorrer decorrentes de ações interpostas por terceiros, com base na avaliação da efetivação da probabilidade de pagar tendo por base o parecer dos advogados do Grupo e o histórico em caso de operações recorrentes.

ESTIMATIVA

O Grupo exerce julgamento considerável no reconhecimento e mensuração das provisões. O julgamento é imprescindível para aferir a probabilidade que determinado processo em contencioso tem de ser bem-sucedido. As provisões são constituídas quando o Grupo espera, relativamente aos processos em curso, que a perda seja provável, seja plausível uma saída de fundos e, por sua vez, possa ser razoavelmente estimada. Em virtude das incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser distintas das perdas estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que surge nova informação sobre o processo. As provisões constituídas pelo Grupo prendem-se essencialmente com situações de índole tributária e penalidades contratuais decorrentes de contratos celebrados pelo Grupo. Revisões às estimativas destas perdas poderão afetar os resultados futuros.

O movimento na rubrica de provisões nos exercícios de 2020 e 2019 pode ser apresentado da seguinte forma:

	Processos judiciais	Processos fiscais	Responsabilidades com participadas	Penalidades	Outros riscos	Total
Provisões						
Em 1 de janeiro de 2019	**140 239**	**5 684 451**	**400 000**	**3 726 546**	**1 746 166**	**11 697 402**
Efeito em resultados						
Reforços	-	2 884	-	-	-	2 884
Reversões	(55 440)	(102 508)	-	(69 183)	(75 085)	(302 216)
	(55 440)	**(99 624)**	**-**	**(69 183)**	**(75 085)**	**(299 332)**
Outros movimentos						
Transferência	29 135	157 229	-	-	(73 592)	112 772
	29 135	**157 229**	**-**	**-**	**(73 592)**	**112 772**
Em 31 de dezembro de 2019	**113 934**	**5 742 056**	**400 000**	**3 657 363**	**1 597 489**	**11 510 842**
Em 1 de janeiro de 2020	**113 934**	**5 742 056**	**400 000**	**3 657 363**	**1 597 489**	**11 510 842**
Efeito em resultados						
Reforços	855 396	-	-	446 229	487 694	1 789 319
Reversões	(130 291)	(3 928 950)	-	-	-	(4 059 241)
	725 105	**(3 928 950)**	**-**	**446 229**	**487 694**	**(2 269 922)**
Outros movimentos						
Reclassificação	-	(86 049)	-	1 188 408	(1 188 408)	(86 049)
	-	**(86 049)**	**-**	**1 188 408**	**(1 188 408)**	**(86 049)**
Em 31 de dezembro de 2020	**839 039**	**1 727 057**	**400 000**	**5 292 000**	**896 775**	**9 154 871**

Processos judiciais

O Grupo nas suas operações incorre em riscos de ordem operacional decorrentes da especificidade da sua atividade, em especial riscos de ordem clinica. Para fazer face a estes riscos o Grupo contratou seguros que permitem mitigar estes riscos de forma parcial, sendo reconhecida uma provisão pela estimativa de ex-fluxos que o Grupo possa vir a incorrer.

Processos fiscais

As provisões para processos fiscais destinam-se entre outros a fazer face aos litígios com a Autoridade Tributária, descritos na nota E19.1.3. O valor da reversão da provisão para processos fiscais em 2020 respeita à resolução dos processos fiscais divulgados na referida nota.

Penalidades

A provisão para penalidades destina-se essencialmente à responsabilidade para fazer face a riscos e penalidades contratuais consideradas como prováveis.

15.2. Responsabilidades por contratos com clientes

POLíTICA

Uma responsabilidade de um contrato é uma obrigação de transferir bens ou serviços para um cliente, para a qual o Grupo já recebeu a quantia (ou o valor já é devido) do cliente. Se o cliente pagar a quantia antes do Grupo lhe transferir os bens ou serviços, uma responsabilidade do contrato é reconhecida com a realização do pagamento ou o pagamento se torna devido (o que ocorrer primeiro). A responsabilidade do contrato é reconhecida como rédito quando o Grupo executa o contrato.

	31-dez-20	31-dez-19
Rendimentos diferidos DUV's	4 296 116	4 267 783
Adiantamentos de clientes	7 183 942	4 619 274
	11 480 058	**8 887 057**

Os rendimentos diferidos DUV's estão relacionados com a atividade das residências sénior, em que o rédito da venda desses direitos é reconhecido inicialmente em rendimentos diferidos, sendo transferido para resultados, de forma constante, ao longo dos anos de vida esperada de cada cliente. Estes saldos assim como os valores de adiantamentos de clientes cumprem com os critérios para ser considerado uma responsabilidade de um contrato.

D. Gestão de risco financeiro

16. Riscos financeiros

O Grupo apresenta uma exposição aos seguintes tipos de riscos como resultado da utilização de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

De seguida e relativamente aos riscos identificados apresenta-se a informação relativa à exposição do Grupo a cada um dos riscos anteriormente referidos, bem como os seus objetivos, procedimentos e práticas para a mensuração e gestão desses riscos. Ao longo das presentes demonstrações financeiras, são apresentadas mais divulgações de cariz quantitativo.

Os riscos identificados são revistos regularmente para se manterem aderentes à realidade das condições dos mercados e às atividades do Grupo.

16.1. Risco de crédito

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento de um devedor relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua atividade.

A exposição do Grupo ao risco de crédito prende-se essencialmente com os saldos a receber decorrentes da atividade operacional e dos fundos monetários geridos no âmbito da atividade de tesouraria do Grupo.

A seguinte tabela apresenta a exposição máxima do Grupo ao risco de crédito:

	31-dez-20	31-dez-19
Clientes e acréscimo de rendimentos (nota 12.1)	122 043 549	151 294 975
Depósitos bancários e outros meios monetários (nota 14.5)	16 094 202	66 579 756
Outros devedores (nota 12.1)	1 194 922	1 146 563
	139 332 673	**219 021 294**

16.1.1. Clientes e acréscimos de rendimentos

Em termos de monitorização do risco de crédito decorrente da atividade operacional, é efetuada uma gestão permanente das carteiras de devedores e dos seus saldos em aberto. Esta abordagem é complementada tanto por metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos associados à fase de aceitação de clientes, classificação dos mesmos e de definição de limites de crédito, como ao nível dos procedimentos e circuitos de cobrança.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efetuado regularmente pelas áreas Operacionais e Financeira de cada uma das unidades, cabendo à Direção Financeira e Auditoria do Grupo a monitorização ao nível consolidado. São igualmente objeto de análise regular ao nível de cada unidade o cumprimento dos limites de crédito aprovados.

O Grupo definiu um procedimento de crédito segundo a qual cada novo cliente é analisado individualmente do ponto de vista do seu risco de crédito previamente à sua aceitação como cliente. Esta revisão passa por análise de informação externa e, quando disponível, referências de terceiros relativamente à entidade.

As perdas por imparidade para saldos a receber são estimados em função das perdas estimadas na carteira, tendo por base uma análise de cada uma das posições

em aberto à data de relato e a matriz de cálculo das perdas esperadas.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo de clientes e acréscimos de rendimentos consolidado desagregava-se da seguinte forma:

	31-dez-20	31-dez-19
Segmento de cuidados de saúde privados	96 363 529	106 254 705
Segmento de cuidados de saúde públicos	22 592 291	44 704 320
Outros segmentos e eliminações	3 087 729	335 950
	122 043 549	**151 294 975**

16.1.1.1. Segmento de cuidados de saúde privados

A antiguidade do saldo de clientes e acréscimos de rendimentos relativo ao segmento de cuidados de saúde privados a partir da data de emissão da respetiva fatura/prestação do serviço é detalhada como segue:

	31-dez-20	31-dez-19
0-3 meses	66 593 951	71 744 213
3-6 meses	9 842 232	15 872 259
6-12 meses	14 234 234	9 844 545
12-24 meses	5 655 984	8 292 100
Mais de 24 meses	13 916 808	12 542 090
	110 243 209	**118 295 207**
Imparidade acumulada	(13 879 680)	(12 040 502)
	96 363 529	**106 254 705**

16.1.1.2. Segmento de cuidados de saúde públicos

Ao abrigo do sistema de pagamentos em vigor no Hospital Beatriz Ângelo, no final de cada mês o Estado paga 90% de 1/12 do valor contratado de produção anual (independentemente do valor real de produção verificado), sendo que o valor de acerto (que poderá incluir os 10% remanescentes mais alguma eventual produção adicional realizada acima do valor contratado, já que existem áreas em que é permitido ultrapassar o limite definido de produção, tais como os atendimentos de emergência e os episódios de internamento) é liquidado no decurso do exercício seguinte.

Os valores a receber da ARSLVT no âmbito desta operação estão registados nas rubricas de acréscimos de rendimentos e clientes nos montantes de €8,3 milhões e €13,9 milhões, respetivamente (2019: €24,4 milhões e €17,1 milhões, respetivamente), aguardando a conclusão do respetivo processo de validação.

16.1.2. Depósitos bancários

A repartição do saldo de depósitos bancários, de acordo com o *rating* de risco das instituições financeiras onde os ativos se encontravam depositados em 31 de dezembro de 2020, pode ser apresentado da seguinte forma (tendo como base o rating da Moody's observável no mercado):

	31-dez-20	31-dez-19
Rating		
A2	4 972 864	18 699 332
Baa1	2 777 127	12 513 249
Ba1	1 499 329	10 004 771
Ba2	2 916 284	16 729 344
B1	31 925	357 015
Caa1	3 226 130	8 252 102
Outros	670 543	23 943
	16 094 202	**66 579 756**

Como princípio orientador o Grupo tenta manter um alinhamento entre as entidades financeiras onde deposita as suas disponibilidades, e as entidades financeiras onde dispõe de linhas de financiamento utilizadas, de forma a criar uma cobertura natural para um potencial evento de crédito que possa ocorrer ao nível da entidade onde os fundos se encontram depositados. Assim e se considerarmos a posição líquida dos ativos e passivos do Grupo com as instituições bancárias, o risco de realização dos ativos ascende a €152 milhares (2019: €1 428 milhares).

16.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos do Grupo, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção Financeira e Auditoria do Grupo. Esta gestão tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar as ruturas pontuais de tesouraria e acionar os mecanismos tendentes à sua cobertura.

Para financiar a sua atividade, o Grupo mantém as linhas de crédito apresentadas na nota C14.6.

A liquidez dos passivos financeiros originará os seguintes fluxos monetários não descontados, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data de relato:

	31-dez-20					31-dez-19
	Locações	**Empréstimos bancários**	**Papel comercial**	**Outros passivos (*)**	**Total**	**Total**
Menos de 12 meses	18 045 907	10 229 285	39 574 941	123 112 159	190 962 292	263 354 510
12 a 24 meses	14 610 486	16 436 613	51 565 453	-	82 612 552	72 190 946
24 a 36 meses	12 109 631	12 846 181	69 096 556	-	94 052 368	66 138 981
36 a 48 meses	7 673 866	7 609 869	31 100 000	-	46 383 735	49 084 661
48 a 60 meses	6 173 353	6 005 125	19 229 704	-	31 408 182	40 494 239
Mais de 60 meses	34 843 573	2 639 333	24 800 000	-	62 282 906	50 138 999
	93 456 816	**55 766 406**	**235 366 654**	**123 112 159**	**507 702 035**	**541 402 336**

(*) Exclui os passivos não financeiros e os adiantamentos de clientes

Com base nos financiamentos ativos e nas condições existentes à data de 31 de dezembro de 2020 a taxa média de financiamento do Grupo é de 2,07% (2019: 2,16%).

16.3. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços dos mercados, como sejam câmbios de moedas estrangeiras, taxas de juro ou a evolução das bolsas de valores possam afetar os resultados do Grupo e a sua posição financeira. O Grupo encontra-se exposto ao risco cambial, decorrente da sua atividade de compras nos mercados internacionais, operações maioritariamente realizadas em dólares americanos, e ao risco de taxa de juro relativamente aos ativos e passivos financeiros. O objetivo principal definido em termos de gestão de risco de mercado centra-se essencialmente na monitorização da evolução das taxas de juro que influenciam os passivos financeiros remunerados, contratados com base em taxas de juro indexadas à evolução dos mercados, pois a exposição cambial do Grupo não tem um valor relevante (2020: €2,1 milhões; 2019: €0).

Todas as linhas de financiamento contratadas pela empresa são remunerados com base em taxas variáveis dadas pelo índice de referência acrescido de um *spread*. Em exercicios anteriores e de forma a equilibrar a exposição à variação das taxas de juro o Grupo contratou alguns instrumentos de cobertura de risco de fluxo de caixa, com o objetivo de fixar as taxas de juro de algumas das linhas de financiamento de que dispõe.

Atendendo ao nível de divida financeira de que o Grupo dispõe em 31 de dezembro de 2020 e considerando o nível de eficácia que se prevê que estes instrumentos possam vir a ter (tendo em conta uma expectável evolução futura positiva das taxas de juro na União Europeia) o Grupo tem cerca de 46% (2019: 45%) da sua dívida financeira, exposta a taxa de juro fixa.

Considerando que o resultado do Grupo está exposto a variações nas taxas de juro de mercado, e apenas para efeitos ilustrativos, temos que um aumento ou diminuição, imediata, de 50 pp nas taxas de referências acima do limite mínimo de zero por cento e considerando todas as outras variáveis constantes, resultaria num impacto no resultado líquido antes de imposto de aproximadamente €1,1 milhões (2019: €1,1 milhões).

17. Ativos e passivos financeiros

17.1. Instrumentos financeiros por categoria

	31-dez-20	31-dez-19
Ativos financeiros		
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Clientes e outras contas a receber	127 546 818	153 410 073
Outros ativos correntes	4 982 874	681 684
Caixa e seus equivalentes	17 164 116	67 371 794
Ativos financeiros ao justo valor por resultados		
Outros ativos financeiros	7 671 048	4 315 319
	157 364 856	**225 778 870**
Passivos financeiros		
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Fornecedores	41 027 803	45 396 282
Outras contas a pagar	79 524 053	80 661 798
Empréstimos e descobertos bancários	316 058 047	334 461 835
Passivos por locação	93 456 816	80 882 421
Instrumentos financeiros derivados de cobertura		
Utilizados para cobertura	3 305 152	3 771 157
	553 371 871	**545 173 493**

17.2. Hierarquia de justo valor

Os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor são apresentados na seguinte tabela, de acordo com os níveis de hierarquia de justo valor:

2020	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos mensurados ao justo valor				
Outros ativos financeiros	7 671 048	-	-	7 671 048
Total de ativos	**7 671 048**	**-**	**-**	**7 671 048**
Passivos mensurados ao justo valor				
Derivados	3 305 152		3 305 152	
Total de passivos	**3 305 152**	**-**	**3 305 152**	**-**

2019	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos mensurados ao justo valor				
Outros ativos financeiros	4 315 319			4 315 319
Total de ativos	**4 315 319**	**-**	**-**	**4 315 319**
Passivos mensurados ao justo valor				
Derivados	3 771 157		3 771 157	
Total de passivos	**3 771 157**	**-**	**3 771 157**	**-**

A hierarquia para efeitos de determinação do justo valor tem os seguintes níveis e bases de mensuração:

- Nível 1 – cotações de mercados líquidos ativos e aos quais o Grupo tem acesso à data de referência do balanço;
- Nível 2 – modelos de avaliação geralmente aceites baseados em inputs observáveis no mercado alternativos aos referidos no nível 1;
- Nível 3 – modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

Os instrumentos financeiros do Grupo mantidos ao justo valor são divulgados nas notas C13.5 e 18, tendo o justo valor dos instrumentos referidos na nota 18 sido determinado por entidades bancárias tendo por base inputs observáveis no mercado e utilizados nos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites (Nível 2) e o justo valor dos ativos financeiros sido registados com base na valorização divulgada pelas próprias entidades nos casos das entidades reguladas, ou nos casos em que esta esta informação não seja conhecida pelo valor de custo, que se estima não ser materialmente relevante do justo valor dos referidos ativos.

18. Instrumentos financeiros derivados

POLíTICA

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua contratação pelo seu justo valor que se presume ser igual ao seu custo de aquisição na data de contratação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é remensurado em cada data de relato, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa remensuração registados diretamente na demonstração dos resultados, exceto no que respeita aos efeitos relativos aos derivados de cobertura de fluxos de caixa.

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro resultante da sua atividade de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura no âmbito de aplicação da IAS 39 são registados como de negociação. Os derivados de cobertura de fluxos de caixa são registados ao seu justo valor e na medida em que sejam eficazes as variações de justo valor são reconhecidas por contrapartida de reservas no capital próprio. As variações de justo valor que não são consideradas como sendo de cobertura, em virtude de serem consideradas ineficientes na totalidade ou parcialmente, são de imediato reconhecidas na demonstração dos resultados. Os valores acumulados em reservas são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

Na avaliação da existência de uma relação económica entre os instrumentos cobertos e os instrumentos de cobertura, o Grupo assume que o *benchmark* de taxa de juro (Euribor) não será alterado na sequência da reforma dos *benchmarks* de taxa de juro conforme permitido pelas alterações à IAS 39, IFRS 7 e IFRS 9 relativas à reforma dos benchmarks de taxa juro.

A política acima disposta é aplicável à totalidade das relações de cobertura designadas a 31 de dezembro de 2020.

O Grupo irá cessar a aplicação da disposição acima quando:

(i) a incerteza relativa à reforma dos *benchmarks* de taxa de juro no que concerne à Euribor cessar; ou
(ii) a respetiva relação de cobertura for descontinuada.

O Grupo iniciou em 2015 a utilização de instrumentos financeiros derivados para cobrir riscos de taxa de juro que afetam o valor dos fluxos de caixa futuros esperados. O risco coberto é o da variação do indexante da taxa variável aos quais se encontram associados os contratos de financiamento do Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados de taxa de juro que são contraídos para fins de cobertura do risco de variação de taxa de juro dos empréstimos são denominados como sendo de "cobertura de fluxo de caixa".

O justo valor dos derivados financeiros contabilizados pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-dez-20	31-dez-19
Swap de taxa de juro - cobertura de fluxo de caixa	3 305 152	3 771 157
Swap de taxa de juro – negociação	-	-
Total	**3 305 152**	**3 771 157**
Parte não corrente		
Swap de taxa de juro - cobertura de fluxo de caixa	(3 305 152)	(3 771 157)
Swap de taxa de juro – negociação	-	-
Parte corrente	**-**	**-**

O detalhe do justo valor por contrato pode ser apresentado da seguinte forma:

31 de dezembro de 2020

Instrumento coberto	Nocional	Início	Vencimento	Justo valor
Papel comercial	107 200 000	26/10/2016	28/04/2025	3 305 152
				3 305 152

31 de dezembro de 2019

Instrumento coberto	Nocional	Início	Vencimento	Justo valor
Papel comercial	128 600 000	26/10/2016	28/04/2025	3 517 008
Papel comercial	18 000 000	30/09/2016	30/09/2022	254 149
				3 771 157

Em dezembro de 2020, o Grupo procedeu à liquidação de um dos contratos de *swap* de taxa de juro com maturidade em 30 de setembro de 2022, tendo incorrido num custo de cerca de €150 milhares relativamente a esta opção.

O justo valor do derivado de cobertura é classificado no ativo ou passivo não corrente, quando a maturidade da operação alvo de cobertura é superior a 12 meses, e como ativo ou passivo corrente quando a maturidade da operação alvo de cobertura for inferior a 12 meses.

O nocional do contrato de *swap* de taxa de juro em aberto a 31 de dezembro de 2020 ascende a €107,2 milhões (2019: €146,4 milhões), sendo estes considerados na totalidade como de cobertura de fluxo de caixa. Estes contratos originaram o reconhecimento de uma variação do justo valor nos capitais próprios do Grupo no exercício de 2020 decorrente da parte considerada como eficiente para efeitos de cobertura de aproximadamente €745 milhares positivos (2019: €416 milhares, negativo), tendo sido reconhecidos na demonstração dos resultados o montante de €368 milhares de efeito decorrente da variação de justo valor em virtude dos contratos serem considerados como eficientes, relativos à parte considerada como de negociação ou ineficiente em termos de cobertura, e cerca de €1 324 milhares relativos a juros corridos (2019: €1 449 milhares). Na demonstração de rendimento integral, estes valores são apresentados líquidos do efeito de imposto.

E. Outra informação

19. Litígios e passivos contingentes

19.1. Litígios

19.1.1. Litígios de índole comercial

- Em dezembro de 2018, diversas unidades do Grupo receberam uma comunicação do seu cliente ADSE relativamente à necessidade de regularizar parte da faturação realizada e paga, relativa a serviços prestados nos exercícios de 2015 e 2016, num montante total de €13,6 milhões. O Grupo suportado pelos seus assessores legais entende que as regularizações comunicadas pelo cliente não são justificadas e como tal as mesmas não são devidas, pelo que as presentes demonstrações financeiras consolidadas não consideram o possível impacto que a situação descrita poderia ter. O Grupo em conjunto com os seus assessores legais respondeu à comunicação recebida, estando a aguardar *feedback* por parte do cliente a esta comunicação.

- Uma subsidiária do Grupo rescindiu a relação contratual com um prestador de serviços especializado durante o exercício de 2020, com fundamento no facto do nível de serviço do referido prestador não ser o adequado para o nível de eficiência das operações da unidade. O prestador tem um entendimento diferente do assumido pelo Grupo e como tal iniciou um processo litigioso no sentido de ser compensada pelo término do contrato, reclamando um valor de indemnização na ordem dos €1,3 milhões. A gestão da subsidiária entende que a decisão tomada se encontra devidamente fundamentada e como tal considera que não haverá lugar ao pagamento de qualquer montante ao prestador a título de compensação por cessação do contrato.

19.1.2. Litígios de índole operacional

- O Grupo através das suas subsidiárias é parte em processos de responsabilidade médica derivada de acontecimentos durante o decorrer da atividade de prestação de serviços médicos no montante de €13,1 milhões (2019: €11,2 milhões). Os danos por indemnização que possam advir da maior parte dos processos em disputa encontram-se cobertas pelos seguros de responsabilidade civil contratados pelo Grupo, e como tal a Administração entende que destas situações não deverão ocorrer situações de perda material para o Grupo.

19.1.3. Litígios de índole tributário

- Na rubrica de outras contas a receber (nota C12.1.3), encontra-se registado €1,1 milhões na rubrica de Estado e outros entes públicos relativos ao pagamento efetuado ao abrigo do Regime Excecional de Regularização de Dívidas (RERD), no que respeita a uma liquidação adicional de imposto apresentada pela Autoridade Tributária, relativamente à dedutibilidade de juros suporados no exercício de 2007 por uma subsidiária. De forma adicional, e em processo separado, a Autoridade Tributária (AT) colocou em causa a dedutibilidade de encargos financeiros no montante aproximado de €11,13 milhões relativos ao período de 2008 a 2011 decorrentes de financiamentos de uma subsidiária.

A Administração da subsidiária, com o apoio dos seus consultores fiscais e conselheiros jurídicos, entendeu que lhe assistia inteira razão e apresentou reclamação judicial contra as liquidações promovidas pela AT. Adicionalmente, de forma complementar e respeitando o principio da prudência, e atendendo à materialidade da situação, a Empresa optou por registar uma provisão para fazer face a possíveis perdas das contestações levadas a cabo.

Em 2016, houve a decisão do Tribunal de primeira instância sobre o diferendo do primeiro processo relativo aos encargos suportados no exercício de 2007, sendo a mesma favorável ao Grupo. Esta decisão, na sequência de recurso apresentado pela Representação da Fazenda Pública junto do Supremo Tribunal Administrativo (STA), foi confirmada pelo STA em 29 de outubro de 2020.

Relativamente ao segundo processo, relativo ao período de 2008 a 2011, foi conhecida sentença em 17 de fevereiro de 2021, que tal como no primeiro processo, foi favorável à Empresa, podendo a AT recorrer da sentença para o STA.

Na sequência das decisões agora conhecidas, a Empresa optou por desreconhecer as provisões (perda por imparidade no montante de €1,05 milhões, e riscos e encargos no montante de €3 milhões) que tinha registadas para fazer face às perdas dos referidos processos.

- Em exercícios anteriores uma das subsidiárias que integram o Grupo foi notificada do resultado de duas inspeções tributárias em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), levadas a cabo pela Autoridade Tributária (AT) relativamente ao período compreendidos entre abril 2014 e maio de 2016, e ao período compreendido entre junho de 2016 e dezembro de 2017, e das quais resultaram correções em sede de IVA nos montantes de €2 milhões de €1,135 milhões, respetivamente.

  As correções promovidas pela AT assentam na linha de argumentação de que a subsidiária deduziu IVA de forma indevida nas operações de prestação de serviços de saúde que decorrem de acordos com o Estado, no âmbito do Sistema Nacional de Saúde.

  A subsidiária, por discordar do âmbito das correções promovidas pela AT, apresentou reclamação das mesmas junto das instâncias legais.

  Em 23 de setembro de 2020, foi conhecida a decisão do CAAD relativamente ao processo que cobre o período entre abril de 2014 e maio de 2016, e que decidiu anular as correções promovidas pela AT no montante de €1,925 milhões, mantendo correções no montante de €0,1 milhões.

  Tendo em consideração o teor da sentença conhecida e o impacto que a mesma poderá ter no processo que ainda se encontra em fase de reclamação junto das instâncias administrativas, a subsidiária com o apoio dos seus consultores fiscais e conselheiros jurídicos, está a analisar as opções aos seu dispor de forma a tomar as medidas que considera adequadas para cumprir com todas as disposições legais a que se encontra obrigada nas suas operações.

- Na sequência de uma ação inspetiva realizada, a AT colocou em causa o cálculo dos benefícios fiscais considerados por duas empresas do Grupo para os exercícios de 2013 e 2014, tendo identificado correções à matéria coletável da Luz Saúde (na qualidade de sociedade mãe do Grupo Fiscal) de €305 milhares e €530 milhares, respetivamente. Relativamente ao exercício de 2013, na sequência da notificação de pagamento recebida, a Empresa optou por prestar garantia bancária no montante de €240 milhares. Em novembro 2019, a Luz Saúde recebeu uma Notificação de Revisão de ato tributário por parte da AT revogando correções relativas a 2014 no montante de €296 milhares, reduzindo o valor em disputa relativamente a esse exercício para €234 milhares. A Administração, com base no entendimento dos seus consultores legais e fiscais, entende que os valores considerados se encontram de acordo com o preconizado na lei e como tal manteve a reclamação relativamente a todas as situações.

19.2. Passivo contingente

Na reunião de 22 de janeiro de 2014 da Assembleia Geral da Sociedade, e considerando o exercício ininterrupto, ao longo de cerca de 15 anos, de funções de administração no Grupo pela Senhora Engenheira Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz, bem como o seu papel na promoção do desenvolvimento da atividade do Grupo, foi aprovada, em reconhecimento dos serviços prestados ao Grupo, a atribuição àquela de um prémio de reconhecimento pelo seu desempenho profissional, no valor de €850 milhares, a pagar numa única prestação no momento em que a Senhora Engenheira Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz cesse, por qualquer causa que não lhe seja imputável, o exercício de funções no Conselho de Administração da Sociedade. O pagamento do prémio proposto é autónomo e não se destina a substituir a atribuição de quaisquer prestações patrimoniais que se mostrem legal ou negocialmente devidas pelo termo do exercício de funções de administração societária pela Senhora Engenheira Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz, incluindo na Sociedade, qualquer que seja a causa e o momento da cessação daquelas funções.

20. Responsabilidades por garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2020, o detalhe das garantias bancárias prestadas a terceiros era como segue:

Empresa	Beneficiário	31-dez-20	31-dez-19
Luz Saúde	AT	2 568 176	2 568 176
HLC	AT	2 507 558	2 507 558
USATI e CASAS	CML	-	1 500 000
HLL	CEDIAGNO	150 000	1 500 000
Luz Saúde	AT	1 414 839	1 414 839
HLC	AT	615 155	615 155
HME	SCMÉVORA	300 000	300 000
Luz Saúde	AT	-	239 958
SURGICARE	Município de Oeiras	118 320	118 320
USATI	Sousa Pedro	152 874	152 874
Outras inferiores a €100.000	-	147 068	132 663
		7 973 990	**11 049 543**

Adicionalmente, existem garantias reais (hipotecas e promessas de hipoteca) a favor de instituições financeiras, a garantir linhas de financiamento, que em 31 de dezembro de 2020 tinham os seguintes valores em utilização:

Imóvel	Valor
Hospital da Luz Lisboa	137 200 000
Hospital da Luz Setúbal e Hospital da Luz Póvoa do Varzim	23 000 000
Hospital da Luz Arrábida, Hospital da Luz Amadora e Casas de Carnaxide	25 000 000
Hospital da Luz Arrábida	4 000 000
Hospital da Luz Oeiras	8 250 000
Hospital do Mar	3 000 000
	200 450 000

21. Partes relacionadas

Em 15 de outubro de 2014, fruto de processo de oferta pública a Fosun International Holdings Ltd, através da Fidelidade – Companhia de Seguros, SA, adquiriu o controlo sobre a Luz Saúde.

A Fidelidade – Companhia de Seguros, SA é detida a 84,9884% pela Longrun Portugal, SGPS, SA, que por sua vez é detida a 100% pela Millennium Gain Limited sediada em Hong Kong. Esta última é detida a 100% pela Fosun Financial Holdings Limited (Hong Kong), a qual é detida a 100% pela Fosun International Limited, empresa listada no mercado de capitais de Hong Kong (00656.HK). Esta é detida a 71,05% pela Fosun Holdings Limited, que por sua vez é detida pela Fosun International Holdings, Ltd. a 100%, cujo *ultimate beneficial owner* é o senhor Guo Guangchang. Em janeiro de 2018, fruto de uma operação realizada entre a Fidelidade – Companhia de Seguros, SA e a Fosun International Ltd, esta última passou a deter diretamente 49,0% do capital social e dos direitos de voto da Luz Saúde, tendo a Fidelidade - Companhia de Seguros, SA reduzido a sua participação para 50,85%.

Face ao exposto, apresenta-se nos quadros seguintes um resumo das operações com as entidades que integram o Grupo Fosun.

Grupo Fosun

	31-dez-20		31-dez-19	
	Ativos	**Passivos**	**Ativos**	**Passivos**
Acionistas				
Fidelidade - Companhia de Seguros, SA	4 487 443	35 320	2 647 639	5 979
Outras partes relacionadas				
Multicare - Seguros de Saúde, SA	5 475 581	-	4 314 572	1 087
Shanghai Fosun Long March Medical Science Co.,Lt	-	462 965	-	-
	9 963 024	**498 285**	**6 962 211**	**7 066**

Grupo Fosun

	31-dez-20		31-dez-19	
	Rendimentos	**Gastos**	**Rendimentos**	**Gastos**
Acionistas				
Fidelidade - Companhia de Seguros, SA	27 248 808	682 890	21 505 743	614 125
Outras partes relacionadas				
Multicare - Seguros de Saúde, SA	55 129 972	-	58 874 244	-
Chindex Shanghai International Trading Company Ltd	-	7 163 835	-	-
Shanghai Fosun Long March Medical Science Co.,Lt	-	8 006 405	-	-
	82 378 780	**15 853 130**	**80 379 987**	**614 125**

Os valores registados em rendimentos dizem respeito na sua maioria à prestação de serviços de saúde pelas unidades da Luz Saúde, nomeadamente às seguradoras, a preços normais de mercado.

Os valores registados em gastos referem-se à atividade normal das respetivas entidades, têm a ver com seguros e outros serviços utilizados pela Luz Saúde e suas participadas, os quais são adquiridos a preços e em condições normais de mercado.

Os valores referentes às remunerações dos Órgãos Sociais estão detalhados na nota B8.

22. Principais políticas contabilísticas

22.1. Políticas contabilísticas relevantes

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas consistentemente em todos os períodos destas demonstrações financeiras consolidadas.

22.1.1. Ativos fixos tangíveis

22.1.1.1. Reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para os IFRS, o Grupo escolheu considerar como custo o valor reavaliado dos seus ativos fixos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspetiva geral ao custo depreciado mensurado de acordo com os IFRS ajustado por forma a refletir as alterações no índice geral de preços.

O custo de aquisição/construção inclui o preço de fatura, despesas de transporte e montagem, encargos financeiros e diferenças de câmbio em empréstimos bancários, suportados durante o período de construção, e os custos indiretos que lhe sejam atribuíveis durante o período de construção.

Os custos subsequentes com os ativos fixos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação de natureza corrente são reconhecidas como gasto, de acordo com regime contabilístico do acréscimo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o valor de venda do ativo, deduzido de eventuais gastos com a venda, e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas decorrentes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de venda deduzido dos custos de transação e a quantia escriturada do ativo, sendo contabilizados em resultados na rubrica outros rendimentos e ganhos operacionais ou outros gastos e perdas operacionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de instalação ou construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

22.1.1.2. Depreciação

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos restantes ativos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, a partir do mês em que os bens se encontram disponíveis para utilização. As taxas de depreciação utilizadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios	4 – 40
Equipamento básico	2 – 20
Equipamento de transporte	3 – 8
Equipamento administrativo	2 – 20
Outras ativos fixos tangíveis	3 – 20

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

22.1.2. Ativos intangíveis

22.1.2.1. Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

22.1.2.2. Amortização

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método da linha reta, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante o período de vida útil dos contratos. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (*goodwill*) não são objeto de amortização, sendo sujeitos a testes de imparidade no último trimestre de cada exercício económico ou desde que haja uma indicação de que possam estar em imparidade.

22.1.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço consolidado quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro, um direito contratual de receber dinheiro ou um instrumento de capital próprio de uma outra entidade. Um passivo financeiro, é um passivo que se consubstancia numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Como ativos financeiros o Grupo apresenta no balanço consolidado as rubricas de clientes, outras contas a receber, outros ativos financeiros e caixa e seus equivalentes. No âmbito dos passivos financeiros temos os fornecedores, os empréstimos e descobertos bancários, passivos por locação, as outras contas a pagar e instrumentos financeiros derivados.

22.1.3.1. Ativos financeiros

22.1.3.1.1. Reconhecimento e mensuração

No momento inicial o Grupo mensura os ativos financeiros pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação, no caso dos saldos de contas a receber e clientes são mensuradas pelo valor estimado da transação determinado nos termos da IFRS 15, que se entende ser o justo valor na data da transação.

22.1.3.1.2. Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende da sua classificação, sendo utilizadas as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado;
(ii) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados;
(iii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os ativos financeiros do Grupo estão repartidos entre ativos financeiros ao custo amortizado (clientes, outras contas a receber e depósitos à ordem) e ativos financeiros ao justo valor através de resultados (outros ativos financeiros), não sendo detido ativos ao justo valor através de outro rendimento integral.

Ativo financeiro ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado, quando ambos os seguintes critérios são cumpridos (i) o ativo é detido no âmbito de um modelo de negócio com o objetivo de deter os instrumentos financeiros para obter os fluxos de caixa contratuais, e (ii) o ativo possui fluxos de caixa que sejam 'apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros' (*"Solely Payments of Principal and Interest"* ou "SPPI") sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa de juro efetiva sendo sujeitos a testes de imparidade. Os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando o ativo é desreconhecido, modificado ou com imparidades.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao justo valor através de resultados:

(i) os instrumentos financeiros para obter fluxos de caixa que não qualificam para ser mensurados ao custo amortizado;
(ii) instrumentos de capital detidos para efeitos de negociação;
(iii) instrumentos de capital para os quais o Grupo decidiu não registar o justo valor através de outro rendimento integral.

A classificação é determinada numa base instrumento a instrumento.

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

O Grupo mensura os seguintes ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral:

(i) instrumentos de capital detidos para outros efeitos diferentes de negociação, sendo considerados pelo Grupo no momento da sua aquisição como investimentos estratégicos;
(ii) instrumentos de dívida com fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre a quantia principal em aberto e para os quais o objetivo do Grupo é obter os fluxos de caixa contratuais e de venda dos mesmos.

O Grupo não detém quaisquer ativos financeiros nesta categoria.

22.1.3.1.3. Desreconhecimento

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa futuros, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente, dos riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

22.1.3.2. Passivos financeiros

22.1.3.2.1. Reconhecimento inicial

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos, financiamentos e contas a pagar, líquidos de custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, incluindo descobertos bancários e instrumentos financeiros derivados.

22.1.3.2.2. Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, tal como apresentado a seguir:

i. Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem passivos financeiros detidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se eles forem incorridos com o objetivo de serem recomprados no curto prazo. Ganhos ou perdas nos passivos detidos para negociação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

ii. Passivos financeiros ao custo amortizado

Depois do reconhecimento inicial, credores e outras contas a pagar, empréstimos remunerados e financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efetiva. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando os passivos são desreconhecidos, bem como através do processo de amortização pela taxa de juro efetiva.

22.1.3.3. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua contratação pelo seu justo valor que se presume ser igual ao seu custo de aquisição na data de contratação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é remensurado em cada data de relato, sendo os ganhos ou perdas resul-

tantes dessa remensuração registados diretamente na demonstração dos resultados, exceto no que respeita aos efeitos relativos aos derivados de cobertura de fluxos de caixa.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, se disponível, ou determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização aceites pelo mercado.

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro resultante da sua atividade de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura no âmbito de aplicação da IAS 39 são registados como de negociação.

Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de contratação, existe documentação formal da cobertura;
- existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- a eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período de relato financeiro;
- em relação à cobertura de uma transação futura, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.

Os derivados de cobertura de fluxos de caixa são registados ao seu justo valor e na medida em que sejam eficazes as variações de justo valor são reconhecidas por contrapartida de reservas no capital próprio. As variações de justo valor que não são consideradas como sendo de cobertura, em virtude de serem consideradas ineficientes na totalidade ou parcialmente, são de imediato reconhecidas na demonstração consolidada do rendimento integral. Os valores acumulados em reservas são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em reservas mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura ocorra. Quando já não é expectável que a transação futura ocorra, os ganhos ou perdas acumuladas registadas por contrapartida de reservas são reconhecidos imediatamente em resultados.

22.1.4. Imparidade

22.1.4.1. Imparidade de ativos fixos tangíveis, intangíveis, exceto *goodwill*

O Grupo realiza testes de imparidade aos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a eventual extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o preço de venda líquido e (ii) o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na demonstração consolidada do rendimento integral, na rubrica de outros gastos e perdas operacionais.

Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado, sendo reconhecida em resultados como dedução à rubrica outros gastos e perdas operacionais. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria

reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em períodos anteriores.

22.1.4.2. Imparidade de ativos financeiros

O Grupo reconhece imparidades para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros não mantidos ao justo valor através de resultados. As perdas são estimadas com base na diferença entre o valor líquido contabilísticos dos instrumentos financeiros e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados de acordo com a estimativa da taxa de juro efetiva original.

As perdas são estimadas com recurso a duas abordagens distintas, que se descrevem em seguida:

(i) os créditos com risco de crédito acrescido face ao reconhecimento inicial são provisionados com base na análise económica realizada pela gestão de cada subsidiária, tendo em conta a situação creditícia do devedor, do mercado onde opera e o seu histórico de incumprimento conhecido. Por este critério a provisão para risco de crédito é constituída numa base económica tendo em conta a idade do crédito, a informação interna e externa disponível sobre cada devedor;
(ii) o risco de crédito associado aos créditos para os quais não é conhecido um aumento significativo de risco de crédito face ao reconhecimento inicial, é estimado com base num modelo de calculo, que tem em consideração o perfil de crédito do devedor, a vida do ativo em cada data de reporte e os prazos médios de pagamento esperados para cada devedor com base no seu perfil de crédito. Na realização da avaliação da provisão para perdas, o Grupo tem em consideração a experiência com perdas de crédito históricas e fatores prospetivos específicos dos devedores e da envolvente económica.

22.1.5. Locações

O Grupo recorre a contratos de locação para usar ativos na sua atividade operacional como sejam edifícios, equipamentos médicos e administrativos e veículos.

Tipicamente os contratos de locação são feitos por períodos de 4 a 10 anos. Quando aplicável, o Grupo aloca os pagamentos de locação do contrato aos componentes de locação e outros que não sejam locações, com base no valor de cada componente, exceto nas locações de veículos, em que o Grupo optou por não separar os componentes de locação e não locação, registando as duas componentes em conjunto como se de uma única componente de locação se tratasse.

Até 31 de dezembro de 2018 o Grupo classificou as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. Eram classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação eram classificadas como locações operacionais.

A partir de 1 de janeiro de 2019, os contratos de locação passaram a ser reconhecidas no ativo (com a designação de ativo sob direito de uso) e no passivo desde a data em que o ativo subjacente passou a estar disponível para uso do Grupo. Os ativos e passivos decorrentes de um contrato de locação são mensurados inicialmente pelo seu valor presente.

Os passivos de locação incluem o valor atual dos seguintes pagamentos de locação:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância), deduzidos de incentivos à locação;
- pagamentos variáveis, com base num índice ou taxa;
- pagamentos esperados relativamente a garantias de valor residual;
- valor de exercício de uma opção de compra, quando o Grupo tiver razoável certeza de exercício dessa opção;
- pagamentos de penalidades da rescisão de contratos, sempre e quando seja o Grupo a exercer essa opção; e
- pagamentos a serem efetuados ao abrigo de opções de prorrogação do contrato quando o Grupo tiver razoável certeza de exercício dessa opção.

Os pagamentos de locação são descontados utilizando a taxa de juro implícita na locação. Se essa taxa não puder ser facilmente determinada, como é o caso das locações entre empresas do Grupo, é usada a taxa

incremental de financiamento do Grupo, sendo esta, a taxa que o locatário teria que pagar pela obtenção dos fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante ao ativo sob direito de uso por um prazo semelhante, num ambiente econômico semelhante, e com garantias semelhantes.

Para determinar a taxa incremental de financiamento, o Grupo:

- sempre que possível, utiliza as condições de financiamento recentes obtidas junto de terceiros, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento foi obtido, para os contratos com duração até 7 anos;
- para os contratos com duração superior a 7 anos, tipicamente contratos de locação de edifícios, a taxa incremental foi composta a partir da agregação da taxa de juro sem risco observável no mercado imobiliário, ajustada pelo diferencial de taxa de financiamento da Empresa para o mercado e para a taxa das OT's Portuguesas para prazos similares.

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de locação variáveis com base num índice ou taxa, e que não são incluídos no valor do passivo de locação até que entrem em vigor. Os ajustamentos aos pagamentos de locação com base num índice ou taxa, implicam uma reavaliação do passivo de locação por contrapartida do incremento do ativo sob direitos de uso.

Os pagamentos de locação são separados liquidação do valor de aquisição e a sua componente financeira, em que o custo financeiro é registado na demonstração dos resultados durante o período da locação, de modo a produzir uma taxa de juros efetiva.

Os ativos sob direito de uso são mensurados pelo custo, que compreende:

- o valor da mensuração inicial do passivo de locação;
- quaisquer pagamentos de locação feitos na data ou antes da data de início da locação, deduzidos dos incentivos à locação recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de desmantelamento e reposição.

Os ativos sob direito de uso são geralmente depreciados pelo menor, entre o tempo de vida útil do ativo e o período de duração da locação, exceto quando o Grupo disponha de uma opção de compra sobre o ativo subjacente e seja razoavelmente certo que essa opção será exercida.

Os pagamentos associados a locações de curto prazo (prazo inferior a 12 meses) de equipamentos e veículos e os contratos de locação de ativos de baixo valor são reconhecidos de forma linear em resultados de acordo com o período de vigência deste contrato.

Quando os contratos de locação, tenham associados um contrato de sublocação, o Grupo reconhece um passivo financeiro pela totalidade dos pagamentos de locação atualizados à taxa incremental, e ativos financeiro e por direitos de uso na medida da extensão da sublocação acordada.

22.1.6. Inventários

Os inventários compreendem as mercadorias e as matérias subsidiárias e de consumo e encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição compreende as despesas incorridas até ao armazenamento dos inventários, sendo utilizado o custo médio ponderado como método de custeio.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de venda.

As diferenças entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em outros gastos e perdas operacionais na demonstração do rendimento integral.

22.1.7. Rédito

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para o Grupo e que possam ser estimados com fiabilidade, sendo mensurados pelo justo valor das contraprestações recebidas ou a receber, líquidas de descontos concedidos e de impostos. O rédito associado com a transação é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato.

22.1.7.1. Prestação de serviços de cuidados de saúde

No caso da atividade desenvolvida no âmbito da prestação de cuidados de saúde no segmento privado, o rédito é reconhecido com base na atividade produzida no período, pois entende-se que na maior parte das atividades o cumprimento das condições de desempenho fica substancialmente concluída no momento da realização do ato médico, devidamente valorizada pelas tabelas de preços definidas para cada ato da prestação, independentemente da sua efetiva faturação.

No caso da atividade exercida na prestação de cuidados de saúde no segmento público (em regime de PPP), o rédito é reconhecido pela valorização da atividade produzida, mensurado com base em tabela contratada com a Entidade Pública Contratante. De acordo com o contrato, a faturação é feita mensalmente por um montante equivalente a 1/12 de 90% do valor anual acordado para cada ano, havendo uma fatura de acerto para o valor da produção efetiva, nos seis meses seguintes ao final de cada ano. A diferença entre os montantes faturados e a produção efetiva é registada em Outras contas a pagar ou a receber de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

22.1.7.2. Residências seniores

No âmbito da atividade desenvolvida pelas residências seniores o rédito é reconhecido com base nos direitos de utilização vitalícios (DUV's). Este reconhecimento é efetuado de acordo com as características de cada tipo de contrato:

- nos DUV's sem direito a transmissão de titular, ou com direito a apenas uma transmissão, o valor do contrato é contabilizado, inicialmente, em rendimentos diferidos, sendo imputados os rendimentos a partir da entrada do sócio no clube, por um período que tem em consideração a idade do sócio (ou do transmissário, no caso de haver essa possibilidade) à data da entrada, tendo em consideração a esperança média de vida definida pelas tabelas GRF95;
- nos DUV's com direito a transmissões ilimitadas, o valor do contrato é imediatamente reconhecido como proveito, sendo registado um acréscimo de custos por contrapartida de custos das vendas, correspondente à permilagem da unidade no custo total dos edifícios, o qual, posteriormente, é reconhecido em rendimentos em período idêntico ao período de depreciação dos ativos fixos tangíveis correspondentes.

22.1.7.3. Serviços de formação

O rédito associado à prestação de serviços de formação é reconhecido, pelo seu valor líquido de impostos e descontos, na data de realização dos eventos de formação contratualizados com clientes (ie na data em que os riscos e vantagens significativas são transferidas para o cliente), assim os valores faturados e cobrados até à data do evento são diferidos no balanço.

22.1.7.4. Venda de bens

Na venda de bens efetuada pelo Grupo, existe apenas uma obrigação de desempenho, como tal o rédito é reconhecido no momento em que os bens são transferidos para a posse do cliente.

22.1.7.5. Créditos comerciais a receber e ativos e responsabilidades de contrato

Os créditos comerciais a receber representam os direitos a valores relativamente aos quais não exista qualquer condição de desempenho a cumprir.

De acordo com o disposto no IFRS 15 nos casos em que existam condições de desempenho a cumprir, os saldos a receber de clientes (reconhecidos em contas a receber de clientes e acréscimos de rendimentos) ou os saldos já recebidos (a título de adiantamentos ou proveitos diferidos), dão origem a ativos de contrato e a responsabilidades de contrato, respetivamente. Em ambos os casos o Grupo apesar de registar ativos e passivos, pelos saldos com os clientes, considera que os mesmos ainda são condicionais pois o Grupo ainda não cumpriu com a totalidade das condições de desempenho acordadas com os clientes.

22.1.8. Regime contabilístico do acréscimo

As empresas do Grupo registam os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são

reconhecidos no momento em que ocorrem independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos são registadas nas rubricas outras contas a receber ou outras contas a pagar, respetivamente.

22.1.9. Ganhos e perdas financeiras

Ganhos financeiros incluem os juros e os descontos financeiros obtidos de terceiros, sendo reconhecidos no período a que dizem respeito. São também reconhecidos os dividendos a partir do momento em que se constitui, na empresa declarante, a obrigação de proceder à distribuição de dividendos.

Perdas financeiras incluem os juros suportados e outros custos bancários e são igualmente reconhecidas no período a que dizem respeito.

22.1.10. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é reconhecido de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – Imposto sobre o rendimento, sendo composto pelo imposto corrente e pelo imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos são calculados de acordo com o método do passivo com base na data de relato, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de relato e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico, quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis, no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

O Grupo encontra-se abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades (RETGS), o qual abrange todas as entidades em que a sociedade mãe do grupo fiscal participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital social e, desde que cumpram os requisitos estipulados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC). As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação do Grupo, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto vigentes.

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor. Atualmente, as entidades residentes em Portugal Continental são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, e de uma taxa de derrama estadual, de 3% aplicável sobre o valor de lucro tributável entre €1,5 milhões e €7,5 milhões, de 5% aplicável sobre o lucro tributável entre €7,5 milhões e €35 milhões, e 9% aplicável ao lucro tributável superior a €35 milhões.

Em conformidade com o estabelecido no IAS 12, o Grupo procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) a sociedade em causa tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e sobre a mesma entidade tributável ou sobre diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, nos períodos futuros em que se espera que os impostos diferidos sejam liquidados ou recuperados.

22.1.11. Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) fruto de acontecimentos passados, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Quando um destes requisitos não é preenchido, o Grupo procede à divulgação dos eventos como passivo contingente, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como gasto financeiro na rubrica de juros e outros gastos e perdas financeiras.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa.

Quando as perdas em empresas associadas excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada, caso em que é registada uma provisão para imparidade em ativos financeiros.

É registada uma provisão para processos judiciais em curso quando exista uma estimativa fiável de custos a incorrer decorrentes de ações interpostas por terceiros, com base na avaliação da efetivação da probabilidade de pagar tendo por base o parecer dos advogados do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

22.1.12. Relato por segmentos

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8, um segmento operacional é uma componente do Grupo: (i) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e (iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

A informação por segmentos é reportada de forma consistente com o modelo interno de informação de gestão do Grupo. Assim para efeitos de relato foram identificados quatro segmentos operacionais: prestação de cuidados de saúde privados, prestação de cuidados de saúde públicos, centro corporativo e um segmento de outras atividades.

22.1.13. Resultados por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos acionistas da Empresa pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número médio de ações próprias detidas.

Para o cálculo do resultado por ação diluído, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível ou de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução no resultado por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

22.1.14. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, quando aprovados em Assembleia Geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo.

22.1.15. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é elaborada segundo o método direto, através da qual são divulgados os influxos e exfluxos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

22.1.16. Eventos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do fecho, até à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas pelo Conselho de Administração, e que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data de fecho de contas são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data do fecho que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do relato financeiro são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, quando considerados relevantes.

22.1.17. Benefícios a empregados

22.1.17.1. Obrigações com férias, subsídio de férias e prémios

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os colaboradores têm direito a um mês de férias e um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Pelo sistema de avaliação de desempenho em funcionamento, os colaboradores podem vir a receber uma gratificação no caso de cumprirem determinados objetivos, direito esse usualmente adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

As responsabilidades são reconhecidas em resultados no período em que os colaboradores adquirem o referido direito, independentemente da data do seu pagamento. A responsabilidade assumida é reconhecida no passivo na rubrica de outras contas a pagar.

O Contabilista Certificado

Sónia Amoedo Matos

O Conselho de Administração

Jorge Manuel Batista Magalhães Correia

Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz

Chen Qiyu

Lingjiang Xu

Fang Yao

Ivo Joaquim Antão

João Paulo da Cunha Leite de Abreu Novais

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques

Tomás Leitão Branquinho da Fonseca

Relatório e Parecer sobre o Relatório e Contas da Luz Saúde S.A.

Relatório

Exmos. Senhores Acionistas

De acordo com os estatutos, a fiscalização da Sociedade compete a um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e um suplente, eleitos pela Assembleia Geral, bem como a um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Assim e nos termos previstos na alínea g) do nº. 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório sobre a ação fiscalizadora que exerceu, bem como o Parecer sobre o Relatório e Contas Individuais e Consolidadas da Luz Saúde, S.A. ("Sociedade"), relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Conselho Fiscal acompanhou regularmente a evolução da atividade da Sociedade e das suas principais subsidiárias e vigiou a observância da lei e do contrato da sociedade, tendo procedido à fiscalização da administração da Sociedade, da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno e de auditoria interna e da preparação e divulgação da informação financeira individual e consolidada. Além disso, procedeu à verificação da regularidade dos registos contabilísticos, da exatidão dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas e das políticas e critérios valoriméticos adotados pela sociedade, por forma a verificar que os mesmos conduzem a uma adequada compreensão do património e dos resultados individuais e consolidados, bem como dos fluxos de caixa.

No exercício das suas competências, o Conselho Fiscal reuniu periodicamente com o Revisor Oficial de Contas e os Auditores Externos no sentido de acompanhar os trabalhos de auditoria por estes efetuados e tomar conhecimento das respectivas conclusões, fiscalizando a sua atividade e respetiva independência e competência. Reuniu também periodicamente com os responsáveis pela Auditoria Interna e pelos Serviços Jurídicos e ainda com o Administrador responsável pela área financeira, também periodicamente e sempre que considerou necessário e oportuno. De todos, o Conselho Fiscal obteve sempre total colaboração.

O Conselho Fiscal recebeu também do Revisor Oficial de Contas carta a confirmar a sua independência relativamente à Sociedade.

Nestes termos, emite-se o seguinte:

Parecer

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da conclusões dos trabalhos de revisão de contas e de auditoria externa sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do exercício de 2020, que compreendem o Balanço individual e consolidado em 31 de Dezembro de 2020, a Demonstração individual e consolidada de rendimento integral, a Demonstração individual e consolidada das alterações no capital próprio, a Demonstração individual e consolidada dos fluxos de caixa e os respetivos Anexos. O Conselho Fiscal apreciou as Certificações Legais das Contas individual e consolidada emitidas pelo Revisor Oficial de Contas, as quais não apresentam reservas, mas refere uma ênfase na opinião sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas, que relevamos. Realçamos ainda a incerteza do futuro que o ambiente da pandemia mundial nos veio trazer e que perdura entre nós.

No âmbito das competências do Conselho Fiscal, declara-se que tanto quanto é do conhecimento deste Conselho, o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e passivo, da situação financeira e dos resultados da Luz Saúde, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação. Adicionalmente, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, desempenho e posição da Sociedade e do Grupo, satisfaz os requisitos legais, contabilísticos e estatutários aplicáveis e, sempre que se justifique, contêm uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Nestes termos, tendo em consideração as diligências desenvolvidas, os pareceres e as informações recebidas do Conselho de Administração, dos serviços da Sociedade, do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, o Conselho Fiscal é de parecer que:

i. Nada obsta à aprovação do Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2020;
ii. Nada obsta à aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais e das Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas ao exercício de 2020;
iii. Nada obsta à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, designadamente tendo em consideração o disposto no artigo 32º dos Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 5 de Maio de 2021

O Conselho Fiscal

João Carlos Tovar Jalles

(Presidente do Conselho Fiscal)

Clara José Cruz de Sequeira Viegas Penha Ventura

(Vogal do Conselho Fiscal)

António Luís Castanheira Silva Lopes

(Vogal do Conselho Fiscal)

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Luz Saúde, S.A. (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 803.148.538 euros e um total de capital próprio de 249.141.738 euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo atribuível aos detentores de capital da empresa enquanto mãe do Grupo de 16.289.795 euros), a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Luz Saúde, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o facto de, conforme divulgado na nota 19.1.1 das notas anexas, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em 31 de dezembro de 2020 não considerarem o impacto das regularizações de parte dos serviços prestados e recebidos nos exercícios de 2015 e 2016, comunicadas no decurso de dezembro de 2018 pela ADSE a diversas unidade do Grupo, dado ser entendimento do Conselho de Administração, suportado nos seus assessores legais, que as mesmas não são justificadas nem devidas. Consequentemente, a manutenção deste entendimento no contexto da preparação das demonstrações financeiras consolidadas está dependente do futuro sucesso do Grupo no desfecho das diligências em curso e/ou que venham a ser iniciadas, relacionadas com esta matéria. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do Relatório Consolidado de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Consolidado de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Consolidado de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Consolidado de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 5 de maio de 2021

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Ricardo Miguel Barrocas André - ROC nº 1461
Registado na CMVM com o nº 20161071

5
SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL E CORPORATIVA

LUZ SAÚDE
20 ANOS DE LUZ

5 SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL E CORPORATIVA

A. Enquadramento de 2020

Apresenta-se o Relatório de Sustentabilidade da Luz Saúde, relativo ao ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2020 e é parte integrante do Relatório e Contas 2020, abrangendo informação relativa a anos anteriores para acompanhamento da evolução dos temas de sustentabilidade. A informação reportada diz respeito às atividades de todo o Grupo Luz Saúde.

Pretende-se detalhar alguma informação sobre o desempenho económico, social e ambiental do Grupo Luz Saúde relativa aos seus temas materiais. Este capítulo deve ser complementado com a informação constante no Relatório e Contas.

O Relatório de Sustentabilidade tem este ano um significado especial para o Grupo Luz Saúde. Numa altura em que celebra o 20.º aniversário, a Luz Saúde escolheu mais de 20 associações de diferentes tipos de intervenção social, com as quais tem vindo a realizar iniciativas de solidariedade e envolvimento na comunidade e, simultaneamente, a promover o espírito de voluntariado junto dos seus colaboradores.

Ao longo da sua existência, a Luz Saúde tem desenvolvido múltiplas atividades de sustentabilidade e responsabilidade social. Ao celebrar 20 anos não podia deixar de reforçar o seu compromisso de colaboração com as comunidades em que presta serviços e com a sociedade portuguesa em geral.

Queremos que a realização das ações previstas no programa '20 anos, 20 causas', iniciadas em 2020 e que contam com o envolvimento direto dos colaboradores e do Grupo em prol de associações portuguesas, possam contribuir para a melhoria das condições em diferentes áreas de intervenção na sociedade, da saúde ao ambiente, inclusão e combate à pobreza. Um agradecimento especial a todos os que já participaram.

Um quinto de século recheado de desafios que enfrentámos em conjunto com todos os nossos Clientes, Acionistas e outros Stakeholders que, ao longo da nossa história num setor tão nobre como o da Saúde, nos têm distinguido com a sua confiança.

A Luz Saúde adotou, pelo 8.º ano consecutivo, um modelo de relato integrado, incluindo, no Relatório de Gestão e Contas Anual, informação relevante no âmbito de sustentabilidade. Reforça o seu compromisso de transparência, mas serve também como um momento de balanço e consolidação das iniciativas realizadas ao longo do ano.

É uma oportunidade de comunicar com todos os Stakeholders envolvidos nas mais diversas iniciativas, prestando contas e reconhecendo o trabalho realizado, agradecendo o empenho de todos neste compromisso com a Sustentabilidade.

B. O compromisso do Grupo Luz Saúde com a sustentabilidade e a responsabilidade social e corporativa

O compromisso de responsabilidade social do Grupo Luz Saúde – alinhado com o quadro de referência atrás referido – assenta na transparência da sua atividade, no respeito pela Missão, Visão e Valores estabelecidos, no desenvolvimento de uma relação ética e de "capitalização positiva" com os seus Stakeholders (Colaboradores, Clientes e famílias, Fornecedores, Comunidade e Acionistas), na promoção contínua da inovação (integrando preocupações sociais, ambientais, éticas e de direitos humanos) e em políticas que preservem a sustentabilidade ambiental, nomeadamente a eficiência energética, a redução da emissão de CO^2 e a triagem adequada de resíduos.

Em matéria de direitos humanos, igualdade entre homens e mulheres, não discriminação, combate à corrupção e tentativas de suborno, além da observância da legislação e regulamentação aplicáveis, encontram-se em vigor Códigos de Conduta no Hospital da Luz Lisboa e no Hospital Beatriz Ângelo, cuja extensão se encontra prevista para todas as unidades em 2021, bem como se estima que também irá entrar em vigor, para todas as unidades, um Código de Ética.

Refletindo a necessidade de comunicar informação fiável e consistente em matéria de responsabilidade social e corporativa, que incorpora a sustentabilidade ambiental, a Luz Saúde tem vindo a selecionar e recolher indicadores (não financeiros) demonstrativos do relacionamento com os seus Stakeholders, evidenciando, quando seja caso disso, a "capitalização positiva" existente. Em algumas áreas, historicamente tem-se vindo a recorrer a indicadores GRI (Global Report Initiative/versão G3.1), identificados como adequados à atividade que desenvolve. 2020, é também o ano de evolução para a recolha de informação de indicadores de acordo com a GRI Standards 2016, cujos resultados serão apresentados no próximo ano.

1. Colaboradores

Incentivar junto dos 16.256 colaboradores do Grupo (à data de 31 de dezembro de 2020) uma comunicação ágil, uma cultura de trabalho em equipas multidisciplinares, a transferência de conhecimentos e boas práticas entre colaboradores de várias unidades, um ambiente de trabalho estimulante, inovador e potenciador de melhoria contínua, em que a atração e manutenção dos melhores profissionais constitui um desafio permanente e complexo.

Apresenta-se na tabela seguinte o número de colaboradores do Grupo Luz Saúde segundo o género e grupo profissional, nomeadamente, médicos, enfermeiros e outros profissionais (em que estão incluídos, por exemplo, os técnicos de saúde, os auxiliares de ação médica e os serviços administrativos).

N.º colaboradores por género

	2020		2019		2018	
N.º total de colaboradores	**16 256**	**100%**	**15 057**	**100%**	**13 756**	**100%**
Homens	4 877	30%	4 517	30%	4 172	30%
Mulheres	11 379	70%	10 540	70%	9 584	70%

N.º colaboradores por grupo profissional

	2020		2019		2018	
Médicos	6 167	38%	5 669	38%	4 633	34%
Enfermeiros	3 368	21%	3 027	20%	3 057	22%
Outros profissionais	6 721	41%	6 361	42%	6 066	44%

O acréscimo que se verifica da variação do número de colaboradores é consistente com a situação pandémica que se verificou e que afetou também a atividade normal do Grupo, principalmente o crescimento de 10% que se verificou em "Enfermeiros". Este crescimento mantém-se também consistente a nível do género e por grupo profissional. Mantém-se a divisão por género, com cerca de 70% de colaboradores do sexo feminino e 30% de colaboradores do sexo masculino, refletindo o que é habitual na área da saúde, com uma preponderância tradicional de colaboradores do sexo feminino em algumas funções (nomeadamente enfermagem, pessoal auxiliar ou de atendimento em receções e noutras funções de apoio). Em qualquer caso, salienta-se que existe por parte da Luz Saúde, da sua administração e das equipas de gestão, um compromisso absoluto com os princípios da igualdade e não discriminação assegurando-se, sob todos os pontos de vista, uma total igualdade de acesso nos processos de recrutamento e seleção, de tratamento e de oportunidades para homens e mulheres.

1.1. Formação e desenvolvimento

A formação e desenvolvimento dos nossos colaboradores é uma aposta estratégica do Grupo. Apresenta-se no quadro seguinte uma síntese da formação dinamizada pelo Hospital da Luz Learning Health (GLSMED Learning Health, SA) em 2020, destinada a profissionais internos e externos ao grupo:

Seminários, Congressos, Simpósios, Cursos e Workshops

	2020	2019	2018
Número de ações de formação	247	380	299
Número de participantes	9 128	14 400	7 517
Número de participantes externos ao Grupo Luz Saúde	1 818	4 452	2 822
% de participantes externos ao Grupo Luz Saúde	20%	31%	38%
Volume de formação (horas)	35 060	67 485	51 363

2020 foi um ano muito desafiante para todas as atividades do Hospital da Luz Learning Health. A resposta à pandemia implicou uma redução drástica da atividade de serviços de formação, assim como a interrupção ou abrandamento de vários estudos e ensaios clínicos. Foi necessário reorganizar os circuitos de funcionamento dos diferentes serviços e das equipas, e adaptar as ofertas formativas a uma nova realidade, com o reforço da aposta que já vinha a ser feita na formação digital. Em particular, foram desenvolvidos vários cursos em e-learning e webinar, assim como cursos envolvendo componentes de simulação clínica.

Apesar de toda a imprevisibilidade decorrente da pandemia, a oferta formativa do Hospital da Luz Learning Health continuou a crescer. Mantiveram-se como parte da oferta a formação em ressuscitação cardiopulmonar (RCP), o Programa Ser Estrela, o Programa GESEA, a formação no Programa ERAS, a Escola de Study Coordinators entre muitos outros cursos e eventos clínicos e científicos promovidos pelas unidades do grupo. O curso de Inteligência Artificial e Ciência de Dados em Saúde lecionado em parceria com o Instituto Superior Técnico, teve a sua 2ª edição.

Em resposta à pandemia, foram desenvolvidos vários cursos e eventos com conteúdos relacionados com a Covid-19, tanto de índole técnica como comportamental, procurando dotar os profissionais de saúde dos novos conhecimentos e competências necessárias. Por último, o Hospital da Luz Learning Health continuou a desenvolver formação reconhecida por diversos sistemas nacionais e internacionais, onde se destacam a DGERT, GESEA, CPR/ERC e EACCME-UEMS, entre outros.

Assim, durante o ano foram realizados 247 eventos onde participaram 9.128 pessoas (das quais 80% do Grupo Luz Saúde), correspondendo a um volume de formação superior a 35.000 horas. Em média, os eventos promovidos pelo Hospital da Luz Learning Health tiveram uma avaliação muito positiva (cerca de 4,5 numa escala de 0 a 5).

1.2. Cultura de grupo e comunicação interna

A intranet corporativa e os encontros internos promovidos regularmente constituem instrumentos e momentos de divulgação e partilha de projetos, inovação, experiências, vivências, conhecimentos e boas práticas, são promotores de uma cultura de Grupo e de melhoria da relação de confiança com todos os stakeholders e, em particular, com os colaboradores.

A LUZlink, intranet da Luz Saúde que liga as unidades privadas do grupo e todos os seus colaboradores, visa promover o trabalho de equipa e uma cultura de excelência e superação permanente. Para além de dar acesso às aplicações e documentos, partilha todas as notícias em primeira mão com os colaboradores do Grupo. A app LUZlink, permite aceder a notícias, vídeos realizados no Grupo, eventos, contactos, cursos Hospital da Luz Learning Health e, aos médicos, a app LUZlink permite-lhes ainda aceder à sua agenda clínica.

De entre os encontros internos realizados em 2020, pode-se realçar a Festa de Natal online da Luz Saúde que contou com a participação de quase 1.300 colaboradores.

Para os objetivos acima mencionados também contribuem as revistas Informação Luz Saúde, incluindo a Informação Luz Saúde Beatriz Ângelo, com 200.000 exemplares distribuídos em 2020.

Ainda de referir a importância dos sites das unidades do Grupo, onde se encontra publicada a informação completa sobre a Luz Saúde e todas as suas unidades.

1.3. Acesso a cuidados de saúde pelos colaboradores do grupo

Em 2020, os colaboradores, elementos do agregado familiar e respetivos pais continuaram a usufruir do Plano de Saúde para Colaboradores permitindo o acesso a serviços e cuidados de saúde prestados nas diferentes unidades em condições especialmente favoráveis. Este Plano é complementado com um seguro de saúde que cobre todos os trabalhadores das unidades privadas com contrato de trabalho.

1.4. Apoio à atividade escolar dos filhos de colaboradores

A Luz Saúde manteve o compromisso assumido em anos anteriores de atribuição, no início do ano escolar, de um subsídio monetário aos colaboradores para compensação de encargos escolares com os respetivos filhos.

1.5. Apoio às férias de filhos de colaboradores

Em 2020, a Luz Saúde manteve o programa de apoio a colónias de férias de verão, destinado aos filhos dos colaboradores com idades entre os 6 e os 14 anos, tendo contado com a adesão de 45 crianças.

1.6. Plano de oferta de Natal

O programa de Oferta de Natal manteve-se igualmente em 2020, tendo havido cerca de 820 colaboradores beneficiados por esta iniciativa.

1.7. "À conversa com"

A iniciativa "À conversa com..." foi lançada em 2019 com o objetivo principal de conhecer, em ambiente informal, a realidade local de cada hospital através do contacto direto com e entre os seus colaboradores operacionais e os membros da Comissão Executiva e diretores centrais do Grupo. Procurou-se, através de várias dinâmicas no contexto da Conversa, partilhar os valores da Luz Saúde e promover uma aproximação das pessoas que estão na operação diária com a gestão de topo do Grupo Luz Saúde, em ambiente descontraído, sem constrangimentos, de forma franca e espontânea.

Em 2020 ainda foi possível a realização do 'À Conversa com' em Coimbra e na Póvoa de Varzim. A participação de 46 colaboradores operacionais das unidades visitadas prova de que esta é uma iniciativa de sucesso e que será retomada assim que as condições o permitam.

1.8 Medidas de apoio ao Colaborador em contexto da pandemia

FORMAÇÃO

Em resposta à Covid-19, foram preparados conteúdos formativos e disponibilizados aos profissionais do Grupo Luz Saúde, em diferentes formatos, nomeadamente, cursos de simulação com treino presencial, e-learning, webinar e formação comportamental em contexto de crise.

Foram ainda disponibilizados conteúdos formativos gerais (alojados no canal Youtube Hospital da Luz) para profissionais de saúde da comunidade científica em geral e usados na formação dos colaboradores do Grupo:

- COVID-19: colocação de EPIs para doente crítico
- COVID-19: remoção de EPIs para doentes críticos
- COVID-19: Colocação de EPIs para atendimento de doente não crítico
- COVID-19: Remoção de EPIs para atendimento de doente não crítico

COMUNICAÇÃO INTERNA

No plano de comunicação interna, foi intensificada a produção de conteúdos informativos e técnicos, dando uma atenção especial às recomendações sobre segurança na atividade clínica e não clínica e às questões relacionadas com alterações na situação laboral dos colaboradores.

A concretização deste plano contou com a colaboração dos órgãos de decisão de topo do Grupo e do apoio técnico de todas as direções centrais.

A intranet do Grupo (LUZlink) foi o canal escolhido preferencialmente para a concretização deste plano de comunicação interna.

Deste plano, destacamos:
- Criação de uma área dedicada à COVID-19 na intranet do Grupo;

- 2 comunicações da CEO da Luz Saúde (gravadas em vídeo);
- Cerca de meia centena de orientações técnicas;
- Informação relacionada com a gestão dos recursos humanos e comunicados da DRH da Luz Saúde;
- Q&A com dúvidas frequentes sobre o que fazer para autoproteção e segurança (com atualização regular);
- Guia do Colaborador da Luz Saúde com resposta às questões que, ao longo das semanas de pandemia, se iam colocando sobre os mais variados temas relacionados com a crise sanitária (com atualização regular);
- Comunicados da Comissão Executiva;
- Divulgação de notícias sobre a atividade das unidades do Grupo publicadas na comunicação social.

APOIO GERAL

Foram implementadas diversas medidas de proteção social e financeira, tais como:

- Para os colaboradores a quem foi diagnosticada a COVID-19 e que ficaram de baixa por doença foi atribuída uma compensação, correspondente ao valor adicional ao montante pago pela Segurança Social, até completar a sua remuneração.
- Adiantamento de honorários a prestadores de serviços, nomeadamente a médicos e outros profissionais de saúde.
- O subsídio de férias foi pago antecipadamente, para permitir algum alívio financeiro aos nossos colaboradores cujos rendimentos familiares pudessem ter sido afetados em virtude da pandemia.
- Apesar de a pandemia ter afetado de forma significativa os resultados financeiros da empresa, a Luz Saúde considerou ser justo continuar a reconhecer o empenho e o contributo dos seus colaboradores na concretização dos objetivos preconizados e manteve, ainda que de forma mais restritiva, a atribuição de prémios de desempenho e a permitir as progressões previstas nos Planos de Carreiras.
- Manutenção de todos os postos de trabalho: o Grupo Luz Saúde não aderiu ao lay off e todos os seus trabalhadores mantiveram as suas funções.

LINHA DE APOIO AO COLABORADOR

Foi criada a Linha de Apoio ao Colaborador da Luz Saúde, disponível 24 horas, 7 dias por semana.

A colaborar com esta linha, estão médicos, enfermeiros, psiquiatras e psicólogos, bem como um conjunto de profissionais da área dos Recursos Humanos do Grupo Luz Saúde, entre outros, habilitados a dar a resposta adequada a cada situação, sejam esclarecimentos, respostas e apoio, de forma rápida e assertiva, sobre questões clínicas relacionadas com doentes Covid-19, dúvidas do colaborador perante sintomas ou contactos com doentes Covid-19, Apoio psicológico ao colaborador, assuntos relacionados com os Recursos Humanos, entre outros.

2. Clientes

A relação com os clientes e famílias é pautada por um esforço permanente de melhoria dos cuidados prestados, baseado na eficácia, integridade, confiança e qualidade dos serviços prestados. Procura-se estabelecer e manter relações de longo prazo, assegurando a cada momento da vida, na saúde e na doença, a oferta dos serviços, informação e apoio adequado aos doentes, familiares e cuidadores.

2.1. Indicadores de produção

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo Luz Saúde tinha no total 28 unidades.

Os indicadores operacionais apresentaram a seguinte evolução:

Indicadores operacionais

	2020	2019	2018
Consultas (milhares)	1 855	2 146	1 933
Atendimentos urgentes (milhares)	402	628	611
Cirurgias e Partos (milhares)	68	79	67
Exames de Imagiologia (milhares)	1026	1 123	1 094

2.2. Comunicação e Serviço ao Cliente

Em 2020 destacam-se, pelo impacto positivo no relacionamento com os clientes:

- a disponibilização do serviço **LUZ 24** a partir do qual, de forma gratuita, em situações clínicas urgentes e através do telefone **217 104 424**, os clientes podem aceder a um serviço de triagem clínica efetuado por enfermeiros especializados que, consoante a situação clínica, fazem o encaminhamento adequado para os cuidados na rede Hospital da Luz;

- a facilitação de serviços e informação através do **MY LUZ**, a área online de acesso pessoal reservado, criada para os clientes Hospital da Luz poderem aceder à sua informação de saúde de forma segura e confidencial, evitando deslocações desnecessárias aos hospitais e clínicas;

- a informação veiculada nos **sites**, que atingiu um total de 8,9 milhões de visitas, com um crescimento de 55%.

Em 2020, foi particularmente importante a divulgação de conteúdos informativos e de aconselhamento médico sobre a COVID-19 para o público em geral, através dos canais externos de comunicação do Grupo (com criação de mini-site COVID); conteúdos estes partilhados, em simultâneo, nos canais de comunicação interna destinados aos colaboradores.

- a informação relevante veiculada nas **redes sociais** do Grupo Luz Saúde que atingiu um total 315 mil seguidores no seu conjunto;

- as revistas de **Informação Luz Saúde Beatriz Ângelo** (com uma tiragem total de 200.000 mil exemplares distribuídos em 2020).

No **MY LUZ**, a 31 de dezembro de 2020, estavam registados 405 Mil Clientes que estão assim mais próximos do seu médico assistente, através da possibilidade de realização de videoconsultas sem sair de casa, e podem aceder a um conjunto de funcionalidades e informações sobre a sua saúde e a dos seus familiares.

O **MY LUZ** proporciona um conjunto de serviços administrativos online, tais como a marcação de consultas e exames, a consulta de agenda de marcações e o acesso a resultados de exames assim como das prescrições de consultas e exames. É ainda possível pesquisar e ver informação sobre os nossos médicos e os nossos hospitais e clínicas.

Pode aceder-se através da app **MY LUZ** ou diretamente em myluz.hospitaldaluz.pt/MYLUZ, através de computador, tablet ou telemóvel.

Em 2020, o **MY LUZ** estava disponível em dezanove unidades do Grupo Luz Saúde (Hospital da Luz Lisboa, Hospital da Luz Clínica de Odivelas, Hospital da Luz Torres de Lisboa, Hospital da Luz Arrábida, Hospital da Luz Clínica do Porto, Hospital da Luz Setúbal, Hospital da Luz Oeiras, Hospital da Luz Clínica da Amadora, Hospital da Luz Póvoa de Varzim, Hospital da Luz Clínica de Cerveira, Hospital da Luz Clínica Amarante, Hospital da Luz Vila Real, Hospital da Luz Funchal, Hospital da Luz Clínica do Caniço, Hospital da Luz Coimbra, Hospital da Luz Clinica da Figueira da Foz, Hospital da Luz Clínica de Pombal, Hospital da Luz Clínica de Cantanhede e Hospital da Luz Clínica da Solum).

Está em curso a sua implementação, ainda em 2021, no Hospital da Luz Aveiro, Hospital da Luz Clínica Águeda, Hospital da Luz Oiã e Hospital da Luz Guimarães. O **MY LUZ** está em permanente evolução, com o desenvolvimento de mais funcionalidades para apoiar os nossos clientes na gestão da sua saúde, como, por exemplo, a possibilidade de consultarem receitas eletrónicas de medicamentos e guias de tratamento.

2.3 Acreditações e certificações de serviços e das unidades

A demonstração de evidência em matéria de certificações e acreditações dos serviços e das unidades, de avaliação da satisfação dos clientes, de cumprimento dos parâmetros de Qualidade e Segurança e da participação e posicionamento das unidades Luz Saúde em índices e ratings/indicadores de desempenho na área da Saúde, são um elemento-chave no relacionamento com os clientes e constituem um objetivo de trabalho permanente ao nível do Grupo.

Apresenta-se nos quadros seguintes uma síntese das acreditações e certificações de serviços e unidades à data de 31 de dezembro de 2020.

Acreditação Joint Commission International e Certificações ISO

Unidade /Referencial	ISO 9001:2015	ISO 14001:2015	Joint Commission International (Acreditação)
HOSPITAL DA LUZ LISBOA			√
Laboratório de Anatomia Patológica	√		
Serviço de Medicina Nuclear	√		
Serviço de Imagiologia e Litotrícia	√		
HOSPITAL DA LUZ AVEIRO			
Serviço de Imagiologia	√		
HOSPITAL DA LUZ OIÃ			
Serviço de Imagiologia	√		
HOSPITAL DA LUZ SETÚBAL			
Serviço de Imagiologia	√		
HOSPITAL DA LUZ CLÍNICA DA AMADORA			
Serviço de Imagiologia	√		
HOSPITAL DA LUZ OEIRAS			
Serviço de Imagiologia	√		
HOSPITAL BEATRIZ ÂNGELO		√	√
Serviços Farmacêuticos	√		
Departamento de Imagiologia	√		
Serviço de Medicina Nuclear	√		
Central de Esterilização	√		
HOSPITAL DA LUZ TORRES DE LISBOA			
Central de Esterilização	√		
HOSPITAL DA LUZ GUIMARÃES			
Serviço de Imagiologia	√		
Medicina Transfusional	√		
HOSPITAL DA LUZ ARRÁBIDA			
Serviço de Imagiologia	√		
Serviço de Gastrenterologia	√		
Esterilização Central	√		
Medicina Transfusional	√		
HOSPITAL DA LUZ PÓVOA DE VARZIM			
Serviço de Imagiologia	√		
Serviço de Gastrenterologia	√		
Esterilização Central	√		

Unidade /Referencial	ISO 9001:2015	ISO 14001:2015	Joint Commission International (Acreditação)
HOSPITAL DA LUZ CLÍNICA DO PORTO			
Serviço de Gastrenterologia	√		
Serviço de Imagiologia	√		
HOSPITAL DA LUZ CLÍNICA DE AMARANTE			
Serviço de Imagiologia	√		
Serviço de Gastrenterologia	√		
HOSPITAL DA LUZ CLÍNICA DE CERVEIRA			
Serviço de Imagiologia	√		
Serviço de Gastrenterologia	√		
HOSPITAL DA LUZ COIMBRA			
Serviço de Imagiologia Médica e Medicina Nuclear	√		

Outras certificações e acreditações (entidades nacionais e internacionais)

Unidade /Referencial	Laboratório Clínico Ordem Farmacêuticos (Normas)	Associação Europeia de Medicina Nuclear (Acreditação)	Associação Europeia de Ecocardiografia (Acreditação)	Sociedade Europeia de Oncologia
HOSPITAL DA LUZ LISBOA				
Medicina Nuclear		√		
Laboratório de Ecocardiografia			√	
Unidade de Cuidados Paliativos				√
HOSPITAL DA LUZ SETÚBAL				
Laboratório de Ecocardiografia			√	
HOSPITAL DA LUZ PÓVOA DE VARZIM				
Normas Laboratório Clínico (OF)	√			

2.4. Parâmetros de qualidade e segurança, classificação em índices/*ratings*/ indicadores de *performance*

2.4.1. Avaliação da satisfação de clientes

No Grupo Luz Saúde é desenvolvido continuamente um processo de avaliação e monitorização da satisfação dos clientes. Este processo consiste na realização de inquéritos de satisfação e avaliação da experiência do cliente na área de Internamento, Atendimento Médico Permanente (AMP), Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT), nomeadamente: Imagiologia, Gastrenterologia, Medicina Nuclear e Laboratório de Anatomia Patológica.

Para a avaliação da satisfação dos clientes nas unidades privadas do Grupo, até 2019, recorreu-se ao modelo do H-CAPHS (Hospital Consumer Assessment of Healthcare Providers and Systems). Este processo de avaliação foi suspenso em março de 2020 e irá ser reiniciado em maio de 2021, com a nova metodologia Net Promoter Score da MedicalPort/Opinat, razão pela qual, este indicador não está disponível para os hospitais e clínicas privadas do Grupo em 2020.

No Hospital Beatriz Ângelo, por ser uma unidade em regime de parceria público-privada, manteve-se o modelo do ECSI (European Customer Satisfaction Index), que permite a integração dos resultados do Sistema de Avaliação da Qualidade Percebida e Satisfação do Utente dos Hospitais do Sistema Nacional de Saúde (ECSI-Hospitais), não só a nível global, mas também ao nível da região, tal como a comparabilidade com outros indicadores de satisfação disponíveis a nível internacional que utilizam uma metodologia compatível com o ECSI e com o ACSI (American Customer Satisfaction Index).

Com a avaliação e monitorização da satisfação dos clientes, o Grupo Luz Saúde dispõe de dados e de informação sobre a sua performance, permitindo assim identificar pontos fortes e respetivas áreas de melhoria, com o objetivo de acompanhar a evolução das necessidades e expectativas dos clientes.

Apresenta-se no quadro seguinte a média ponderada da satisfação dos clientes nas unidades Luz Saúde:

Hospitais e clínicas privadas H. Luz Lisboa, H. Luz Oeiras, H. Luz Clínica da Amadora, H. Luz Arrábida, H. Luz Setúbal, H. Luz Póvoa de Varzim, H. Luz Aveiro, H. Luz Oiã, H. Luz Clínica de Amarante, H. Luz Clínica de Cerveira, H. Luz Clínica do Porto, H. Misericórdia de Évora	**Média ponderada da última avaliação**
Internamento - % de clientes com elevada satisfação global[1]	87%
Atendimento Médico Permanente - % de clientes com elevada satisfação global[1]	65%
MCDT Imagiologia - % de clientes com elevada satisfação global[1]	68%
MCDT Medicina Nuclear - % de clientes com elevada satisfação global[1]	78%
MCDT Gastrenterologia - % de clientes com elevada satisfação global[1]	79%

[1] Considerou-se elevada satisfação a pontuação nos valores máximos da escala: 9, 10; 2019.

Hospitais em regime de parceria público-privada Hospital Beatriz Ângelo	**Média ponderada 2020**	**Média ponderada 2019**
Internamento - % de clientes com elevada satisfação global[2]	89%	85%

[2] Considerou-se elevada satisfação a pontuação nos valores máximos da escala: muito positivo.

2.4.2 Reconhecimento de centros de referência em unidades Luz Saúde

Os Centros de Referência são serviços reconhecidos como o expoente mais elevado de competências na prestação de cuidados de saúde de qualidade, em situações clínicas que exigem uma concentração de recursos técnicos e tecnológicos altamente diferenciados, de conhecimento e experiência, devido à baixa prevalência da doença, à complexidade no seu diagnóstico ou tratamento e/ou aos custos elevados da mesma, sendo capazes de conduzir formação pós-graduada e investigação científica nas respetivas áreas médicas.

Desde 2016, o Grupo Luz Saúde mantém como oficialmente reconhecidos pela Direção-Geral da Saúde o Centro de Referência em Oncologia de Adultos para o Cancro do Reto do Hospital da Luz Lisboa e os Centros de Referência em Oncologia de Adultos para o Cancro Hepatobiliopancreático e para o Cancro do Reto do Hospital Beatriz Ângelo. A seleção dos centros baseia-se em critérios rigorosos relacionados com a casuística do Hospital no diagnóstico e tratamento do cancro do reto e/ou cancro hepatobiliopancreático, tal como os resultados obtidos no tratamento desta patologia. A Direção-Geral da Saúde considerou ainda outros fatores como os Indicadores de Resultados específicos dos casos, as taxas de complicações, média dos dias de internamento, taxas de risco clínico, entre outros. Estes excelentes resultados são fruto dos protocolos adotados pelo Hospital, a formação e as competências dos profissionais e a organização das equipas que consolidam a sua robustez.

Os Centros de Referência, alinhados com a Estratégia Nacional para a Qualidade na Saúde do Departamento da Qualidade na Saúde da Direção-Geral da Saúde, iniciaram, em 2018, o processo de acreditação pelo Modelo de Certificação do Ministério da Saúde (modelo ACSA), processo esse a que se deu continuidade em 2019.

No ano de 2020, prosseguimos com o processo de acreditação pelo ACSA, impulsionados pelo objetivo de continuar a ser um "operador de referência na prestação de cuidados de saúde, pela prática de uma medicina de excelência e inovação em cuidados de elevada especialização e complexidade".

2.4.3 Índices, *ratings* e outros indicadores de *performance*

A participação em índices e ratings nacionais e internacionais credenciados permite a comparação entre as diferentes unidades do Grupo e unidades externas nacionais e internacionais. Neste âmbito, uma ou mais unidades do grupo participaram nos seguintes sistemas de comparação: SINAS, ICHOM e ERAS.

2.4.3.1 SINAS

Prosseguiu em 2020 a adesão ao Sistema Nacional de Avaliação em Saúde – um sistema de avaliação da qualidade global dos prestadores de cuidados de saúde desenvolvido pela Entidade Reguladora da Saúde (numa parceria com a Joint Commission International), no módulo dedicado aos prestadores com internamento – SINAS@Hospitais em que se avaliam as seguintes Dimensões da Qualidade:

a) Excelência Clínica;
b) Segurança do Doente;
c) Adequação e Conforto das Instalações;
d) Focalização no Utente.

O sistema de avaliação baseia-se num "sistema de ratings" e traduz-se na apresentação periódica dos resultados de cada prestador face a um "valor de referência" comum a todos os prestadores e construído a partir dos valores fornecidos por cada um.

No final, cada área avaliada em cada prestador é classificada com o respetivo nível de desempenho: nível de desempenho superior à média de todas as unidades que reportam dados (3 estrelas), nível de desempenho médio (2 estrelas) e nível de desempenho inferior à média das unidades que reportam dados (1 estrela), evidenciando-se desta forma o respetivo nível de performance.

Simbologia SINAS		
nível de qualidade III	*nível de qualidade II*	*nível de qualidade I*

A monitorização do desempenho nas dimensões Segurança do Doente, Adequação e Conforto de Instalações e Focalização no Cliente é feita através da aplicação de *checklists* elaboradas pela Entidade Reguladora da Saúde (permitindo a comparação com a média nacional). Apresentam-se nas alíneas seguintes os últimos resultados disponíveis para diversas áreas de especialidade em unidades da Luz Saúde.

a) Dimensão de Qualidade "Excelência Clínica"

Tem por objetivo a avaliação da qualidade dos cuidados de saúde (aferindo o cumprimento organizacional de guidelines e boas práticas), onde o desempenho das organizações é avaliado em diversas áreas clínicas, através de um conjunto de indicadores específicos para cada uma das áreas em análise. Apresentam-se no quadro seguinte os últimos resultados disponíveis para diversas áreas de especialidade em várias unidades do Grupo Luz Saúde:

***Rating* "Excelência Clínica"**

Área em análise	H. Luz Lisboa	H. Luz Arrábida	H. Luz Póvoa de Varzim	H. Luz Aveiro	H. Luz Setúbal	Hospital Beatriz Ângelo
Ortopedia	++	++	++	++	++	+
Fraturas Fémur	+	–	–	–	–	++
Obstetrícia	–	+	+	–	–	++
Pediatria	–	–	–	–	–	++
Neurologia	++	–	–	–	–	–
Cardiologia	+	–	–	–	–	–
C. Revascularização do Miocárdio	+	+	–	–	–	–
Cirurgia Valvular e outra cirurgia cardíaca não coronária	+	+	–	–	–	–
Cirurgia Vascular	++	-	-	-	-	-
UCI	++	-	-	-	-	-
Cirurgia do Cólon	++	+	–	–	–	++

Tabela 1 – Resultados referentes ao período de 01/01/2018 a 31/12/2018

b) Dimensão de Qualidade "Segurança do Doente"

Tem por objetivo avaliar a garantia de cuidados de saúde com qualidade e bons resultados, passando pela procura de um elevado grau de segurança do cliente.

Rating "Segurança do Doente"

	H. Luz Lisboa	H. Luz Arrábida	H. Luz Póvoa de Varzim	H. Luz Aveiro	H. Luz Setúbal	H. Luz Torres de Lisboa	H. Beatriz Ângelo	H. M. Évora	H. Luz Guimarães	**Média Nacional**
	0.99	–	–	–	0.99	0.98	0.98	–	–	**0.91**

Tabela 2 – *Ratings* e % comparativos das unidades LUZ SAÚDE e média nacional referente ao ano 2019

c) Dimensão de Qualidade "Adequação e Conforto das instalações"

Tem por objetivo avaliar o grau de adequação à prestação de serviços de saúde dos espaços e equipamentos (não médicos) dos estabelecimentos hospitalares e sua gestão e manutenção. O item Conforto contempla a área da designada "hotelaria hospitalar", entendida como o conjunto de serviços de apoio ao desempenho das funções principais de um hospital.

Rating "Adequação e Conforto das instalações"

	H. Luz Lisboa	H. Luz Arrábida	H. Luz Póvoa de Varzim	H. Luz Aveiro	H. Luz Setúbal	H. Luz Torres de Lisboa	H. Beatriz Ângelo	H. M. Évora	H. Luz Guimarães	**Média Nacional**
	0,98	0,92	0,95	0,91	0,90	0,85	0.98	0,87	0,95	**0.86**

Tabela 3 – *Ratings* e % comparativos das unidades LUZ SAÚDE e média nacional referente ao ano 2019

d) Dimensão de Qualidade "Focalização no Utente"

Tem por objetivo avaliar, de forma objetiva, o grau de orientação dos serviços de saúde para as necessidades e expectativas dos clientes e seus acompanhantes.

Rating "Focalização no Utente"

H. Luz Lisboa	H. Luz Arrábida	H. Luz Póvoa de Varzim	H. Luz Aveiro	H. Luz Setúbal	H. Luz Torres de Lisboa	H. Beatriz Ângelo	H. M. Évora	H. Luz Guimarães	**Média Nacional**
1,00	0,82	0,83	0,92	0,98	0,82	1,00	0,84	0,96	**0,87**

Tabela 4 – *Ratings* e % comparativos das unidades LUZ SAÚDE e média nacional referente ao ano 2018

2.4.3.2 ERAS® (Enhanced Recovery After Surgery)

O Hospital Beatriz Ângelo integrou o programa multidisciplinar ERAS®, destinado a monitorizar resultados na área da cirurgia de cólon e reto (desde 2016) e na área da cirurgia pancreática (desde 2017), com o objetivo final de diminuir as complicações e melhorar os outcomes dos doentes cirúrgicos nestas áreas. Em 2018, esta unidade iniciou o processo de implementação para área da cirurgia hepática e urológica. Para 2021 está previsto iniciar a área cirurgia ortopédica (anca e joelho).

O Hospital Beatriz Ângelo é a única organização de saúde em Portugal acreditada como Centro de Excelência, pelo Programa ERAS®. Neste âmbito, esta organização está habilitada para formar, prestar assessoria e consultadoria para a implementação do programa ERAS® em outras unidades de saúde. O percurso formativo tem sido o seguinte:

- 2018: conclusão do processo formativo de Hospital da Luz de Lisboa e do Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca;
- 2019: finalizou a formação ERAS no Centro Hospitalar da Universitário de Coimbra e do Hospital de Cascais;
- 2020 começou a formar dois hospitais na Implementação do Programa ERAS: Hospital da Luz Arrábida e o Centro Hospitalar de Lisboa Central.

Ainda no âmbito deste projeto, o Hospital Beatriz Ângelo desenvolveu formações e atividades, nomeadamente:

- Sessões ERAS. Mestrado de Nutrição;
- "Programa ERAS®: Um exemplo de Cirurgia Baseada no Valor", integrado nas 7as Jornadas do Departamento de Cirurgia do Hospital Beatriz Ângelo.

Foi ainda publicado um artigo a relatar os resultados de um ano de ERAS® no Hospital Beatriz Ângelo, numa revista indexada, a Acta Médica Portuguesa.

O Hospital da Luz Lisboa integra o programa multidisciplinar ERAS® na área da Cirurgia de Cólon e Reto desde 2018 e a área da Cirurgia do Pâncreas desde 2019, realizando a monitorização dos resultados nestas áreas clínicas com o objetivo de identificar desvios da prática clínica, contribuindo assim para a redução de complicações e melhoria dos outcomes destes doentes. Em 2020, esta Unidade iniciou o processo de implementação para a área da Cirurgia Hepática.

3. Fornecedores

A relação com os fornecedores assenta numa ótica de parceria baseada em princípios de ética, confiança, transparência e sustentabilidade.

Esta relação é pautada pela transparência e partilha de informação visando um permanente ajustamento da oferta à procura e a materialização de parcerias efetivas de longo prazo, positivas para as partes, que se desenvolvem para além das normais relações comerciais, em novos tipos de cooperação e iniciativas visando a satisfação de objetivos comuns, nomeadamente na formação, inovação, investigação, rastreios, acompanhamento de doenças crónicas e divulgação das melhores práticas clínicas.

Dada a importância dos Fornecedores na sua cadeia de valor, a Luz Saúde presta especial atenção à sua seleção e à relação que com eles estabelece. Além disso, a Luz Saúde realiza uma monitorização e avaliação do grau de cumprimento de certos princípios na sua cadeia de fornecedores, centrando a revisão nos fornecedores de maior risco pelo seu volume e/ou pelo seu impacto no negócio. Esses fornecedores são sempre questionados sobre as suas políticas e procedimentos em diversas áreas.

Consideramos imprescindível que os fornecedores do Grupo:

- Atuem de acordo com os princípios éticos da Luz Saúde;
- Cumpram com uma análise prévia baseada em critérios de mercado e cumprimento legal no âmbito da fiscalidade e segurança social;
- Cumpram com os requisitos legais em vigor.

No relacionamento com fornecedores é importante salientar a preocupação em garantir níveis de qualidade na cadeia de valor, prosseguindo a seleção dos outsourcings dos serviços contratualizados, com certificação (normas ISO ou outras mais adequadas), citando-se a nível de exemplo, os laboratórios de patologia clínica, a imunohemoterapia, lavandaria, tratamento de roupas, gestão de resíduos hospitalares, segurança, desinfestação, alimentação e limpeza e transporte de doentes.

4. Acionistas

A relação com os acionistas pauta-se por uma política de transparência e comunicação da informação relevante, bem como no que respeita à divulgação de resultados pelos canais de comunicação adequados. A Luz Saúde observa ainda os deveres de comunicação de informação aos seus acionistas, que se encontram previstos na legislação e regulamentação aplicáveis.

5. Comunidade

A relação do Grupo com a Comunidade pauta-se por uma posição de abertura e cooperação, colocando os conhecimentos da organização e dos colaboradores, ao serviço:

- da Comunidade científica nacional e internacional,
- da Comunidade dos Profissionais de Saúde (incluindo estudantes),
- de Profissionais de áreas diferenciadas, que desenvolvam a sua atividade na área da saúde e se posicionam como parceiros inovadores,
- de organizações (públicas, privadas e sociais) das zonas geográficas servidas pelas nossas unidades, com as quais se partilham estratégia e objetivos, num compromisso de solidariedade e ajuda mútua.

A prevenção da doença e a promoção da saúde das populações que servimos, para que as pessoas vivam melhor, mais tempo, com mais dignidade, mais bem cuidadas nos locais por si escolhidos e mais felizes, constitui desde sempre uma preocupação do Grupo Luz Saúde.

5.1. Articulação com a comunidade dos profissionais de saúde

5.1 Articulação com a comunidade dos profissionais de saúde

A abertura e interação com a Comunidade dos Profissionais de Saúde constituem um posicionamento estratégico do Grupo, nomeadamente através de realização de eventos de formação abertos a profissionais internos e externos ao Grupo e de acolhimento de internos de medicina e estagiários.

5.1.1 Eventos clínicos e formação aberta a profissionais externos ao Grupo

O Grupo continua a prosseguir, através do Hospital da Luz Learning Health (GLSMED Learning Health), a política de abertura a eventos de formação a profissionais internos e externos. Em 2020 realizaram-se 59 eventos abertos a profissionais de saúde externos. Neste ano atípico, o número de participantes externos foi muito inferior ao normal, apenas 1.818, o que representou 20% do total de participantes nos eventos realizados. Apesar de tudo, este nível de participação demonstra uma grande capacidade de rápida adaptação dos profissionais a uma nova realidade, e a adesão tanto dos formadores como dos formandos à formação digital.

5.1.2 Idoneidade formativa

Apresentam-se de seguida as especialidades médicas por hospital.

Hospital Beatriz Ângelo

Anestesiologia, Anatomia Patológica, Cirurgia Geral, Nefrologia, Gastrenterologia, Ginecologia/Obstetrícia, Medicina Intensiva, Medici- na Interna, Urologia, Neurologia, Neurorradiologia, Oncologia, Ortopedia, Pediatria Médica, Psiquiatria, Endocrinologia, Pneumologia, Infecciologia, Oftalmologia e Radiologia.

Hospital da Luz Lisboa

Anatomia Patológica, Anestesiologia, Medicina Interna, Medicina Nuclear, Neurologia e Oncologia.

Hospital da Luz Arrábida

Medicina Interna

5.1.3 Acolhimento de internos de medicina e estagiários em unidades Luz Saúde

Em 2020 o número total de internos acolhidos foi de 165, concentrando-se 139 internos (84%) no Hospital Beatriz Ângelo.

	Total Luz Saúde	H. Beatriz Ângelo	H Luz Lisboa	H Luz Arrábida
2020	**165**	**139**	**23**	**3**
Ano Comum	30	30	0	0
Especialidade	135	109	23	3
2019	**150**	**126**	**21**	**3**
2018	**149**	**121**	**25**	**3**

5.1.4 Estágios

Em 2020 realizaram-se 1.451 estágios de curta e média duração (-30% que no ano anterior), 46% dos quais frequentados por médicos, 27% por enfermeiros e 27% por outros profissionais (técnicos de saúde, psicólogos e neuropsicólogos, pessoal auxiliar e outros profissionais). Três unidades (Hospital Beatriz Ângelo, Hospital da Luz Lisboa e Hospital da Luz Arrábida) acolheram 75% dos estagiários, destacando-se o Hospital Beatriz Ângelo com 54% do total:

2020	**1 451**	**784**	**268**	**40**	**359**
Médicos	46%	72%	13%	60%	14%
Enfermeiros	27%	18%	22%	18%	50%
Técnicos de saúde	9%	6%	3%	20%	20%
Outros	17%	4%	61%	3%	16%
2019	**2 101**	**1 378**	**226**	**97**	**400**
2018	**2 116**	**1 317**	**357**	**86**	**356**

5.2. Iniciativas e parcerias na área da inovação, investigação e comunidade científica

O investimento em investigação e desenvolvimento constitui uma aposta estratégica do Grupo Luz Saúde. Desde a sua criação, em setembro de 2015, a empresa GLSMED Learning Health, SA (Hospital da Luz Learning Health), direcionou a sua atividade para a formação tendo vindo a alargar progressivamente o seu âmbito para as áreas de investigação e inovação, nos domínios da prestação e gestão dos cuidados de saúde.

Atenta às tendências do sector, o Hospital da Luz Learning Health pretende ser uma escola de referência na formação e desenvolvimento dos profissionais de saúde, tanto dentro como fora do grupo Luz Saúde, com as seguintes prioridades estratégicas:

- Transformar indivíduos em equipas
- Integrar talento e tecnologia
- Criar uma cultura de mudança

De forma a alcançar os seus objetivos, o Hospital da Luz Learning Health desenvolveu um plano de atividades para o triénio de 2018-2020, organizado em 6 áreas distintas. A evolução durante o ano de 2020 nestas 6 áreas é apresentada de seguida:

1) Desenvolver percursos formativos para todos os grupos profissionais, incluindo skills técnicos e fatores humanos

O Hospital da Luz Learning Health, enquanto entidade formadora, pretende contribuir para o desempenho de excelência e qualidade dos profissionais de saúde.

Em parceria com a Direção de Recursos Humanos e outras entidades, o Hospital da Luz Learning Health tem vindo a desenvolver percursos formativos para todos os grupos profissionais, alinhados com o percurso profis-

sional. Cada percurso formativo é organizado de forma modular, com medição de indicadores de performance individual e de impacto na prática diária, de forma a permitir a melhoria contínua da formação.

2) Promover a utilização do treino em simulação de forma a atingir elevados níveis de eficácia na aprendizagem

A simulação é uma técnica muito importante na formação de profissionais, na avaliação de competências e no desenvolvimento e teste de novos produtos e processos.

O Hospital da Luz Learning Health tem também vindo a desenvolver um percurso de Train-the-Trainers em simulação, de forma a potenciar a integração de simulação nos programas de formação. O Hospital da Luz Learning Health conta já com cerca de 60 instrutores de simulação em treino que têm vindo a desenvolver cursos de simulação nas áreas do doente crítico, anestesia, neurocirurgia, obstetrícia, pneumologia, oftalmologia, pediatria e neonatologia, entre outras.

De forma a alargar o âmbito de aplicação da simulação e a aumentar a fidelidade dos cenários utilizados, o Hospital da Luz Learning Health tem vindo a desenvolver projetos de investigação e inovação utilizando técnicas de realidade aumentada, realidade virtual, entre outros, em parceria com entidades de referência nacional e internacional, como o IST, INESC e ISR.

O Centro de Simulação é ainda um recurso precioso para startups parceiras, no desenvolvimento ou teste de produtos e serviços.

3) Incorporar ferramentas digitais e móveis para otimizar as oportunidades de aprendizagem

A aposta nas ferramentas digitais e móveis tem sido estratégica no Hospital da Luz Learning Health desde o seu início, em particular na área da formação. Em 2020 o ecossistema digital de apoio à formação ganhou uma nova relevância. Em virtude de todo o investimento e desenvolvimento de ferramentas de formação digital já realizado, foi possível responder muito rapidamente às novas exigências e restrições colocadas pela pandemia, aumentando rapidamente a oferta formativa online, e realizando formação presencial apenas quando estritamente necessário.

O Hospital da Luz Learning Health conta hoje com uma oferta formativa online robusta, incorporando diferentes metodologias e formatos, permitindo formação síncrona através da realização de webinares, e formação assíncrona através de cursos disponibilizados em formato e-learning e/ou simulação online de casos clínicos.

O Hospital da Luz Learning Health continua a trabalhar com uma startup parceira, a UpHill, SA, no desenvolvimento de uma oferta formativa completa e consistente por patologia, incluindo todos os grupos profissionais envolvidos, e utilizando as ferramentas únicas desenvolvidas pela UpHill para maximizar a eficácia da formação.

4) Continuar o desenvolvimento das nossas unidades como hospitais de ensino, tomando partido do conhecimento e talento internos

Como Centro de Formação, Investigação e Inovação do Grupo, a Learning Health foi instrumental na aprovação pela A3ES do curso de Medicina da Universidade Católica Portuguesa em parceria com a Luz Saúde. O elevado nível de profissionalismo alcançado nas áreas de formação pré e pós-graduada e na investigação clínica, foi decisivo na acreditação e é requisito essencial para o desenvolvimento do Hospital da Luz Lisboa como um verdadeiro hospital universitário.

A prática de uma formação de qualidade é comprovada pelas certificações e acreditações de formação obtidas, como a certificação pela Direção de Serviços de Qualidade e Acreditação (DSQA) / Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), que permite validar que os procedimentos e práticas estão de acordo com um referencial de qualidade específico para a formação.

5) Promover a investigação e a inovação, estimulando a criatividade e o pensamento crítico, e contribuindo para o desenvolvimento de redes de conhecimento com a academia e instituições científicas

A prática de investigação é fundamental para a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados. O Hospital

da Luz Learning Health promove, apoia e desenvolve estudos científicos e ensaios clínicos, e tem contribuído para a profissionalização da investigação praticada nas várias unidades do Grupo Luz Saúde.

As principais áreas de aposta do Hospital da Luz Learning Health são as áreas de ciência de dados e engenharia de fatores humanos. Neste âmbito, o Hospital da Luz Learning Health tem vindo a estabelecer parcerias e a desenvolver projetos de investigação com instituições líderes na I&D em Portugal e no mundo, como o Instituto Superior Técnico, FCUL, INESC, ISR, Carnegie-Mellon University, entre outros, com vários alunos de mestrado e doutoramento orientados em parceria e projetos em curso nas áreas da Inteligência Artificial, VR/AR, Radiomics, Ergonomia e Fatores Humanos.

Adicionalmente, o Hospital da Luz Learning Health promove um ecossistema de inovação aberta e de partilha de conhecimento, que permite elevar a qualidade dos resultados alcançados. O Hospital da Luz Learning Health está ainda associado a programas de aceleração de startups que permitem analisar as tendências no setor da saúde e testar novas soluções nas unidades do Grupo Luz Saúde que acrescentem valor para os doentes.

O conceito de Innovation Lab, um espaço sem fronteiras físicas onde se exploram novos conceitos e ideias, se incubam novos produtos e se testam novas soluções, está no ADN do Hospital da Luz Learning Health. A partir das necessidades e problemas identificados no sector, pretende-se através deste conceito encontrar respostas, promover o trabalho em equipa, envolver e motivar os colaboradores da Luz Saúde, promovendo ainda a criatividade e o raciocínio crítico.

Finalmente, no âmbito de inovação interna, o Prémio Luz Inovação tem contribuído para promover o espírito de inovação no Grupo Luz Saúde. Procuram-se ideias alinhadas com os projetos estratégicos da Luz Saúde, contribuindo assim para a evolução de uma medicina de excelência.

6) Promover a medição contínua do impacto de iniciativas de formação, investigação e inovação

Conhecer o impacto na prática das várias iniciativas de formação, investigação e inovação é crucial, não apenas porque são áreas em que o retorno meramente financeiro só acontece a muito longo prazo, mas para que se consiga implementar um ciclo virtuoso de melhoria contínua. Assim, subjacente a todas as atividades acima descritas, está sempre a medição do impacto em indicadores de performance definidos.

5.3. Articulação com outras organizações da comunidade

As iniciativas de responsabilidade social das unidades da Luz Saúde, na sua relação com organizações das Comunidades, assentam fundamentalmente na informação sobre prevenção da doença e respetivos fatores de risco, diagnóstico precoce de doenças (rastreios), promoção da saúde, empowerment do doente, literacia em saúde, doenças crónicas e apoio ao doente e ao cuidador, não descurando uma postura dinâmica de prevenção e informação em saúde junto dos mais novos, nas escolas. É neste contexto que se têm vindo a dinamizar, muitas vezes com parceiros da Comunidade (nomeadamente Autarquias, Escolas, Clubes desportivos e outras organizações lucrativas ou não lucrativas), iniciativas diversas junto dos cidadãos, colocando a experiência dos profissionais das unidades ao serviço das Comunidades que servem.

5.3.1 Rastreios

A identificação dos fatores de risco e diagnóstico precoce de doenças realiza-se através de rastreios e constitui uma importante medida de prevenção. A maior parte dos rastreios realizados surge por iniciativa das unidades, podendo ocorrer também por iniciativa doutros parceiros da comunidade em parceria com a Luz Saúde. Em 2020, devido à pandemia, foram suspensas praticamente todas estas ações de rastreio e o número de participantes foi bastante diminuto, conforme se apresenta na tabela seguinte:

	Total Luz Saúde	H. Luz Póvoa de Varzim	H. Luz Setúbal	H. Luz Oeiras	H. Luz Guimarães	H. Beatriz Ângelo	Outras unidades
2020	**81**				**50**		**31**
Cardiovasculares	50				50		
Pneumologia							
Oftalmologia							
Outros rastreios	31			–			31
2019	**8 585**	**4 363**	**1 034**	**595**	**495**	**392**	**1 705**
2018	**4 356**	**2 335**	**456**	**135**	**486**	**224**	**720**

5.3.2 Iniciativas com a Comunidade

Em 2020, também esta área de atividade foi bastante afetada pela pandemia, tendo as unidades do Grupo Luz Saúde e os seus profissionais mantido um nível bastante reduzido no que diz respeito às iniciativas diversas com a comunidade que habitualmente se realizam no Grupo.

O Grupo Luz Saúde aderiu ao Grace - Empresas Responsáveis, uma organização empresarial de utilidade pública e sem fins lucrativos que atua nas áreas da responsabilidade social e da sustentabilidade.

E, numa altura em que celebramos o nosso 20.º aniversário, escolhemos mais de 20 associações de diferentes tipos de intervenção social, com as quais estamos a realizar iniciativas de solidariedade e envolvimento na comunidade e promover o espírito de voluntariado junto dos colaboradores.

O desenvolvimento de algumas das iniciativas do programa '20 anos, 20 causas' da Luz Saúde é feito em cooperação com o Grace, que também celebrou os 20 anos em 2020.

Assim, no âmbito do seu programa "20 anos, 20 causas", foi ainda possível colaborar com as seguintes associações, a nível nacional.

Banco Alimentar

A Luz Saúde entregou ao Banco Alimentar um total de 2.630 quilos de alimentos, que foram doados pelos colaboradores das nossas unidades pouco antes do Natal.

A Associação Salvador

Através da aquisição de 3.000 'barretes solidários', a Luz Saúde concretizou o sonho de Cláudio Gomes, 43 anos, de Coimbra – que solicitou apoio à Associação Salvador para poder ter uma cadeira de rodas adaptada à prática de andebol e assim continuar a competir. Foi ainda cedido espaço para uma exposição da associação no jardim interior do Hospital da Luz Lisboa.

Fundação Rui Osório de Castro

Centenas de Xi-Coração – um coelho com um grande coração e braços ainda maiores, mascote da Fundação Rui Osório de Castro – decoraram as árvores de Natal das unidades da Luz Saúde.

Associação Semear

Os colaboradores da Luz Saúde que trabalham nos hospitais, clínicas e departamentos da área de Lisboa aderiram em cheio à nossa primeira causa no âmbito das celebrações dos 20 anos da Luz Saude: ajudar a associação Semear. Tiveram como tarefas dividir produtos alimentares produzidos por esta associação, compor cabazes e colocar rótulos.

APAV

Oferta de espaço de publicidade na revista "Informação Luz Saúde Beatriz Ângelo" e na corporate tv do Grupo Luz Saúde, para divulgação do trabalho da APAV.

5.3.2.1 Iniciativas direcionadas para a Comunidade Escolar

- **H. Luz Guimarães:** organizou a visita a diversos serviços do hospital e realizou palestras para cerca de 20 crianças e jovens que frequentam o ensino pré-escolar e secundário em escolas de Guimarães; em parceria com o Colégio do Ave de Guimarães, participou no projeto SAW, dando apoio à descoberta da vocação profissional de alunos do 11º e 12º ano, através do acolhimento de 10 alunos, em vários serviços - Enfermagem, Medicina, Farmácia, Laboratório, Marketing.
- **H. Luz Póvoa de Varzim:** manutenção do protocolo com a Escola Secundária Rocha Peixoto na Póvoa de Varzim, no âmbito do curso de formação de Auxiliares da Ação Médica; manutenção do relacionamento institucional com a Escola Secundária Eça de Queirós, também na Póvoa de Varzim, onde faz parte do Conselho Geral como representante da comunidade local, a convite da Escola; protocolo de estágios com a Escola Superior de Enfermagem do Porto; colaboração com os Bombeiros da Póvoa de Varzim como entidade formadora e integrante do nosso Plano de Emergência Interno contra Incêndios.
- **H. Luz Clínica da Amadora:** formação em Suporte Básico de Vida a 121 alunos do 9º ano do Colégio Marista de Lisboa.
- **H. Luz Setúbal:** apresentação das "Olimpíadas da Saúde" no colégio St. Peter´s Internacional School, com o objetivo de sensibilizar os alunos para os hábitos de vida saudável, através da dinâmica de jogos que envolviam as diversas turmas; as Olimpíadas acabaram por não se realizar devido à pandemia.
- **Hospital Beatriz Ângelo:** ação de sensibilização sobre COVID - Sessão feita via Teams a alunos do 6º ao 9º ano para esclarecimento acerca da COVID-19, modos de transmissão e atitudes corretas para o seu combate e prevenção.

5.3.2.2 Iniciativas de Preparação para a Parentalidade

Estas iniciativas, maioritariamente realizadas em conjunto com parceiros, em que participam profissionais de saúde do Hospital da Luz, incluem informação de preparação de pais para o nascimento dos filhos e para o acompanhamento nos primeiros tempos de vida do bebé, bem como promovem sessões fotográficas gratuitas.

- **H. Luz Arrábida:** realizou 3 workshops para futuros pais;
- **H. Luz Guimarães:** realizou workshops para futuros pais que no total contaram com 20 participantes;
- **Hospital Beatriz Ângelo:** dinamização de sessão formativa para sensibilização sobre a importância da Alimentação na gravidez e realização de 3 workshops para futuros pais.
- **Hospital da Luz Lisboa:** realizou 6 workshops para futuros pais e lançou o curso de preparação para o nascimento online em outubro de 2020
- **Hospital da Luz Clínica da Amadora:** realizou 2 workshops para futuros pais
- **Hospital da Luz Coimbra:** realizou 1 workshop para futuros pais
- **Hospital da Luz Aveiro:** realizou 2 workshops para futuros pais
- **Hospital da Luz Oeiras:** realizou 2 workshops para futuros pais
- **Hospital da Luz Setúbal:** realizou 2 workshops para futuros pais
- **Hospital da Luz Clínica de Odivelas:** realizou 1 workshop para futuros pais

5.3.2.3 Iniciativas desenvolvidas para a População

- **H. Luz Guimarães:** em colaboração com a Câmara Municipal de Guimarães e a Tempo Livre, participou nos projetos "SWUP - Mulheres + Ativas" - incentivo à atividade física das mulheres nomeadamente com a participação de médicos e enfermeiras especialistas em saúde materna do HLG nas I Jornadas de Exercício Físico e saúde no pré e pós parto; igualmente em colaboração com a Câmara Municipal de Guimarães e a Tempo Livre, participou na iniciativa "Vida Feliz", programa de incentivo à atividade física à população com mais de 55 anos, através da realização de atividades diversas, nas várias localidades de Guimarães com o apoio do Hospital da Luz Guimarães, quer na realização de rastreios gratuitos de saúde quer no apoio médico e de enfermagem.
- **H. Luz Póvoa de Varzim:** em janeiro, realizou uma formação e treino específico de Primeiros Socorros para motards que contou com 55 participantes.
- **H. Luz Setúbal:** realização de um rastreio gratuito, assinalando o Dia Europeu da Terapia da Fala, dirigido a crianças com idades entre três e oito anos no Hospital da Luz Setúbal, que contou com 15 participantes; participação nos três "Guias de Saúde", promovidos

e distribuídos para a comunidade da cidade de Setúbal, pelo Gabinete de Saúde da Câmara Municipal de Setúbal com conteúdos referentes a Dermatologia, Nutrição, Ginecologia e Oftalmologia, escritos por vários profissionais de saúde do Hospital da Luz Setúbal, que é também patrocinador deste Guia; evento comemorativo do Dia Mundial da Mulher, no dia do jogo Match Day Sponsor do Vitória Futebol Clube, quando colaboradoras do Hospital da Luz Setúbal, entraram em campo com os jogadores e, ao intervalo, participaram as vencedoras de um concurso aberto à população em geral, lançado dias antes nas redes sociais, com oferta de prémio de participação.

- **H. Luz Torres de Lisboa:** promoveu a realização dois rastreios, auditivo e da voz.
- H**. Luz Vila Real:** o Hospital realizou nas suas instalações rastreio visual em julho; em setembro, no regresso às aulas, realizou rastreios auditivos a crianças.
- **Hospital Beatriz Ângelo:** realização de "Conversas com Pais", em parceria com a Associação Pais em Rede, onde se promovem encontros entre famílias, potenciando a partilha de experiências, ideias, dúvidas e explorando temáticas específicas em função das necessidades existentes; participação de profissionais do HBA em artigos e webinars relacionados com o impacto da pandemia na saúde mental em parceria com diversos meios de comunicação social, e associações tais como, SOS Voz Amiga, Grace e Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental.

5.3.2.4 Iniciativas de Apoio ao Desporto

- **H. Luz Coimbra:** parceria estratégica entre o Hospital e a AAC/OAF na área da Saúde que permite ao clube reforçar os serviços médicos à disposição da equipa profissional de futebol; assumiu também o patrocínio principal da equipa de Seniores da Secção de Hóquei da AAC e da equipa de Seniores da secção de Rugby e das equipas da Secção de Basquetebol; em novembro, estabeleceu uma parceria com a Secção de Andebol da Associação Académica de Coimbra (AAC) para a época 2020/2021 que engloba a prestação de serviços médicos às equipas sénior e às equipas de formação da AAC/Andebol.
- **H. Luz Lisboa:** parceiro de Serviços Médicos Oficiais do SL Benfica pelo 8.º ano consecutivo.
- **H. Luz Oeiras:** patrocínio do GDS de Cascais.
- **H. Luz Póvoa de Varzim:** renovação do Protocolo com o Varzim Sport Club para a época 2020/2021, com a realização dos exames físicos habituais da pré-epoca no Hospital da Luz Póvoa de Varzim; parceiro de Serviços Médicos Oficiais da 3ª Corrida de Reis, realizada no dia 4 de janeiro, com equipa constituída por um médico, três fisioterapeutas e dois enfermeiros, e que contou com a participação de 1.500 atletas; nova parceria de Serviços Médicos Oficiais com o CDP – Clube Desportivo da Póvoa para a modalidade de basquetebol.
- **H. Luz Setúbal:** parceiro de Serviços Médicos Oficiais do Vitória Futebol Clube.

5.3.2.5 Outras iniciativas com a Comunidade

A participação ativa da Luz Saúde na área de Apoio ao Cuidador insere-se na preocupação estratégica do Grupo em acompanhar o doente e a família ao longo de todas as fases da vida, da doença e da dependência, contribuindo desta forma para a melhoria dos cuidados prestados a pessoas transitória ou permanentemente dependentes, reconhecendo o papel do Cuidador e facilitando-lhe o acesso a informação útil que o ajude nessa função. Destaca-se a colaboração com a ADVITA - Associação para o Desenvolvimento de Novas Iniciativas para a Vida na produção e divulgação de 12 filmes e 7 brochuras escritas, para informação, autoformação e formação de Cuidadores, nomeadamente familiares e informais. Estes materiais abordam as competências base de quem cuida, em linguagem clara e acessível e têm por objetivo transpor os conhecimentos científicos para o quotidiano da prestação de cuidados. Os filmes de Apoio Ao Cuidador podem ser visionados completos e gratuitamente via site da ADVITA www.advita.pt, em Youtube e em Vimeo; encontram-se também instalados em televisões de quartos do Hospital da Luz Lisboa, para informação aos doentes e suas famílias.

C. Sustentabilidade ambiental

O Grupo Luz Saúde prossegue uma estratégia de desenvolvimento ambiental sustentável, de eficiência energética, de economia de recursos e combate ao desperdício, visando minimizar os impactos ambientais negativos de consumos de energia e de gás (para redução das emissões de CO^2), de consumos de água e de gestão de resíduos hospitalares.

Desde logo, a preocupação com a sustentabilidade tem-se materializado nas fases de conceção e construção ou aquisição dos edifícios onde estão instaladas as unidades e na respetiva certificação energética. Tem-se vindo a implementar práticas efetivas de avaliação, monitorização, combate ao desperdício, redução de consumos de gás, eletricidade, água e uma gestão adequada de resíduos hospitalares, a par com a sensibilização dos colaboradores para os temas da sustentabilidade ambiental.

Na renovação das unidades privadas de saúde que o Grupo adquiriu nos últimos quatro anos, tem-se vindo a aplicar, de forma progressiva, e no seguimento de obras que é necessário realizar, os princípios de sustentabilidade ambiental do Grupo.

Apresentam-se de seguida os indicadores GRI selecionados como adequados à realidade da Luz Saúde.

Indicadores de sustentabilidade ambiental

GRI		2020	2019	Var.	2018
302-1	Consumo de gás (m3)				
	Gás propano	170	1 974	**-91%**	4 201
	Gás natural	2 458 641	2 210 367	**11%**	2 255 675
302-1	Consumo de energia elétrica (kwh)	59 297 251	53 390 061	**11%**	50 063 978
305-1	Emissões diretas e indiretas de CO2 (ton)	16 791	19 195	**-13%**	26 050
305-2	Consumo de água (m3)	375 774	377 548	**0%**	345 501
303-5	Resíduos Hospitalares (ton)				
306-2	Perigosos	1 346	1 106	**22%**	1 011
	Não Perigosos	1 646	3 404	**-52%**	3 273
	Total resíduos	2 992	4 509	**-34%**	4 284
Indicadores de produção					
	Consultas (milhares)	1 855	2 146	**-14%**	1 933
	Atendimentos AMP (milhares)	402	628	**-36%**	611
	Cirurgias e Partos (milhares)	68	79	**-14%**	67
	Exames de Imagiologia (milhares)	1 026	1 123	**-9%**	1 094
	N.º camas	1 600	1 650	**-3%**	1 595
	N.º unidades	28	30	**-3%**	30

1. Certificação energética dos edifícios

O processo de certificação energética foi iniciado em 2008 com a elaboração interna de manuais de projeto e de manutenção Luz Saúde.

Com exceção das duas unidades na Madeira, o Hospital do Mar Cuidados Especializados de Gaia, e as clínicas Hospital da Luz da região Centro (Cantanhede, Pombal, Coimbra e Figueira da Foz) para as quais ainda decorre o processo de certificação energética, as restantes unidades encontram-se certificadas.

A	B	C	D
H. Luz Lisboa	H. Luz Arrábida	H. Luz Clínica do Porto	H. Luz Clínica de Amarante
Casas da Cidade Lisboa	H. Luz Clínica de Águeda	H. Luz Aveiro	H. Luz Clínica Cerveira
	H. Luz Coimbra	H. Luz Póvoa de Varzim	H. Luz Torres de Lisboa (Torres B e D)
	H. Mar Lisboa	H. Luz Oeiras	
	H. Beatriz Ângelo	H. Luz Clínica da Amadora	
	Casas da Cidade Carnaxide	H. Luz Setúbal	
	H. Luz Torres de Lisboa (Torre E)	H. Misericórdia de Évora	
	H. Luz Clínica de Odivelas	H. Luz Torres de Lisboa (Torre F)	
	H. Luz Vila Real	H. Luz Guimarães	
		H. Luz Oiã	

2. Certificação ambiental (ISO 14001)

O Hospital Beatriz Ângelo, unidade hospitalar da Luz Saúde explorada em regime de parceria público-privada (PPP), tem Certificação Ambiental ISO 14001 desde 2013.

3. Consumos de gás, eletricidade e níveis de emissão de CO^2

3.1. Consumos de gás

Têm-se adotado em todas as unidades medidas de combate ao desperdício, de redução de consumo de gás e de substituição de gás propano por gás natural. Entre outras, salientam-se as seguintes medidas: instalação de sistemas de pré-aquecimento de Águas Quentes Sanitárias (AQS), recurso a energias renováveis com a utilização de painéis solares e painéis térmicos que alimentam os sistemas de AQS e Chillers (ar condicionado), recuperação das AQS de Chillers e recurso a sistemas de Gestão Técnica Centralizada adequados ao perfil de operação de cada edifício.

O Gás Natural, que atualmente representa 99,9% do total de gás consumido, apresentou em 2020 um aumento de 11%.

3.2. Consumos de energia elétrica

Tem-se vindo a implementar em todas as unidades um esforço concertado de medidas de monitorização, com recurso a comandos locais ou via Gestão Técnica Centralizada (GTC) e de combate ao desperdício, quer em termos de iluminação, quer de climatização, salientando-se as seguintes medidas: temporização de circuitos de iluminação, nomeadamente em zonas de circulação e garagens; substituição de lâmpadas incandescentes, fluorescentes ou halogéneo, por outras de maior rendimento; temporização de bombas de recirculação seja em Águas quentes Sanitárias (AQS), seja em circuitos de Chillers (AVAC); temporização de funcionamento de componentes de sistema AVAC, como Chillers e Unidades de Tratamento de Ar (UTA), na área da climatização.

Em 2020, a variação de consumo de energia elétrica foi de 11% a nível de Grupo.

Na ampliação do Hospital da Luz Lisboa, foram introduzidos Bancos de Gelo, por forma a otimizar os custos dos consumos de energia na utilização AVAC. Permitem acumular energia térmica em horas de menor custo, para estar disponível em horas de maior custo.

2020 foi um ano atípico, quer por terem existindo Unidades com obras significativas, nomeadamente a ampliação e remodelações do H. Luz Lisboa, entre outras, quer pelas exigências da Pandemia, pelo que os consumos não estão tão alinhados com a Produção Hospitalar.

2020 foi um ano de renegociação de Contratos de Energia, onde se deu continuidade à abordagem de sinergia, iniciada em 2015, entre a Fidelidade e a Luz Saúde. A escolha do fornecedor de energia elétrica, em particular, para além de permitir uma redução conjunta do custo, teve benefícios ao nível das emissões de CO^2.

3.3. Emissões de CO^2 na sequência de consumos de gás e eletricidade

As emissões de CO^2 são calculadas aplicando um "coeficiente de transformação" aos consumos (em m3 e em kWh) de Gás e de Eletricidade; enquanto o coeficiente aplicável aos consumos de Gás é constante, no caso da eletricidade, o "coeficiente de transformação" é anualmente fornecido pela EDP, e varia consoante os próprios consumos da EDP na produção da energia de cada ano. A par dos esforços de otimização de consumos de energia, salienta-se aqui também o cuidado na escolha do fornecedor de energia elétrica. Este fornecedor tem investido muito em energias renováveis e apresenta um coeficiente equivalente de emissões de CO^2 efetivamente baixo, o que permitiu a redução das emissões de CO^2, apesar do aumento de consumo, conforme se constata na evolução do quadro anterior.

Em 2020 verificou-se uma redução dos valores das emissões de CO^2 cerca de 13% no Grupo.

4. Consumos de água

Tem-se vindo a aplicar em todas as unidades um esforço concertado de medidas de monitorização, combate ao desperdício e de redução do consumo de água, nomeadamente com a aplicação de redutores de caudal em torneiras, a otimização de horários de funcionamento para as bombas de AQS e de Chillers (AVAC) e o controle de fugas nas canalizações de Consumo, de Incêndio ou de Rega. Em anos anteriores realizaram-se em algumas unidades, furos e captações de água destinadas fundamentalmente a rega, com poupanças de água significativas.

Em 2020, o consumo de água manteve-se praticamente ao mesmo nível de 2019.

5. Produção e gestão de resíduos

Alguns tipos de resíduos gerados em unidades de saúde podem apresentar riscos para a segurança dos doentes, dos colaboradores e da sociedade em geral.

A gestão de resíduos hospitalares é uma matéria complexa face às diferentes tipologias definidas (tipos I, II e III, IV), bem como aos elevados montantes envolvidos; esta gestão é realizada em todas as unidades da Luz Saúde em articulação com uma organização certificada nesta área de intervenção, cumprindo-se as normas e diretivas aplicadas às diferentes categorias de resíduos produzidos. Cada unidade desenvolve em paralelo e em articulação com a organização certificada, políticas ativas de redução de resíduos e de adequada e criteriosa triagem e acondicionamento.

Na quantificação de resíduos apresentada, os resíduos do Grupo I e II são considerados resíduos não perigosos; e os resíduos do Grupo III (resíduos de risco hospitalares) e do Grupo IV (resíduos hospitalares específicos) são considerados resíduos perigosos.

2020 foi um ano atípico inclusive ao nível da produção de resíduos. Relativamente às duas unidades de maior dimensão do Grupo, houve um decréscimo de produção de resíduos hospitalares. Deve, no entanto, ser referido que os valores indicados para 2019 e 2020 foram fornecidos por duas entidades diferentes para o Hospital da Luz Lisboa, a Câmara Municipal de Lisboa (por estimativa) e a Stericycle/Ambimed (por pesagem), respetivamente. Assim, a diminuição substancial em 2020 deve-se essencialmente a este facto.

Em 2020 a evolução dos resíduos hospitalares produzidos teve um decréscimo de 34%, embora tenha existido um comportamento diferente por tipologia de resíduo:

- 22% de crescimento de produção dos "resíduos perigosos" a nível de Grupo, essencialmente devido ao descarte de equipamentos de proteção individual (EPIs);
- -52% de produção de resíduos considerados "não perigosos".

MINHA SAÚDE
AO
Resultados de exames
Consulte o resultado dos exames realizados no seu Hospital da Luz.
Prescrições de consultas e exames
Aceda às prescrições de consultas e exames passadas pelo seu médico.
Prescrições de medicamentos
Consulte as suas receitas e procure farmácias perto de si.
Registos
Registe os seus dados de saúde e analise a evolução com o seu médico.
Documentos externos
Guarde documentos de saúde que podem ser vistos pelo seu médico durante a consulta.

HOSPIT
ARRÁBIDA

6
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

LUZ SAÚDE
20 ANOS DE LUZ

6 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Balanço em 31 de dezembro de 2020

Montantes expressos em euros

	Notas	31-dez-20	31-dez-19
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4.1	1 593 074	1 446 117
Ativos sob direito de uso	4.2	983 166	203 579
Ativos intangíveis	4.3	5 625 758	4 258 873
Investimentos em subsidiárias e associadas	4.4	544 071 791	542 518 287
Outros ativos financeiros	7.1	3 189 146	3 008 552
Outros ativos não correntes	5.3	442 103	-
Ativos por impostos diferidos	16.4	3 033 654	3 311 513
Total do ativo não corrente		**558 938 692**	**554 746 921**
Ativo corrente			
Outros ativos correntes	5.3	518 050	1 791 276
Clientes	5.1	2 806 544	3 586 491
Outras contas a receber	5.1	16 211 718	19 911 268
Impostos sobre o rendimento a receber	16.3	3 508 549	1 352 838
Caixa e seus equivalentes	6.3	1 339 954	11 335 538
Total do ativo corrente		**24 384 815**	**37 977 411**
Total do ativo		**583 323 507**	**592 724 332**
Capital próprio			
Capital e reservas			
Capital		95 542 254	95 542 254
Prémios de emissão		61 795 793	61 795 793
Reservas e resultados acumulados		106 131 427	105 537 725
Total do capital próprio	**6.2**	**263 469 474**	**262 875 772**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	7.2	17 663	767 663
Empréstimos	6.4	242 757 268	204 391 974
Instrumentos financeiros derivados	10	3 305 152	3 771 157
Passivos por locação	6.5	722 538	317 676
Total do passivo não corrente		**246 802 621**	**209 248 470**
Passivo corrente			
Fornecedores	5.2	2 815 063	3 539 441
Outras contas a pagar	5.2	7 319 726	7 120 189
Empréstimos e descobertos bancários	6.4	62 640 929	109 821 017
Passivos por locação	6.5	275 694	119 443
Total do passivo corrente		**73 051 412**	**120 600 090**
Total do passivo		**319 854 033**	**329 848 560**
Total do capital próprio e do passivo		**583 323 507**	**592 724 332**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Montantes expressos em euros

	Notas	31-dez-20	31-dez-19
Rendimentos e ganhos			
Rédito dos serviços prestados	11	6 043 193	2 599 746
Outros rendimentos e ganhos operacionais		35 129	31 890
Outros rendimentos e ganhos financeiros	14	33 350 308	34 049 700
Total de rendimentos e ganhos		**39 428 630**	**36 681 336**
Gastos e perdas			
Materiais e serviços consumidos	12	(2 538 269)	(2 212 910)
Gastos com o pessoal	13	(1 605 296)	(2 406 853)
Gastos de depreciação e amortização	4	(1 641 971)	(1 224 615)
Outros gastos e perdas operacionais		(336 287)	(318 514)
Reversão de provisões	7.2	750 000	-
Reversão de imparidade de dívidas a receber	5.1	10 000	-
Imparidade em subsidiárias e associadas, líquida	4.4	(25 350 000)	-
Juros e outros gastos e perdas financeiras	15	(8 330 198)	(7 704 518)
Total de gastos e perdas		**(39 042 021)**	**(13 867 410)**
Resultado antes de imposto		**386 609**	**22 813 926**
Imposto sobre o rendimento	16.1	(381 364)	2 706 274
Resultado líquido do exercício		**5 245**	**25 520 200**
Outro rendimento integral			
Items que poderão ser reclassificados para resultados			
Justo valor dos instrumentos de cobertura dos fluxos de caixa, líquido de imposto	10	588 457	(329 071)
Outro rendimento integral do exercício		**588 457**	**(329 071)**
Rendimento integral do exercício		**593 702**	**25 191 129**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Montantes expressos em euros

	Notas	31-dez-20	31-dez-19
Atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		20 002 141	15 058 599
Pagamentos a fornecedores		(13 654 187)	(11 907 764)
Pagamentos ao pessoal		(1 096 331)	(1 168 537)
Caixa gerada pelas operações		**5 251 623**	**1 982 298**
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1 440 300)	299 259
Outros recebimentos/(pagamentos) operacionais		(2 634 137)	(392 957)
Fluxo das atividades operacionais		**1 177 186**	**1 888 600**
Atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos a participadas	4.4.2	11 785 000	7 380 048
Juros e rendimentos similares		14 308 630	19 322 243
Dividendos	14	21 962 438	21 544 000
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		(3 336 764)	(3 135 406)
Investimentos em subsidiárias e associadas	4.4.2	(953 000)	(5 512 470)
Empréstimos a participadas	4.4.2	(35 035 504)	(73 310 048)
Outros ativos financeiros		(3 000 000)	(3 002 256)
Fluxo das atividades de investimento		**5 730 800**	**(36 713 889)**
Atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		935 616 493	743 500 000
Financiamentos de entidades relacionadas		22 900 000	37 600 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(946 222 875)	(701 605 306)
Locações		(172 055)	(97 791)
Juros e gastos similares		(18 433 019)	(8 026 924)
Financiamentos de entidades relacionadas		(15 200 000)	(37 600 000)
Fluxo das atividades de financiamento		**(21 511 456)**	**33 769 979**
Variação de caixa e seus equivalentes		**(14 603 470)**	**(1 055 310)**
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		**11 335 538**	**12 390 848**
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		**(3 267 932)**	**11 335 538**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Montantes expressos em euros

	Notas	Capital	Prémios de emissão	Reservas e resultados acumulados	Total
Em 1 de janeiro de 2019		**95 542 254**	**61 795 793**	**80 346 596**	**237 684 643**
Resultado líquido do exercício		-	-	25 520 200	25 520 200
Outro rendimento integral do exercício		-	-	(329 071)	(329 071)
Total de rendimento integral do exercício		**-**	**-**	**25 191 129**	**25 191 129**
Em 31 de dezembro de 2019	**6.2**	**95 542 254**	**61 795 793**	**105 537 725**	**262 875 772**
Em 1 de janeiro de 2020		**95 542 254**	**61 795 793**	**105 537 725**	**262 875 772**
Resultado líquido do exercício		-	-	5 245	5 245
Outro rendimento integral do exercício		-	-	588 457	588 457
Total de rendimento integral do exercício		**-**	**-**	**593 702**	**593 702**
Em 31 de dezembro de 2020	**6.2**	**95 542 254**	**61 795 793**	**106 131 427**	**263 469 474**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais

(Montantes expressos em euros)

A. Entidade, eventos relevantes e alterações no exercício

1. Entidade de reporte

A Luz Saúde, SA (a seguir designada "Luz Saúde" ou "Empresa") é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, na rua Carlos Alberto da Mota Pinto 17 – 9º, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 504 885 367, que tem como objeto o desenvolvimento e participação em negócios na área da Saúde de forma direta e indireta.

A Luz Saúde é controlada pela Fosun International Holdings, Ltd ("Fosun") através da Fidelidade – Companhia de Seguros, SA ("Fidelidade").

1.1. Pandemia SARS-COV-2

Tendo em conta os factos ocorridos até ao momento, e ainda que os próximos meses continuem envoltos em incerteza quanto à situação epidemiológica e às medidas implementadas, o Conselho de Administração atendendo ao histórico recente das operações e aos níveis de financiamento contratualizados não estima que os impactos da pandemia possam colocar em causa a continuidade das operações da Empresa e das suas subsidiárias, e como tal estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Nas contas consolidadas do exercício de 2020, são apresentados de forma mais detalhada os impactos da pandemia SARS-COV-2 nas operações da Empresa e das suas participadas.

2. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração de 30 de abril de 2021, estando estas ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

3. Bases de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa tomando por base o custo histórico, de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adotadas pela União Europeia a 31 de dezembro de 2020, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados e outros ativos financeiros.

Fazem parte daquelas normas, quer as IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo *International Accounting Standards Committee ("IASC")* e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC"). O conjunto daquelas normas e interpretações é designado genericamente por IFRS.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros, que é a moeda funcional e de apresentação.

3.1. Alterações das políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2020 foram aprovadas e publicadas no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) normas contabilísticas e interpretações, com aplicação em exercícios posteriores, embora seja permitido a sua adoção antecipada. De seguida, apresentamos, resumidamente, as normas ou alterações adotadas pela Empresa na elaboração das suas demonstrações financeiras, bem como as normas não adotadas antecipadamente.

3.1.1. Novas normas, alterações ou interpretações aplicáveis a exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020

Resultante do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram entre outras as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias das normas e interpretações, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2020 que, quando aplicáveis, foram adotadas pela Empresa:

Emissão (IASB)	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
março 2018	Emendas às referências à Estrutura Conceptual das normas IFRS	1 janeiro 2020
outubro 2018	IAS 1 e IAS 8: Definição de materialidade (alterações)	1 janeiro 2020
outubro 2018	IFRS 3: Concentrações de atividades empresariais (alterações)	1 janeiro 2020
setembro 2019	IFRS 9, IAS 39, IFRS 7: Reforma do *benchmark* relativo à taxa de juro	1 janeiro 2020
maio 2020	IFRS 16 Locações Concessões relacionadas com rendas decorrentes do COVID-19 (alterações)	1 junho 2020

A adoção destas normas, interpretações e alterações às normas, não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

3.1.2. Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB, endossadas pela união Europeia (UE), com aplicação para exercícios com início após 1 de janeiro de 2020

Em 31 de dezembro de 2020, a seguinte alteração das normas e interpretações, emitidas pelo IASB, já se encontravam endossadas pela UE, contudo a sua aplicação só é obrigatória para os exercícios que se iniciem após 1 de janeiro de 2020.

Emissão (IASB)	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
junho 2020	IFRS 4 Contrato de seguro – diferimento do IFRS 9 (alterações)	1 janeiro 2021

A Empresa não realizou a adoção antecipada da alteração mencionada, e não se anteveem impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção da mesma.

3.1.3. Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB, que não foram endossadas pela União Europeia (UE) até 31 de dezembro de 2020

Em 31 de dezembro de 2020 as seguintes normas, revisões, alterações e melhorias das normas e interpretações, emitidas pelo IASB, ainda se encontravam em processo de aprovação pela UE:

Emissão (IASB)	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
maio 2017	IFRS 17 Contrato de seguro (novo)	1 janeiro 2023
janeiro e julho 2020	IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras: Classificação de passivos como correntes ou não correntes e Classificação de passivos como correntes ou não correntes – Diferimento da data efetiva (alterações)	1 janeiro 2023
maio 2020	Alterações a • IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais; • IAS 16 Ativo fixo tangível; • IAS 37 Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes • Melhoramentos anuais das normas IFRS 2018-2020	1 janeiro 2022
agosto 2020	IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 Reforma do *benchmark* relativo à taxa de juro – Fase 2 (alterações)	1 janeiro 2021

O impacto da adoção destas normas ou alterações está a ser analisado pela Empresa, contudo não se anteveem impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

3.2. Estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos, estimativas e decida qual o tratamento contabilístico mais adequado para as operações da Empresa. Assim ao longo das notas descritivas das rubricas das demonstrações financeiras são apresentadas as principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Empresa, nomeadamente:

- Imparidade de investimentos em subsidiárias e associadas (nota B4.4.3)
- Realização e recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos (nota D16)
- Imparidade de saldos a receber (nota B5.1)

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, a posição financeira e os resultados reportados pela Empresa poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa, os resultados e os fluxos de caixa das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

B. A posição financeira

4. Investimentos

4.1. Ativos fixos tangíveis

POLíTICA

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade. Os gastos subsequentes com os ativos fixos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. As despesas com manutenção e reparação de natureza corrente são reconhecidas como gasto.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, a partir do mês em que os bens se encontram disponíveis para utilização. As taxas de depreciação utilizadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Equipamento administrativo	2-20
Outros ativos tangíveis	3-20

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

ESTIMATIVA

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha reta, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

O movimento na rubrica de ativos fixos tangíveis pode ser apresentado da seguinte forma:

	Equipamento admnistrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Em curso	Total
Custo de aquisição				
Em 1 de janeiro de 2019	2 277 655	1 661	287 064	2 566 380
Adições	-	-	805 565	805 565
Transferências e ajustes	675 560	(1 661)	(673 899)	-
Em 31 de dezembro de 2019	**2 953 215**	**-**	**418 730**	**3 371 945**
Em 1 de janeiro de 2020	2 953 215	-	418 730	3 371 945
Adições	-	-	678 032	678 032
Transferências e ajustes	477 061	-	(477 061)	-
Em 31 de dezembro de 2020	**3 430 276**	**-**	**619 701**	**4 049 977**
Depreciação acumulada				
Em 1 de janeiro de 2019	1 563 285	1 014	-	1 564 299
Depreciação do exercício	361 529	-	-	361 529
Transferências e ajustes	1 014	(1 014)	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	**1 925 828**	**-**	**-**	**1 925 828**
Em 1 de janeiro de 2020	1 925 828	-	-	1 925 828
Depreciação do exercício	531 075	-	-	531 075
Em 31 de dezembro de 2020	**2 456 903**	**-**	**-**	**2 456 903**
Valor líquido				
Em 31 de dezembro de 2019	**1 027 387**	**-**	**418 730**	**1 446 117**
Em 31 de dezembro de 2020	**973 373**	**-**	**619 701**	**1 593 074**

Os ativos fixos tangíveis totalmente depreciados ascendem a €1,6 milhões (2019: €1,4 milhões).

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa não tem compromissos materialmente relevantes relativos à aquisição de ativos fixos tangíveis.

4.2. Ativos sob direitos de uso

POLíTICA

A Empresa recorre a contratos de locação para usar ativos na sua atividade operacional como sejam edifícios e veículos, tipicamente os contratos de locação são feitos por períodos de 4 a 10 anos. Quando aplicável, a Empresa aloca os pagamentos de locação do contrato aos componentes de locação e outros que não sejam locações, com base no valor de cada componente, exceto nas locações de veículos, em que a Empresa optou por não separar os componentes de locação e não locação, registando as duas componentes em conjunto como se de uma única componente de locação se tratasse.

A partir de 1 de janeiro de 2019, os contratos de locação passaram a ser reconhecidas no ativo, com a designação de ativo sob direito de uso, e no passivo desde a data em que o ativo subjacente passou a estar disponível para uso da Empresa.

Os ativos sob direito de uso são mensurados pelo custo, que compreende:

- o valor da mensuração inicial do passivo de locação;
- quaisquer pagamentos de locação feitos na data ou antes da data de início da locação, deduzidos dos incentivos à locação recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de desmantelamento e reposição.

Os ativos sob direito de uso são geralmente depreciados pelo menor, entre o tempo de vida útil do ativo e o período de duração da locação, exceto quando a Empresa disponha de uma opção de compra sobre o ativo subjacente e seja razoavelmente certo que essa opção será exercida.

Quando os contratos de locação, tenham associados um contrato de sublocação, a Empresa reconhece um passivo financeiro pela totalidade dos pagamentos de locação atualizados à taxa incremental, e um ativo, financeiro, e por direito de uso na medida da extensão da sublocação acordada.

4.2.1. Movimento dos direitos de uso

	Edifícios	Equipamento de transporte	Total
Custo de aquisição			
Em 1 de janeiro de 2019	183 753	121 954	305 707
Adições	-	16 247	16 247
Em 31 de dezembro de 2019	**183 753**	**138 201**	**321 954**
Em 1 de janeiro de 2020	183 753	138 201	321 954
Adições	804 878	82 742	887 620
Em 31 de dezembro de 2020	**988 631**	**220 943**	**1 209 574**
Depreciação acumulada			
Em 1 de janeiro de 2019	-	-	-
Depreciação do exercício	75 281	43 094	118 375
Em 31 de dezembro de 2019	**75 281**	**43 094**	**118 375**
Em 1 de janeiro de 2020	75 281	43 094	118 375
Depreciação do exercício	137 535	47 057	184 592
Transferências e ajustes	(75 605)	(954)	(76 559)
Em 31 de dezembro de 2020	**137 211**	**89 197**	**226 408**
Valor líquido			
Em 31 de dezembro de 2019	**108 472**	**95 107**	**203 579**
Em 31 de dezembro de 2020	**851 420**	**131 746**	**983 166**

4.2.2. Efeito na demonstração dos resultados

	31-dez-20	31-dez-19
Depreciações e amortizações		
Edifícios	137 535	75 281
Equipamento de transporte	47 057	43 094
	184 592	**118 375**
Gastos financeiros		
Encargos financeiros com contratos de locação	16 388	3 839
	16 388	**3 839**
Rendas e alugueres		
Gastos com contratos de curto-prazo	16 812	-
Gastos com contratos de valor reduzido	5 338	-
Gastos com contratos de locação de ativos intangíveis	20 210	23 376
	42 360	**23 376**

No exercício de 2020, os pagamentos realizados relativamente a contratos de locação ascenderam a €172 milhares (2019: €97 milhares).

As responsabilidades com passivos por locação são apresentadas na nota 6.5

4.3. Ativos intangíveis

POLíTICA

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método da linha reta, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante o período de vida útil dos contratos. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são objeto de amortização, sendo sujeitos a testes de imparidade no último trimestre de cada exercício económico ou desde que haja uma indicação de que possam estar em imparidade.

	Programas de computador	Em curso	Total
Custo de aquisição			
Em 1 de janeiro de 2019	4 257 908	1 825 856	6 083 764
Adições	-	2 081 058	2 081 058
Transferências e ajustes	1 866 213	(1 866 213)	-
Em 31 de dezembro de 2019	**6 124 121**	**2 040 701**	**8 164 822**
Em 1 de janeiro de 2020	6 124 121	2 040 701	8 164 822
Adições	320	2 591 940	2 592 260
Transferências e ajustes	3 020 463	(3 319 213)	(298 750)
Em 31 de dezembro de 2020	**9 144 904**	**1 313 428**	**10 458 332**
Amortização acumulada			
Em 1 de janeiro de 2019	3 161 238	-	3 161 238
Amortização do exercício	744 711	-	744 711
Em 31 de dezembro de 2019	**3 905 949**	**-**	**3 905 949**
Em 1 de janeiro de 2020	3 905 949	-	3 905 949
Amortização do exercício	926 304	-	926 304
Transferências e ajustes	321	-	321
Em 31 de dezembro de 2020	**4 832 574**	**-**	**4 832 574**
Valor líquido			
Em 31 de dezembro de 2019	**2 218 172**	**2 040 701**	**4 258 873**
Em 31 de dezembro de 2020	**4 312 330**	**1 313 428**	**5 625 758**

Os ativos intangíveis em curso referem-se a projetos relativos a sistemas de informação que estão em fase de implementação.

Os ativos fixos intangíveis totalmente amortizados ascendem a €3,5 milhões (2019: €2,9 milhões).

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa não tem compromissos materialmente relevantes relativos à aquisição de ativos intangíveis.

4.4. Investimentos em subsidiárias e associadas

POLíTICA

Os investimentos financeiros em participações no capital e prestações acessórias a subsidiárias e associadas são apresentados pelo seu custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade quando aplicável.

Os empréstimos a subsidiárias são classificados como não correntes, quando tenham um prazo de pagamento superior a 12 meses, ou quando o prazo de pagamento for inferior a 12 meses e exista intenção da Empresa em renovar o empréstimo por um período superior. São mensurados pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade (ie quando as participações financeiras registem deteriorações significativas ao nível da sua posição financeira), procede-se ao registo da correspondente perda por imparidade em resultados.

ESTIMATIVA

Usualmente, o registo de imparidade num investimento financeiro de acordo com as IFRS é efetuado quando o valor desse investimento excede o valor atual dos fluxos de caixa futuros. O cálculo do valor atual dos fluxos de caixa estimados e a decisão de considerar a imparidade permanente envolve julgamento e reside substancialmente na análise em relação ao desenvolvimento futuro das subsidiárias e associadas. Para efeitos de teste de imparidade, são utilizados preços de mercado, se disponíveis, ou outros parâmetros de avaliação, baseados na informação disponível das subsidiárias e associadas. No sentido de determinar se a imparidade é permanente, a Luz Saúde considera a capacidade e a intenção de deter o investimento por um período razoável de tempo que seja suficiente para uma previsão da recuperação do justo valor até (ou acima) do valor de balanço, incluindo uma análise de fatores como os resultados esperados da subsidiária ou associada, o enquadramento económico e regulamentar, o estado do setor e mercado onde estas operam.

A rubrica de investimentos em subsidiárias e associadas pode ser apresentada da seguinte forma:

	Partes de capital em subsidiárias e associadas	Prestações acessórias	Empréstimos a subsidiárias e associadas	Imparidade acumulada	Valor líquido
Valor de aquisição					
Em 1 de janeiro de 2019	127 580 941	189 495 819	218 122 988	(63 983 757)	471 215 991
Aumentos	1 512 470	4 000 000	73 310 048	(140 174)	78 682 344
Diminuições	-	-	(7 380 048)	-	(7 380 048)
Em 31 de dezembro de 2019	**129 093 411**	**193 495 819**	**284 052 988**	**(64 123 931)**	**542 518 287**
Em 1 de janeiro de 2020	129 093 411	193 495 819	284 052 988	(64 123 931)	542 518 287
Aumentos	953 000	101 000 000	10 335 504	(25 350 000)	86 938 504
Diminuições	-	(7 850 000)	(77 435 000)	-	(85 285 000)
Transferências e ajustes	(100 000)	-	-	-	(100 000)
Em 31 de dezembro de 2020	**129 946 411**	**286 645 819**	**216 953 492**	**(89 473 931)**	**544 071 791**

4.4.1. Investimentos em subsidiárias e associadas por participada

	Sede	% participação	Participações financeiras	Prestações acessórias	Empréstimos	Imparidade	Total 31-dez-20	Total 31-dez-19
Subsidiárias								
Casas da Cidade - Residências Sénior de Carnaxide, SA ("CASAS CARNAXIDE")	Oeiras	100,00%	5 345 659	3 000 000	495 000	(2 250 000)	6 590 659	6 590 659
Casas da Cidade - Residências Sénior, SA ("CASAS")	Lisboa	100,00%	200 000	490 000	-	-	690 000	690 000
Hospital da Luz Oeiras, SA ("HLO")	Oeiras	100,00%	250 000	-	-	-	250 000	250 000
GLSMED LEARNING HEALTH, SA ("GLSLH")	Lisboa	100,00%	2 050 000	250 000	2 015 000	(1 100 000)	3 215 000	3 765 000
GLSMED TRADE, SA ("GLST")	Lisboa	100,00%	300 000	-	1 275 504	-	1 575 504	1 400 000
HME - Gestão Hospitalar, SA ("HME")	Évora	100,00%	149 104	-	15 080 000	(12 781 930)	2 447 174	2 497 174
Hospital da Luz Arrábida, SA ("HAG")	V. N. Gaia	100,00%	8 240 113	-	-	-	8 240 113	8 240 113
Hospital da Luz Aveiro, SA ("HLA")	Aveiro	95,33%	4 762 151	-	-	-	4 762 151	4 609 151
Hospital da Luz - Centro Clínico da Amadora, SA ("HL-CCA")	Amadora	100,00%	2 100 000	10 200 000	2 379 189	(9 365 000)	5 314 189	7 839 189
Hospital da Luz Guimarães, SA ("HLG")	Lisboa	100,00%	7 487 500	12 150 000	-	-	19 637 500	27 852 500
Hospital da Luz, SA ("HLL")	Lisboa	100,00%	3 683 334	6 480 048	-	-	10 163 382	10 913 382
HOSPOR - Hospitais Portugueses, SA ("HOSPOR")	Póvoa de Varzim	100,00%	35 450 000	6 500 000	67 400 000	-	109 350 000	109 250 000
Luz Saúde - Unidades de Saúde e de Apoio à Terceira Idade, SA ("USATI")	Lisboa	100,00%	41 800 000	175 200 000	67 130 000	-	284 130 000	257 630 000
RML - Residência Medicalizada de Loures, SGPS, SA ("RML")	Lisboa	75,00%	5 362 500	-	-	-	5 362 500	6 407 500
SGHL - Sociedade Gestora do Hospital de Loures, SA ("SGHL")	Lisboa	100,00%	3 246 737	38 178 374	29 900 000	(63 836 827)	7 488 284	23 188 284
Surgicare - Unidades de Saúde, SA ("SURGICARE")	Lisboa	100,00%	6 087 500	7 500 000	19 150 000	-	32 737 500	33 137 500
Hospital da Luz Funchal, SA ("HLF")	Funchal	81,35%	3 132 588	-	6 713 899	(140 174)	9 706 313	7 856 313
Capital Creativo Health Care Investment II, SA ("CCHCI II") (1)	Lisboa	80,00%	40 000	26 100 000	5 414 900	-	31 554 900	29 444 900
			129 687 186	**286 048 422**	**216 953 492**	**(89 473 931)**	**543 215 169**	**541 561 665**
Associadas								
GENOMED - Diagnósticos de Medicina Molecular, SA ("GENOMED")	Lisboa	37,50%	244 825	-	-	-	244 825	244 825
HL - Sociedade Gestora do Edifício, SA ("HL-SGE")	Oeiras	10,00%	14 400	597 397	-	-	611 797	611 797
Outros investimentos financeiros			-	-	-	-	-	100 000
			259 225	**597 397**	**-**	**-**	**856 622**	**956 622**
Total de investimentos financeiros - valor líquido			**129 946 411**	**286 645 819**	**216 953 492**	**(89 473 931)**	**544 071 791**	**542 518 287**

(1) A Luz Saúde detém uma opção de compra dos restantes 20% das ações da Sociedade, tendo exercido a mesma em março de 2021

4.4.2. Movimentos em participações financeiras

	Participações financeiras	Prestações acessórias	Empréstimos	Imparidades	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020	**129 093 411**	**193 495 819**	**284 052 988**	**(64 123 931)**	**542 518 287**
Aquisição de ações					
GLSLH	800 000	-	-	-	**800 000**
HLA	153 000	-	-	-	**153 000**
Transferência para outros ativos financeiros	(100 000)	-	-	-	**(100 000)**
	853 000	**-**	**-**	**-**	**853 000**
Reforço/(reembolso) de prestações acessórias					
USATI	-	100 000 000	-	-	**100 000 000**
HL-CCA	-	1 000 000	-	-	**1 000 000**
HLG	-	(7 850 000)	-	-	**(7 850 000)**
	-	**93 150 000**	**-**	**-**	**93 150 000**
Reforço/(reembolso de empréstimos)					
SGHL	-	-	3 800 000	-	**3 800 000**
HME	-	-	2 300 000	-	**2 300 000**
CCHCI II	-	-	2 110 000	-	**2 110 000**
HLF	-	-	1 850 000	-	**1 850 000**
GLST	-	-	175 504	-	**175 504**
HOSPOR	-	-	100 000	-	**100 000**
GLSLH	-	-	(250 000)	-	**(250 000)**
HLG	-	-	(365 000)	-	**(365 000)**
SURGICARE	-	-	(400 000)	-	**(400 000)**
HLL	-	-	(750 000)	-	**(750 000)**
RML	-	-	(1 045 000)	-	**(1 045 000)**
HL-CCA	-	-	(1 125 000)	-	**(1 125 000)**
USATI	-	-	(73 500 000)	-	**(73 500 000)**
	-	**-**	**(67 099 496)**	**-**	**(67 099 496)**
(Aumentos)/diminuições de imparidades					
GLSLH	-	-	-	(1 100 000)	**(1 100 000)**
HME	-	-	-	(2 350 000)	**(2 350 000)**
HL-CCA	-	-	-	(2 400 000)	**(2 400 000)**
SGHL	-	-	-	(19 500 000)	**(19 500 000)**
	-	**-**	**-**	**(25 350 000)**	**(25 350 000)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**129 946 411**	**286 645 819**	**216 953 492**	**(89 473 931)**	**544 071 791**

Em dezembro de 2020, com o objetivo de reforçar a estrutura financeira da subsidiária USATI, a Empresa aprovou a conversão em prestações acessórias de suprimentos que tinha realizado à referida subsidiária no montante de €100 milhões.

4.4.3. Imparidade em investimentos em subsidiárias e participadas

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas (instrumentos de capital e saldos a receber de carater não corrente), é avaliado anualmente no último trimestre de cada exercício económico, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. O valor recuperável é determinado com base no maior de entre o valor contabilístico dos ativos de acordo com a informação financeira preparada por cada participada e o seu valor em uso.

O valor em uso é calculado com recurso aos fluxos de caixa descontados (DCF), considerando o desempenho histórico do negócio, as condições de mercado, as expectativas futuras de desenvolvimento de cada negócio, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para efeitos dos testes, realizados no último trimestre de 2020 e 2019, a Empresa definiu um conjunto de pressupostos de forma a determinar o valor recuperável dos investimentos efetuados, dos quais se destacam:

Ano	Base de determinação	Período de projeções	Taxa de desconto antes de imposto	Crescimento na perpetuidade
2020	DCF	5 anos	4,68%	1,8%
2019	DCF	5 anos	3,70%	1,8%

Deve ser referido que:

- As projeções dos fluxos de caixa têm como base os exercícios de orçamentação realizados pelas empresas, aprovados pelos seus respetivos Conselhos de Administração, os quais se constituem como o primeiro ano do período de fluxos de caixa em análise;
- A médio e longo prazo as projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nos planos de negócio, sendo prolongadas por uma perpetuidade;
- Os pressupostos utilizados nas projeções dos fluxos de caixa para cada uma das unidades geradoras de caixa, são aqueles relativamente aos quais a quantia recuperável da unidade é mais sensível;
- Os pressupostos chave utilizados são reflexo da experiência passada e de fontes externas de informação; e
- A taxa de crescimento utilizada está de acordo com a taxa média de crescimento a longo prazo para o mercado no qual a unidade opera.

Com base nos testes realizados a Empresa reforçou os seus níveis de imparidade, podendo o detalhe das perdas por imparidade por participada ser apresentada, como consta da tabela abaixo:

	31-dez-20	31-dez-19
SGHL	63 836 827	44 336 827
HME	12 781 930	10 431 930
AMAD	9 365 000	6 965 000
CASAS CARNAXIDE	2 250 000	2 250 000
GLSL	1 100 000	-
SCH	140 174	140 174
Total de imparidade em investimentos financeiros	**89 473 931**	**64 123 931**

4.4.4. Informação financeira resumida sobre as principais participadas

	HAG	HLL	HOSPOR	SGHL
Balanço resumido				
Ativos correntes	20 314 340	47 527 192	29 661 559	31 087 155
Passivos correntes	(18 606 212)	(47 202 418)	(26 607 007)	(28 509 438)
Ativo/(passivo) líquido corrente	**1 708 128**	**324 774**	**3 054 552**	**2 577 717**
Ativos não correntes	31 906 199	133 715 976	141 811 100	12 587 882
Empréstimos de acionistas	-	-	(67 400 000)	(29 900 000)
Passivos não correntes	(2 216 864)	(115 026 712)	(7 323 497)	(6 619 353)
Ativo/(passivo) líquido	**31 397 463**	**19 014 038**	**70 142 155**	**(21 353 754)**
Resultados resumidos				
Volume de negócios	59 400 531	177 137 029	82 358 347	89 034 185
Resultado antes de imposto	7 827 194	5 507 617	(146 996)	(27 796 501)
Imposto sobre o rendimento	704 232	(810 903)	1 259 001	6 924 600
Resultado líquido	**8 531 426**	**4 696 714**	**1 112 005**	**(20 871 901)**
Fluxos de caixa resumidos				
Fluxo de caixa operacional	9 726 733	8 674 587	3 034 205	(4 947 613)
Fluxo de caixa de investimento	(4 192 724)	(536 680)	(2 037 475)	(696 527)
Fluxo de caixa de financiamento	(11 599 114)	(17 591 100)	(6 665 059)	(1 244 269)
Variação de caixa e seus equivalentes	**(6 065 105)**	**(9 453 193)**	**(5 668 329)**	**(6 888 409)**

5. Fundo maneio

5.1. Clientes e outras contas a receber

POLíTICA

As rubricas de clientes e outras contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo método do custo amortizado, que se considera ser similar ao valor nominal, deduzido das perdas por imparidade que lhes estejam associadas. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, é classificado como ativo corrente. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados de acordo com a expectativa de incumprimento ou quando existe evidência objetiva de que a Empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

ESTIMATIVA

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação da Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento, do histórico de crédito do devedor e da deterioração da situação creditícia dos principais devedores. Caso as condições financeiras dos devedores se deteriorem, as perdas de imparidade poderão ser superiores ao esperado.

As rubricas de clientes e outras contas a receber incluem essencialmente os valores a receber das subsidiárias da Empresa relativas à prestação de serviços, ao redébito de serviços suportados pela Empresa e aos juros de empréstimos concedidos, e podem ser apresentadas da seguinte forma:

	31-dez-20	31-dez-19
Clientes	98 404	102 070
Clientes partes relacionadas (nota 5.1.1)	2 775 640	3 561 921
Imparidade de dívidas a receber de clientes (nota 5.1.2)	(67 500)	(77 500)
Total de clientes	**2 806 544**	**3 586 491**
Outros devedores partes relacionadas (nota 5.1.1)	11 321 298	14 364 194
Consolidação fiscal - partes relacionadas (nota 5.1.1)	3 995 303	4 221 022
Estado e outros entes públicos	60 170	637 419
Acréscimos de rendimentos	683 795	332 893
Outros devedores	151 152	355 740
Total de outras contas a receber	**16 211 718**	**19 911 268**
	19 018 262	**23 497 759**

Atendendo à maturidade dos saldos apresentados acima, considera-se que o seu valor contabilístico não tem diferença relevante para o justo valor.

O saldo com estado e outros entes públicos refere-se a IVA a recuperar.

5.1.1. Devedores de partes relacionadas

	31-dez-20				31-dez-19			
		Outras contas a receber				Outras contas a receber		
	Clientes	RETGS	Outros devedores	Total	Clientes	RETGS	Outros devedores	Total
Subsidiárias e associadas								
USATI	972 913	-	6 154 895	7 127 808	565 217	-	6 540 853	7 106 070
HOSPOR	213 324	42 381	2 768 730	3 024 435	444 780	122 323	3 423 712	3 990 815
HLL	58 518	1 233 335	28 307	1 320 160	496 487	2 129 585	91 993	2 718 065
HME	93 148	8 209	544 066	645 423	103 866	9 364	2 188 502	2 301 732
HAG	231 752	-	-	231 752	219 024	1 549 467	-	1 768 491
SURGICARE	97 670	-	803 656	901 326	101 406	-	984 538	1 085 944
ACE	337 207	-	-	337 207	619 284	-	150	619 434
HLF	31 425	2 667	221 118	255 210	41 326	728	420 672	462 726
HL-CCA	24 199	4 175	147 963	176 337	13 487	629	384 404	398 520
SGHL	85 338	39 858	-	125 196	213 663	52 524	36 582	302 769
HLA	99 093	25 302	1 573	125 968	175 118	65 396	31 689	272 203
HLO	11 763	10 472	-	22 235	109 659	157 079	-	266 738
HLG	113 747	13 545	4 633	131 925	176 880	10 861	20 020	207 761
HLC	308 990	-	-	308 990	182 068	-	-	182 068
CCHCI II	5 658	-	143 845	149 503	6 519	-	101 911	108 430
GLSLH	12 232	8 130	99 320	119 682	9 945	-	73 074	83 019
GLST	47 073	2 585 412	347 593	2 980 078	19 939	52 886	7 594	80 419
CASAS CARNAXIDE	5 086	1 591	20 351	27 028	9 171	40 741	27 150	77 062
RML	4 797	-	35 248	40 045	6 396	-	31 350	37 746
VLUSITANO	8 098	-	-	8 098	15 280	15 054	-	30 334
CASAS	5 337	11 311	-	16 648	11 853	14 385	-	26 238
HRM	3 475	8 915	-	12 390	14 772	-	-	14 772
CRB	4 797	-	-	4 797	5 781	-	-	5 781
	2 775 640	**3 995 303**	**11 321 298**	**18 092 241**	**3 561 921**	**4 221 022**	**14 364 194**	**22 147 137**

A coluna RETGS inclui os saldos relativos à consolidação fiscal, nomeadamente o imposto sobre rendimento (IRC) a pagar pelas subsidiárias da Empresa com lucro fiscal no exercício de 2020, que integram o grupo fiscal liderado pela Luz Saúde.

5.1.2. Imparidade de dívidas a receber

	31-dez-20	31-dez-19
Imparidade de contas a receber a 1 de janeiro	**77 500**	**77 500**
Efeito em resultados		
Reversão	(10 000)	-
Imparidade de contas a receber a 31 de dezembro	**67 500**	**77 500**

5.2. Fornecedores e outras contas a pagar

POLíTICA

As rubricas de fornecedores e outras contas a pagar evidenciam as responsabilidades respeitantes à aquisição de serviços, pela Empresa no decurso normal das suas atividades. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente, caso contrário são classificadas como passivo não corrente. Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar, são inicialmente mensuradas pelo seu justo valor e subsequente mensuradas ao custo amortizado usando o método da taxa juro efetiva, que em virtude dos prazos curtos de pagamento das mesmas são idênticos ao seu valor nominal, i.e., ao custo. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando os passivos são desreconhecidos, bem como através do processo de amortização pela taxa de juro efetiva.

	31-dez-20	31-dez-19
Fornecedores - corrente	2 815 063	3 534 341
Fornecedores - partes relacionadas (nota 19)	-	5 100
Total de fornecedores	**2 815 063**	**3 539 441**
Estado e outros entes públicos	63 953	64 754
Remunerações a liquidar	1 479 309	1 801 583
Acréscimos de gastos	1 072 593	867 177
Outros credores	5 132	10 582
Consolidação fiscal - partes relacionadas	4 698 739	4 295 958
Outros credores - partes relacionadas (nota 19)	-	80 135
Total de outras contas a pagar	**7 319 726**	**7 120 189**
	10 134 789	**10 659 630**

Atendendo à maturidade dos saldos apresentados acima, considera-se que o seu valor contabilístico não tem diferença relevante para o justo valor.

A rubrica de remunerações a liquidar inclui as responsabilidades com férias e subsídio de férias e remuneração variável dos elementos executivos do Conselho de Administração e colaboradores.

Acréscimos de gastos referem-se essencialmente a responsabilidades assumidas com a contratação de serviços inerentes à atividade da Empresa.

A rubrica de consolidação fiscal – partes relacionadas diz respeito ao prejuízo fiscal de IRC gerado no ano de 2020, pelas subsidiárias da Empresa que integram o grupo fiscal liderado pela Luz Saúde. O valor desta rubrica inclui apenas o valor de prejuízos gerados no ano, que o grupo fiscal conseguirá recuperar com a entrega do modelo 22 relativo ao exercício de 2020, atendendo a que o grupo fiscal não tinha prejuízos de exercícios anteriores.

5.3. Outros ativos correntes e não correntes

	31-dez-20	31-dez-19
Gastos diferidos	728 051	1 603 679
Adiantamentos a fornecedores	232 102	187 597
	960 153	**1 791 276**
Dos quais:		
Correntes	442 103	-
Não correntes	518 050	1 791 276

6. Financiamento das operações

6.1. Gestão do capital

A Empresa gere a dívida corporativa do Grupo, tendo as principais unidades de negócio uma gestão de tesouraria operacional autónoma. Os objetivos da Empresa em relação à gestão de capital são:

- salvaguardar a capacidade da Empresa de continuar em atividade e assim proporcionar retornos para os acionistas e benefícios para os restantes *stakeholders*;
- manter uma estrutura de capital sólida para apoiar o desenvolvimento da atividade do Grupo; e
- manter uma estrutura de capital ótima que lhe permita reduzir o custo do capital.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Empresa pode ajustar o montante de dividendos a pagar aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir a dívida. Os rácios de capital são usualmente aferidos com base nas contas consolidadas da Empresa.

6.2. Capital

O capital social da Luz Saúde é composto por 95.542.254 ações ordinárias escriturais com valor nominal de um euro (31 dezembro 2019: 95.542.254 ações).

6.2.1. Prémios de emissão

Os prémios de emissão resultam dos aumentos de capital realizados pela sociedade em 2004, 2005 e 2006, no montante de €12 500 milhares, €7 500 milhares e €61 600 milhares, respetivamente. Durante o exercício de 2011, por decisão da Assembleia Geral de Acionistas, foram parcialmente utilizados €33 870 082, para cobertura de prejuízos transitados, ficando um saldo remanescente de €47 729 918.

No aumento de capital ocorrido em fevereiro de 2014, foram contabilizados €15 492 959 de prémios de emissão aos quais foram deduzidos €1 427 084 relativos aos gastos com a operação de aumento de capital. Desta forma, esta rubrica apresenta um saldo total de €61 795 793.

6.2.2. Reservas e resultados acumulados

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o saldo das reservas e resultados acumulados (incluindo o rendimento integral do exercício findo) pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-dez-20	31-dez-19
Reservas não distribuíveis		
Reserva legal	5 520 044	4 244 034
Outras reservas	103 107 910	78 863 720
Resultados acumulados	(3 090 229)	(2 761 158)
Rendimento integral do exercício	593 702	25 191 129
	106 131 427	**105 537 725**

6.2.3. Reservas não distribuíveis

As reservas não distribuíveis, incluem a reserva legal constituída anualmente com base no resultado líquido de cada exercício.

6.2.4. Outras reservas

As outras reservas, são relativas a reservas livres constituídas pela aplicação dos resultados da Empresa de exercícios anteriores, passíveis de serem distribuídas aos Acionistas. A distribuição das reservas livres está condicionada pelo saldo devedor da rubrica de resultados acumulados em 31 de dezembro de 2020.

6.2.5. Aplicação de resultados

Conforme proposta apresentada e aprovada em Assembleia Geral realizada em 25 de maio de 2020, os resultados da Luz Saúde, relativos ao exercício de 2019, tiveram a seguinte aplicação:

	Exercício 2019	Exercício 2018
Reforço da reserva legal	1 276 010	1 131 626
Reservas livres	24 244 190	21 500 880
Total do resultado individual aplicado	**25 520 200**	**22 632 506**

6.2.6 Resultados acumulados

A rubrica de resultados acumulados inclui entre outros o efeito da eficácia dos instrumentos financeiros derivados e os diferenciais gerados em exercícios anteriores com as operações de compra e venda de ações próprias realizadas, no âmbito do plano de remuneração em ações.

6.3. Caixa e seus equivalentes

POLíTICA

Os montantes incluídos na rubrica caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outros, vencíveis em ou a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis e com risco insignificante de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados como empréstimos correntes no passivo.

	31-dez-20	31-dez-19
Caixa	500	500
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1 339 454	11 335 038
	1 339 954	**11 335 538**

Atendendo à maturidade dos saldos apresentados acima, considera-se que o seu valor contabilístico não tem diferença relevante para o justo valor.

Para efeitos de preparação da demonstração de fluxos de caixa, o caixa e seus equivalentes decompõe-se da seguinte forma:

	31-dez-20	31-dez-19
Caixa e seus equivalentes conforme apresentado acima	1 339 954	11 335 538
Descobertos bancários	(4 607 886)	-
Saldo final na demonstração de fluxos de caixa	**(3 267 932)**	**11 335 538**

6.4. Passivos remunerados

POLíTICA

Os passivos remunerados incluem essencialmente as linhas de crédito da Empresa, seja na modalidade de empréstimos bancários, empréstimos obrigacionistas ou de programas de papel comercial. Estes passivos são registados ao justo valor e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado calculado segundo o método da taxa de juro efetiva. São expressos no passivo corrente ou não corrente consoante o prazo de vencimento. Ou seja, se o vencimento da dívida ocorrer a menos de um ano teremos um passivo corrente, caso seja a mais de um ano teremos um passivo não corrente. O seu desreconhecimento ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, nomeadamente no momento da liquidação. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e, contabilizados em resultados, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

	31-dez-20	31-dez-19
Passivos remunerados		
Não corrente		
Empréstimos e descobertos bancários		
Papel comercial	195 950 000	170 393 969
Empréstimos bancários	31 807 268	33 998 005
Empréstimos obrigacionistas	15 000 000	-
	242 757 268	**204 391 974**
Corrente		
Empréstimos e descobertos bancários		
Papel comercial	46 942 089	99 989 022
Empréstimos bancários	11 090 954	9 831 995
Descobertos bancários	4 607 886	-
	62 640 929	**109 821 017**
Passivos remunerados	**305 398 197**	**314 212 991**

Em 31 de dezembro de 2020 a Empresa dispõe de linhas de crédito não utilizadas num montante de €47,9 milhões das quais €22,9 milhões na modalidade de descoberto bancário.

6.4.1. Papel comercial

ESTIMATIVA

São classificadas no passivo corrente as emissões de papel comercial cujos programas apesar de terem uma duração superior a 12 meses, não incluam garantia de subscrição por parte dos bancos, embora seja expectável que os bancos organizadores e colocadores conseguirão obter os fundos necessários junto dos seus canais de distribuição, ou sempre que os referidos programas tenham clausulas de denuncia que permitam a resolução dos programas pelos bancos num prazo até 12 meses após a data do balanço. Estão classificados como não correntes os programas de papel comercial com maturidade superior a 12 meses após a data de relato, sempre que a Empresa tenha a capacidade de renovar unilateralmente as emissões atuais até à maturidade dos programas e os mesmos têm subscrição garantida pelo organizador.

As principais linhas de financiamento de papel comercial que a Empresa dispõe são as seguintes:

Data de início	Data de fim	Tomada garantida	Montante do programa	Valor utilizado em 31-dez-20	Valor utilizado em 31-dez-19
14/10/2015	22/12/2027	Sim	23 000 000	23 000 000	18 000 000
04/08/2017	11/09/2027	Sim	25 000 000	5 000 000	20 850 000
05/06/2019	05/06/2025	Sim	30 000 000	30 000 000	30 000 000
10/02/2011	26/04/2025	Sim	107 200 000	107 200 000	128 600 000
05/05/2020	05/05/2025	Sim	15 000 000	10 000 000	5 000 000
18/05/2016	31/03/2023	Sim	45 000 000	45 000 000	35 000 000
17/03/2017	17/03/2022	Não	20 000 000	5 000 000	17 950 000
10/08/2018	10/02/2022	Sim	10 500 000	10 500 000	10 500 000
06/10/2018	06/10/2021	Não	15 000 000	7 700 000	-
22/12/2017	23/12/2020	Sim	5 000 000	-	5 000 000
				243 400 000	**270 900 000**
			Juros e outros encargos, líquidos	(507 911)	(517 009)
				242 892 089	**270 382 991**

Os programas de papel comercial com vencimento em 2025 (nos montantes de €107,2 milhões e €30 milhões) e em 2027 têm garantias reais dada pelas hipotecas dos edifícios do Hospital da Luz em Lisboa, Hospital da Luz Arrábida, Casas de Carnaxide, Hospital da Luz - Clínica da Amadora, Hospital da Luz na Póvoa do Varzim e Hospital da Luz em Setúbal.

Do valor utilizado em dezembro de 2020, o montante de €7,7 milhões, diz respeito a saldos com entidades relacionadas: Hospital da Luz Arrábida (€3 milhões), Casas da Cidade (€0,5 milhões), CRB (€2,6 milhões) e Luz Saúde Serviços ACE (€1,6 milhões).

6.4.2. Empréstimos bancários

Data de inicio	Data de fim		Valor utilizado em 31-dez-20	Valor utilizado em 31-dez-19
31/10/2017	31/10/2026		8 331 739	8 331 739
21/11/2019	21/11/2025		10 000 000	10 000 000
23/11/2018	23/11/2024		8 919 725	8 919 725
22/04/2019	22/10/2023		10 000 000	10 000 000
09/10/2017	09/04/2023		5 661 748	6 761 936
			42 913 212	**44 013 400**
		Juros corridos	(14 990)	(183 400)
			42 898 222	**43 830 000**

A linha de financiamento com vencimento em 2026 tem como garantia real a hipoteca do edifício do Hospital da Luz Oeiras.

6.4.3. Empréstimo obrigacionista

Data de inicio	Data de fim	Valor utilizado em 31-dez-20	Valor utilizado em 31-dez-19
18/12/2020	18/12/2027	15 000 000	-
		15 000 000	**-**

A 15 de dezembro de 2020, a Empresa emitiu um empréstimo obrigacionista no valor de € 30 milhões, representado por 300 obrigações escriturais nominativas de valor unitário de € 100 milhares, denominado "Luz Sáude 2020-2027", a repartir em duas séries de €15 milhões cada. A 1ª série foi subscrita em 18 de dezembro de 2020 e a 2º série foi subscrita em 31 março de 2021.

6.4.4. Maturidade das linhas de financiamento

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as linhas de financiamento de papel comercial, empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários apresentavam os seguintes detalhes com base na data de vencimento contratada:

	31-dez-20				31-dez-19		
	Papel comercial	Empréstimos bancários	Empréstimos obrigacionistas	Descobertos bancários	Papel comercial	Empréstimos bancários	Empréstimos obrigacionistas
Até 12 meses	46 942 089	11 090 954	-	4 607 886	99 989 022	9 831 995	-
12-24 meses	51 600 000	11 195 054	-	-	42 793 969	11 456 139	-
24-36 meses	83 100 000	10 115 985	-	-	38 250 000	11 500 201	-
36-48 meses	28 100 000	5 668 351	-	-	32 300 000	6 291 665	-
Mais de 48 meses	33 150 000	4 827 878	15 000 000	-	57 050 000	4 750 000	-
	242 892 089	**42 898 222**	**15 000 000**	**4 607 886**	**270 382 991**	**43 830 000**	**-**

6.4.5. Garantias

A maioria das linhas de financiamento supra mencionadas contém restrições/*covenants* financeiros que são comuns nos contratos de financiamento. As restrições não financeiras típicas incluídas são:

- disposições de *negative pledge*, relativamente às linhas de maior valor e maturidade;
- restrições à utilização dos recursos de capital, aquisições e disposição dos ativos;
- obrigações de *pari passu*;
- situações de incumprimento de responsabilidades, que incluem cláusulas de incumprimento cruzado relativamente às sociedades que estão sob controlo ou numa relação de grupo com a respetiva mutuária;
- condições de mudança de controlo societário (*change of control provisions*) que obrigam a que o acionista controlador (Grupo Fosun) mantenha uma posição de controlo, direto ou indireto, na Sociedade; e
- obrigações de cumprimento de rácios de dívida e capital próprio.

Em termos de garantias reais, as linhas de papel comercial e de empréstimos bancários apresentadas encontram-se garantidas por hipotecas sobre alguns dos imóveis do Grupo. Os valores das garantias são usualmente superiores aos montantes das linhas contratadas.

6.4.6. *Covenants* financeiros

Em termos de *covenants* financeiros a Empresa está obrigado a cumprir rácios financeiros, calculados com base nas suas contas consolidadas, dispostos nos contratos de financiamento em vigor nesta data, nomeadamente:

- divida remunerada liquida / EBITDA
- autonomia financeira

6.5. Locações

POLíTICA

Até 31 de dezembro de 2018 a Empresa classificou as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. Eram classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação eram classificadas como locações operacionais.

A partir de 1 de janeiro de 2019, os contratos de locação passaram a ser reconhecidas no ativo (com a designação de ativo sob direito de uso) e no passivo desde a data em que o ativo subjacente passou a estar disponível para uso da Empresa. Os ativos e passivos decorrentes de um contrato de locação são mensurados inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de locação:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância), deduzidos de incentivos à locação;
- pagamentos variáveis, com base num índice ou taxa;
- pagamentos esperados relativamente a garantias de valor residual;
- valor de exercício de uma opção de compra, quando a Empresa tiver razoável certeza de exercício dessa opção;
- pagamentos de penalidades da rescisão de contratos, sempre e quando seja a Empresa a exercer essa opção; e
- pagamentos a serem efetuados ao abrigo de opções de prorrogação do contrato quando a Empresa tiver razoável certeza de exercício dessa opção.

Os pagamentos de locação são descontados utilizando a taxa de juro implícita na locação. Se essa taxa não puder ser facilmente determinada, é usada a taxa incremental de financiamento da Empresa, sendo esta, a taxa que o locatário teria que pagar pela obtenção dos fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante ao ativo sob direito de uso por um prazo semelhante, num ambiente económico semelhante, e com garantias semelhantes.

Para determinar a taxa incremental de financiamento, a Empresa utiliza as condições de financiamento recentes obtidas junto de terceiros, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento foi obtido, para os contratos com duração até 7 anos.

A Empresa está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de locação variáveis com base num índice ou taxa, e que não são incluídos no valor do passivo de locação até que entrem em vigor. Os ajustamentos aos pagamentos de locação com base num índice ou taxa, implicam uma reavaliação do passivo de locação por contrapartida do incremento do ativo sob direitos de uso.

Os pagamentos de locação são separados entre a liquidação do valor de aquisição e a sua componente financeira, em que o custo financeiro é registado na demonstração dos resultados durante o período da locação, de modo a produzir uma taxa de juro efetiva..

Os passivos por locação têm as seguintes maturidades:

	31-dez-20	31-dez-19
Inferior a um ano	275 694	317 676
Entre um a cinco anos	722 538	119 443
Mais de 5 anos	-	-
	998 232	**437 119**

7. Outros

7.1. Outros ativos financeiros

POLíTICA

Esta nota inclui os instrumentos de capital próprio detidos pela Empresa relativos a empresas sobre as quais não exerce controlo ou influência significativa. Os outros ativos financeiros são mensurados ao justo valor através dos resultados quando a Empresa os detém sem um propósito estratégico de longo prazo.

	31-dez-20	31-dez-19
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
CAPITAL CRIATIVO IV	1 939 238	2 000 000
IBERIS BLUETECH FUND, FCR	938 817	999 810
Outros ativos financeiros	311 091	8 742
	3 189 146	**3 008 552**

Os outros ativos financeiros inclui a participação na sociedade Uphill, SA e as unidades de participação no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

7.2. Provisões

POLíTICA

São reconhecidas provisões quando a Empresa (i) tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. Quando um destes requisitos não é preenchido, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

ESTIMATIVA

A Empresa exerce julgamento considerável no reconhecimento e mensuração das provisões. O julgamento é imprescindível para aferir a probabilidade que determinado processo em contencioso tem de ser bem sucedido. As provisões são constituídas quando a Empresa espera, relativamente aos processos em curso, que a perda seja provável, seja plausível uma saída de fundos e, por sua vez, possa ser razoavelmente estimada. Em virtude das incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser distintas das perdas estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que surge nova informação sobre o processo. Revisões às estimativas destas perdas poderão afetar os resultados futuros.

A rubrica de provisões não registou qualquer movimento no exercício de 2019 e durante o exercício de 2020, apresentou o seguinte movimento:

	Riscos e encargos
Provisões	
Em 1 de janeiro de 2019	767 663
Em 31 de dezembro de 2019	**767 663**
Em 1 de janeiro de 2020	767 663
Efeito em resultados	
Reversões	(750 000)
	(750 000)
Em 31 de dezembro de 2020	**17 663**

A reversão de provisões registada em 2020, refere-se ao término do período de materialização de uma responsabilidade relativa a um conjunto de operações realizadas em exercícios anteriores.

C. Gestão de risco financeiro

8. Riscos financeiros

A Luz Saúde tem como principal atividade o desenvolvimento e participação em negócios na área da Saúde, encontra-se largamente dependente da estrutura financeira das suas participadas e da capacidade de estas gerarem fluxos de caixa suficientes para realizarem distribuição de dividendos, pagamento de juros, reembolso de empréstimos realizados pela Empresa e liquidação dos serviços prestados pela Luz Saúde.

A Empresa apresenta uma exposição aos seguintes tipos de riscos como resultado da utilização de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Esta nota apresenta a informação relativa à exposição da Empresa a cada um dos riscos anteriormente referidos, bem como os seus objetivos, procedimentos e práticas para a mensuração e gestão desses riscos. Ao longo das presentes demonstrações financeiras, são apresentadas mais divulgações de cariz quantitativo.

Os riscos identificados são revistos regularmente para se manterem aderentes à realidade das condições dos mercados e às atividades da Empresa.

8.1. Risco de crédito

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento de um devedor relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com a Empresa no âmbito da sua atividade.

A exposição da Empresa ao risco de crédito prende-se essencialmente com os saldos a receber das suas participadas decorrentes da atividade operacional e de investimento da Empresa, assim como dos fundos monetários geridos no âmbito da atividade de tesouraria da Empresa.

A seguinte tabela apresenta a exposição máxima da Empresa ao risco de crédito:

	31-dez-20	31-dez-19
Clientes e acréscimo de rendimentos	714 699	357 463
Clientes e acréscimo de rendimentos - partes relacionadas	2 775 640	3 561 921
Investimentos financeiros – empréstimos a participadas	178 662 213	257 188 319
Outros devedores	151 152	355 740
Outros devedores - Partes relacionadas	15 316 601	18 585 216
	197 620 305	**280 048 659**
Depósitos bancários e equivalentes de caixa	1 339 454	11 335 038
	198 959 759	**291 383 697**

8.1.1. Contas a receber

Em termos de monitorização do risco de crédito decorrente da atividade operacional e de investimento, o risco de crédito encontra-se centrado nas operações realizadas com as entidades participadas da Empresa, pois estas entidades representam cerca de 99,9% do total de contas a receber.

O acompanhamento da atividade das participadas por parte da gestão da Empresa, permite realizar um acompanhamento detalhado deste risco.

8.1.2. Depósitos bancários

A repartição do saldo de depósitos bancários, de acordo com a notação de risco das instituições financeiras onde os ativos se encontravam depositados pode ser apresentado da seguinte forma (tendo como base a notação de risco da Moody's observável no mercado em 31 de dezembro de 2020:

	31-dez-20	31-dez-19
Notação de risco		
A2	291 953	271 865
Baa1	238 604	521 584
Ba1	382 167	3 937 000
Ba2	-	5 400 854
Caa1	277 345	1 117 883
Outros	149 385	85 852
	1 339 454	**11 335 038**

Como princípio orientador a Empresa tenta manter um alinhamento entre as entidades financeiras onde deposita as suas disponibilidades, e as entidades financeiras onde dispõe de linhas de financiamento utilizadas, de forma a criar uma cobertura natural para um potencial evento de crédito que possa ocorrer ao nível da entidade onde os fundos se encontram depositados.

8.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos do Empresa, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. Esta gestão tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar as ruturas pontuais de tesouraria e acionar os mecanismos tendentes à sua cobertura.

Para financiar a sua atividade, a Empresa mantém as linhas de crédito apresentadas na nota B6.4.

A liquidez dos passivos financeiros originará os seguintes fluxos monetários não descontados, excluindo juros, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do balanço:

	31-dez-20				31-dez-19
	Empréstimos Bancários	Papel Comercial	Outros Passivos (*)	Total	Total
Menos de 12 meses	11 090 954	46 942 089	14 742 675	72 775 718	120 480 647
12 a 24 meses	11 195 054	51 600 000	-	62 795 054	54 250 108
24 a 36 meses	10 115 985	83 100 000	-	93 215 985	49 750 201
36 a 48 meses	5 668 351	28 100 000	-	33 768 351	38 591 665
48 a 60 meses	3 452 878	8 350 000	-	11 802 878	35 625 000
Mais de 60 meses	1 375 000	24 800 000	15 000 000	41 175 000	26 175 000
	42 898 222	**242 892 089**	**29 742 675**	**315 532 986**	**324 872 621**

(*) Exclui os passivos não financeiros e os adiantamentos de clientes

8.3. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços dos mercados, como sejam câmbios de moedas estrangeiras, taxas de juro ou a evolução das bolsas de valores possam afetar os resultados da Empresa e a sua posição financeira. Dado que a Empresa não se encontra exposta a riscos cambiais ou de mercados de valores mobiliários, o objetivo das suas políticas de gestão de riscos de mercado passam essencialmente pela monitorização da evolução das taxas de juro que influenciam os passivos financeiros remunerados, contratados com base em taxas de juro indexadas à evolução dos mercados.

A maior parte das linhas de financiamento contratadas pela Empresa são remuneradas com base em taxas variáveis dadas pelo índice de referência acrescido de um *spread*.

Em exercícios anteriores e de forma a equilibrar a exposição à variação das taxas de juro a Empresa contratou instrumentos de cobertura de risco de fluxo de caixa, com o objetivo fixar as taxas de juro de algumas das linhas de financiamento de que dispõe.

Atendendo ao nível de divida financeira de que a Empresa dispõe em 31 de dezembro de 2020 e considerando o nível de eficácia que se prevê que estes instrumentos possam vir a ter (tendo em conta o atual nível das taxas de juro) a Empresa tem cerca de 44% da sua dívida financeira exposta a taxa de juro fixa (2019: 47%).

Encontra-se em curso uma reforma global dos principais *benchmark* de taxas de juro que prevêem a substituição de alguns benchmarks, entre os quais a Euribor, por taxas alternativas *risk-free*. A Empresa apresenta exposições às variações da Euribor nos seus instrumentos financeiros que serão impactadas por esta reforma global. Existe atualmente incerteza sobre os *timings* e métodos associados à transição dos *benchmarks* de taxas de juro. A Empresa, à data, não espera um impacto significativo nas suas políticas de gestão de risco e sobre os efeitos da contabilidade de cobertura.

A Empresa irá avaliar e analisar os impactos potenciais concretos da potencial alteração da Euribor aquando da concretização dos *timings* e dos respetivos métodos de alteração e, em particular, nas relações de cobertura de risco de taxa de juro designadas.

9. Instrumentos financeiros por categoria

	31-dez-20	31-dez-19
Ativos financeiros		
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Empréstimos a subsidiárias e associadas	216 953 492	284 052 988
Clientes e outras contas a receber	19 018 262	23 497 759
Caixa e seus equivalentes	1 339 954	11 335 538
Ativos financeiros ao justo valor por resultados		
Outros ativos financeiros	3 189 146	3 008 552
	240 500 854	**321 894 837**
Passivos financeiros		
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Fornecedores	2 815 063	3 539 441
Outras contas a pagar	7 319 726	7 120 189
Empréstimos e descobertos bancários	305 398 197	314 212 991
Passivos por locação	998 232	437 119
Instrumentos financeiros derivados de cobertura		
Utilizados para cobertura	3 305 152	3 771 157
	319 836 370	**329 080 897**

A hierarquia para efeitos de determinação do justo valor deverá ter os seguintes níveis e bases de mensuração:

- Nível 1 – cotações de mercados líquidos ativos e aos quais a Empresa tem acesso à data de referência do balanço;
- Nível 2 – modelos de avaliação geralmente aceites baseados em inputs observáveis no mercado;
- Nível 3 – modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

Os únicos instrumentos financeiros da Empresa mantidos ao justo valor são divulgados nas notas B7.1 e 10, tendo o justo valor dos instrumentos divulgados na nota 10 sido determinado por entidades bancárias, tendo por base inputs observáveis no mercado e utilizados nos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites (nível 2).

10. Instrumentos financeiros derivados

POLíTICA

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua contratação pelo seu justo valor que se presume ser igual ao seu custo de aquisição na data de contratação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é remensurado em cada data de relato, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa remensuração registados diretamente na demonstração dos resultados, exceto no que respeita aos efeitos relativos aos derivados de cobertura de fluxos de caixa.

A Empresa utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro resultante da sua atividade de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura no âmbito de aplicação da IAS 39 são registados como de negociação. Os derivados de cobertura de fluxos de caixa são registados ao seu justo valor e na medida em que sejam eficazes as variações de justo valor são reconhecidas por contrapartida de reservas no capital próprio. As variações de justo valor que não são consideradas como sendo de cobertura, em virtude de serem consideradas ineficientes na totalidade ou parcialmente, são de imediato reconhecidas na demonstração dos resultados. Os valores acumulados em reservas são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

Na avaliação da existência de uma relação económica entre os instrumentos cobertos e os instrumentos de cobertura, a Empresa assume que o *benchmark* de taxa de juro (Euribor) não será alterado na sequência da reforma dos *benchmarks* de taxa de juro conforme permitido pelas alterações à IAS 39, IFRS 7 e IFRS 9 relativas à reforma dos *benchmarks* de taxa juro.

A política acima disposta é aplicável à totalidade das relações de cobertura designadas a 31 de dezembro de 2020.

A Empresa irá cessar a aplicação da disposição acima quando:

(i) a incerteza relativa à reforma dos *benchmarks* de taxa de juro no que concerne à Euribor cessar; ou

(ii) a respetiva relação de cobertura for descontinuada.

A Empresa recorre à utilização de instrumentos financeiros derivados para cobrir riscos de taxa de juro que afetam o valor dos fluxos de caixa futuros esperados. O risco coberto é o indexante da taxa variável aos quais se encontram associados os contratos de financiamento da Empresa.

O justo valor dos derivados financeiros contabilizados foi determinado por entidades bancárias tendo por base inputs observáveis no mercado e utilizados nos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites (Nível 2), podendo ser apresentado da seguinte forma:

	31-dez-20	31-dez-19
Swap de taxa de juro - cobertura de fluxo de caixa	3 305 152	3 771 157
Swap de taxa de juro – negociação	-	-
Total	**3 305 152**	**3 771 157**
Parte não corrente		
Swap de taxa de juro - cobertura de fluxo de caixa	(3 305 152)	(3 771 157)
Swap de taxa de juro – negociação	-	-
Parte corrente	**-**	**-**

O detalhe do justo valor por contrato ativo pode ser apresentado da seguinte forma:

Instrumento coberto	Nocional	Início	Vencimento	Justo valor
Papel comercial	107 200 000	26/10/2016	28/04/2025	3 305 152
				3 305 152

Em dezembro de 2020, a Empresa procedeu à liquidação do contrato de *swap* de taxa de juro com maturidade em 30 de setembro de 2022.

Os derivados de negociação são classificados no ativo ou passivo corrente de acordo com o seu justo valor na data de relato.

O justo valor do derivado de cobertura é classificado no ativo ou passivo não corrente, quando a maturidade da operação alvo de cobertura é superior a 12 meses, e como ativo ou passivo corrente quando a maturidade da operação alvo de cobertura for inferior a 12 meses.

O nocional do contrato de *swap* de taxa de juro em aberto a 31 de dezembro de 2020 ascende a €107,2 milhões (2019: €146,6 milhões), sendo estes considerados na totalidade como de cobertura de fluxo de caixa. Estes contratos originaram o reconhecimento de uma variação do justo valor nos capitais próprios do Grupo no exercício de 2020 decorrente da parte considerada como eficiente para efeitos de cobertura de aproximadamente €745 milhares positivos (2019: €416 milhares, negativo), tendo sido reconhecidos na demonstração dos resultados o montante de €368 milhares der efeito decorrente da variação de justo valor em virtude dos contratos serem considerados como eficientes, relativos à parte considerada como de negociação ou ineficiente em termos de cobertura, e cerca de €1 324 milhares relativos a juros corridos (2019: €1 449 milhares). Na demonstração de rendimento integral, estes valores são apresentados líquidos do efeito de imposto.

D. Performance no exercício de 2020

11. Rédito dos serviços prestados

POLíTICA

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para a Empresa e que possam ser estimados com fiabilidade, sendo registados com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, com base na atividade produzida no período, valorizada de acordo com os acordo em vigor, independentemente do momento da sua efetiva faturação.

O montante do rédito por serviços prestados resulta na sua totalidade de serviços de apoio à gestão prestados às empresas participadas direta e indiretamente pela Luz Saúde, nas áreas de *marketing*, financeira, fiscal, legal, negociação, sistemas e informação e de desenvolvimento de negócio e estratégia, de acordo com os seguintes segmentos de negócio operados pelo Grupo:

	31-dez-20	31-dez-19
Rédito dos serviços prestados a entidades relacionadas		
Segmento privado	2 473 139	2 151 774
Segmento centro corporativo	231 861	235 386
Segmento público	70 595	128 005
Segmento outros	3 267 598	84 581
	6 043 193	**2 599 746**
Rédito com base no momento de prestação do serviço		
Num momento específico do tempo	-	-
Ao longo do tempo	6 043 193	2 599 746
	6 043 193	**2 599 746**

O aumento verificado no rédito do segmento outros resulta da intervenção e apoio da Empresa na operação desenvolvida pela sua subsidiária GLST durante o exercício de 2020.

12. Materiais e serviços consumidos

	31-dez-20	31-dez-19
Trabalhos especializados	945 106	1 257 840
Publicidade	689 882	49 538
Honorários	180 359	168 465
Seguros	166 664	145 488
Materiais	103 871	6 519
Deslocações e estadas	72 316	124 668
Despesas de representação	67 183	93 213
Rendas e alugueres	42 360	23 376
Conservação e reparação	41 980	77 392
Outros materiais e serviços consumidos	228 548	266 411
	2 538 269	**2 212 910**

O aumento da rubrica de publicidade, resulta de durante o ano de 2020, a Luz Saúde ter desenvolvido uma campanha publicitária para divulgação das marcas propriedade da Empresa, Luz Saúde e Hospital da Luz.

13. Gastos com o pessoal

POLíTICA

As responsabilidades com pagamentos ao pessoal são reconhecidas em resultados no período em que os colaboradores adquirem o referido direito, independentemente da data do seu pagamento. A responsabilidade assumida é reconhecida no passivo na rubrica de outras contas a pagar, nomeadamente:

- férias e subsídio de férias: de acordo com a legislação vigente em Portugal, os colaboradores têm direito a um mês de férias e um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento;
- remuneração variável: pelo sistema de avaliação de desempenho em funcionamento, os elementos que integram a Comissão Executiva e os colaboradores podem vir a receber uma gratificação no caso de cumprirem determinados objetivos, direito esse usualmente adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

ESTIMATIVA

A Empresa reconhece mensalmente uma estimativa para remunerações variáveis que tem em consideração os objetivos acordados com os colaboradores e elementos executivos do Conselho de Administração, o antigimento desses objetivos e a situação geral da sua atividade. A estimativa do custo corrente do exercício registado na rubrica de outras contas a pagar, é preparada com base na melhor estimativa face ao desempenho do exercício em curso, sendo o valor final apenas conhecido no exercício seguinte.

Os gastos com pessoal podem ser apresentados da seguinte forma:

	31-dez-20	31-dez-19
Remunerações dos órgãos sociais	875 432	1 738 874
Remunerações do pessoal	407 530	359 617
Encargos sobre remunerações	296 354	288 958
Outros gastos com o pessoal	25 980	19 404
	1 605 296	**2 406 853**

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa no exercício de 2020 foi de 10 (2019: 10).

A diminuição da rubrica de remunerações dos órgãos sociais deve-se essencialmente à redução da responsabilidade com a remuneração variável ocorrida no exercício de 2020, fruto da performance financeira da Empresa e do Grupo.

Os honorários do Revisor Oficial de Contas encontram-se registados na demonstração dos resultados na rubrica de materiais de serviços consumidos, na nota 12 e podem ser apresentados da seguinte forma:

	31-dez-20	31-dez-19
Serviços de auditoria	97 028	60 500
	97 028	**60 500**

14. Outros rendimentos e ganhos financeiros

POLíTICA

A Empresa classifica como rendimentos e ganhos financeiros os dividendos recebidos, juros e os descontos financeiros obtidos de terceiros, sendo reconhecidos no exercício a que dizem respeito.

Os rendimentos e ganhos financeiros são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito. Os dividendos são reconhecidos no momento em que for estabelecido o direito a receber.

	31-dez-20	31-dez-19
Dividendos	21 962 438	21 544 000
Juros obtidos de empréstimos a participadas	11 305 703	12 446 550
Outros juros	82 167	59 150
	33 350 308	**34 049 700**

O montante dos dividendos obtidos tem o seguinte detalhe:

	31-dez-20	31-dez-19
HLL	12 889 599	11 850 000
HAG	8 700 064	8 700 000
HLO	-	994 000
GLST	372 775	-
	21 962 438	**21 544 000**

O montante de juros obtidos de empréstimos a participadas pode ser detalhado da seguinte forma:

	31-dez-20	31-dez-19
USATI	6 154 895	6 540 854
HOSPOR	2 768 730	3 423 712
SURGICARE	803 656	984 538
HME	528 471	687 164
GLST	347 593	7 594
HLF	221 118	233 299
HL-CCA	147 963	192 202
CCHCI II	143 845	101 911
GLSLE	99 320	73 074
RML	35 248	31 350
HLL	28 307	91 993
CASAS CARNAXIDE	20 351	27 150
HLG	4 633	20 020
HLA	1 573	31 689
	11 305 703	**12 446 550**

15. Juros e outros gastos e perdas financeiras

POLíTICA

Gastos financeiros incluem os juros suportados e outros gastos bancários e são igualmente reconhecidas no exercício a que dizem respeito, utilizando o método do custo amortizado, desta forma os gastos iniciais de montagem, comissões e imposto do selo suportados com os empréstimos de médio e longo prazo são diferidos pelo prazo previsto dos empréstimos e reconhecidos em função dos respetivos juros. Os gastos financeiros são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

	31-dez-20	31-dez-19
Juros suportados com papel comercial	4 560 204	4 832 855
Gastos com instrumentos financeiros derivados (nota 10)	1 692 259	1 448 845
Juros suportados com empréstimos	857 141	575 019
Outros gastos e perdas financeiras	1 220 594	847 799
	8 330 198	**7 704 518**

A rubrica de outros gastos e perdas financeiras inclui principalmente os gastos suportados com comissões de montagem e manutenção das linhas de financiamento.

16. Imposto sobre o rendimento

POLíTICA

O imposto sobre o rendimento é composto pelo imposto corrente e pelo imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças não dedutíveis para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiarias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis, no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A Luz Saúde encontra-se abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades (RETGS), o qual abrange todas as entidades em que a sociedade mãe do grupo fiscal participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital social e, desde que cumpram os requisitos estipulados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

O imposto corrente e determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor. Atualmente, as entidades residentes em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento a taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, e de uma taxa de derrama estadual,

de 3% aplicável sobre o valor de lucro tributável entre €1,5 milhões e €7,5 milhões, de 5% aplicável sobre o lucro tributável entre os €7,5 milhões e €35 milhões, e 9% aplicável ao lucro tributável superior a €35 milhões.

O pagamento do imposto sobre rendimento é efetuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspeções e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante o período de quatro anos contados a partir do exercício a que respeitam. Os prejuízos fiscais de um determinado exercício, sujeitos também a inspeção e ajustamento por um período de dez anos, podem ser deduzidos aos lucros fiscais nos 12 anos seguintes, para os prejuízos gerados em 2020. O período de tributação de 2020 não releva para efeitos da contagem do prazo de reporte dos prejuízos fiscais vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020. A partir de 2014 a dedução de prejuízos fiscais passou a estar limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução. O referido limite foi aumentado para 80% relativamente aos prejuízos fiscais apurados no período de tributação de 2020. A partir de 2017 foram revogadas as regras de utilização de prejuízos fiscais que preveem a dedução, em primeiro lugar, daqueles que foram gerados também em primeiro lugar (critério FIFO). Sendo assim, passa a ser permitida a dedução em primeiro lugar daqueles prejuízos cujo período de reporte se esgota primeiro.

ESTIMATIVA

A determinação dos montantes de impostos sobre o rendimento e imposto diferido requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Adicionalmente, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa durante um período de quatro a dez anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis (cinco anos para a Segurança Social). Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

16.1. Imposto sobre o rendimento na demonstração dos resultados

A rubrica de imposto sobre o rendimento na demonstração do rendimento integral pode ser apresentada da seguinte forma:

	31-dez-20	31-dez-19
Imposto corrente	(703 436)	1 899 927
Imposto de exercícios anteriores	443 506	610 701
Imposto diferido	(121 434)	195 646
Total do imposto reconhecido em resultados	**(381 364)**	**2 706 274**

O imposto de exercícios anteriores inclui essencialmente o montante recebido pelo término de uma divergência existente com a Autoridade Tributária (AT), relativamente a encargos financeiros suportados pela Empresa em exercícios anteriores relativamente com os seus investimentos financeiros.

16.2. Reconciliação da taxa efetiva de imposto sobre o rendimento

	31-dez-20	31-dez-19
Resultado líquido do exercício	5 245	25 520 200
Imposto sobre o rendimento	(381 364)	2 706 274
Resultado antes de imposto	**386 609**	**22 813 926**
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
	(81 187)	(4 790 924)
Dividendos não tributados	4 612 112	4 524 240
Benefício fiscal (SIFIDE)	-	2 474 843
Imposto de exercícios anteriores	443 506	610 701
Imparidade de investimentos financeiros	(5 323 500)	-
Tributação autónoma	(35 000)	(40 000)
Outros efeitos	2 705	(72 586)
	(381 364)	**2 706 274**

Em 2019, a Empresa suportou despesas, as quais, no seu entendimento, eram suscetíveis de serem elegíveis para efeito de aproveitamento do SIFIDE II, previsto na legislação aplicável para os gastos com investigação e desenvolvimento (I&D) e que permitiram a obtenção de um crédito fiscal no montante de €2 474 milhares na estimativa de IRC desse exercício.

Na qualidade de sociedade mãe de um conjunto de sociedades, a Empresa registou no seu passivo os montantes de imposto a pagar apurado pelas entidades que integram o Grupo fiscal, deduzidos dos ajustamentos decorrentes da tributação no âmbito do RETGS, e no seu ativo, os valores a receber de cada participada relativos à responsabilidade de imposto individual.

Cabe à sociedade mãe a realização dos pagamentos por conta, pagamentos adicionais por conta e pagamento especial por conta, assim como o apuramento global e a autoliquidação de imposto.

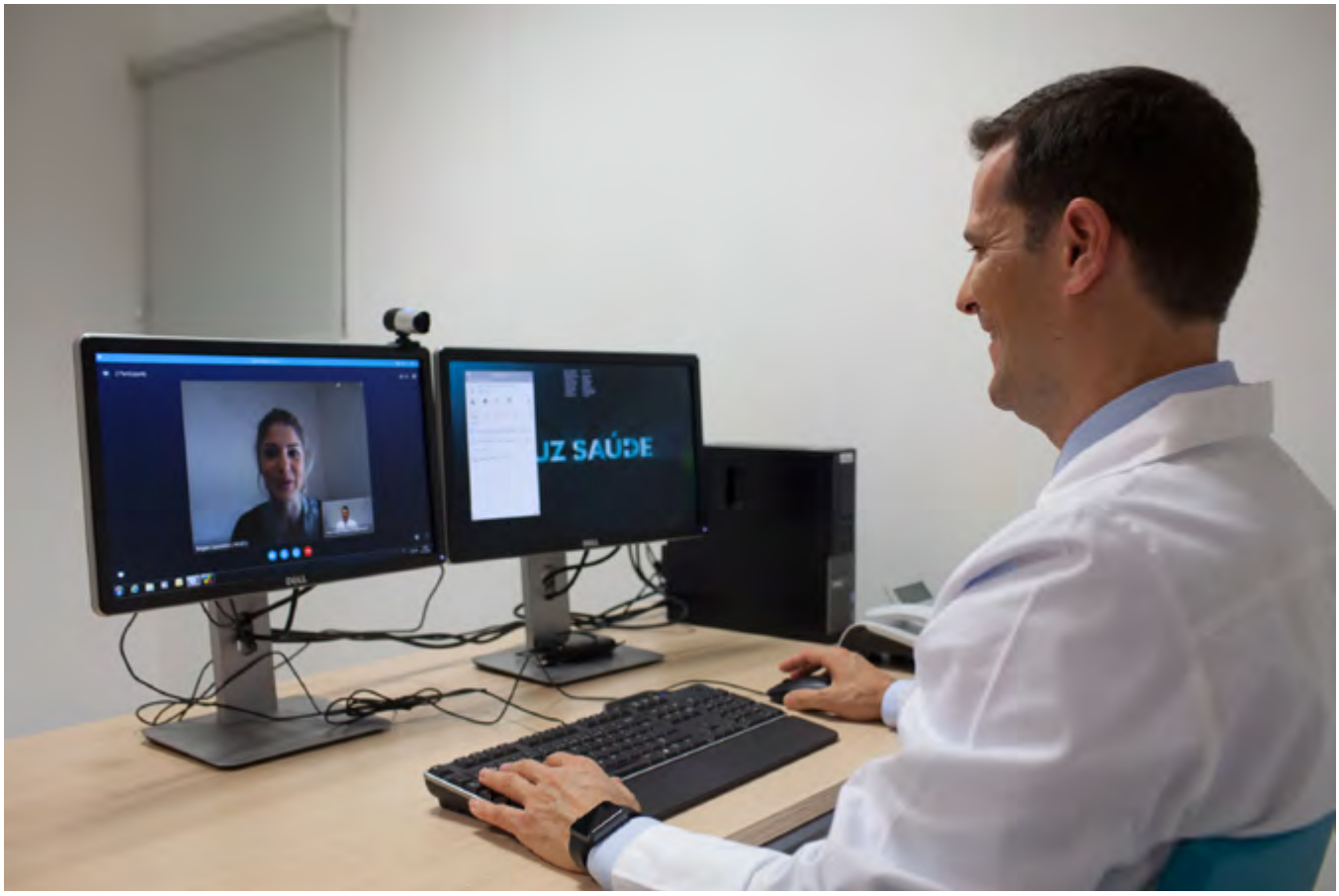
16.3. Reconciliação do imposto corrente na demonstração dos resultados com o imposto no balanço

	31-dez-20	31-dez-19
Imposto corrente na demonstração do rendimento integral	(703 436)	2 029 927
Imposto corrente a receber do exercício anterior	1 347 555	-
Estimativa de imposto das sociedades que integram o grupo fiscal	703 647	(3 432 187)
Pagamentos por conta e retenções na fonte	2 160 783	2 755 098
Imposto corrente sobre o rendimento no balanço	**3 508 549**	**1 352 838**

16.4. Movimento na rubrica de ativos por impostos diferidos

	31-dez-19	Resultados	Capital próprio	31-dez-20
Ativos por impostos diferidos				
Imparidade em investimentos financeiros	2 247 139	(52 500)	-	2 194 639
Justo valor de derivados	732 940	-	(156 425)	576 515
Outros	331 434	(68 934)	-	262 500
	3 311 513	**(121 434)**	**(156 425)**	**3 033 654**

	31-dez-18	Resultados	Capital próprio	31-dez-19
Ativos por impostos diferidos				
Imparidade em investimentos financeiros	2 217 703	29 436	-	2 247 139
Justo valor de derivados	645 464	-	87 476	732 940
Outros	165 224	166 210	-	331 434
	3 028 391	**195 646**	**87 476**	**3 311 513**



Outra informação

17. Litígios e passivos contingentes

17.1. Litígios

Estão pendentes de resolução as seguintes questões, para as quais a Administração, suportada pela opinião dos seus consultores fiscais e jurídicos, procede a uma avaliação da probabilidade de desenlace de cada um dos processos, constituindo provisões para os montantes que estima poderem representar desembolsos futuros:

- A Luz Saúde na qualidade de sociedade mãe do Grupo Fiscal tem um diferendo com a Autoridade Tributária (AT) relativamente à dedutibilidade de encargos financeiros no montante de €1,05 milhões e €11,13 milhões relativos aos período de 2007 e de 2008 a 2011, respetivamente, decorrentes de financiamentos de uma subsidiária. A Administração com o apoio dos seus consultores legais e fiscais, entende existirem razões sobre a razão do tratamento seguido pela participada e como tal apresentou contestação.

  Em resultado da posição da Autoridade Tributária, e face às correções propostas foram recebidas em 2016 e 2017 liquidações adicionais de imposto nos montantes de €1,121 milhões e €2,028 milhões, respetivamente. A Empresa apresentou as necessárias garantias bancárias para prosseguir a contestação das correções realizadas pela AT.

  Em 2016 houve a decisão do Tribunal de primeira instância sobre este diferendo, no que se refere ao processo relativo ao exercício de 2007, sendo a mesma favorável à Luz Saúde. Esta decisão foi alvo de recurso pela Representação da Fazenda Pública e em outubro de 2020, foi conhecida a decisão do Supremo Tribunal Administrativo relativamente ao recurso apresentado pela Representação da Fazenda Pública, sendo o mesmo novamente favorável à Empresa.

  Relativamente ao segundo processo, do período de 2008 a 2011, foi conhecida sentença em 17 de fevereiro de 2021, decisão que à semelhança do primeiro processo, foi favorável à Empresa, podendo a AT recorrer da referida sentença para o STA.

- Na sequência de uma ação inspetiva realizada, a AT colocou em causa o cálculo dos benefícios fiscais considerados por duas empresas do Grupo para os exercícios de 2013 e 2014, tendo identificado correções à matéria coletável da Luz Saúde (na qualidade de sociedade mãe do Grupo Fiscal) de €305 milhares e €530 milhares, respetivamente. Relativamente ao exercício de 2013, na sequência da notificação de pagamento recebida, a Empresa optou por prestar garantia bancária no montante de €240 milhares. Em novembro 2019, a Luz Saúde recebeu uma Notificação de Revisão de ato tributário por parte da AT revogando correções relativas a 2014 no montante de €296 milhares, reduzindo o valor em disputa relativamente a esse exercício para €234 milhares. A Administração, com base no entendimento dos seus consultores legais e fiscais, entende que os valores considerados se encontram de acordo com o preconizado na lei e como tal manteve a reclamação relativamente a todas as situações.

17.2. Passivos contingentes

Na reunião de 22 de janeiro de 2014 da Assembleia Geral da Sociedade, e considerando o exercício ininterrupto, ao longo de cerca de 15 anos, de funções de administração no Grupo pela Senhora Engenheira Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz, bem como o seu papel na promoção do desenvolvimento da atividade do Grupo, foi aprovada, em reconhecimento dos serviços prestados ao Grupo, a atribuição àquela de um prémio de reconhecimento pelo seu desempenho profissional, no valor de €850 milhares, a pagar numa única prestação no momento em que a Senhora Engenheira Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz cesse, por qualquer causa que não lhe seja imputável, o exercício de funções no Conselho de Administração da Sociedade. O pagamento do prémio proposto é autónomo e não se destina a substituir a atribuição de quaisquer prestações patrimoniais que se mostrem legal ou negocialmente devidas pelo termo do exercício de funções de administração societária pela Senhora Engenheira Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz, incluindo na Sociedade, qualquer que seja a causa e o momento da cessação daquelas funções.

18. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2020 a Empresa tinha duas garantias bancárias prestadas à Autoridade Tributária no montante total de €3 983 milhares (2019: três garantias no montante de € 4 223 milhares).

Alguns dos contratos de papel comercial são contratados pela Sociedade de forma conjunta com algumas das suas subsidiárias, existindo responsabilidade solidária por parte dos emitentes no pagamento dos montantes subscritos por qualquer das partes ao abrigo destes programas. Em 31 de dezembro de 2020, os programas ativos, os respetivos emitentes e montantes utilizados pelas participadas, eram os seguintes:

	Montante utilizado pelas participadas	Montante total utilizado
Luz Saúde e HOSPOR	-	23 000 000
Luz Saúde e HLL	-	10 500 000
	-	**33 500 000**

Adicionalmente, foram prestadas às participadas as seguintes garantias:

- Aval ao empréstimo da subsidiária HAG no montante de €4 milhões (valor utilizado na data de relato);
- Aval ao empréstimo da subsidiária RML no montante de €3 milhões (valor utilizado na data de relato);
- Penhor financeiro das ações da subsidiária SGHL – Sociedade Gestora do Hospital de Loures, SA, para garantia de uma linha de crédito de €2,5 milhões contratado por esta subsidiária, e que em 31 de dezembro de 2020 não se encontrava utilizada;
- Carta conforto relativamente ao cumprimento das obrigações resultantes dos empréstimos contraídos pela RML no montante de €0,5 milhões;
- Alguns empréstimos contraídos pelas participadas incluem cláusulas de controlo por parte da Luz Saúde, ao abrigo das quais os bancos poderão pedir o reembolso antecipado dos respetivos empréstimos, não havendo, no entanto, quaisquer obrigações financeiras por parte da Luz Saúde;
- A sociedade é avalista na maior parte dos contratos de locação financeira celebrados pelas suas participadas.

19. Partes relacionadas

Em 15 de outubro de 2014, e na sequência das ofertas públicas para a aquisição do capital social da Luz Saúde, a Fosun International, Ltd através da Fidelidade – Companhia de Seguros S.A. passou a deter uma posição de controlo na Sociedade.

As demonstrações financeiras da Empresa são objeto de inclusão nas demonstrações financeiras consolidadas da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A, com sede no Largo do Calhariz nº30, em Lisboa.

A Fidelidade – Companhia de Seguros, SA é detida a 84,9884% pela Longrun Portugal, SGPS, SA, que por sua vez é detida a 100% pela Millennium Gain Limited sediada em Hong Kong. Esta última é detida a 100% pela Fosun Financial Holdings Limited (Hong Kong), a qual é detida a 100% pela Fosun International Limited, empresa listada no mercado de capitais de Hong Kong (00656.HK). Esta é detida a 71,05% pela Fosun Holdings Limited, que por sua vez é detida pela Fosun International Holdings, Ltd., cujo *ultimate beneficial owner* é o senhor Guo Guangchang. Em janeiro de 2018, fruto de uma operação realizada entre a Fidelidade – Companhia de Seguros, SA e a Fosun International Ltd, esta ultima passou a deter diretamente 49% do capital social e dos direitos de voto da Luz Saúde, tendo a Fidelidade - Companhia de Seguros, SA reduzido a sua participação para 50,85%.

A remuneração dos elementos dos órgãos sociais está divulgada na nota 13.

Para além dos saldo apresentados na tabela abaixo, existem saldos e operações com outras entidades do Grupo Luz Saúde que se encontram divulgados nas notas 4.4, 5.1, 5.2, 6.4.1, 11 e 14.

Os rendimentos registados resultam de serviços prestados às entidades relacionadas no âmbito da atividade normal da Empresa a preços de mercado. Os gastos resultam de fornecimentos de serviços e de juros de suprimentos obtidos. Os saldos existentes vencem-se nos prazos normais de mercado ou conforme estabelecido nos contratos de financiamento.

Os saldos correntes e as transações com Empresas do Grupo e relacionadas em 31 de dezembro são como segue:

Grupo Luz Saúde

	31-dez-20				31-dez-19			
	Ativos correntes	Passivos correntes	Rendimentos	Gastos	Ativos correntes	Passivos correntes	Rendimentos	Gastos
HLL	1 320 160	-	13 295 185	-	2 718 065	-	12 166 795	10 150
USATI	7 127 808	-	6 964 307	-	7 106 070	54 193	7 268 262	-
HAG	231 752	-	8 894 411	-	1 768 491	-	8 899 363	57 154
HOSPOR	3 024 435	-	3 021 895	-	3 990 815	-	3 660 905	-
HME	645 423	-	564 262	-	2 301 732	-	724 071	-
SURGICARE	901 326	-	955 495	-	1 085 944	6	1 111 280	-
HLO	22 235	-	59 763	-	266 738	-	1 042 476	3 312
ACE	337 207	-	231 861	-	619 434	-	235 387	-
HLF	255 210	-	282 373	-	462 726	-	287 107	-
HL-CCA	176 337	-	212 319	-	398 520	-	259 239	-
SGHL	125 196	-	70 595	-	302 769	-	128 005	-
HLA	125 968	-	108 742	-	272 203	-	123 777	-
HLC	308 990	-	176 642	-	182 068	-	153 142	-
HLG	131 925	-	113 691	-	207 761	-	124 165	-
CCHCI II	149 503	-	161 645	-	108 430	-	118 711	-
GLSLH	119 682	-	133 775	-	83 019	5 100	97 976	-
CASAS CARNAXIDE	27 028	-	34 387	-	77 062	-	43 020	-
GLST	2 980 078	-	3 926 068	-	80 419	2 100	36 322	-
RML	40 045	-	48 148	-	37 746	-	45 550	-
VLUSITANO	8 098	-	15 346	-	30 334	-	20 433	-
HRM	12 390	-	14 117	-	14 772	18 613	15 028	-
CASAS	16 648	-	13 407	-	26 238	-	15 082	-
CRB	4 797	-	12 900	-	5 781	4 917	14 200	37 224
	18 092 241	**-**	**39 311 334**	**-**	**22 147 137**	**84 929**	**36 590 296**	**107 840**
Clientes (nota 5.1)	2 775 640	-	-	-	3 561 921	-	-	-
Outros devedores (nota 5.1)	15 316 601	-	-	-	18 585 216	-	-	-
Fornecedores (nota 5.2)	-	-	-	-	-	5 100	-	-
Outras contas a pagar (nota 5.2)	-	-	-	-	-	80 135	-	-
Prestação de serviços (nota 11)	-	-	6 043 193	-	-	-	2 599 746	-
Juros (nota 14)	-	-	11 305 703	-	-	-	12 446 550	107 840
Dividendos (nota 14)	-	-	21 962 438	-	-	-	21 544 000	-
	18 092 241	**-**	**39 311 334**	**-**	**22 147 137**	**85 235**	**36 590 296**	**107 840**

Os saldos não correntes são apresentados na nota 4.4.

20. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas estão descritas de forma sucinta nas notas a estas demonstrações financeiras. As políticas contabilísticas identificadas nesta nota aplicam-se de forma transversal na preparação das demonstrações financeiras. As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas consistentemente em todos os períodos destas demonstrações financeiras.

20.1. Ativos fixos tangíveis

20.1.1. Reconhecimento e valorização

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

O custo de aquisição/construção inclui o preço de fatura, despesas de transporte e montagem, encargos financeiros e outras despesas suportadas durante o período de construção, assim como custos indiretos que lhe sejam atribuíveis durante o período de construção.

Os gastos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade. Todas as despesas com manutenção e reparação de natureza corrente são reconhecidas como gasto, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o valor de venda do ativo, deduzido de eventuais gastos com a venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas decorrentes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de venda deduzido dos gastos de transação e a quantia escriturada do ativo, sendo contabilizados em resultados na rubrica outros rendimentos e ganhos operacionais ou outros gastos e perdas operacionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de instalação ou construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

20.1.2. Depreciação

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, a partir do mês em que os bens se encontram disponíveis para utilização. As taxas de depreciação utilizadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Equipamento administrativo	2-20
Outros ativos tangíveis	3-20

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

20.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método da linha reta, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante o período de vida útil dos contratos. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (*goodwill*) não são objeto de amortização, sendo sujeitos a testes de imparidade no último trimestre de cada exercício económico ou desde que haja uma indicação de que possam estar em imparidade.

20.3. Investimentos financeiros em subsidiárias

Os investimentos financeiros em subsidiárias são apresentados pelo seu custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade quando aplicável.

20.4. Instrumentos financeiros

20.4.1. Ativos financeiros

20.4.1.1. Reconhecimento e mensuração

No momento inicial a Empresa mensura os ativos financeiros pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação, no caso dos saldos de contas a receber e clientes são mensuradas pelo valor estimado da transação determinado nos termos da IFRS 15, que se entende ser o justo valor na data da transação.

20.4.1.1.1. Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende da sua classificação, sendo utilizadas as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado;
(ii) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados;
(iii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os ativos financeiros da Empresa estão repartidos entre ativos financeiros ao custo amortizado (clientes, outras contas a receber e depósitos à ordem) e ativos financeiros ao justo valor através de resultados (outros ativos financeiros), não sendo detidos ativos ao justo valor através de outro rendimento integral.

Ativo financeiro ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado, quando ambos os seguintes critérios são cumpridos (i) o ativo é detido no âmbito de um modelo de negócio com o objetivo de deter os instrumentos financeiros para obter os fluxos de caixa contratuais, e (ii) o ativo possui fluxos de caixa que sejam 'apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros' ("Solely Payments of Principal and Interest" ou "SPPI") sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa de juro efetiva sendo sujeitos a testes de imparidade. Os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando o ativo é desreconhecido, modificado ou com imparidades.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

A Empresa classifica os seguintes ativos financeiros ao justo valor através de resultados:

(i) os instrumentos financeiros para obter fluxos de caixa que não qualificam para ser mensurados ao custo amortizado;
(ii) instrumentos de capital detidos para efeitos de negociação;
(iii) instrumentos de capital para os quais a Empresa decidiu não registar o justo valor através de outro rendimento integral.

A classificação é determinada numa base instrumento a instrumento.

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

A Empresa mensura os seguintes ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral:

(i) instrumentos de capital detidos para outros efeitos diferentes de negociação, sendo considerados pela Empresa no momento da sua aquisição como investimentos estratégicos;
(ii) instrumentos de dívida com fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre a quantia principal em aberto e para os quais o objectivo da Empresa é obter os fluxos de caixa contratuais e de venda dos mesmos.

A Empresa não detém quaisquer activos financeiros nesta categoria.

20.4.1.1.2. Desreconhecimento

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa futuros, (ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente, dos riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

20.4.2. Passivos financeiros

20.4.2.1. Reconhecimento inicial

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos, financiamentos e contas a pagar, líquidos de custos de transacção directamente atribuíveis.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, incluindo descobertos bancários e instrumentos financeiros derivados.

20.4.2.2. Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, tal como apresentado a seguir:

(i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem passivos financeiros detidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se eles forem incorridos com o objectivo de serem recomprados no curto prazo. Ganhos ou perdas nos passivos detidos para negociação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

(ii) Passivos financeiros ao custo amortizado

Depois do reconhecimento inicial, credores e outras contas a pagar, empréstimos remunerados e financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando os passivos são desreconhecidos, bem como através doprocesso de amortização pela taxa de juro efectiva.

20.5. Imparidade

20.5.1. Imparidade de ativos fixos tangíveis, intangíveis, exceto *goodwill*

A Empresa realiza testes de imparidade aos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a eventual extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o preço de venda líquido e (ii) o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na demonstração consolidada do rendimento integral, na rubrica de outros gastos e perdas operacionais.

Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado, sendo reconhecida em resultados como dedução à rubrica outros gastos e perdas operacionais. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em períodos anteriores.

20.5.2. Imparidade de ativos financeiros

A Empresa reconhece imparidades para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros não mantidos ao justo valor através de resultados. As perdas são estimadas com base na diferença entre o valor liquido contabilísticos dos instrumentos financeiros e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados de acordo com a estimativa da taxa de juro efetiva original.

As perdas são estimadas com recurso a duas abordagens ditintos, que se descrevem em seguida:

(i) Os créditos com risco de crédito acrescido face ao reconhecimento inicial são provisionados com base na análise económica realizada pela gestão de cada subsidiária, tendo em conta a situação creditícia do devedor, do mercado onde opera e o seu histórico de incumprimento conhecido. Por este critério a provisão para risco de crédito é constituída numa base económica tendo em conta a idade do crédito, a informação interna e externa disponível sobre cada devedor;

(ii) O risco de crédito associado aos créditos para os quais não é conhecido um aumento significativo de risco de crédito face ao reconhecimento inicial, é estimado com base num modelo de calculo, que tem em consideração o perfil de crédito do devedor, a vida do ativo em cada data de reporte e os prazos médios de pagamento esperados para cada devedor com base no seu perfil de crédito. Na realização da avaliação da provisão para perdas, a Empresa tem em consideração a experiência com perdas de crédito históricas e factores prospectivos específicos dos devedores e da envolvente económica.

20.6. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua contratação pelo seu justo valor que se presume ser igual ao seu custo de aquisição na data de contratação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é remensurado em cada data de relato, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa remensuração registados diretamente na demonstração do resultado integral, exceto no que respeita aos efeitos relativos aos derivados de cobertura de fluxos de caixa.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, se disponível, ou determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização aceites pelo mercado.

A Empresa utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro resultante da sua atividade de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura no âmbito de aplicação da IAS 39 são registados como de negociação.

Uma relação de cobertura existe quando:

- À data de contratação, existe documentação formal da cobertura;
- Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- A cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período de relato financeiro;
- Em relação à cobertura de uma transação futura, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.

Os derivados de cobertura de fluxos de caixa são registados ao seu justo valor e na medida em que sejam eficazes as variações de justo valor são reconhecidas por contrapartida de reservas no capital próprio. As variações de justo valor que não são consideradas como sendo de cobertura, em virtude de serem consideradas ineficientes na totalidade ou parcialmente, são de imediato reconhecidas na demonstração do resultado integral. Os valores acumulados em reservas são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em reservas mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura ocorra. Quando já não é expectável que a transação futura ocorra, os ganhos ou perdas acumuladas registadas por contrapartida de reservas são reconhecidos imediatamente em resultados.

20.7. Locações

A Empresa recorre a contratos de locação para usar ativos na sua atividade operacional como sejam edificios e veículos.

Tipicamente os contratos de locação são feitos por períodos de 4 a 10 anos. Quando aplicável, a Empresa aloca os pagamentos de locação do contrato aos componentes de locação e outros que não sejam locações, com base no valor de cada componente, exceto nas locações de veículos, em que a Empresa optou por não separar os componentes de locação e não locação, registando as duas componentes em conjunto como se de uma única componente de locação se tratasse.

Até 31 de dezembro de 2018 a Empresa classificou as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. Eram classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação eram classificadas como locações operacionais.

A partir de 1 de janeiro de 2019, os contratos de locação passaram a ser reconhecidas no ativo (com a designação de ativo sob direito de uso) e no passivo desde a data em que o ativo subjacente passou a estar disponível para uso da Empresa. Os ativos e passivos decorrentes de um contrato de locação são mensurados inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de locação:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância), deduzidos de incentivos à locação;
- pagamentos variáveis, com base num índice ou taxa, mensurado inicialmente com base num índice ou taxa na data de início;
- pagamentos esperados relativamente a garantias de valor residual;
- valor de exercício de uma opção de compra, quando a Empresa tiver razoável certeza de exercício dessa opção;
- pagamentos de penalidades da rescisão de contratos, sempre e quando seja a Empresa a exercer essa opção; e
- pagamentos a serem efetuados ao abrigo de opções de prorrogação do contrato quando a Empresa tiver razoável certeza de exercício dessa opção.

Os pagamentos de locação são descontados utilizando a taxa de juro implícita na locação. Se essa taxa não puder ser facilmente determinada, como é o caso das locações entre empresas do grupo, é usada a taxa incremental de financiamento da Empresa, sendo esta, a taxa que o locatário teria que pagar pela obtenção dos fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante ao ativo sob direito de uso por um prazo semelhante, num ambiente econômico semelhante, e com garantias semelhantes.

Para determinar a taxa incremental de financiamento, a Empresa:

- sempre que possível, utiliza as condições de financiamento recentes obtidas junto de terceiros, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento foi obtido, para os contratos com duração até 7 anos;
- para os contratos com duração superior a 7 anos, tipicamente contratos de locação de edifícios, a taxa incremental foi composta a partir da agregação da taxa de juro sem risco observável no mercado imobiliário, ajustada pelo diferencial de taxa de financiamento da Empresa para o mercado e para a taxa das OTs Portuguesas para prazos similares.

A Empresa está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de locação variáveis com base num índice ou taxa, e que não são incluídos no valor do passivo de locação até que entrem em vigor. Os ajustamentos aos pagamentos de locação com base num índice ou taxa, implicam uma reavaliação do passivo de locação por contrapartida do incremento do ativo sob direitos de uso.

Os pagamentos de locação são separados liquidação do valor de aquisição e a sua componente financeira, em que o custo financeiro é registado na demonstração dos resultados durante o período da locação, de modo a produzir uma taxa de juros efetiva.

Os ativos sob direito de uso são mensurados pelo custo, que compreende:

- o valor da mensuração inicial do passivo de locação;
- quaisquer pagamentos de locação feitos na data ou antes da data de início da locação, deduzidos dos incentivos à locação recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de desmantelamento e reposição.

Os ativos sob direito de uso são geralmente depreciados pelo menor, entre o tempo de vida útil do ativo e o período de duração da locação, exceto quando a Empresa disponha de uma opção de compra sobre o ativo subjacente e seja razoavelmente certo que essa opção será exercida.

Os pagamentos associados a locações de curto prazo (prazo inferior a 12 meses) de equipamentos e veículos e os contratos de locação de ativos de baixo valor são reconhecidos de forma linear em resultados de acordo com o período de vigência deste contrato.

Quando os contratos de locação, tenham associados um contrato de sublocação, a Empresa reconhece um passivo financeiro pela totalidade dos pagamentos de locação atualizados à taxa incremental, e ativos financeiro e por direitos de uso na medida da extensão da sublocação acordada.

20.8. Rédito

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para a Empresa e que possam ser estimados com fiabilidade.

O rédito associado com a transação é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, com base na atividade produzida no período, valorizada pelos acordos em vigor, independentemente da sua efetiva faturação.

A Empresa como prestadora de serviços e cabeça de um Grupo de empresas, estabelece contratos com fornecedores que prestam serviços de forma transversal às diversas empresas do Grupo. Os gastos faturados pelos fornecedores diretamente à Luz Saúde no âmbito destes contratos, são repassados na íntegra às participadas, sendo registados na demonstração do rendimento integral como uma redução dos gastos suportados pela Luz Saúde.

Os dividendos são reconhecidos no momento em que for estabelecido o direito a receber.

20.9. Regime contabilístico do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos no momento em que ocorrem independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos são registadas nas rubricas outras contas a receber ou outras contas a pagar, respetivamente.

20.10. Gastos com o pessoal

20.10.1. Obrigações com férias, subsídio de férias e prémios

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os colaboradores têm direito a um mês de férias e um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

Pelo sistema de avaliação de desempenho em funcionamento, os colaboradores podem vir a receber uma gratificação no caso de cumprirem determinados objetivos, direito esse usualmente adquirido no ano anterior ao do seu pagamento.

As responsabilidades são reconhecidas em resultados no período em que os colaboradores adquirem o referido direito, independentemente da data do seu pagamento. A responsabilidade assumida é reconhecida no passivo na rubrica de outras contas a pagar.

20.11. Ganhos e perdas financeiras

Os ganhos financeiros incluem os juros e os descontos financeiros obtidos de terceiros, sendo reconhecidos no exercício a que dizem respeito, numa base de acréscimo.

Perdas financeiras incluem os juros suportados e outros gastos bancários e são igualmente reconhecidas no exercício a que dizem respeito, utilizando o método do custo amortizado, em que os gastos iniciais de montagem, comissões e imposto do selo suportados com os empréstimos de médio e longo prazo são diferidos pelo prazo previsto dos empréstimos e reconhecidos em função dos respetivos juros.

20.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é reconhecido de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – Imposto sobre o rendimento, sendo composto pelo imposto corrente e pelo imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados de acordo com o método do passivo com base no balanço na data de relato, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das não dedutíveis para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis, no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A Luz Saúde encontra-se abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades (RETGS), o qual abrange todas as entidades em que a sociedade mãe do grupo fiscal, a Luz Saúde, participa direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital social e, desde que cumpram os requisitos estipulados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor. Atualmente, as entidades residentes em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, e de uma taxa de derrama estadual, de 3% aplicável sobre o valor de lucro tributável entre €1,5 milhões e €7,5 milhões, de 5% aplicável sobre o lucro tributável entre €7,5 milhões e €35 milhões, e 9% aplicável ao lucro tributável superior a €35 milhões.

Em conformidade com o estabelecido na IAS 12, a Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) exista o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e sobre a mesma entidade tributável ou sobre diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, nos períodos futuros em que se espera que os impostos diferidos sejam liquidados ou recuperados.

O pagamento do imposto sobre rendimento é efetuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspeções e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante o período de quatro anos contados a partir do exercício a que respeitam. Os prejuízos fiscais de um determinado exercício, sujeitos também a inspeção e ajustamento por um período de dez anos, podem ser deduzidos aos lucros fiscais nos cinco 12 anos seguintes, para os prejuízos gerados em 2020. O período de tributação de 2020 não releva para efeitos da contagem do prazo de reporte dos prejuízos fiscais vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020. A partir de 2014 a dedução de prejuízos fiscais passou a estar limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução. O referido limite foi aumentado para 80% relativamente aos prejuízos fiscais apurados no período de tributação de 2020. Apartir de 2017 foram revogadas as regras de utilização de prejuízos fiscais que preveem a dedução, em primeiro lugar, daqueles que foram gerados também em primeiro lugar (critério FIFO). Sendo assim, passa a ser permitida a dedução em primeiro lugar daqueles prejuízos cujo período de reporte se esgota primeiro.

20.13. Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando a Empresa (i) tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. Quando um destes requisitos não é preenchido, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como gasto financeiro na rubrica de gastos e perdas financeiras.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

É registada uma provisão para processos judiciais em curso quando exista uma estimativa fiável de custos a incorrer decorrentes de ações interpostas por terceiros, com base na avaliação da efetivação da probabilidade de pagar tendo por base o parecer dos assessores legais da Empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

20.14. Capital

O capital refere-se ao valor nominal das ações ordinárias emitidas.

Os prémios de emissão são reconhecidos quando o valor de emissão de ações excede o seu valor nominal, pelo valor líquido de custos com emissão de novas ações são reconhecidos diretamente nesta rubrica, líquidos do respetivo imposto.

As ações próprias adquiridas são valorizadas pelo seu preço de aquisição e registadas como uma redução ao capital próprio. No momento da alienação, o montante recebido, deduzido de eventuais custos diretos de transação, é reconhecido diretamente em capital próprio.

20.14.1. Reservas não distribuíveis

Reservas Legais

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social.

20.15. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, quando aprovados em Assembleia Geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo.

20.16. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é elaborada segundo o método direto, através da qual são divulgados os influxos e exfluxos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

20.17. Eventos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do fecho, até à data de aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, e que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do relato financeiro são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data do fecho que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do relato financeiro são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

21. Eventos subsequentes

Desde a data de encerramento a que as presentes demonstrações financeiras se referem até à data de aprovação das mesmas não se verificaram quaisquer eventos significativos que não se encontrem refletidos nestas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Sónia Amoedo Matos

O Conselho de Administração

Jorge Manuel Batista Magalhães Correia

Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz

Chen Qiyu

Lingjiang Xu

Fang Yao

Ivo Joaquim Antão

João Paulo da Cunha Leite de Abreu Novais

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques

Tomás Leitão Branquinho da Fonseca

Relatório e Parecer sobre o Relatório e Contas da Luz Saúde S.A.

Relatório

Exmos. Senhores Acionistas

De acordo com os estatutos, a fiscalização da Sociedade compete a um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e um suplente, eleitos pela Assembleia Geral, bem como a um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Assim e nos termos previstos na alínea g) do nº. 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório sobre a ação fiscalizadora que exerceu, bem como o Parecer sobre o Relatório e Contas Individuais e Consolidadas da Luz Saúde, S.A. ("Sociedade"), relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Conselho Fiscal acompanhou regularmente a evolução da atividade da Sociedade e das suas principais subsidiárias e vigiou a observância da lei e do contrato da sociedade, tendo procedido à fiscalização da administração da Sociedade, da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno e de auditoria interna e da preparação e divulgação da informação financeira individual e consolidada. Além disso, procedeu à verificação da regularidade dos registos contabilísticos, da exatidão dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas e das políticas e critérios valoriméticos adotados pela sociedade, por forma a verificar que os mesmos conduzem a uma adequada compreensão do património e dos resultados individuais e consolidados, bem como dos fluxos de caixa.

No exercício das suas competências, o Conselho Fiscal reuniu periodicamente com o Revisor Oficial de Contas e os Auditores Externos no sentido de acompanhar os trabalhos de auditoria por estes efetuados e tomar conhecimento das respectivas conclusões, fiscalizando a sua atividade e respetiva independência e competência. Reuniu também periodicamente com os responsáveis pela Auditoria Interna e pelos Serviços Jurídicos e ainda com o Administrador responsável pela área financeira, também periodicamente e sempre que considerou necessário e oportuno. De todos, o Conselho Fiscal obteve sempre total colaboração.

O Conselho Fiscal recebeu também do Revisor Oficial de Contas carta a confirmar a sua independência relativamente à Sociedade.

Nestes termos, emite-se o seguinte:

Parecer

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da conclusões dos trabalhos de revisão de contas e de auditoria externa sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do exercício de 2020, que compreendem o Balanço individual e consolidado em 31 de Dezembro de 2020, a Demonstração individual e consolidada de rendimento integral, a Demonstração individual e consolidada das alterações no capital próprio, a Demonstração individual e consolidada dos fluxos de caixa e os respetivos Anexos. O Conselho Fiscal apreciou as Certificações Legais das Contas individual e consolidada emitidas pelo Revisor Oficial de Contas, as quais não apresentam reservas, mas refere uma ênfase na opinião sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas, que relevamos. Realçamos ainda a incerteza do futuro que o ambiente da pandemia mundial nos veio trazer e que perdura entre nós.

No âmbito das competências do Conselho Fiscal, declara-se que tanto quanto é do conhecimento deste Conselho, o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e passivo, da situação financeira e dos resultados da Luz Saúde, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação. Adicionalmente, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, desempenho e posição da Sociedade e do Grupo, satisfaz os requisitos legais, contabilísticos e estatutários aplicáveis e, sempre que se justifique, contêm uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Nestes termos, tendo em consideração as diligências desenvolvidas, os pareceres e as informações recebidas do Conselho de Administração, dos serviços da Sociedade, do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, o Conselho Fiscal é de parecer que:

i. Nada obsta à aprovação do Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2020;
ii. Nada obsta à aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais e das Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas ao exercício de 2020;
iii. Nada obsta à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, designadamente tendo em consideração o disposto no artigo 32º dos Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 5 de Maio de 2021

O Conselho Fiscal

João Carlos Tovar Jalles

(Presidente do Conselho Fiscal)

Clara José Cruz de Sequeira Viegas Penha Ventura

(Vogal do Conselho Fiscal)

António Luís Castanheira Silva Lopes

(Vogal do Conselho Fiscal)

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Luz Saúde, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 583.323.507 euros e um total de capital próprio de 263.469.474 euros, incluindo um resultado líquido de 5.245 euros), a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Luz Saúde, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 5 de maio de 2021

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Ricardo Miguel Barrocas André - ROC nº 1461
Registado na CMVM com o nº 20161071

07
CONTACTOS DO GRUPO LUZ SAÚDE

20 ANOS DE LUZ

7
Contactos do Grupo Luz Saúde

HOSPITAIS

Hospital da Luz Arrábida
Praceta Henrique Moreira, 150
4400-346 Vila Nova de Gaia
T. +351 223 776 800 | F. +351 223 776 899
E. geral.arrabida@hospitaldaluz.pt
hospitaldaluz.pt/arrabida

Hospital da Luz Aveiro
Rua do Brasil, 21
3800-009 Aveiro
T. +351 234 400 700 | F. +351 234 400 739
E. geral.aveiro@hospitaldaluz.pt
hospitaldaluz.pt/aveiro

Hospital da Luz Coimbra
Praceta Robalo Cordeiro, 1
3020-479 Coimbra
T. +351 239 096 900 | F. +351 239 091 300
E. geral.coimbra@hospitaldaluz.pt
hospitaldaluz.pt/coimbra

Hospital da Luz Funchal
Rua 5 de Outubro, 115 e 116
9000-216 Funchal
T. +351 291 700 000 | F. +351 291 742 057
E. geral.funchal@hospitaldaluz.pt
hospitaldaluz.pt/funchal

Hospital da Luz Guimarães
Alameda dos Desportos, Santiago de Candoso
4835-235 Guimaraes
T. +351 253 420 300 | F. +351 253 420 309
E. geral.guimaraes@hospitaldaluz.pt
hospitaldaluz.pt/guimaraes

Hospital da Luz Lisboa
Avenida Lusíada, 100
1500-650 Lisboa
T. +351 217 104 400 | F. +351 217 104 409
E. geral.lisboa@hospitaldaluz.pt
hospitaldaluz.pt/lisboa

Hospital da Luz Oeiras
Rua Coro de Santo Amaro de Oeiras, 12
2780-379 Oeiras
T. +351 217 104 800 | F. +351 217 104 809
E. geral.oeiras@hospitaldaluz.pt
hospitaldaluz.pt/oeiras

Hospital da Luz Oiã
Rua Dr. Ângelo Graça
3770-908 Oiã
T. +351 234 729 450 | F. +351 234 722 654
E. geral.oia@hospitaldaluz.pt
hospitaldaluz.pt/oia

Hospital da Luz Póvoa de Varzim
Rua D. Manuel I, 183
4490-592 Póvoa de Varzim
T. +351 252 690 900 | F. +351 252 615 353
E. geral.povoa@hospitaldaluz.pt
hospitaldaluz.pt/povoa

Hospital da Luz Setúbal
Estrada Nacional 10, km 37
2900-722 Setúbal
T. +351 265 509 200 | F. +351 265 509 399
E. geral.setubal@hospitaldaluz.pt
hospitaldaluz.pt/setubal

Hospital da Luz Torres de Lisboa
Rua Tomas da Fonseca, Edifícios B, D, E e F
1600-209 Lisboa
T. +351 217 104 600 | F. +351 217 213 465
E. geral.torreslisboa@hospitaldaluz.pt
hospitaldaluz.pt/torreslisboa

Hospital da Luz Vila Real
Avenida Carvalho Araújo, 55
5000-657 Vila Real
T. +351 259 043 970 | F. +351 259 043 979
E. geral.vilareal@hospitaldaluz.pt
hospitaldaluz.pt/vilareal

Hospital da Misericórdia de Évora
Recolhimento Ramalho Barahona,
Avenida Sanches de Miranda, 30
7006-805 Évora
T +351 266 760 630 | F +351 266 760 639
E. geral@hmevora.pt
hmevora.pt

Hospital do Mar Cuidados Especializados Lisboa
Rua dos Girassóis, 6 e 6A
2695-458 Bobadela
T. +351 219 948 660 | F. +351 219 948 679
E. geral.lisboa@hospitaldomar.pt
hospitaldomar.pt/lisboa

Hospital Beatriz Ângelo
Avenida Carlos Teixeira, 3
2674-514 Loures
T +351 219 847 200 | F +351 219 847 209
geral@hbeatrizangelo.pt
www.hbeatrizangelo.pt

CLÍNICAS

Hospital da Luz Clínica da Amadora
Praça Ernesto Melo Antunes, 1, Venteira
2700-339 Amadora
T. +351 211 209 900 | F. +351 211 209 909
E. geral.amadora@hospitaldaluz.pt
hospitaldaluz.pt/amadora

Hospital da Luz Clínica de Águeda
Avenida Calouste Gulbenkian, 16
3750-102 Águeda
T. +351 234 611 250 | F. +351 234 611 256
E. geral.agueda@hospitaldaluz.pt
hospitaldaluz.pt/agueda

Hospital da Luz Clínica de Amarante
Avenida General Vitorino Laranjeira
4600-018 Amarante
T. +351 255 410 200 | F. +351 255 432 383
E. geral.amarante@hospitaldaluz.pt
hospitaldaluz.pt/amarante

Hospital da Luz Clínica de Cerveira
Avenida Manuel Jose Lebrão
4920-280 Vila Nova de Cerveira
T. +351 251 706 100 | F. +351 251 795 028
E. geral.cerveira@hospitaldaluz.pt
hospitaldaluz.pt/Cerveira

Hospital da Luz Clínica do Caniço
Rua Dr. Francisco Peres, Edifício Alfa, R/C
9125-014 Caniço
T. +351 291 934 504
E. geral.canico@hospitaldaluz.pt
hospitaldaluz.pt/canico

Hospital da Luz Clínica de Cantanhede
Freixial Shopping, Loja 25 Lugar do Freixial
3060-228 Cantanhede
T. +351 239 096 900
E. geral.cantanhede@hospitaldaluz.pt
hospitaldaluz.pt/cantanhede

Hospital da Luz Clínica da Solum
Praça 25 de Abril, 3
3030-322 Coimbra
T. +351 239 096 900 | F. +351 239 780 409
E. geral.coimbra.solum@hospitaldaluz.pt
hospitaldaluz.pt/coimbrasolum

Hospital da Luz Clínica da Figueira da Foz
Rua Alto do Viso, 50, R/C
3080-164 Figueira da Foz
T. +351 239 096 900 | F. +351 233 418 944
E. geral.figueira@hospitaldaluz.pt
hospitaldaluz.pt/figueira

Hospital da Luz Clínica de Odivelas
Rua Pulido Valente, 39D,
Urbanização Colinas do Cruzeiro
2675-671 Odivelas
T. +351 217 104 540 | F. +351 217 104 549
E. geral.odivelas@hospitaldaluz.pt
hospitaldaluz.pt/odivelas

Hospital da Luz Clínica de Pombal
Avenida Heróis do Ultramar, 30
3100-462 Pombal
T. +351 239 096 900 | F. +351 236 217 091
E. geral.pombal@hospitaldaluz.pt
hospitaldaluz.pt/pombal

Hospital da Luz Clínica do Porto
Rua Beato Inácio Azevedo, 61/85
4100-284 Porto
T. +351 226 150 600 | F. +351 226 150 690
E. geral.porto@hospitaldaluz.pt
hospitaldaluz.pt/porto

RESIDÊNCIAS SÉNIOR

Casas da Cidade Residências Sénior Carnaxide
Avenida Prof. Dr. Reinaldo dos Santos, 30
2790-470 Carnaxide
T. +351 214 181 006 | F. +351 214 189 510
E. geral.carnaxide@casasdacidade.pt
casasdacidade.pt/carnaxide

Casas da Cidade Residências Sénior Lisboa
Avenida Marechal Teixeira Rebelo, 20
1500-427 Lisboa
T. +351 217 104 700 | F. +351 217 104 709
E. geral.lisboa@casasdacidade.pt
casasdacidade.pt/lisboa

SEDE

Luz Saúde
Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, 17 – 9o
1070-313 Lisboa
T +351 213 138 260 | F +351 213 530 292
geral@luzsaude.pt
luzsaude.pt

GABINETE
HIGIENIZADO
HOSPITAL DA LUZ

LUZ SAÚDE